

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

MARUSA BOCAFOLI DA SILVA

**CUIDAR DOS FILHOS DOS OUTROS: UM ESTUDO SOBRE
BABÁS E PATROAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2019

MARUSA BOCAFOLI DA SILVA

**CUIDAR DOS FILHOS DOS OUTROS: UM ESTUDO SOBRE
BABÁS E PATROAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação, *stricto sensu* em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia Política, sob a orientação da Prof^a Dr^a Marinete dos Santos Silva.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

S586

Silva, Marusa Bocafoli da.

Cuidar dos filhos dos outros : um estudo sobre babás e patroas na cidade do Rio de Janeiro / Marusa Bocafoli da Silva. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

225 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2019.

Orientadora: Marinete dos Santos Silva.

1. Babás. 2. Trabalho doméstico. 3. Afetividade . 4. Desigualdade. 5. Resistência.
I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

MARUSA BOCAFOLI DA SILVA

**CUIDAR DOS FILHOS DOS OUTROS: UM ESTUDO SOBRE PATROAS E
BABÁS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação, *stricto sensu*, em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia Política, sob orientação do Prof^a Dr^a Marinete dos Santos Silva.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marinete dos Santos Silva – Presidente
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof. Dr. Carlos Abraão Moura Valpassos
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. André Pizetta Altoé
Instituto Federal Fluminense (IFF)

Campos dos Goytacazes – RJ

2019

Aos amores da minha vida:

Rodrigo e Ricardo

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes para a realização deste trabalho. As contribuições foram inúmeras e valiosas. Desta forma, faz-se necessário o reconhecimento, mesmo que singelo, no momento da conclusão desta etapa.

À CAPES pelo incentivo à pesquisa permitindo que eu tivesse condições para a realização de todas as etapas necessárias para a conclusão deste trabalho.

À minha orientadora, professora Marinete dos Santos Silva, por todo aprendizado, pela paciência, pela orientação minuciosa e pela generosidade no decorrer desse processo. Obrigada pela confiança e por dividir comigo o conhecimento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF por todos os ensinamentos.

À professora Luciane Soares da Silva por ter sido sempre, desde o mestrado, uma importante interlocutora. Agradeço as indicações de leitura, filmes e documentários, que muito ajudaram a pensar questões pertinentes à esta pesquisa.

Agradeço ao meu marido, Rodrigo Lira, pela parceria. Obrigada por todo incentivo, pelo carinho e por me mostrar que era possível, mesmo diante das dificuldades.

Ao meu filho, Ricardo, pela compreensão inocente, entendo os momentos de ausência.

À todas as mulheres, patroas e babás, que disponibilizaram o seu tempo para contribuir com essa pesquisa.

À Angélica Anido Lira pela contribuição para a realização da pesquisa de campo.

Aos amigos do ATEGEN (Atelier de Estudos de Gênero) pela parceria e as inúmeras trocas.

À Naiana, Catarina e Carine, amigas que a UENF me deu e que tornaram esse caminho mais agradável de ser percorrido. Obrigada pelas trocas, pela amizade e pelo apoio.

RESUMO

CUIDAR DOS FILHOS DOS OUTROS: UM ESTUDO SOBRE BABÁS E PATROAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O presente trabalho pretende empreender um estudo sobre as babás e as patroas da cidade do Rio de Janeiro, analisando as situações de preconceito e discriminação vivenciadas, bem como os mecanismos mobilizados pelas babás para o enfrentamento dessas situações. Interessa também à perspectiva dessa pesquisa a compreensão da obrigatoriedade, por parte de algumas famílias empregadoras, do uso do uniforme branco e as restrições impostas por clubes da zona sul às babás e como essas questões podem ser compreendidas como elementos de preconceito e/ou distinção que gera status para os patrões. Para atender aos objetivos desse estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com patroas e babás que residem e/ou trabalham no Leblon, bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro, que foi escolhido como cenário da pesquisa, considerado o metro quadrado mais valorizado do Brasil que abriga residências de indivíduos pertencentes a elite carioca. Ressalta-se o afeto que permeia essa relação de trabalho e como essa ambiguidade afetiva reflete na dinâmica trabalhista, dificultando a ruptura de relações, por vezes abusivas, como também impossibilitando uma resistência mais organizada e politizada por parte das babás.

Palavras-chave: Babás. Trabalho doméstico. Afetividade. Desigualdade. Resistência.

ABSTRACT

NANNYING: A CASE STUDY ON THE RELATIONSHIP BETWEEN NANNIES AND EMPLOYERS IN RIO DE JANEIRO

The present study addresses the relationship between nannies and their employers in the city of Rio de Janeiro, by analyzing experiences raised by prejudice and discrimination, as well as the mechanisms mobilized by the nannies to withstand them. In addition, this study aims to understand why some employers demand the use of the white uniform and clubs from the South Area impose restrictions to nannies, and how these obligations can unveil elements of prejudice and/or distinction which create status to the employers. In order to perform the analyses, semi-structured interviews were conducted with nannies and employers from Leblon, a wealthy neighborhood in Rio de Janeiro, which was chosen in this study for being the most expensive square meter in Brazil, where the Carioca elite lives. Attention must be paid to the affection within this work relationship and how this ambiguous feeling reflects on the work dynamic, inhibiting the rupture of the, sometimes abusive, relationship, as well as preventing a more organized and collective resistance by the nannies.

Key-words: Nannies, housework, affection, inequality, resistance.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1. Ama com criança branca no colo.....	36
Imagem 2. Amas de leite no lactário no século XX.....	40
Imagem 3. Amas em lactário no século XX.....	41
Imagem 4. Mapa do bairro do Leblon.....	79
Imagem 5. Praia do Leblon.....	80
Imagem 6. Paisagem da praia do Leblon.....	81
Imagem 7. Babá uniformizada na praça Antero de Quental.....	111
Imagem 8. Babás uniformizadas na entrada de um clube.....	125
Imagem 9. Praça Antero de Quental – Leblon.....	142
Imagem 10. Babás no calçadão.....	143
Imagem 11. Baixo Bebê.....	143
Imagem 12. Baixo Bebê.....	144

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Média de anos de estudo.....	82
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Idades das patroas e das babás.....	104
Tabela 2. Escolaridade das patroas e das babás.....	104
Tabela 3. Cor das patroas e das babás.....	105
Tabela 4. Rendimento das babás.....	187

SUMÁRIO

Índice de Imagens

Índice de Quadros

Índice de Gráficos

Introdução.....12

Capítulo I – TRABALHO DOMÉSTICO, TRABALHO DE CUIDADOS:
ESSÊNCIA FEMININA?

1.1 Breve histórico do trabalho doméstico no Brasil.....21

1.2 A transição da ama-de-leite à babá.....30

1.2.1 A mãe preta: a ama-de-leite no Brasil colonial.....34

1.2.2 Buscando a regulamentação das amas-de-leite.....39

1.2.3 A babá hoje.....41

1.3 A reconfiguração do trabalho no mundo e no Brasil.....48

1.4 Relações de trabalho e gênero.....54

1.4.1 Conceituando gênero e trabalho.....57

1.5 Trabalho doméstico e classe social.....69

Capítulo II – CENÁRIO, PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E
TRABALHO DE CAMPO

2.1 Leblon – “A Aldeia Encantada”: o território distinto e suas
intersecções.....78

2.1.2 A cidade, seus territórios e a sociabilidade.....83

2.2 Considerações metodológicas: a ida ao campo e a escrita.....93

2.2.1 As entrevistas: estratégias e dificuldades.....96

2.3 Quem são essas mulheres? Traçando o perfil das patroas e babás.....100

Capítulo III – O UNIFORME BRANCO

3.1 O contraste da pele negra e da roupa branca.....106

3.2 Os clubes, a praia, as ruas e o branco das babás: as vozes de patroas e babás.....117

Capítulo IV – CUIDAR DOS FILHOS DOS OUTROS.....146

4.1 Observando quem observa.....149

4.2 Bá, Babá: o lugar do afeto.....158

4.3 O Direito é capaz de mudar a cultura? PEC das domésticas – avanços e permanências.....176

4.4 Resistência, prazer e planos para o futuro.....191

Considerações Finais.....200

Bibliografia.....212

Anexos

INTRODUÇÃO

A babá faz parte do cenário urbano. Ela está nas praças, nos parques, nos shoppings, nos clubes, nas portas das escolas, nos taxis. Em diversos lugares e situações nos deparamos com uma cena que parece comum, mulheres vestidas de branco empurrando carrinhos, carregando pelas mãos os pequenos ou brincando com eles. A proximidade “permitida” por esse tipo de trabalho faz parecer, num primeiro olhar, que essa relação é “quase familiar”.

Ao mesmo tempo a imagem da babá, vestida de branco, remete-nos às raízes históricas do Brasil, ilustradas pelas gravuras de Jean-Baptiste Debret com seus senhores e mucamas do século XIX. Uma relação ultrapassada historicamente, mas que ainda sobrevive no imaginário social. E esse quadro pode ser percebido, entre outras coisas, quando se analisa o ritmo lento que embalou as mudanças no sentido de regulamentar e valorizar socialmente essa função.

O trabalho doméstico no Brasil, vem passando por consideráveis transformações e ocupando um espaço cada vez maior na mídia nos últimos três anos. Essas mudanças estão relacionadas intimamente com a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2012 que foi transformada em Emenda Constitucional nº 72/2013, que ficou conhecida como PEC das domésticas. O objetivo central era alterar o artigo 7º da Constituição Federal de 1988 com a finalidade de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. A PEC garante legalmente aos empregados domésticos os direitos que já são garantidos a todos esses outros trabalhadores. A emenda foi aprovada em 2013, mas só após dois anos, direitos como FGTS, Seguro Acidente e Salário-Família foram promulgados a partir da Lei Complementar nº 150 de 01/06/2015. Durante esse período muito se discutiu a respeito dos "impactos" que a regulamentação desse tipo de atividade poderia causar. As suposições iam desde crescimento de demissões até o aumento do número de diaristas, pois trabalhando até dois dias na semana não seriam incorporadas à PEC.

Nesse contexto algumas pesquisas desenharam um retrato de como haviam sido recebidos, na prática, os novos direitos estabelecidos pela PEC das domésticas. A pesquisa mensal de emprego, realizada pelo IBGE em novembro de 2014 apontou para

uma diminuição de trabalhadores domésticos em seis regiões metropolitanas analisadas, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. De acordo com os pesquisadores, o total de pessoas ocupadas aumentou 20% entre outubro de 2004 e outubro de 2014. Nesse período, o número de pessoas que trabalhavam como domésticas caiu em 10%. Outra conclusão da pesquisa foi sobre o envelhecimento dessa mão de obra. Hoje, metade dela tem mais de 45 anos. Há dez anos, apenas 30% estavam nessa faixa etária. Os estudiosos relacionam esse fato com o processo de melhora da educação e com a oportunidade de emprego em outras áreas.¹

Entretanto, algumas modificações surgiram no ano de 2015, ano em que os direitos que não haviam sido incorporados de imediato quando da aprovação da PEC em 2013, foram promulgados. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) apontou para o crescimento do trabalho doméstico no início de 2015. Os pesquisadores relacionam a alta do trabalho doméstico com a falta de oportunidades de empregos em outras atividades.²

Mesmo diante desses novos números, o trabalho doméstico continua muito presente na nossa sociedade e responsável por abrigar um grande percentual de mulheres com baixa escolaridade. De acordo com pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 5,9 milhões de brasileiras estão inseridas no trabalho doméstico. A pesquisa citada acima ainda revela que essa categoria foi a que obteve maior aumento salarial em dez anos (47,7%) enquanto a média da população teve um ganho de 16,1%. Mesmo assim, a categoria continua sendo a que menos recebe e também a mais informal, com o menor percentual de trabalhadores com carteira assinada (41%), números referentes ao quarto trimestre de 2015. Em 2016, de acordo com a Pesquisa por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) esse percentual subiu para 68,1% o que de acordo com o IBGE, pode ser explicado pela crise econômica que se agravou no país.

¹ Dados disponíveis em: [http: www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 15/12/2015.

² Dados disponíveis em: [http: www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 15/12/2015.

O fato de ainda ser um trabalho mal remunerado e de pouca formalização pode estar na raiz de alguns dos estigmas que essa função carrega. Os resquícios escravagistas presentes nessa relação de trabalho, assim como o fato de ser um trabalho realizado por mulheres e ligado à reprodução e ao cuidado, fazem com que esse tipo de tarefa seja percebida socialmente como sem valor. Mesmo sendo de suma importância para as pessoas que utilizam essa mão de obra.

É a partir dessa realidade que pretendemos nesse trabalho empreender um estudo sobre o trabalho doméstico recortando como objeto de pesquisa a categoria das babás, na cidade do Rio de Janeiro. Haja vista que percebemos durante o levantamento bibliográfico poucos trabalhos que se debruçam sobre o sentido da presença delas no seio das famílias burguesas. Mesmo supondo, que a presença dessas mulheres, além de comum entre as famílias brasileiras é responsável por engendrar uma relação ambígua que envolve afetividade e profissionalismo. Especialmente no contexto atual, onde se busca a valorização e o reconhecimento do trabalho doméstico remunerado. O que nos motiva são as prováveis situações de preconceito e discriminação vivenciadas por essas trabalhadoras, bem como os meios e mecanismos mobilizados por elas, como estratégias, para o enfrentamento e a defesa dessas situações.

A motivação para esse trabalho está relacionada diretamente com minha trajetória enquanto estudiosa e pesquisadora. Em 2013 defendi a dissertação de mestrado no Programa da Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, sob orientação da professora Dr.^a Marinete dos Santos Silva, cujo o objetivo era analisar as relações entre patroas e empregadas na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, procurando identificar nas relações os conflitos que eram disfarçados pelo discurso corrente de que a empregada fazia parte da família. O meu encontro com o tema do trabalho doméstico se deu a partir do momento que me tornei mãe, pois aí me vi na difícil situação de conciliar trabalho, estudo e família, o que só foi possível com a contratação de uma outra mulher para cuidar do meu filho e da minha casa. Foi nesse momento que surgiu o interesse em estudar esse tipo de relação de trabalho que envolve profissionalismo e afeto entre duas mulheres, sendo essa relação marcada por tensões de gênero, raça e classe.

No doutorado a decisão foi permanecer com o mesmo objeto, ou seja, o trabalho doméstico, mas dando ênfase à figura da babá e sua relação com a patroa. Quanto ao

cenário da pesquisa, a escolha e o interesse pelo Leblon surgiram durante uma conversa casual com uma conhecida, que se tornou “facilitadora” da pesquisa. Por conhecer minha pesquisa de mestrado, ela me relatou o que presenciou em uma festa de Réveillon num clube que fica no bairro. O seu estranhamento me chamou atenção quando descreveu a seguinte cena: uma quantidade significativa de mulheres vestidas de branco em uma festa de Réveillon. Essas mulheres não circulavam pelo salão. Ficavam em um “cercadinho”, espaço destinado às crianças, onde haviam alguns brinquedos e onde, segundo minha informante, o bufê servido era diferente do que estava sendo oferecido aos outros convidados. A cena descrita suscitou em mim a vontade de compreender algumas questões, que talvez estivessem mais visíveis nesse espaço, ou seja, em um bairro de classe média alta. Por que levar a babá para uma festa de Réveillon quando esse seria o momento de confraternizar com a família e os amigos? O uniforme branco serviria, nesse caso, para distinguir as babás dos convidados? Deixando clara a posição que elas ocupam nesse lugar? Por que elas não circulavam pelo salão? Por que o bufê diferenciado? Todas essas questões me instigaram e fizeram com que esse espaço se tornasse o cenário da pesquisa em questão.

Geralmente, a babá está numa hierarquia superior à da empregada doméstica nas casas onde trabalham. Por tomarem conta dos pequenos, elas não se envolvem com o cuidado da casa. O lavar, cozinhar e passar se restringe às crianças e tudo o que diz respeito a elas. São elas também, as que mais saem do controle dos patrões pois frequentam festas, praças, praias, acompanham as crianças em todas as atividades fora de lar tendo assim inúmeras possibilidades de se relacionar com outras colegas de trabalho trocando informações e fazendo comparações quanto ao tratamento recebido até as questões salariais.

Ao mesmo tempo em que, aparentemente, sofrem menor vigilância dos patrões, elas são, em grande medida, orientadas a usar o uniforme branco ou parcialmente branco³ que as tornam indivíduos destacados nos lugares que transitam. Da mesma forma precisam sempre estar dispostas a correr, abaixar, sentar no chão para brincar com as crianças. Espera-se dela um amor maternal e um pouco de firmeza no trato com os pequenos. Mesmo sendo, em muitos casos, a referência feminina para a criança são

³ Algumas babás entrevistadas disseram que as patroas exigem que elas vistam ao menos uma peça branca.

em muitos momentos discriminadas e alvo de violência simbólica quando não se permite a elas, por exemplo, o uso da piscina no clube ou compartilhar o mesmo banheiro que as sócias.

Todas essas questões motivam esse trabalho e servem de fio condutor para que possamos compreender como se estabelece, na prática, esse tipo de profissão. Quais são os complicadores de uma relação trabalhista ambígua e peculiar como a que se desenha entre babás e patroas.

Dessa forma, estabelecemos como cenário de pesquisa o bairro do Leblon na cidade do Rio de Janeiro, especificamente a praça Antero de Quental e a faixa de areia em frente à Rua General Venâncio Flores, no chamado Baixo Bebê. Os dois locais são ocupados todas as manhãs por uma pequena multidão formada em sua maioria por babás e por algumas mães. Pretendeu-se através de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, responder aos objetivos do trabalho. Além disso, faz parte dos métodos da pesquisa a observação em eventos pontuais em alguns clubes de elite da Zona Sul, dentre eles o Monte Líbano situado no Leblon, a Casa de Espanha localizado no Humaitá, Caiçaras e o Jockey Club Brasileiro que ficam na Lagoa. Isso se justifica por serem esses clubes locais frequentados por famílias de posição social privilegiada e com histórico de irem acompanhadas de suas babás. Fez parte também do cenário de observação dessa pesquisa o Shopping Leblon e o Shopping da Gávea.

Com o intuito de alcançar o objetivo do trabalho esse estudo foi organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo contempla uma discussão de cunho teórico denominado: Trabalho Doméstico, Trabalho de Cuidado: essência feminina? Pretende-se aqui construir um breve histórico sobre o trabalho doméstico no Brasil e sua relação intrínseca com a escravidão e a servidão. É também objetivo desse capítulo traçar um panorama histórico da transformação do trabalho de cuidado desde a ama-de-leite até a figura da babá, como conhecemos hoje. Como também, pensar trabalho de cuidado, que atualmente passa pela problematização da nova configuração do trabalho no Brasil e no mundo. Completando a análise com a discussão entre trabalho e gênero e trabalho doméstico e classe social. Quais os papéis “destinados” à mulher no mercado de trabalho? Quais as características exigidas para exercer esse tipo de trabalho? No segundo capítulo denominado: Cenário, Procedimentos de Pesquisa e Trabalho de Campo apresentaremos o bairro do Leblon e travaremos uma discussão acerca das

possibilidades de sociabilidade nesse território que se configura como distinto por abrigar indivíduos de classe média alta da cidade do Rio de Janeiro. Em seguida trataremos das questões metodológicas, opções de métodos de análise, entrada no campo e dificuldades encontradas pelo caminho. Esse capítulo se encerra com a construção do perfil das patroas e das babás que fizeram parte dessa pesquisa. O terceiro capítulo inicia uma discussão empírica, problematizando e analisando os dados encontrados no campo. Nesse ponto, especificamente, a discussão gira em torno do uso do uniforme branco como uma marca de distinção. Para as patroas, o sentido simbólico de privilégio e poder e para as babás a demarcação de sua situação social desprivilegiada. Além disso, será abordado a questão da cor da pele que é tão presente nessa relação. Analisaremos, como é percebida, a presença demarcada dessas mulheres em inúmeros ambientes da cidade, a saber: a praia, as ruas, os clubes. No quarto capítulo, intitulado: Cuidar dos Filhos dos outros, a reflexão será sobre os mecanismos de controle, exercidos pelas patroas para observar quem é pago para observar. Da mesma forma que pretende-se perceber os subterfúgios das babás para “fugir” desse controle. É também, objetivo desse capítulo discutir o lugar do afeto nessas relações. Será o afeto um instrumento do trabalho da babá? Buscaremos também analisar se a PEC das Domésticas foi capaz de mudar a cultura de invisibilidade e desvalorização desse tipo de tarefa. Em seguida teceremos as considerações finais.

A Lei nº 5.859/72 passou a definir o trabalhador (a) doméstico (a) como “aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. O traço diferenciador do trabalho doméstico é o caráter não econômico das funções exercidas no âmbito residencial do empregador (a). Nesses termos, integram a categoria os (as) seguintes trabalhadores (as): cozinheiros (as), governantas, babás, lavadeiras, faxineiros (as), vigias, pilotos de avião particular e helicóptero, motoristas particulares, jardineiros (as), acompanhantes de idosos (as), entre outros⁴.

A relação de trabalho que se engendra nesse contexto, onde a prestação de serviço é feita à família e onde existe a proximidade e o desenvolvimento de laços afetivos, tornam peculiar essa relação na sociedade brasileira. É comum alguns adultos de hoje se comoverem ao lembrar de sua “babá preferida”. A nostalgia da recordação, a

⁴ Manual do trabalhador doméstico: <http://www.estadao.com.br/especiais/2013>, acessado em 21/10/2014.

doçura percebida no discurso que aproximam pessoas diferentes e que apaga ou pelo menos embaça a relação in (tensa) existente, surge como cínica ao olhar estrangeiro. Essa foi a conclusão que chegou Goldstein,⁵ em sua pesquisa no Rio de Janeiro. Para essa autora, o que soa como cínico para “os de fora” pode ser compreendido, uma vez que essa relação trabalhista é permeada pela ambiguidade afetiva.

Ser babá é mobilizar os chamados "talentos naturais" que todas mulheres pretensamente possuem, já que sua principal função é a de cuidado com as crianças. Nesse tipo de atividade a mulher é chamada a vivenciar toda “essência feminina”, pois o que se espera é que a babá cuide dos filhos dos outros como se fossem seus. E nesse mundo específico de trabalho, elas também estão sujeitas a vivenciar situações diversas de desvalorização social que vão desde a negligência dos direitos trabalhistas pelos patrões até o preconceito.

É necessário sublinhar que esse tipo de trabalho não estabelece de maneira clara a fronteira entre o profissional e o afetivo. Como já foi mencionado anteriormente, o vínculo trabalhista que se estabelece entre a babá e a patroa e a babá e a criança envolve afeto, que é a marca dessa relação. E no momento histórico onde se tenta valorizar e profissionalizar esse nicho de trabalho algumas tensões podem aparecer.

Esse tipo de trabalho permite às mulheres que o realizam alguma autonomia diante da sua situação de esposa e mãe, uma vez que passam a não depender exclusivamente da renda do marido ou do ex-marido. A contratação de mulheres para cuidar das crianças possibilita que aquelas pertencentes às classes média e alta, também possam se inserir no mercado de trabalho, haja vista que a maternidade é responsável por afastar as mulheres do espaço público e produtivo e/ou diminuir a dedicação à carreira.

Entregar os filhos aos cuidados de terceiros sempre fez parte da vida das famílias que possuem boa situação socioeconômica. Em tempos onde a mulher ainda não tinha acesso ao trabalho remunerado fora do lar, mais precisamente na Europa nos séculos XVII e XVIII, era prática comum as crianças serem entregues às amas, para que elas as criassem só retornando ao lar aos cinco anos. Isso porque a própria concepção de

⁵ GOLDSTEIN, D. *The Aesthetics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers*. In.: *Laughter Out of Place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown*. Berkley: University of California Press, 2003.

cuidado com as crianças era diferente da que temos hoje. Além disso, o propagado amor materno não é de acordo com Badinter um sentimento inerente a condição da mulher e sim algo construído culturalmente e, por isso mesmo, com significados diversos em épocas e culturas diferentes⁶. Com o passar do tempo essa concepção foi se transformando e a partir de meados do século XIX, o papel da mãe como responsável pelos cuidados e bem-estar das crianças foi valorizado. Soma-se a isso a gradativa entrada das mulheres no mercado de trabalho. Esse cenário cria um dilema para essas mães: o de se dedicar à carreira e à família. É nesse contexto que as babás surgem como "sujeitos importantes" na vida das famílias de classes média e alta.

Apesar de ocupar papel importante no seio das famílias que necessitam do seu trabalho, a luta pela valorização e o reconhecimento dessa função ainda se faz atual. A história do trabalho doméstico no Brasil é ditada por um ritmo lento. Durante muito tempo esse trabalho passou despercebido ao olhar social. Excluídos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) os trabalhadores domésticos viram-se durante um longo período sem acesso aos direitos que são comuns a todos os outros trabalhadores, como por exemplo, a definição da jornada de trabalho e o acesso ao seguro-desemprego. Os reconhecimentos legais foram adquiridos por grande pressão de associações de trabalhadores domésticos, sindicatos, movimento feminista e pessoas sensíveis à causa, marcados muitas vezes por preconceitos e por uma cadência vagarosa se comparado aos ganhos de outras categorias de trabalho.

O ano de 2013 marcou o avanço na luta pela valorização dos trabalhadores domésticos. Conhecida como PEC das domésticas, proposta de lei que iguala os direitos desses aos de outras profissões se tornou tema de debates acalorados. Essa proposta atendeu às reivindicações feitas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) em Junho de 2011 durante a 100ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho. O fato de ter sido aprovada em duas instâncias na Câmara de Deputados e também em duas instâncias, e por unanimidade no Senado, demonstrou a urgência de se corrigir um atraso histórico e uma injustiça social.

⁶ BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

Todos esses acontecimentos sinalizam para um novo caminho, uma nova configuração das relações do trabalho doméstico. A maior profissionalização, que vem acompanhada da valorização dessas trabalhadoras, talvez indique que uma mudança irá ocorrer no interior das famílias. A trabalhadora doméstica se tornou mais cara, as famílias que desejam continuar contando com esse tipo de serviço precisarão pagar mais e melhor por ele. Além disso, todas essas transformações exigem que o comportamento entre o casal também se transforme. A participação dos homens, em igualdade, nas tarefas domésticas e de cuidados será cada vez mais exigida. A questão é como empreender essa nova concepção numa sociedade que ainda possui suas estruturas organizadas por valores patriarcais e sexistas. Há de se pensar também que por ser um trabalho que acontece no interior da família, na residência dos patrões, haja dificuldades para a fiscalização e é nessa peculiaridade que as desigualdades e as injustiças podem persistir. Por outro lado, no caso da babá, a característica peculiar intrínseca a esse tipo de trabalho que é o afeto pode ser compreendida como um elemento complicador para o estabelecimento de uma relação profissional nos moldes modernos.

A babá precisa ser carinhosa e cuidadosa. Precisa estar atenta, presente, acompanhando os passos dos pequenos. Ao mesmo tempo, sua presença não deve ser sentida e/ou percebida. Essa interação complexa permite-nos perguntar: o uso do uniforme, no caso específico da babá, padroniza ou marca a diferença? Já se observa alguma mudança nas relações entre patroas e babás após a PEC das domésticas? A mulher que assume a função de babá se sente mais valorizada do que aquelas que são contratadas para fazer todo o trabalho doméstico, incluindo serviços de limpeza? O que é uma boa babá? A manifestação do afeto é um instrumento de trabalho? São essas as questões que pretende-se responder com essa pesquisa.

CAPÍTULO I - TRABALHO DOMÉSTICO, TRABALHO DE CUIDADOS: ESSÊNCIA FEMININA?

1.1 Breve histórico do trabalho doméstico no Brasil

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. (...) Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. (...)

Gilberto Freyre

O trabalho doméstico e os personagens que esse tipo de função envolve são, nos dias atuais, assuntos discutidos amplamente na mídia. Muito disso, se deve ao processo que se iniciou em 2013 e que debatia a chamada “PEC das Domésticas”⁷. Esse tema gerou interesse e curiosidade em toda a sociedade, e as imagens das empregadas e babás passaram a ser exploradas em telenovelas e em produções do cinema nacional⁸ com maior intensidade. As tentativas visavam demonstrar o cotidiano dessas mulheres em suas profissões, suas relações com as patroas e as crianças da casa, seus sonhos e desafios. Tudo isso numa sociedade que possui relação profunda com o trabalho doméstico.

Pesquisa recente divulgada pelo Ministério do Trabalho e Previdência e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou que essa é a ocupação de 5,9 milhões de brasileiras, o equivalente a 14% do total das ocupadas no Brasil⁹. Esses

⁷ Proposta de Emenda à Constituição n° 66/2012 que foi transformada em Emenda Constitucional n° 72/2013, cujo o objetivo central era alterar o artigo 7° da Constituição Federal de 1988.

⁸ Dentre elas, a telenovela da TV Globo “Cheias de Charme” (2012). Além dos filmes, a saber: “O som ao redor” (2012), e “Recife Frio” (2009) de Kleber Mendonça Filho, “Doméstica” (2011) de Gabriel Mascaro, “Babás” (2010) de Consuelo Lins, “Doméstica” (2001) de Fernando Meireles e “Que horas ela volta?” (2015) de Anna Muylaert.

⁹ Os dados estão presentes na Pesquisa de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho, divulgada em março de 2016 pelo Ministério do Trabalho e Previdência e o IPEA. O estudo fez um recorte estatístico

dados ilustram e confirmam o fato dessa atividade ser ainda muito presente em nosso país.

Historicamente esse tipo de trabalho é desvalorizado e concebido, na sociedade brasileira, como tarefa inferior, diminuta, que fica a cargo de pessoas com baixa qualificação e pouca instrução. Esse inconsciente coletivo que rebaixa esse tipo de tarefa, assim como, grande parte das tarefas manuais e, conseqüentemente, as pessoas que se ocupam delas está intimamente ligado à relação do trabalho doméstico com a escravidão. A presença de escravos e escravas realizando tarefas dentro da casa grande, a interação dos meninos e meninas brancas com suas amas e as pretas velhas deixou marcas profundas nas relações de trabalho desse tipo na sociedade contemporânea. Um misto de aproximação e amor com o estigma¹⁰ que ainda hoje, marca aqueles que sobrevivem por meio dessa profissão.

Fróes¹¹ nos diz que o trabalho doméstico situado sócio-historicamente pode ser compreendido por duas vertentes: uma que entende que a classe doméstica é oriunda de um contexto onde eram valorizados pelos patrões, já que a eles eram concedidos honrarias e privilégios, e outra, que associa o trabalho doméstico ao escravagismo, sendo essa modalidade herdeira do trabalho escravo. A primeira vertente está ligada ao fato do trabalho doméstico ser realizado no espaço privado do lar, ou seja, no espaço nobre, o que faria dessa atividade, uma atividade nobilitante, visto que, mesmo quando desenvolvido por escravos, havia diferença no trato e nas condições entre os escravos da senzala e os escravos domésticos¹². Já a segunda vertente, segundo a autora, irá se pautar na atuação do preconceito e da desvalorização social desse tipo de trabalho.

No Brasil existem diversas pesquisas que dissertam sobre a trajetória do trabalho doméstico, como a de Fróes¹³ que ao elaborar a trajetória histórica dessa atividade, afirma que no início do processo de colonização existiam aqui apenas nativos e

de 2004 a 2014 e considerou as mulheres ocupadas a partir dos 10 anos de idade. Acessado em: <http://www.portalbrasil.com.br> em 12/10/16.

¹⁰ No sentido proposto por Goffman, ou seja, a relação entre atributo e estereótipo, e tem sua origem ligada à construção social dos significados através da interação

¹¹ FRÓES, Maria, Helena. Trabalhador Doméstico, Revista Direito, Estado e Sociedade, pg.15, 2002.

¹² Tese defendida por Roberto Davis em seu trabalho: Novos Apontamentos Trabalhistas, São Paulo, 1988.

¹³ FRÓES, op. cit. pg. 45.

colonizadores, com o passar dos anos, os colonizadores se fixaram e foi necessário o aumento de mão de obra para tornar produtivas as terras dos colonos. Num primeiro momento essa mão de obra era composta pelos índios. As atividades domésticas nessa época eram realizadas pelas índias escravizadas que socavam o milho, preparavam a mandioca, teciam redes e trabalhavam o barro¹⁴.

Com o desenvolvimento da atividade açucareira, em meados do século XVI, aumenta a demanda por mão de obra e aumentam também os índices de mortalidade entre os índios por conta da exploração sofrida, assim os colonizadores passam a subjugar os povos africanos e trazê-los para o Brasil para trabalharem na lavoura. Os negros foram trazidos para desempenhar a força de trabalho compulsória, que exigiam as grandes lavouras. Muitas escravas, nesse contexto, passaram a ser utilizadas nos afazeres domésticos, como lavar, cozinhar e cuidar das crianças.

Autores como Santos et al.¹⁵ ao realizarem um relato histórico sobre o trabalho doméstico afirmam que sempre houve escravas que realizavam as tarefas domésticas e que a organização estrutural à época da colônia dos engenhos e da casa grande, permitiam uma maior aproximação entre as escravas domésticas e os senhores. Nesse contexto ainda não havia a noção de privacidade, realidade que passa por mudanças na época do Império, com a vinda da família real para o Brasil, quando a privacidade passa a ser aplicada, separando a casa grande da senzala e demarcando os lugares dos dominantes e dos dominados.

Ainda assim as escravas que eram direcionadas para o trabalho doméstico, passavam a ter maior trânsito na casa de seus senhores. Passaram a ser denominadas de mucamas e ficavam responsáveis, entre outras coisas, pelas crianças e pela comida. Essa proximidade em que se encontravam as escravas domésticas e a família patriarcal e escravista seria responsável, segundo Freyre¹⁶, por criar laços afetivos entre seus senhores e escravos amenizando assim a violência sofrida pelos últimos. A relação próxima que se estabelecia, de acordo com o autor, entre as negras e os meninos

¹⁴ YOSHIKAI, Livia. Análise Psicossocial da Trabalhadora Doméstica através das Representações Sociais do Trabalho, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, USP, 2009.

¹⁵ SANTOS, Gabriela. MESQUITA, Patrícia. DEIAB, Rafaela. Entre a casa & a rua: a relação entre patrões e empregadas domésticas, USP, 2003.

¹⁶ FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala, 48ª ed., São Paulo, Editora Global, 2003.

brancos, filhos dos donos de engenho explicariam uma certa predileção e encantamento pelas escravas. Isso pode sinalizar para a compreensão da ambiguidade que esse tipo de relação trabalhista contempla. Ao mesmo tempo que se observa na construção dos discursos, a amizade e o amor, depara-se com a negligência sobre os direitos dessas trabalhadoras e flagrantes situações de discriminação.

A pesquisa “O Emprego Doméstico no Brasil” feita pelo Dieese em 2013¹⁷, considerando o período de 2004 a 2011, mostrou a tendência de elevação do percentual de trabalhadoras domésticas negras em todas as regiões do país, exceto para a região Norte, que teve uma redução de 79,6%, em 2004, para 79,3%, em 2011. A região Sudeste registrou o maior aumento de mulheres negras ocupadas no trabalho doméstico no período, com o percentual correspondendo a 52,3%, em 2004, e atingindo 57,2%, em 2011. Esses números ajudam a construir um desenho do perfil do trabalho doméstico no Brasil. Uma profissão marcadamente exercida por mulheres negras.

As escravas que viviam na casa dos seus senhores partilhavam da proteção e lhes deviam obediência. A escolha dessas mulheres se pautava por critérios físicos. Era necessário ter boa aparência, ser saudável e não ter vícios. Critérios que ainda hoje apresentam-se como relevantes para a contratação de uma babá ou empregada doméstica. Isabela¹⁸, moradora do Leblon e mãe de um menino de 3 anos, informou-nos que quando foi contratar uma babá para seu filho teve muito cuidado ao observar como ela se vestia e se aparentava ser higiênica: “todas as meninas que entrevistei observava que tipo de roupa estavam usando, se eram encardidas ou muito curtas e decotadas e se aparentavam ser limpinhas”.

Com o direcionamento das negras escravas para o trabalho doméstico alguns hábitos passam a ser internalizados, até mesmo o jeito de vestir as diferenciam, esse fato estabelece uma separação entre os escravos da senzala e os escravos da casa grande¹⁹.

¹⁷ Dados acessados em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br> em 13/12/16.

¹⁸ Os nomes das entrevistadas que aparecem nesse trabalho são fictícios.

¹⁹ YOSHIKAI, op. cit. pg. 26.

De acordo com Costa²⁰, de certa forma os escravos domésticos galgavam posições de destaque na hierarquia escrava.

Damatta²¹ pode nos auxiliar nessa reflexão sobre a “valorização” dos escravos domésticos em detrimento daqueles da senzala. Segundo o autor, o espaço doméstico, privado do lar se configura no lócus “sagrado”, diferenciado, a base para qualquer pessoa. Esse espaço repleto de códigos sociais requer uma postura diferente, mais moral, do que a postura da rua. A casa é o lugar da segurança e a rua o lugar do perigo, do instável. Assim é a casa grande, lugar de proteção, de obediência, de submissão e de cuidado. Dessa forma, quem partilha desse espaço e das “benesses” que ele promove é visto como sortudo, como “privilegiado”. A senzala por sua vez, é o lugar perigoso, incerto, pois, está localizada fora da casa grande, distante dos braços protetores do senhor, os que lá vivem estão jogados à sua própria sorte, sem proteção e sem a “consideração” recebida pelos outros.

Graham²² lança mão das categorias casa e rua para compreender como se dava a ordem e o sentido da vida doméstica cotidiana. Para a autora a casa assume o papel de espaço privado e protegido o que a diferencia do espaço da rua que é entendido como perigoso e incerto. Esse pensamento se estendia às relações sociais que se davam nesses espaços, assim como, aos agentes dessas relações. Os laços da casa são mais confiáveis e verdadeiros do que aqueles constituídos na rua, onde não se poderia ter certeza da sua pureza e veracidade. Dessa forma eram vistos os escravos: os domésticos mais confiáveis e os das senzalas mais perigosos.

Com a probabilidade de alforria passou-se a adotar a prática de aluguel de escravos. Esses eram destinados para os serviços domésticos e para a venda de hortaliças e doces. Graham²³ nos informa também que para muitas escravas alugadas era reservado um tipo diferenciado de trabalho doméstico. Elas desempenhavam

²⁰ COSTA, Suely. Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XIX, *Revista Brasileira de História*, 2007, p.: 39-54.

²¹ DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*, 5ª edição, Rio de Janeiro, 1997.

²² GRAHAM, Sandra, Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*, tradução Viviana Bosi, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

²³ *Ibid.*, p. 85.

funções de lavadeiras, carregadoras de água, as que faziam compras no mercado e as vendedoras. Eram as escravas que “saíam às ruas”.

Melo²⁴ em seu estudo que versa sobre a problemática do trabalho doméstico remunerado no Brasil, afirma que a história do trabalho doméstico em nosso país se deu de maneira parecida com a dos Estados Unidos. Antes da abolição da escravatura os responsáveis pelas tarefas domésticas eram escravos. Durante todo o século XIX além de contar com os escravos domésticos as famílias podiam usufruir, daquilo que a autora denomina “ajuda contratada”, ou seja, ajuda de mocinhas que colaboravam com as tarefas domésticas. Isso se tornou uma fonte adicional do trabalho doméstico, e se configurou tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, no pós-abolição, como a maior fonte de trabalho de mulheres. Essas meninas eram enviadas por suas famílias para outras casas. Na maioria dos casos essas moças eram pobres, solteiras, analfabetas ou semialfabetizadas, filhas de agricultores que tinham como único meio de sobrevivência o cultivo da terra. Elas realizavam tarefas domésticas em troca de alimentação, moradia, vestimentas e poucos rendimentos. Com o advento da industrialização e da urbanização, e com a dilatação da classe média, essa “ajuda” transformou-se em trabalho doméstico.

Foi na segunda metade do século XIX que o trabalho doméstico começou a se desenhar de maneira diferente, no que diz respeito à mão de obra que se ocupava dele. Nessa época não são somente os escravos eram os responsáveis por esse tipo de trabalho. Ele passou a ser realizado também por mulheres (negras e brancas) livres. No entanto, isso não significa dizer que a concretização da abolição em 1888 trouxe significativas mudanças para a realidade da mulher negra, até por que “pouco afetou os mecanismos pelos quais as famílias arranjavam criadas.”²⁵

Depois de proclamada a liberdade, os ex-escravos viram-se anestesiados frente a toda a mudança que se mostrava, sem ter onde morar e terras para cultivar, os libertos foram jogados à sua própria sorte, sem nenhum tipo de amparo ou assistência social. Assim, muitos preferiram permanecer na casa de seus senhores realizando as tarefas domésticas em troca de alimentação e local para dormir.

²⁴ MELO, Hildete Pereira. O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras, Rio de Janeiro, 1998.

²⁵ Ibid., p. 34.

O trabalho doméstico passou a ser remunerado. No entanto, era muitas vezes compensado por moradia, comida e roupas. Quando chegava a ser remunerado em espécie o valor era irrisório. O valor da remuneração variava pelo grau de confiabilidade, pelo tipo de serviço prestado e se esse serviço era exercido por brancas ou negras. Segundo Graham²⁶, havia preferência por criadas brancas e mais velhas, pois a chance delas engravidarem e levarem os filhos para o trabalho era menor. As mais novas, porém não eram de todo desprezadas já que muitas patroas acreditavam que seria mais fácil ensinar-lhes o serviço e podiam “fornecer roupas e ensiná-las a costurar em lugar de dar-lhes um salário”.²⁷

Mesmo sendo visível a preferência por criadas brancas, muitas famílias ainda desejavam as “criadas de cor”, pois pareciam representar uma ameaça menor, já que as criadas livres e brancas não poderiam estar sujeitas aos mesmos controles que as criadas negras. A mulher negra, a mucama, era tida como de mais confiança já que em muitos casos tinha uma maior proximidade com os patrões e havia crescido junto àquela família, o que traria uma sensação de segurança para eles. Ao contrário das mulheres brancas livres, que eram vistas como perigosas.

De acordo com Koffes,²⁸ a escravidão no Brasil deixou como marca a associação do negro com o trabalho manual, desprezado socialmente, como no caso do trabalho doméstico. No entanto, a abolição juntamente com a política de embranquecimento da população brasileira, estendeu essas tarefas também para as mulheres brancas e imigrantes, deixando de ser designada essencialmente pela cor e passando a ser designada pelo sexo. Destarte é importante ressaltar que as atividades domésticas, em diferentes tempos e civilizações, estiveram sempre ligadas à figura feminina. De acordo com Algranti: “Figuras indispensáveis no interior dos domicílios, nem os curas e párocos prescindiam das mulheres na administração das suas casas e, protegidos pelas

²⁶ GRAHAM, op. cit. pg. 32.

²⁷ Ibid. p. 36.

²⁸ KOFFES, Suely. Mulher, Mulheres: Identidade, Diferença e Desigualdade na Relação entre Patroas e Empregadas, Unicamp, São Paulo, 2001.

milenaes atribuições femininas, ocultaram suas amásias sob o título de afilladas e escravas”²⁹.

Essas mudanças que surgiram no contexto da abolição influenciaram significativamente a relação entre patrões e empregados. Com o aumento da oferta de mão de obra livre, cresceu também a preocupação dos patrões, e o controle que era exercido sobre as mucamas precisava ser modificado já que os conflitos começaram a surgir. As criadas começaram a ser vistas como estranhas que se colocavam em um lar e que na primeira oportunidade se voltavam contra os que as receberam³⁰.

O trabalho doméstico foi erigido com base em casa e comida direcionado para a população migrante de mulheres brancas e não-brancas. Além disso, carrega a herança escravagista e se torna o trabalho destinado socialmente às mulheres independentemente de cor ou de classe social. Segundo dados oficiais³¹ em 2016 as mulheres eram maioria no trabalho doméstico remunerado, um percentual de 92%. As tarefas domésticas, remuneradas ou não, vão determinar o lugar e o papel social desempenhado pela mulher na sociedade brasileira.

Assim, historicamente o trabalho doméstico foi se constituindo na modernidade como lócus de ocupação para mulheres advindas de classes menos privilegiadas e em sua maioria negras com baixa escolaridade. Outra questão peculiar desse tipo de função é a utilização, mesmo ilegalmente, de mão de obra infantil. O decreto n. 6.481, de 12 de julho de 2008³², veta o emprego de menores de 18 anos no trabalho doméstico, por considerá-lo perigoso e insalubre.

Entretanto, de acordo com Angelin e Truzzi³³ essa proibição não é observada. Pesquisas e fóruns sobre a temática revelam a persistência na contratação de crianças e adolescentes para realizarem o trabalho doméstico, em maior ou menor medida em

²⁹ ALGRANTI, Leila, Mezan. Famílias e vida doméstica. In.: NOVAIS, Fernando, A. (org.) História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, v.1.

³⁰ GRAHAM, op.cit. pg.134.

³¹ Dados disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br>.

³² BRASIL, 2008.

³³ ANGELIN, Paulo. TRUZZI, Oswaldo. Patroas e Adolescentes Trabalhadoras Domésticas: relações de trabalho, gênero e classes sociais, Revista Brasileira de Ciências Sociais, VOL.30 N° 89, 2015.

algumas regiões do país. O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2013), divulgou que 258 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, em geral oriundos de famílias pobres, estavam ocupados em 2011 no trabalho doméstico, representando 3,9% do contingente total dos empregados domésticos no Brasil daquele ano. Os maiores percentuais concentram-se nas regiões Nordeste (39,9%) e Sudeste (25,9%). Ao considerar separadamente os grupos por idade, os dados revelam que a maior fração de indivíduos ocupados está na faixa etária entre 16 e 17 anos, na qual 135.041 exercem o trabalho doméstico remunerado, seguida por 92.469 trabalhadores domésticos ativos na faixa etária entre 14 e 15 anos. Os dados ainda relevam que 93% desse contingente total de trabalhadores infanto-juvenis domésticos são meninas e 67% são negras.

Fica patente, que o trabalho doméstico e de cuidados é muito presente no Brasil, até mesmo entre crianças e adolescentes, escancarando o forte sistema de estratificação de classe, gênero e cor, assim como observado por Brites.

[...] quando outras opções de inserção no mercado de trabalho se mostram inatingíveis, o serviço doméstico aparece como um trabalho com possibilidades inexistentes no mercado de trabalho formal. Vantagens de negociar adiantamentos, faltas, horários e as ajudas materiais advinda da casa dos patrões foram apontadas como “o que vale a pena” no serviço doméstico.³⁴

A manutenção desse tipo de trabalho, estruturado na lógica da servidão, não promove dignidade para os indivíduos que o realizam. Observa-se que mesmo, tendo em vista o movimento de transformação dessa consciência social, com a regulamentação desse tipo de trabalho, ainda persistem os abusos e as desigualdades.

³⁴ BRITES, Jurema. Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico. Tese de doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.2 Da ama-de-leite à babá

[...]

*Irene no Céu**Irene preta**Irene boa**Irene sempre de bom humor.*

[...]

*Imagino Irene entrando no céu:**- Licença, meu branco!**E São Pedro bonachão:**- Entra, Irene. Você não precisa**pedir licença.**Manuel Bandeira (Libertinagem, 1930).*

Há tempos que famílias mais bem aquinhoadas utilizam como mão de obra outras mulheres para cuidar e aleitar seus rebentos. Existem registros que remetem ao Código de Hamurabi, datado entre 1.800 a 1.900 a.C, escrito durante o Império Babilônico na Mesopotâmia como o primeiro registro de regulamentação, em forma de lei, sobre a atividade das amas. Também há registros da presença de amas na Grécia e Roma antiga.³⁵

Badinter³⁶ afirma que na França o costume de delegar a amamentação do filho à ama por meio de um contrato de trabalho é antigo, conforme a constatação da primeira agência de amas em Paris no século XIII. Nessa época, até o século XVI, esta prática era restrita à aristocracia e foi, a partir do século XVII, que a “necessidade” do aluguel das amas atingiu também a burguesia, e, no século XVIII, se espalhou por todas camadas sociais urbanas.

³⁵ ARAÚJO, LDS. *Querer/poder amamentar: uma questão de representação?* Londrina: Editora UEL, 1997.

³⁶ BADINTER, op. cit. p. 67.

Dessa forma, a contratação de amas virou prática específica das camadas abastadas e tornou-se popular. De acordo com a autora, a alta demanda, no século XVIII ocasionou carência de amas no mercado. Existiam nessa época, algumas modalidades de contratação dessa atividade, a ama interna que era contratada para trabalhar no domicílio das famílias e a ama externa que recebia em sua própria casa as crianças. As primeiras eram privilégio de poucas famílias, como da aristocracia e da alta burguesia, que por um valor mais elevado, permitiam aos pais ficarem próximos de seus filhos, monitorando seus cuidados, sem, no entanto, atrapalhar seus ofícios e suas vidas conjugal e social. Essa vantagem ocorria em detrimento do abandono do filho recém-nascido da ama e, seu distanciamento da família. As amas internas muitas vezes tinham que contratar amas externas mais pobres, para cuidar de seus filhos. Entretanto, a maioria das famílias entregava seus filhos às amas externas, muitas das quais viviam em condições de vida e de higiene precárias, às vezes muito distantes dos pais que as contratavam. Entre as crianças cuidadas por amas externas encontrava-se o maior índice de mortalidade infantil.³⁷

O “aleitamento mercenário” possibilitava também, às mulheres mais pobres, melhores ganhos, já que esse serviço era utilizado também pelos poderes públicos e caritativos. Era hábito divulgar anúncios de procura e oferta de amas-de-leite, brancas e negras, nacionais e estrangeiras, para dormir nas casas dos patrões, servir de criadeira ou até mesmo para “amamentar três vezes ao dia”:

Ama oferece-se estrangeira com abundante e saudável leite de 4 mezes, por dormir na casa dos patrões, com creança [...]

Ama oferece-se uma para amamentar 3 vezes por dia, leite de um mez, sem filho [...]

Ama oferece-se uma de cor, com leite de 3 mezes, criadeira. O leite e o sangue já foram examinados [...]³⁸

Para compreendermos a difusão dessa prática nas camadas urbanas, a autora identifica alguns fatores. Para as famílias de pequenos comerciantes era mais vantajoso, economicamente, contratar uma ama externa para cuidar dos seus filhos, do que um

³⁷ *Ibdi.*, p. 80.

³⁸ Diário Popular, 2 de janeiro de 1926 e 6 de janeiro de 1926.

funcionário para realizar as tarefas que cabiam às mulheres e que deixariam de ser realizadas por elas no período de amamentação.

O fator econômico, porém, não é suficiente para explicar essa prática nas outras camadas sociais. Para a burguesia que se enquadrava nessa situação, a autora apresenta o peso dos valores sociais como propulsor dessa prática. A prioridade era o cuidado do marido e dos bens, já que ele era a autoridade moral por ser mantenedor da família. Dessa forma, todo o cuidado deveria se dirigir a ele.

As mulheres das classes dominantes justificavam a contratação de amas por diversos fatores, a saber: físico – dar de mamar faz mal à mulher já que o leite é algo precioso à sua preservação. Ou por ter a saúde frágil. Estético – deforma o peito e faz ficar caído, perdendo assim sua beleza. Social e moral – o ato de amamentar era pouco digno de uma dama, de uma mulher civilizada, tornando-se assim, uma prática de distinção social. Pudor – mostrar os seios para outras pessoas era um ato desrespeitoso à época, forçando a mulher ficar reclusa a cada amamentação impedindo-a de participar de um maior ciclo social. Moda – principalmente no século XVIII era *démodé* a mulher ficar cuidando do filho ao invés de aproveitar a vida social e conjugal.

Estudos de cunho sócio-históricos apontam a participação indireta dos homens na difusão dessa prática social, pois o cuidado e a amamentação dos filhos eram vistos como uma barreira à vida conjugal. Relatos explicitam descontentamentos, da parte dos maridos, às esposas que cheiravam a leite. Além disso, deve-se levar em consideração a existência de crenças sociais, que permeavam todas as camadas da sociedade, como por exemplo, a proibição das relações sexuais durante o período de aleitamento, pois acreditava-se que o esperma azedava o leite, obrigando assim os casais a terem longo período de abstinência sexual.³⁹

Da mesma forma acreditava-se que as amas deveriam ter valores morais e equilíbrio emocional para evitar que fatores negativos fossem passados às crianças através do leite. A esse respeito, Donzelot discute as mudanças sobre a percepção da infância que se desenharam a partir do século XVIII, e que visavam à preservação das crianças. De acordo com o autor floresceu em meados do século XVIII uma abundante literatura que tinha como tema a conservação dos pequenos. Inicialmente ela foi

³⁹ *Ibdi.*, p. 98.

produzida por médicos, passando depois pelo interesse de administradores e militares como o próprio Robespierre. O que chamava atenção desses indivíduos era a alta taxa de mortalidade das crianças, antes de se tornarem úteis ao Estado.

O esforço para compreender a realidade posta e de alguma maneira intervir a fim de preservar as crianças e transformá-las em indivíduos de utilidade para o Estado, especialmente os meninos, para incorporar as forças militares, levou a constatação de que uma das causas desse infortúnio estava no costume arraigado nas famílias de entregar as crianças aos cuidados de uma nutriz⁴⁰. De acordo com Donzelot, o recurso das nutrizas do campo para cuidar das crianças constituía um hábito dominante na população das cidades. As mulheres aderiram a esse costume por serem muito ocupadas em seus trabalhos, no caso de mulheres de comerciantes e de artesãos. Ou porque eram suficientemente ricas para evitarem o fardo da amamentação. As aldeias mais próximas forneciam nutrizas para os mais ricos enquanto os mais pobres deveriam buscar em territórios mais distantes.

Entretanto para aqueles que se debruçavam sobre o alto índice de mortalidade entre as crianças entregues a nutrizas, esse costume precisava ser discutido. Essas preocupações seguidas de conselhos e normas – sejam elas de higiene, de tratamento ou de educação – foram erigidas pela medicina e contavam com o apoio do Estado. Acreditava-se que todos os males (físicos e de caráter) que levavam à alta taxa de mortalidade das crianças, ou mesmo ao difícil relacionamento com elas, aos malefícios sociais, estavam relacionados ao fato de sua criação e educação ser designada aos serviços, que por sua vez contaminavam essas crianças com seus maus exemplos ou com suas fraquezas físicas e morais.

Espantamo-nos, muitas vezes, em ver os filhos de pais honestos e virtuosos manifestarem, desde os primeiros anos de vida, um fundo de baixeza e maldade. Não há dúvidas de que essas crianças tiram todos os seus vícios de suas nutrizas. Eles teriam sido honestos se suas mães os tivessem amamentado.⁴¹

A aliança firmada entre médico e família, a última representada pela figura da mãe, inaugurou novos papéis sociais para as mulheres burguesas, além de se

⁴⁰ O termo refere-se a mulher que amamenta; ama-de-leite.

⁴¹ BUCHAN, *Médecine domestique*, 1775 apud., DONZELOT, 1986.

transformar em proveitosa para as duas partes. Primeiro para os médicos que, contando com a “ajuda” da mulher, da mãe, conseguiram derrotar a hegemonia da medicina popular das comadres. Segundo para a mulher burguesa que passou a ter uma “importância” maior através dos cuidados maternos “um novo poder na esfera doméstica”. E mais:

Ao majorar a autoridade civil da mãe o médico lhe fornece um status social. É essa promoção da mulher como mãe, como educadora auxiliar médica, que servirá como ponto de apoio para as principais correntes feministas do século XIX.

Em Portugal era costume as famílias pertencentes às classes dominantes entregar seus filhos às saiolas, amas-de-leite vindas do campo. Essa prática foi introduzida no Brasil pelos portugueses.⁴²

1.2.1 A Mãe Preta: as amas-de-leite no Brasil Colonial

No Brasil, as índias tupinambás tinham por costume amamentar seus filhos até a idade de dois anos. A tarefa do aleitamento e de cuidado não impedia que elas realizassem seu trabalho na tribo, isso porque utilizavam a tipóia (pedaço de pano), que servia para carregar seus filhos sempre “presos” ao seu corpo, durante a realização de suas tarefas. A chegada dos portugueses no Brasil colaborou para a transformação desse cenário. Com os europeus chegou também a ideia de que a amamentação era negativa, sendo relacionada a instintos primitivos não dignos das distintas damas. Por isso, a utilização de amas passou a ser constante no Brasil colonial. Em um primeiro momento foi dado às índias cunhãs (jovens) a tarefa do aleitamento, mas assim que se começou a utilizar a mão de obra escrava africana, o aleitamento passou a ser a função das negras.⁴³

⁴² Almeida JAG, Novak FR. Amamentação: um híbrido natureza-cultura. *J Pediatra*. Rio de Janeiro, 2004; v (80) n (5Supl): 119-125.

⁴³ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos, São Paulo, UNESP, 2005.

De acordo com Freyre a relação estabelecida entre a negra escrava e a criança branca vai até mesmo influenciar a língua portuguesa. Como exemplo temos o “dói” do adulto que vira o “dodói” da criança, além de muitas outras palavras que ainda hoje constam em nosso vocabulário como *pipi*, *bumbum*, *neném*, *mimi*, *au-au*, *cocô* e *nhonho*.⁴⁴

É possível verificar uma significativa diferença entre a ama europeia (incluindo as portuguesas) e a mãe preta. As escravas eram propriedades dos senhores e tratadas como animais. À ama negra era atribuída inúmeras denominações como vaca ou cabra leiteira. Eram exploradas no trabalho doméstico e utilizadas como fonte de renda para os senhores patriarcais.⁴⁵

Para que a mãe preta cuidasse do filho branco, era imposto pelos seus donos, o afastamento sistemático do seu filho negro, já que assim ela se tornava mais lucrativa. Essa imposição tirava dos escravos a única possibilidade de estabelecimento de laços familiares acessíveis a eles. Muitas negras colocavam seus filhos na Roda dos Expostos⁴⁶ a mando de seus donos, para assim tornar esse negócio cada vez mais rentável. A “proliferação de nhonhês, implicava o abandono ou a morte de moleques”⁴⁷. Dessa forma, esse hábito “naturalizado” ocorreu à custa do sacrifício e de uma “grande violência, subestimada apenas por não aparecer necessariamente sob a forma de chicote”⁴⁸.

Para explicar a utilização de ama-de-leite no Brasil, Freyre utilizou como argumento, características biológicas e raciais em detrimento da estética, da moda, do pudor e da moral que vigorava nas análises sobre as amas-de-leite europeias. O aspecto frágil das mulheres brancas, que engravidavam muito jovens e tinham um filho após o outro, impossibilitava que elas exercessem essa função. Já as mulheres negras, seriam eugenicamente melhores no poder da lactação. Assim afirma o autor: “a tradição

⁴⁴ FREYRE, op. cit. p. 356.

⁴⁵ MAGALHÃES EKC, GIACOMINI SM. A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio? In: Barroso C, Costa AO. *Mulher mulheres*. São Paulo: Cortez/ Fundação Carlos Chagas, 1983.

⁴⁶ Mecanismo utilizado para abandonar ou enjeitar (vocábulo usado à época) as crianças que ficariam sob a custódia das casas de caridade.

⁴⁷ MAGALHÃES; GIACOMINI, op. cit., p. 81.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 76.

brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite não há como a negra”⁴⁹. Essa justificativa que se estrutura na robustez e na excelência do leite da negra perdurou até meados do século XIX⁵⁰, ficando visível os estereótipos sobre a ama-de-leite escrava, evidenciando as diversas facetas da escravidão em nosso país. A imagem abaixo, datada do século XIX, retrata a ama-de-leite negra com o menino branco no colo. Para ter o “direito” de ser fotografada ao lado de uma criança branca, a mulher negra, foi provavelmente a sua ama. Essa imagem fez Alencastro⁵¹ afirmar: “o Brasil inteiro cabe nessa foto”.

Imagem I – Ama com criança branca no colo



Fonte: biblioteca digital – iconografia das amas-de-leite. Foto do século XIX. Autor desconhecido

⁴⁹ FREYRE, op. cit. p. 361.

⁵⁰ Pereira JS. *História, Ciência e Infância*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2008.

⁵¹ Historiador e Cientista Político brasileiro.

Em 1808 a população urbana passou por um aumento significativo graças à vinda da família real para o Brasil, juntamente com a corte imensa formada por aristocratas, diplomatas e outras famílias. Esse cenário permitiu o aumento da utilização de amas-de-leite, escravas e negras. Consta-se nesse período um aumento de crianças sendo deixadas na roda dos expostos⁵².

Badinter⁵³ relata que no final do século XVIII e, de maneira mais enfática, no século XIX aumentou o número de publicações que visavam a valorização da criança e, ao mesmo tempo, a conscientização do Estado sobre a alta taxa de mortalidade infantil. Estudos de vários médicos franceses sobre esse cenário influenciaram os médicos brasileiros no século XIX. Como pontua Orlandi, “foi no século XIX que o médico começou a ser um elemento importante para a família e a superar o próprio padre, tão influente até então”.⁵⁴

Os higienistas condenavam a prática da ama, assim como a roda dos expostos, incentivando o aleitamento materno e transferindo a responsabilidade com a criança das amas para os pais. Com isso, a partir do século XIX, o cenário da alta mortalidade infantil, o fortalecimento da medicina higienista, o surgimento da pediatria como especialidade e o fim da escravidão culminaram na desvalorização da ama-de-leite. Ao mesmo tempo, houve espaço para um novo discurso que valorizava a amamentação das mães como parte de sua tarefa “natural” e o caminho para uma boa maternidade.

É nesse contexto que vemos surgir também, a valorização do “amor materno”, passando a maternidade e o aleitamento a serem compreendidos como “função natural da mulher”. Estabeleceu-se assim, o papel da mãe como responsável pelo sucesso dos filhos e também pelo seu insucesso.

Os discursos da medicina higienista silenciavam as vozes das amas-de-leite. Elas eram lembradas apenas como causadoras da morte das crianças brancas e responsáveis pelo desenvolvimento inadequado das mesmas. Não era objeto de atenção dos médicos

⁵² Carneiro MER. Uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista. *Textos de História*. 2007, v(15) n(1 e 2): 121-142.

⁵³ BADINTER, op. cit., p. 100.

⁵⁴ ORLANDI, O. Teoria e prática do amor à criança – Introdução à pediatria social no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 57.

higienistas, a situação das amas, que também sendo mães, deixavam em segundo plano a amamentação e o cuidado com seus próprios filhos. De acordo com Vieira:

A prática da ama-de-leite passou a ser condenada, mas não porque o aluguel e a exploração econômica da atividade de amamentação de filhos ilegítimos levavam à multiplicação do abandono e morte das crianças negras, mas porque, agindo assim, as famílias brancas estariam expondo suas/seus filhas/os aos cuidados de amas deprimidas, contrariadas e inaptas e ao contato familiar com negras/os⁵⁵

Segato⁵⁶ argumenta que a medicina higienista surge como um olhar de fora para as famílias de elite que sonhavam com a modernização e a ocidentalização. Entretanto, essas famílias não conseguiram se desapegar dos serviços prestados pelas amas, tão facilmente. De acordo com a autora apesar da pressão dos médicos higienistas essa elite buscou conciliar a criada e os cuidados com a saúde. Nesse momento ocorreria uma transformação da ama-de-leite para a ama seca, tornando-a uma “mãe substituta” e corporificando a babá como uma espécie de manutenção de privilégio.

Existe um vazio na literatura sob o ponto de vista da ama-de-leite ou da ama seca, suas histórias, emoções e relações. Gonzalez, argumenta, a partir das imagens das amas-de-leite nas obras de Gilberto Freyre, que esse é o único momento em que as mulheres negras, são “vistas como gente boa e vira gente”.

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos. E nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí a fora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto bá, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça,

⁵⁵ VIEIRA, op.cit., p. 87-88.

⁵⁶ SEGATO, Rita. O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. In.: STEVENS, Cristina (org.). Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares, Florianópolis, Ed. Mulheres, 2007.

só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe preta” é a mãe⁵⁷.

O período pós-abolição fez crescer a atividade de ama-de-leite agora exercida por mulheres negras livres, mulheres pobres e imigrantes. Entre 1849 e 1863 houve duas tentativas de regulamentação das amas-de-leite que foram duramente criticadas pelos médicos higienistas.

1.2.2 Buscando a Regulamentação das Amas-de-leite

No final do século XIX e início do século XX empreendeu-se no Brasil uma tentativa de normatizar e fiscalizar a atividade da ama. O importante médico da puericultura⁵⁸ no Brasil, Dr. Moncorvo Filho inaugurou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro em 1901, iniciando, entre outras atividades, exames nas amas-de-leite que recebiam o resultado de atestadas ou rejeitadas (em caso de doenças). Em São Paulo, iniciativa parecida se deu em 1905, com o dr. Clemente Ferreira que criou um serviço de exame médico para as amas-de-leite⁵⁹.

Em 1922, no Rio de Janeiro, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. À época se comemorava o centenário da independência. Ficou evidente, nesse evento, as tentativas da área da puericultura para estabelecer uma lei que protegesse e regulamentasse o trabalho das amas. O já citado dr. Moncorvo Filho, se posicionou, em documento, contra as opiniões que demonizavam o “aleitamento mercenário”, afirmando que só as amas não examinadas colocavam em risco a saúde das crianças.

No ano de 1923, estabeleceu-se o decreto nº 16.300 que aprovava o regulamento do Departamento de Saúde Pública, cujo capítulo IX era inteiramente dedicado à

⁵⁷ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Apresentação na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e problemas da população negra no Brasil” IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro, p., 285, 1980.

⁵⁸ Subespecialidade da pediatria, preocupa-se com o acompanhamento integral do processo de desenvolvimento da criança.

⁵⁹ ORLANDI, op. cit., p. 60.

regulamentação das amas. Assim como cita Novaes⁶⁰: “Artigo 361. O Estado não reconhece a indústria das amas-de-leite; e, tolerando-a, estabelece as exigências que se segue (...)”. Mais à frente definem-se as exigências: “compondo regras para a proteção do filho da ama (o último tem que ter pelo menos 4 meses), inspeção da saúde dos lactentes e das condições de saúde, psicológica e econômicas das amas e sua prole”. Nas décadas de 1930 e 1940 do século XX, foram inaugurados no Brasil os primeiros lactários⁶¹, inspirados na experiência francesa, como nos mostram as figuras 1 e 2.

Imagem 2 – Amas de leite em lactários no século XX

Figura 1: Amas de leite



Fonte: Fundo Pérola Byington/ Cruzada Pró-infância, Acervo do Museu de Saúde Pública “Emílio Ribas”, São Paulo-SP. [1943]

Após realizados exames clínicos e laboratoriais, as puérperas, e em especial as amas, vendiam o leite excedente. Essa alternativa serviu para afastar a imagem da ama-de-leite como responsável pelo mal que acometia as crianças. A partir de então, ela passou a ser retratada como a virtuosa “doadora” de leite.

⁶⁰ NOVAES, op.cit., p. 153.

⁶¹ Hoje chamamos de Banco de Leite Humano.

Imagem 3 – Amas em lactário no século XX

Figura 2: Amas de leite



Fonte: Fundo Pérola Byington/ Cruzada Pró-infância. Acervo do Museu de Saúde Pública "Emílio Ribas", São Paulo-SP. 1943.

Após esse período, a prática da utilização de amas-de-leite despencou consideravelmente. Isso se deu por inúmeros motivos, a modernização nos substitutos do leite materno como leite de vaca em pó atestado e recomendado por pediatras, mamadeiras, melhor qualidade no armazenamento do leite. Um outro motivo foi a entrada maior das mulheres no mercado de trabalho e os movimentos sociais, de cunho feminista, que exigiam uma transformação do espaço ocupado pelas mulheres na sociedade.

1.2.3 A Babá de Hoje

O mundo presenciou profundas transformações nas relações de trabalho no século XX, se estendendo também para o trabalho doméstico. O contexto da Primeira

Guerra Mundial foi marcado pelo encerramento do ciclo do trabalho servil. A imagem do laçao e da criada tornavam-se imagens “antiquadas”.⁶²

A era democrática com a percepção do trabalho assalariado como status de cidadania desenhava um trabalhador independente e, dessa forma, o trabalho de serviço precisava se adequar às novas normas. Assim, o século XX repensou o trabalho doméstico assalariado de duas maneiras, como bem observa Fraisse:

Em relação às “empregadas domésticas”, era preciso aproximar a quantidade e a qualidade do trabalho efetuado de um emprego clássico, emprego que se ganha ou que se perde, emprego que não obriga mais à identidade de servidão como destino. Em relação ao trabalho em si, o empregador foi progressivamente obrigado a reconhecer outras normas além da aparência social, contabilização de horas, como também regulação do comportamento em relação à dignidade humana.⁶³

O que a autora pretende explicitar com esse argumento é que esse duplo movimento, tinha como objetivo suprimir a contradição entre serviço e democracia. Ainda segundo a autora, os anos 2000 assistiram a uma reviravolta nessa situação, quando o emprego doméstico, que parecia ter desaparecido, na Europa, graças a sua normalização em horas de trabalho, tornou-se um paliativo das carências do Estado, remédio para a desestruturação familiar.

A velocidade do progresso e das transformações sociais pelas quais passaram a sociedade não foi capaz de fazer desaparecer a figura das mulheres que cuidam de lares que não são seus e dos filhos dos outros. É certo que existem inúmeras tentativas de apagá-las da história, mas assim como questiona Segato⁶⁴ sobre o lugar ocupado pelos negros e pelas babás, sabe-se que no imaginário social o lugar deles é na periferia, ocupando tarefas menores como as de faxineiras, cozinheiras e criadas. Na atualidade as babás são as “mucamas permitidas” no entender de Gonzalez⁶⁵ que vivenciam a anulação do corpo e ocupam um lugar racializado que remete ao seu passado

⁶² FRAISSE, Geneviève. Domesticidade, emprego de serviço e democracia. In.: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora SENAC, 2003.

⁶³ *Ibid.*, p. 180.

⁶⁴ SEGATO, *op.cit.*, p. 84.

⁶⁵ GONZALEZ, *op. cit.*, p. 95.

escravizado. É possível depreender disso, que houve uma continuação do corpo escravo para o corpo produtivo a despeito desse tema ter permanecido, durante muito tempo, fora das leis que regulamentam as demais categorias de trabalho livre.

Como nos alerta Vieira⁶⁶, é escassa a literatura que analisa o tema da ama-de-leite na história, o que se comprova com o levantamento bibliográfico realizado para esse trabalho. Foram encontradas pesquisas sobre o tema em trabalhos sobre artes, antropologia, antropologia visual, literatura e história. Entretanto, não são encontradas nesses trabalhos análises sobre as implicações advindas da prática da “maternidade transferida”⁶⁷, que atualizam desigualdades seculares no acesso das mulheres a direitos sociais.

No que se refere à perspectiva feminista ainda é muito tímida a presença da babá como objeto central de análise, mesmo quando essas análises se referem à maternidade. Na vertente que estuda o trabalho doméstico, o trabalho da babá, que possui peculiaridades, como a demanda de maior envolvimento corporal e afetivo, residência no mesmo local de trabalho e jornadas diferenciadas, ainda tem sido pouco investigado. Particularmente, no caso brasileiro onde, de acordo com as pesquisas, esse nicho de trabalho é representado por um número expressivo de mulheres negras. Dar visibilidade à essa questão se configura como uma tentativa de superar a invisibilidade “promovida” pelo capitalismo, racismo e sexismo.

Mesmo diante do apagamento social que as babás sofreram elas desempenharam ao longo da história, e desempenham ainda hoje, um importante papel no que diz respeito à formação de identidades e subjetividades de nossas crianças. Além disso, propiciam a entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho. De acordo com o IBGE existe hoje, no Brasil um contingente de 5,9 milhões de brasileiras que se dedicam ao trabalho doméstico.

Em 2016, a PEC das domésticas completou 3 anos de promulgação, mas ainda assim, 61,8% das trabalhadoras não possuíam carteira de trabalho assinada⁶⁸. Esse

⁶⁶ VIEIRA, op. cit., p. 89.

⁶⁷ Conceito utilizado por Suely Costa (2002) que trata de práticas ao longo da história onde mulheres delegam as responsabilidades do espaço doméstico para outra mulher.

⁶⁸ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), do IBGE. Dados referentes ao último trimestre de 2016.

quadro dá a dimensão de quão enraizada está na sociedade brasileira a inferioridade desse tipo de trabalho e de profissional. À época das discussões que tomavam conta do espaço público sobre o debate da referida PEC, Benedita da Silva relatora da proposta que deu origem ao Projeto de Emenda Constitucional, ex-doméstica e primeira mulher negra eleita para o Senado Federal em 1994 deu um depoimento que cabe aqui como ilustrativo para pensarmos a situação social em que se encontram as domésticas no Brasil. De acordo com a parlamentar:

Desde 1888 quando foi decretada a Lei Áurea no Brasil, foram as mulheres negras que seguraram a economia doméstica. Na verdade, estavam livres, mas sem emprego, sem escola, sem moradia, sem lugar para colocar seus filhos. Essa é uma história muito perversa e cruel porque aprenderam na casa grande que tinham de cuidar dos filhos da sinhazinha, com amor e carinho, enquanto seus filhos eram vendidos. Isso foi uma coisa que dinheiro nenhum paga. Evidentemente, essa cultura ficou na sociedade brasileira. Então, todas as vezes que a trabalhadora doméstica vai buscar os seus direitos, o empregador tenta minimizar essa luta, dizendo que as tratam bem, que é uma pessoa da família. Mas essa pessoa da família é relegada a um verdadeiro cubículo, com uma jornada sem hora para acabar, sem folga semanal e remuneração adequada, férias e 13^o.⁶⁹

Como já foi explanado anteriormente o cenário de nascimento da PEC foi marcado por inúmeras tentativas de deslegitimar a luta empreendida por movimentos sociais, movimento feminista e por trabalhadoras domésticas na busca por igualdade. Argumentos que iam desde a impossibilidade de estabelecer uma relação de trabalho mais formal por ser o patrão (a) pessoa física, a aproximação e o afeto e o consequente aumento das demissões eram utilizados corriqueiramente. O sociólogo Bernadino Costa⁷⁰ à época afirmou que:

[...] criticar a ampliação de direitos da categoria sob o argumento que vai encarecer as contratações é recorrer a um discurso eticamente insustentável, encharcado da herança escravagista, baseado principalmente na exploração das mulheres negras.

É preciso reconhecer os avanços que ocorreram após a promulgação da lei. Pesquisas e estudos sobre o tema são fontes de informações e de constatações das

⁶⁹ Disponível em: www.cut.org.br/acontece/2013. Acessado em: 24/03/17

⁷⁰ Disponível em: www.memoria.ebc.com.br. Acessado em 24/03/17

referidas mudanças. Mesmo assim, alguns fatores peculiares à essa profissão permanecem. O corte racial desse tipo de função é fruto de desigualdades enraizadas há muito e que limitaram as oportunidades de ascensão social de grande parte de negros e negras no Brasil. Em 2015, por exemplo, o emprego doméstico era a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil. Nos últimos 20 anos, a renda média das trabalhadoras domésticas teve crescimento de 64% em virtude da valorização do salário mínimo e do aumento da formalização do setor. Com isto, foi a categoria que apresentou os mais expressivos ganhos salariais no período. Apesar disto, a renda média, em 2015, não alcançava sequer o salário mínimo (R\$ 739 contra R\$ 788).⁷¹

De acordo com o estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, houve um aumento na proporção de carteiras assinadas: em 1995, 17,8% tinham registro em carteira, em 2015 o percentual subiu para 30,4%. Ainda de acordo com esse estudo, apesar das mulheres negras constituírem o maior número entre as trabalhadoras domésticas, apenas 29,3% delas tinham carteira assinada em 2015 enquanto que para as mulheres brancas esse percentual é de 32,5%.

Além das desigualdades que permanecem, outras configurações desse tipo de trabalho vão sendo engendradas na atualidade. Com a crescente dificuldade de se encontrar domésticas e babás que aceitem dormir no trabalho, famílias de classe média brasileiras estão contratando empregadas/babás filipinas. Essa é uma prática que tem aumentado no Brasil. A empresa Global Talent já trouxe 70 filipinas para o Brasil para ocuparem os cargos de babás, empregadas e cozinheiras. A agência cuida da seleção das mulheres em Cingapura e da papelada do Ministério do Trabalho. A família contratante paga R\$ 6.000,00 reais e a passagem da empregada. Os patrões garantem cumprir com a legislação trabalhista. Reportagem recente sobre essa temática no jornal A Folha de São Paulo mostrou como as famílias brasileiras de classe média brasileira que contratam babás filipinas estão satisfeitas. De acordo com uma das entrevistadas pelo referido jornal:

A língua é o de menos, passaram mais de dez babás por aqui e nenhuma dava certo, porque ficavam de má vontade. A Liza está

⁷¹ Dados da FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) divulgados em evento paralelo ao primeiro Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado na Cidade do México em 27/04/2017.

sempre bem humorada e eu preciso até pedir para ela parar de trabalhar. O povo filipino gosta de servir.⁷²

Apesar da aparente transparência no processo de contratação dessas trabalhadoras, no final de julho de 2017 vieram à tona denúncias sobre as condições de trabalho das domésticas filipinas em condomínios de luxo em São Paulo. As domésticas denunciaram o fato de trabalhar por meses sem descanso e sem alimentação suficiente. Segundo auditores do Ministério do Trabalho, elas chegavam a trabalhar 16 horas por dia.

A Defensoria Pública da União, anunciou que deve entrar com ações individuais pedindo verbas rescisórias e danos morais aos empregadores. Os casos também foram passados para o Ministério Público do Trabalho. Cento e trinta empregadores estão sendo investigados e serão intimados a apresentar os documentos de cento e oitenta trabalhadoras domésticas, a maioria filipinas, mas há também algumas imigrantes nepalesas.⁷³

Fica patente que os laços que dão corpo ao trabalho do tipo doméstico são aqueles arraigados na servidão e no servilismo. Como bem ilustra Fraisse, a etimologia da palavra “serviço” é latina, “servitium” que tem o significado de escravidão⁷⁴. Apesar da normatização, os fatos nos mostram que o serviço doméstico ainda pode designar uma situação de escravidão. Mesmo diante de avanços, deparamo-nos com o saudosismo de uma época em que se contratava babás e empregadas para servir em tempo integral, anulando assim todas as possibilidades de sociabilidade desses sujeitos. É justamente esse sentimento de apego ao passado que motiva a contratação de mulheres de países distantes, que ficarão nas casas das famílias empregadoras. É nesse cenário que as desigualdades podem persistir.

O panorama atual se apresenta como paradoxal pois, ao mesmo tempo em que se percebem movimentos de transformação, regulando o trabalho a fim de promover sua valorização, depara-se com estratégias e atitudes moldadas pelo século XIX, remetendo-

⁷² Matéria divulgada no jornal A Folha de São Paulo, dia 10/05/2017. Disponível em: www.folha.uol.com.br. Acessado em 10/05/2017.

⁷³ Matéria disponível em: www.reporterbrasil.org.br no dia 31/07/2017. Acessado em 23/08/2017.

⁷⁴ FRAISSE, op.cit., p. 179.

se à imagem do serviçal e do laçai. Como exemplo, o post publicado por uma mãe, em um blog na internet, que pretendia dar dicas de como tratar uma babá caso fosse ela, “item necessário” na viagem, como a própria mãe/blogueira definiu. No texto, a autora recomendava o tipo de alimentação que deveria ser oferecida à babá, caso ela acompanhasse a família empregadora à um restaurante caro:

[...] em outras oportunidades em que você quer que ela (babá) coma antes porque o restaurante é caro ou porque vão outros casais você pode dizer sem problemas, tipo assim, “hoje vamos a um restaurante com comidas muito diferentes que vai demorar ou muito caro e etc, então vamos passar para você comer em algum lugar, você prefere pizza ou McDonalds”, porque, lembre-se ela está trabalhando.⁷⁵

Chama atenção no relato o argumento da relação formal de trabalho, submetida às normas legais, sob o discurso de que ela é paga para trabalhar. Entretanto, fica claro o desprezo dispendido à babá. Percebe-se que apesar dos avanços, ainda é necessária muita luta e envolvimento social para garantir que os direitos conquistados sejam assegurados e, principalmente, que essas trabalhadoras sejam tratadas com dignidade. Especialmente no contexto atual, onde inúmeras mudanças e reformas no que diz respeito à regulamentação do trabalho e à proteção social estão sendo pensadas e discutidas. Fato que se configura em preocupação para todos os envolvidos que receiam que os direitos conquistados sob duras penas possam ser perdidos. Esse movimento não é algo específico do Brasil, pois se observa também em outros contextos, mudanças no que tange à organização e a proteção do trabalhador, reconfigurando as relações de trabalho e causando o que alguns autores denominam de precarização.

⁷⁵ Texto disponível no blog: @brasilianas.org. Acessado em 23/05/2017.

1.3 A Reconfiguração do trabalho no mundo e no Brasil

Diversos autores⁷⁶ compartilham a posição de que, principalmente a partir do final da década de 1960, o fordismo⁷⁷ deu sinais de esgotamento nos países de capitalismo avançado. Muito disso se deve à diminuição das taxas de lucro, a saturação dos mercados internos, o aumento da competição, a crise do Estado Providência, as contestações causadas pela rigidez do trabalho e as manifestações de grupos como feministas e antirracistas que, em sua maioria, não partilhavam dos benefícios do fordismo, aliados a forte recessão de 1973, e a crise do petróleo⁷⁸. Além da adoção de políticas neoliberais fundamentais para reconfiguração do trabalho e da produção.

De acordo com Harvey⁷⁹, a crise do sistema fordista impulsiona a conformação de um novo modelo de acumulação, o de acumulação flexível. Esse modelo está relacionado à flexibilização do trabalho, da produção e do consumo, à desregulamentação dos direitos, ao aumento da utilização da tecnologia da informação, à racionalização das atividades, à subcontratação e ao “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas, de inovação comercial, industrial e tecnológica”⁸⁰.

Para Meulders, o termo “flexibilidade” apresenta um caráter conjuntural significativo, que foi fortemente repetido na primeira metade dos anos 1980. Segundo a autora:

A flexibilidade é apresentada como uma panaceia, como oposição à rigidez, como sinônimo de capacidade de adaptação, maleabilidade, modernidade – enquanto o mercado de emprego se degrada; ela põe em questão as legislações trabalhistas e o sistema de proteção social

⁷⁶ Dentre eles: Paula Marcelino (2004); Druck (1999); Harvey (1992); Bhir (1998).

⁷⁷ Conjunto de mudanças nos processos de trabalho. Refere-se aos sistemas de produção em massa (linha de produção) e gestão idealizados em 1913 que objetivava racionalizar a produção capitalista. Mudanças que afetaram não só as indústrias, mas também o setor de serviços.

⁷⁸ SOUZA, Tatielle. Identidade e Subalternidade: a construção da identidade de trabalhadores serventes de limpeza. Dissertação de Mestrado, UFG, 2011.

⁷⁹ HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna, São Paulo, Loyola, 1992.

⁸⁰ Ibid., p. 140.

européus, contrapondo sua inércia ao dinamismo do modelo norte-americano.⁸¹

Assim, o processo de reorganização da produção e do trabalho afeta diretamente os trabalhadores. Como sinaliza Maciel⁸² há um aumento gradativo no que diz respeito ao trabalho precário no mundo. Nos países periféricos acontece uma precarização estrutural do trabalho. Por outro lado, nos países ricos e de capitalismo avançado o que se vê é um aumento significativo do trabalho informal e precário. O que em outros termos, segundo o autor:

Significa que o centro do capitalismo presencia agora uma precarização conjuntural do trabalho. Esta nova realidade nos obriga repensar a sociedade contemporânea com conceitos novos. Estes só podem derivar da observação das novas situações empíricas de trabalho que o mundo atualmente nos apresenta.⁸³

O trabalho precário, ou seja, aquele sem proteção social, sempre esteve presente em países periféricos como o Brasil. Desde a instauração da sociedade de trabalho moderna no Brasil, o que remete a Era Vargas, o que experienciamos é a inclusão parcial e lenta das classes populares no trabalho formal. Desta feita, uma parte significativa da nossa sociedade ficou excluída da possibilidade de acesso ao trabalho formal e digno. Essa parcela excluída é o que Jesse Souza denominou “ralé brasileira”⁸⁴.

A exclusão de parcelas da sociedade brasileira do acesso ao trabalho formal pode ser exemplificada, no caso do trabalho doméstico e de cuidados, com a criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas. Quando houve a elaboração da CLT havia se passado 55 anos do fim da escravidão. Muitos trabalhadores domésticos que testemunharam a consolidação das Leis Trabalhistas haviam nascido escravos ou eram descendentes de escravos. Tais indivíduos não se viram contemplados pela formalização, visto que, o artigo 7º os

⁸¹ MEULDERS, Danièle. A Flexibilidade na Europa. In.: MARUANI, Margareth. HIRATA, Helena. As Novas Fronteiras da Desigualdade: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho. São Paulo, Editora SENAC, 2003.

⁸² MACIEL, Fabrício. A Nova Sociedade Mundial do Trabalho: para além de centro e periferia?, São Paulo, Annablume, 2014.

⁸³ Ibid., p. 17.

⁸⁴ SOUZA, Jessé. A Ralé Brasileira: quem é e como vive, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

excluía, assim como, os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e os servidores de autarquias paraestatais, das normas presentes na Consolidação.

Segundo Casagrande⁸⁵, o enunciado da lei, da CLT, deixa claro como esse tipo de trabalho sempre foi desvalorizado na nossa sociedade. Ao especificar os trabalhadores domésticos como aqueles que “prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas” desenvolveram pressupostos de que o empregador, nesse caso a família, não tem uma finalidade econômica, de geração de lucro, mas também, mesmo que de modo implícito, que o trabalho doméstico não tem o mesmo valor que os demais. Para o autor fica clara a discriminação do legislador quando se percebe que ao definir a figura do empregador⁸⁶, ou seja, a empresa como ente produtivo, colocou em um patamar de igualdade entidades que não têm finalidade econômica como “as instituições de beneficência, as associações recreativas e outras instituições sem fins lucrativos, que admitem trabalhadores”⁸⁷. Assim, tanto o empregador doméstico como uma instituição beneficente não possuem fins de lucro, porém, seus empregados são tratados de maneira distinta. O exemplo dado por Casagrande nos ajuda a ilustrar bem a situação:

(...)basta se pensar em um condomínio de um edifício residencial (que não tem finalidade econômica): o faxineiro contratado pelo síndico tem todos os direitos trabalhistas, porém a faxineira de um apartamento do mesmo edifício é dispensado outro tratamento legal. Além do mais, é óbvio que para o trabalhador doméstico, seu trabalho tem valor econômico, pois é ele que lhe garante a subsistência, ainda que o mesmo fosse prestado apenas em troca de pão e teto⁸⁸.

De acordo com Saffioti⁸⁹, em 1960 a lei passou a permitir a inscrição, na condição de assegurado facultativo, dos trabalhadores domésticos na previdência. Excluídos das normas regidas pela CLT, os trabalhadores domésticos passaram a ter leis específicas somente no período militar, pela lei n° 5.859 de 11 de dezembro de 1972 no

⁸⁵ CASAGRANDE, CÁSSIO. Trabalho Doméstico e Discriminação, Boletim CEDES [online], Rio de Janeiro, 2008. Acessado em 24/11/2010. Disponível em [HTTP://WWW.cedes.iuperj.br](http://WWW.cedes.iuperj.br).

⁸⁶ CLT, art. 2°.

⁸⁷ CLT, art. 2°.

⁸⁸ CASAGRANDE, op. cit. pg. 2.

⁸⁹ SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade, Rio de Janeiro, Rocco, 1979.

governo Médici. A definição do trabalhador doméstico ganhou contorno diferenciado da CLT. O serviço prestado por essa categoria deixou de ser compreendido como não econômico e passou a ser entendido como serviço sem fim lucrativo, pois que o trabalho doméstico por satisfazer necessidades tem finalidade econômica embora não tenha finalidade de lucro.

Assim a Lei nº 5.859/72 passou a definir o trabalhador (a) doméstico (a) como “aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. No entanto ele continuou a ser tratado de maneira diferenciada, não sendo estendido à categoria direitos trabalhistas concedidos a outros trabalhadores. O artigo 7º da Constituição Federal especificava como os principais direitos para a profissão: 1) férias de 20 dias úteis a cada 12 meses de serviço prestado; 2) benefícios assegurados pela Lei Orgânica da Previdência Social – aposentadoria, acesso à saúde, auxílios previdenciários; 3) pagamento de 8%, tanto para o empregado quanto para o empregador com objetivo de custear os benefícios da Previdência Social e multas por não cumprimento desse pagamento, variando entre 10% a 50% do valor do débito.⁹⁰

Apesar do avanço, essa legislação se mostrou tímida, equiparou os direitos com fins previdenciários dos trabalhadores domésticos com os trabalhadores urbanos, mas, no que diz respeito aos direitos trabalhistas não lhes concedeu nenhum direito além das férias, mesmo assim em período menor do que os trinta dias concedidos aos demais trabalhadores. Casagrande⁹¹ chama a nossa atenção para o fato de que na mesma época, os trabalhadores rurais, que também foram discriminados pela CLT, configuraram-se objeto de tutela legal bem mais ampla, uma vez que lhes foram reconhecidos pela Lei nº 5.889/73 múltiplos direitos do trabalho urbano. Ainda segundo o autor, isso aconteceu porque os sindicatos rurais estavam no meio dos conflitos sociais que levaram ao golpe de 64, tornando-se motivo de preocupação para o regime que o seguiu.

Muito tempo se passou desde a criação da CLT. Somente em 2013 um Projeto de Emenda Constitucional buscou alterar o artigo 7º da Constituição. Mesmo se adequando, na atualidade ao que se considera trabalho formal, tendo em vista sua

⁹⁰ Dados disponíveis em : <http://www.mte.gov.br>.

⁹¹ CASAGRANDE, op. cit. pg. 3.

regulamentação e proteção social, a não observância dos direitos desses trabalhadores continua presente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-2016)⁹² apontou que a categoria continua sendo a que menos recebe e também a mais informal, com o maior percentual de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (41%). Entre as que não têm carteira de trabalho assinada apenas 23% contribuem para o INSS.

Diante desse cenário, é importante assinalar que a condição de classe é o pano de fundo dessa análise. Os indivíduos que foram historicamente alijados do acesso ao trabalho formal estão alocados numa classe menos privilegiada, ou citando novamente Jessé Souza, seriam os batalhadores. Por não possuírem as condições para ascender ao mercado formal e por viverem, em certa medida, em situação de vulnerabilidade social, são tentados, a aceitar condições precárias de trabalho, como no caso das empregadas domésticas e babás que aceitam trabalhar mesmo quando não possuem todos os seus direitos assegurados.

O que chama atenção na perspectiva jesseniana a respeito da ralé, que ele define como uma classe inteira de indivíduos que são desprovidos de capital econômico e cultural, é o fato de como se reproduz uma classe despreparada para assumir funções produtivas no capitalismo moderno que é altamente competitivo. Dessa feita, esses indivíduos só podem ser assimilados ao mercado como “corpo”, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular”⁹³. Sendo assim:

(...) É desse modo que a classe é explorada pelas classes média e alta: como “corpo” vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são insofismáveis⁹⁴.

Ainda tendo como referência Jessé Souza, a empregada doméstica nos dá uma dimensão de como a classe média brasileira, comparando com suas similares europeias,

⁹² Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br>

⁹³ JESSE, op. cit. p.24.

⁹⁴ Ibid., p. 24.

tem o privilégio de poupar o tempo das cansativas e repetitivas tarefas domésticas e de cuidados, que pode ser reinvestido em trabalho produtivo fora do lar.

Os embates de classe que se dão no cotidiano, e por isso, não causam estardalhaço, não são percebidos pela sociedade que naturaliza a desigualdade e “aceita” produzir gente qualificada e apta para ascensão no mercado de trabalho, e de outro lado, gente não qualificada que estará “disponível” para assumir tarefas desvalorizadas socialmente. Em grande medida, isso não é culpa apenas dos governos, mas sim, como diz Jessé Souza, dos consensos sociais vigentes, que escolhem os temas dignos de debate, bem como, a forma como vamos compreendê-los ou não. Parece que no caso brasileiro, escolhemos debater-los de forma superficial e torná-los invisíveis.

O Brasil, compreendido como uma sociedade periféricamente moderna, não mais coloca em oposição os trabalhadores e burgueses e sim uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes que, mesmo de maneira diversa, são incluídas.

Paradoxalmente é fato que, se inaugurou um novo panorama geral do trabalho na periferia do capitalismo. Sociedades como a brasileira, experimentaram especialmente na década de 2000 um significativo aumento nas possibilidades de acesso ao trabalho digno. Como nos informa Maciel⁹⁵, vários indicadores sugerem um aumento nos postos de trabalho formal, bem como, a consequente inclusão de pessoas advindas de classes populares em melhores condições de vida. Concomitantemente, o aumento também percebido na década de 2000, da chamada “classe C” tem sido o principal indicativo de uma mudança social significativa na história da precarização estrutural do trabalho no Brasil. Entretanto, ainda de acordo com o autor, o crescimento significativo dessa nova classe somado ao seu poder de produção e consumo e a sua força política, se torna a principal característica do início de um novo processo de estabilização do trabalho no Brasil. Em suma:

(...) uma desprecarização conjuntural de nossa precarização estrutural histórica. Este processo é conjuntural na medida em que, ainda que apresente números significativos de ascensão e inclusão social, não abrange todas as frações das classes populares no Brasil, deixando de fora a nossa ralé.⁹⁶

⁹⁵ MACIEL, op. cit., p. 17.

⁹⁶ Ibid., p. 17

São essas duas realidades postas, que o autor denomina de “nova sociedade mundial do trabalho”. De um lado a desestabilização do trabalho no centro do capitalismo, e, de outro, um processo de estabilização conjuntural em países da modernidade periférica.

1.4 Relações de Trabalho e Gênero

As relações de trabalho ganham destaque como categoria importante para interpretação e análise acerca dos diferentes aspectos que envolvem o processo de trabalho, os trabalhadores, as novas tecnologias que dinamizam a produção, assim como as condições históricas e estruturais que configuram a exploração do trabalhador. Por outro lado, os estudos que utilizam a categoria gênero têm histórico recente na academia brasileira; o início se deu a partir dos anos setenta influenciado pelo Movimento Feminista. Como nos diz Lemos e Ferreira “a imbricação dessas categorias revela um terreno fértil para análises nas diversas áreas das Ciências Sociais.”⁹⁷

A reestruturação do processo produtivo, que ocorreu nas últimas décadas, bem como a utilização de novas tecnologias e novos modelos de gestão propiciaram um aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho. Somam-se a essas mudanças as lutas pela emancipação feminina, a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da escolaridade, que foi estimulada pela transformação cultural ocorrida no Brasil a partir dos anos sessenta e que levou as mulheres aos bancos da Universidade. Assim, elas puderam sair do espaço privado do lar e participar das relações produtivas de trabalho. No entanto, não se deve perder de vista que, de modo geral, essa inserção está relacionada à precariedade, pois as mulheres adentram nesse espaço na perspectiva das subcontratações, dos empregos temporários e terceirizados como chamam atenção os

⁹⁷ LEMOS, Marcelo. FERREIRA, Eliane. Desvendando Desigualdades: um estudo sobre a articulação de gênero e trabalho na sociologia brasileira, Fazendo Gênero 9 – Diáspora, Diversidade e Deslocamento, 2010.

trabalhos sobre gênero que discutem o histórico da subordinação das mulheres no mercado de trabalho⁹⁸.

Exemplo disso é o importante estudo de Kartchevsky- Bulport⁹⁹ sobre trabalho feminino, em que investiga a situação das trabalhadoras de fábricas na França. A autora defende a tese de que toda a mudança tecnológica é acompanhada da utilização da mão de obra feminina e cita a indústria algodoeira como exemplo, pois, a partir da introdução de máquinas automáticas, percebe-se um aumento do trabalho feminino em funções não qualificadas em todos os setores. Por outro lado, observa-se um movimento de qualificação da mão de obra masculina. Para a autora, esse fato também pode ser percebido no setor terciário que é amplamente constituído pelo trabalho feminino, onde as mulheres só têm acesso às funções qualificadas em setores específicos. Assim, trabalhos executados na puericultura, na lavanderia e nas cozinhas industriais correspondem a baixos salários não por serem efetuados por mulheres, somente, mas porque é uma extensão das atividades naturais realizadas por elas.

Ainda segundo a autora, não é o fato de as mulheres ingressarem em um setor que o faz desvalorizar, é justamente por ele estar desvalorizado que elas nele adentram. Como mostra Abramo, em estudo sobre a situação da mulher no mercado de trabalho da América Latina, o aumento da presença das mulheres na produção não foi acompanhado por uma diminuição das desigualdades, pois:

[...] os processos de modernização tecnológica e organizacional não haviam alterado a tradicional divisão sexual do trabalho no sentido da abertura de maiores oportunidades de acesso à mulher às novas profissões e ocupações, ou a postos mais bem remunerados ou de maior responsabilidade hierárquica.¹⁰⁰

⁹⁸ Para maiores contribuições sobre esse assunto ver: Heleieth Saffioti - *Emprego Doméstico e Capitalismo*, Petrópolis/RJ, Vozes, 1978. Elizabeth de Souza Lobo - *A classe operária tem dois sexos*, Perseu Abramo, 2ª edição, 2011. entre outros.

⁹⁹ KARTCHEVSKY-BULPORT, André (org). *Trabalho Feminino, Trabalho das Mulheres: Forças em Jogo nas abordagens dos Especialistas*, Rio de Janeiro, 1986 In.: KARTCHEVSKY-BULPORT, André (org). *O Sexo do Trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

¹⁰⁰ ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana. In.: DELGADO, Didice; CAPPELINN, Paola; SOARES, Vera (orgs.). *Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa*, São Paulo, Boitempo, 2000.

Sendo assim, alguns nichos vão sendo preenchidos por mulheres e acabam definindo quais seriam os trabalhos femininos. Perrot questiona-se sobre o que é um trabalho de mulher. Para a autora, as profissões consideradas “boas para as mulheres” obedecem a certos critérios e determinam limites, pois elas devem permitir que as mulheres realizem bem sua tarefa profissional, que é compreendida como menor e a doméstica, que é primordial.¹⁰¹

Ainda de acordo com a autora, até mesmo na escola secundária a feminização do estudo repousa na ideia de que a mulher deve se dedicar à família. Assim sendo, as ditas “profissões de mulher” se ligam às “funções naturais” como as maternais e domésticas. A mulher que cuida, que consola, está consubstanciada nas funções de enfermeira, assistente social e professora primária. Nesse contexto, crianças e idosos seriam os principais alvos dos cuidados das mulheres, que exercitariam nessas profissões as qualidades “inatas”, físicas e morais. Flexibilidade do corpo (no caso das babás, o abaixar para brincar, ajoelhar, sentar no chão), a agilidade dos dedos hábeis para a costura, para o piano e para a datilografia, são como nos ensina Perrot:

Qualificações reais fantasiadas como “qualidades” naturais e subsumidas a um atributo supremo, a feminilidade: tais são os ingredientes da “profissão de mulher”, construção e produto da relação entre os sexos. De certa maneira, estas qualidades, empregadas inicialmente na esfera doméstica, geradoras de serviços mais do que de mercadorias, são valores de uso mais do que valores de troca. Elas não têm preço, em suma. Os empregadores serviram-se delas por muito tempo, mas de maneiras diferentes, segundo a organização do mercado de trabalho.¹⁰²

Essas ditas “qualidades naturais” corroboram a desvalorização das tarefas desempenhadas pelas mulheres, soma-se a isso a concepção de que carreira é incompatível com a mulher. Dessa forma, seu trabalho é sempre visto como intermitente e complementar, já que construir uma carreira depende de ambição, de atos de virilidade e de certa renúncia, especialmente do casamento, tornando assim, sua real materialização deslocada para as mulheres. A noção de profissão de mulher foi consolidada no simbólico, na linguagem e é assim, uma construção social ligada às

¹⁰¹ PERROT, Michelle. O que é um trabalho de mulher? In.: PERROT, Michelle (org.) *As Mulheres ou os Silêncios da História*, São Paulo, EDUSC, p. 251, 2005.

¹⁰² Ibid. p., 253.

relações de gênero. Ela apresenta as armadilhas da diferença, que é inocentada pela natureza e arquivada em uma relação desigual.

1.4.1 Conceituando Gênero e Trabalho

O conceito de gênero, de acordo com Scott¹⁰³, foi criado para opor-se a um determinismo biológico existente, então, nas relações entre os sexos. O objetivo era dar a essas relações um caráter fundamentalmente social. Em suas palavras: "o gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade".¹⁰⁴ Este aspecto relacional estaria ligado à preocupação de que os estudos feministas centralizavam a mulher de forma estreita. De acordo com Filho¹⁰⁵, "a noção de gênero daria conta de que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente". Segundo Hirata e Kergoat¹⁰⁶, inicialmente houve a necessidade de dar maior visibilidade à construção histórica e social do que denominavam "sexo social" em detrimento da perspectiva do fatalismo e do naturalismo que relacionavam as representações referentes à mulher, às visões inferiores pautadas pela questão biologizante.

Além disso, o gênero, como categoria de análise, daria margem para a modificação dos paradigmas do conhecimento tradicional, apresentando novos temas, mas também, de acordo com Scott "impondo um reexame crítico das premissas e dos critérios dos trabalhos científicos existentes"¹⁰⁷. Para Filho¹⁰⁸, ao lado da noção de classe e raça, o gênero afirmava o interesse da historiografia em uma história que

¹⁰³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, pg 5-22, Jul./Dez, 1990.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 5.

¹⁰⁵ FILHO, Amílcar, T. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam, *Cadernos Pagu*, Jan/Jun, p.127-152, 2005.

¹⁰⁶ HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos, 1999. In.: *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ, CFH/UFSC, 1999, vol. 7, pg. 93-100.

¹⁰⁷ SCOTT, op. cit., p.6.

¹⁰⁸ FILHO, op. cit., p.130.

inserisse o discurso dos oprimidos e que analisasse o sentido e a natureza dessa opressão.

Dessa forma, a linha de estudo definida atualmente como “estudos de gênero” foi precedida por “estudos sobre a mulher” delineando, assim, gradualmente, a mudança do movimento social para esfera acadêmica. Scott¹⁰⁹, refletindo sobre a emergência dos estudos sobre as mulheres, apresenta-nos uma narrativa tradicional que afirma que a história das mulheres teria surgido na década de 1960. Nesse contexto, o movimento feminista pressionava a historiografia para que mostrasse a participação feminina na história, resgatasse as heroínas e buscasse explicar a opressão patriarcal. Nos anos de 1970, a história das mulheres teria se afastado da política com a ampliação do campo dos questionamentos, o surgimento de controvérsias internas e a emergência de autoridades intelectuais sobre o tema. Em 1980, teria acontecido um rompimento definitivo com a política, com o aparecimento do gênero como um termo neutro e desprovido de propósito ideológico de imediato. De acordo com a autora:

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise.¹¹⁰

Segundo Scott, esta explicação, por um lado, enfoca os estudos de gênero na história das mulheres ou entende a emergência do gênero como sinal de "despolitização" ou "neutralidade". Para a autora esta narrativa

Necessita de uma reflexão crítica, não apenas por não ser tão simples, mas também porque representa mal a história das mulheres e seu relacionamento, tanto com a política, quanto com a disciplina da história.¹¹¹

Mesmo sendo reconhecida pela academia, a história das mulheres passou a ser compreendida muitas vezes como um assunto de mulheres, especialmente de feministas,

¹⁰⁹ SCOTT, Joan. História das mulheres. In.: BURKE, Peter (org.). A escrita da história, Novas Perspectivas, São Paulo, UNESP, 1992.

¹¹⁰ Ibid., p.64-65.

¹¹¹ Ibid., p.65.

ou como uma história que dá conta de aspectos privados do lar, da maternidade, do sexo, em oposição ao que realmente importaria à história: o domínio público da existência. Nessa percepção, a guerra, as revoluções, a economia, a política, ou seja, os assuntos nobres não teriam nenhuma relação com o gênero. Para Scott, olhar a história das mulheres dessa forma impõe um desafio teórico. A autora questiona:

Como o gênero funciona nas relações sociais? Como o gênero dá sentido à organização e a percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise.¹¹²

Ainda, de acordo com Scott, o gênero é em muitos casos utilizado como sinônimo de mulher e em trabalhos sobre as mulheres esse conceito tornou-se substituto do termo mulher, uma vez que assim daria um ar de erudição e seriedade ao trabalho, pois ele:

(...) tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". O "gênero" parece se integrar na terminologia científica das ciências sociais e, então, se dissociar da política (pretensamente ruidosa) do feminismo.¹¹³

Seguindo esta linha supostamente "despolitizada", o conceito não estaria ligado, a priori, a um questionamento sobre igualdade ou o poder. "Gênero inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece assim não constituir uma ameaça".¹¹⁴ Scott, propõe um uso de gênero bem mais abrangente, incluindo o homem e a mulher em suas diversas vinculações, suas hierarquias, precedências e relações de poder. Concordando com a autora sobre o fato de usar gênero como categoria de análise para se refletir sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres em nossa sociedade, Moraes¹¹⁵ nos informa que atualmente encontram-se mais estudos de gênero do que estudos sobre as mulheres, o que permite também reflexões sobre o gênero masculino e paternidade.

¹¹² SCOTT, op. cit., p.6-7.

¹¹³ Ibid., p.7.

¹¹⁴ Ibid.,p.8.

¹¹⁵ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In.: Crítica Marxista, nº 11, São Paulo, Bomtempo Editorial, 2000, pgs 89-97.

Autoras como Hirata e Kergoat compartilham a ideia de que as relações sociais de classe e sexo são relações fundamentais na estruturação da sociedade.¹¹⁶ E, dessa forma, promover reflexão sobre as temáticas gênero e trabalho se faz importante, uma vez que a categoria trabalho assim como as relações de gênero, pensadas de maneira relacional segundo Flax “entram em qualquer aspecto da experiência humana, sendo elementos constitutivos dela”¹¹⁷.

Santana¹¹⁸ nos diz que o gênero possui uma perspectiva relacional que vai além do seu significado gramatical. Na verdade, gênero serve para dar conta das especificidades que cada cultura impõe ao masculino e ao feminino, partindo do princípio de que os lugares sociais e culturais, ocupados por cada um, são delimitados e construídos com a relação de poder entre homens e mulheres, nas palavras da autora "hierarquicamente". Usar o termo gênero é ir contra o biologismo determinista que está contido no termo sexo. De acordo com Oliveira¹¹⁹, rompendo assim com conceituações essencialistas. Ou como nos diz Hirata e Kergoat "o gênero é o sexo social que tem no aspecto relacional a sua maior característica"¹²⁰.

Diversas autoras colaboraram para a elaboração do conceito de gênero e o seu uso como uma categoria analítica. Dentre elas estão Joan Scott¹²¹ e Teresa de Lauretis¹²². Voltemos a Joan Scott e à definição dada pela autora

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e

¹¹⁶ As autoras francesas utilizam-se do termo “relações sociais de sexo” ao invés de relações de gênero.

¹¹⁷ FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista, Rio de Janeiro, 1987. In.: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). Pós-modernismo e política, Rio de Janeiro, Rocco, 1991, pg. 212-250.

¹¹⁸ SANTANA, Munick. As Condições e o Sentido do Trabalho Doméstico Realizado por Adolescentes que Residem no Local de Emprego, Natal, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003.

¹¹⁹ OLIVEIRA, Eleonora. A mulher, a sexualidade e o trabalho, São Paulo, Hucetec, 1999.

¹²⁰ HIRATA & KERGOAT, op.cit., p. 93-100.

¹²¹ SCOTT, op. cit., Gênero: uma categoria útil de análise histórica, p 5-22.

¹²² LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero, Rio de Janeiro, 1994. In.: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). Tendência e Impasses: o feminismo como crítica da cultura, Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-242.

naturais entre homens e mulheres, mas sim que o gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.¹²³

Destarte se gênero é saber e entendendo que gênero e saber não se dissociam, gênero possui sentido político. Então chegamos à definição mais precisa da autora: a) o gênero é construído sobre a base da percepção da diferença sexual e b) gênero é uma forma primária de dar sentido às relações de poder. Assim como para a autora o gênero não é uma mera decorrência dos corpos, é sim parte das diferenças que nós percebemos, e ao percebê-las, hierarquizamos. Por isso, pensar relações de gênero sem discutir o corpo é como pensar relações raciais sem discutir a cor da pele. Essas diferenças precisam ser percebidas e significadas, pois elas vêm à tona por se desenvolverem em desigualdades.

Scott contribuiu para que novos caminhos fossem possíveis para se entender gênero e com isso três planos de análise surgiram: a) gênero é uma categoria fundamental por meio da qual se dá sentido a tudo (azul é masculino e rosa é feminino); b) gênero é uma maneira de organizar as relações sociais (roupas, profissões e até banheiros separados) e c) é também uma estrutura de identidade pessoal (meninos, homens, meninas, mulheres). A partir do gênero percebe-se a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos. Nesse sentido é que torna-se viável utilizarmos o pensamento de Scott para analisarmos o trabalho doméstico e de cuidados pois, na organização das relações sociais, esse tipo de tarefa foi relegada às mulheres como trabalho exclusivo delas; assim falar de trabalho doméstico remunerado na perspectiva da mulher e das relações de gênero é dar destaque à sua protagonista.

Na esteira da perspectiva acima compreende-se que ao longo da história o trabalho doméstico da mulher restringiu-se à limpeza da casa e aos cuidados com os filhos. Em contrapartida o trabalho dos homens transcorria fora de casa. Essa divisão social do trabalho implicou em uma enorme desigualdade entre homens e mulheres no que tange ao acesso ao trabalho assalariado e valorizado.

¹²³ SCOTT, op. cit. p. 13.

Entender gênero para Scott significa também dizer que homem e mulher são "ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes, pois que, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negadas ou reprimidas".¹²⁴ Para Filho¹²⁵, o gênero expõe ainda o dilema da diferença, a construção de desigualdades binárias, de diferenças que são concebidas pretensamente como naturais. O que para Scott significa "lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vistas jamais expressos como tais".¹²⁶ Dizer que um estudo de gênero é somente um estudo de mulheres é equivocado. Gênero não é sinônimo de mulher e como diz Scott "percebê-lo dessa forma, é limitador por relegar aspectos sociais dessa temática, pois seu uso de uma maneira descritiva não tem a força para analisar e interrogar os paradigmas históricos existentes".¹²⁷ Sendo assim, é limitador entender gênero levando em conta apenas o aspecto biológico masculino e feminino. O que Scott nos diz é que precisamos estar atentos para a necessidade de entender gênero considerando aspectos sociais e culturais que estão presentes na formação da masculinidade e da feminilidade de cada ser humano, independente do sexo biológico.

Outro autor que propôs uma reflexão sobre o conceito de gênero foi Bourdieu. Na obra intitulada "A Dominação Masculina", o estudioso percebe gênero como um conceito relacional e uma estrutura de dominação simbólica. Os gêneros seriam par de opostos que constituiriam uma relação e essas relações de gênero seriam relações de poder em que "o princípio masculino é tomado como medida para todas as coisas".¹²⁸ De acordo com Bourdieu, as diferenças de sexo e gênero integram um conjunto de oposições, "um sistema de relações homólogas e interconectadas": sobre/sob; fora/dentro; alto/baixo; aberto/fechado, ativo/passivo; cheio/vazio; úmido/seco; branco/negro; dia/noite; sol/lua; direito/esquerdo; masculino/feminino¹²⁹. Essas oposições se inscrevem assim nas estruturas objetivas e cognitivas, apresentando-se nas palavras do autor em "estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e, em

¹²⁴ SCOTT, op. cit., p.19.

¹²⁵ FILHO, op. cit., p. 136.

¹²⁶ SCOTT, op. cit., História das mulheres, p.77-78.

¹²⁷ SCOTT, op. cit., p. 34.

¹²⁸ BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011, p. 23.

¹²⁹ Ibid., p. 19; 22.

estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquema de percepção, de pensamento e de ação".¹³⁰ Assim a experiência do mundo social - a percepção da concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas - legitima a apreensão das arbitrárias divisões do mundo social como naturais, evidentes, ou seja, legitima a conversão da arbitrariedade social em necessidade da natureza.

A diferença biológica entre os corpos masculino e feminino, especificamente a diferença anatômica entre os órgãos sexuais pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, como também pode servir para justificar a divisão sexual do trabalho, demarcando o que é trabalho de mulher e o que é trabalho de homem. Para Bourdieu a ordem natural e social é arbitrária, em suas palavras

(...) as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão andocêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher (...) que condensa duas operações: ele legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica, que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.¹³¹

Como nos explica Bourdieu, as diferenças de sexo e gênero são frutos de um trabalho "coletivo de socialização do biológico e de biologização do social"¹³² exercido sobre os corpos e as mentes, um trabalho histórico de "des-historização" que inverte as relações entre "as causas e efeitos e (faz) ver uma construção social naturalizada (os gêneros como habitus sexuais), com o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade"¹³³. Por isso, segundo o autor é preciso perguntar quais são os mecanismos históricos que cumpriram o papel de promover a "eternização das estruturas da divisão sexual". Lembrando que o que se coloca na história, não é senão produto do trabalho de eternização, onde as instituições sociais têm papel fundamental. Para Bourdieu, colocar

¹³⁰ Ibid., p.17.

¹³¹ Ibid., p.24;33.

¹³² Ibid., p.9.

¹³³ Ibid., p 9-10.

os problemas nesses termos possibilita marcar um progresso na ordem do conhecimento.

Entendendo gênero como uma categoria social e relacional, lança-se mão de algumas perspectivas teóricas que ajudarão a clarear esse conceito, utilizando discursos de autoras que, não necessariamente, pertencem à mesma abordagem teórica. Aqui volta-se à autoras como Joan Scott que entende gênero como forma principal de articular o poder e Saffioti que destaca as relações de poder e também a importância de se entender gênero e classe social como sendo construídos concomitantemente ao longo da história das relações sociais.

Voltando ao conceito de gênero, analisa-lo-emos a partir da divisão sexual do trabalho. Essa divisão não teve início com o Capitalismo, pelo contrário, antecede esse modo de produção, no entanto, vale destacar que foi a partir desse momento que passou a ser compreendida e valorizada como é hoje. Assim, de um lado está o público, referente à produção e pertencente ao masculino. De outro, o espaço privado, doméstico, referente à reprodução dos seres humanos e que está intimamente ligado ao feminino.¹³⁴

Na divisão sexual do trabalho, o homem fica com o espaço público, da rua e a mulher com o espaço doméstico, com o cuidado com o lar e com a família. Nessa concepção, o trabalho doméstico remunerado está implícito na divisão sexual do trabalho pois, ao contratar uma empregada doméstica ou uma babá (mulher) para substituir outra mulher (a patroa) que se inseriu no mercado de trabalho extra doméstico, continua-se, por intermédio da empregada/babá, a delimitar o espaço doméstico como feminino. Assim como nos mostra Castañeda:

Nas classes média alta e alta, as mulheres que acabam por fazer todas as tarefas domésticas são as empregadas [...]. Nos países em via de desenvolvimento, as empregadas atuam, sem o saber, como alicerces do machismo. Graças a elas, os homens continuam a ter à sua disposição mulheres que os atendem permanentemente, que preparam, trazem e levam o que eles quiserem, a qualquer momento.¹³⁵

¹³⁴ COMBES & HAICAULT, COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY, Andrée (et all). **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹³⁵ CASTAÑEDA, Marina. O machismo invisível. São Paulo, A Girafa Editora, 2006.

Para as teóricas do grupo francês de estudos sobre a mulher (GEDISST),¹³⁶ a divisão sexual do trabalho é o motor da desigualdade entre os sexos, ou seja, a partir da divisão sexual do trabalho, ganharão mais destaque e clareza as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Essas estudiosas preocupam-se com todos os tipos de trabalhos de mulheres, desde os realizados em fábricas, com carteira assinada até o trabalho doméstico realizado para suas famílias. Foi introduzida nessa perspectiva recentemente a concepção foucaultiana de poder para elucidar o que permeia as relações sociais de sexo. Essas pesquisadoras relacionam as relações sociais de classes às relações sociais de sexo¹³⁷, compreendendo sexo como uma categoria social por excelência.

Santana¹³⁸, ao tratar de gênero e divisão sexual do trabalho, toma de empréstimo o conceito de relação social de sexo e aproxima-o das relações de gênero, não sem destacar que o primeiro está mais diretamente ligado à questão do trabalho enquanto que o segundo abrange outros e diferentes aspectos dos campos masculino e feminino. A autora cita Kergoat¹³⁹ dizendo que:

as relações sociais de sexo romperam com a explicação puramente biológica e com modelos universais, apoiando-se numa base material, possível de ser apreendida historicamente, fazendo com que essas relações sociais repousem numa hierarquia entre os sexos, sendo, então, relações de poder.¹⁴⁰

Kergoat¹⁴¹ relacionou as categorias sexo e classe social e afirmou que as duas são coexistentes, ou melhor, acontecem simultaneamente para homens e para mulheres e por isso devem ser analisadas conjuntamente. De acordo com a autora, "a relação entre os sexos não se esgota na relação conjugal, como a relação de classe não se esgota

¹³⁶ Grupo de Estudos sobre a Divisão Sexual do Trabalho do Centre National de la Recherche Scientifique. Entre as principais teóricas estão: Daniëlle Kergoat e Helena Hirata.

¹³⁷ Na França as relações sociais de sexo é o nome que alguns estudiosos dão a gênero.

¹³⁸ SANTANA, op. cit., p. 53.

¹³⁹ KERGOAT, Daniëlle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In.: KARTCHEVSKU-BULPORT et al. O sexo do trabalho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

¹⁴⁰ SANTANA, op. cit., p. 53.

¹⁴¹ KERGOAT, op. cit., p. 48.

na relação de produção ou salarial"¹⁴². A autora também defende que toda relação social é sexuada e as relações sociais de sexo são perpassadas por outras relações como de classe e raça.

O trabalho doméstico é assim consequência da divisão sexual e social do trabalho. Na sociedade essa diferenciação é utilizada para hierarquizar as atividades. Assim se transforma em lócus do poder dos homens sobre as mulheres. No entanto, Kergoat¹⁴³ alerta que não se deve se prender apenas à perspectiva da dominação dos homens sobre as mulheres para compreender a complexidade das práticas sociais, como sugerem as questões defendidas pelas teorias sociológicas baseadas no patriarcado que priorizam as diferenças baseadas nos aspectos biológicos.

De acordo com Santana¹⁴⁴, a divisão sexual do trabalho, na ótica do capitalismo, separa o local de produção e reprodução, o que faz com que essa divisão seja notada de maneira mais rígida que a anterior, pois internaliza a ideia de que essa divisão é natural e própria de cada sexo. O que se percebe nesse momento, segundo a autora, são os mecanismos de poder sendo envolvidos por uma ideologia que produz um discurso com efeito de verdade. Esse discurso afirma que o "lugar da mulher é em casa", ou que as mulheres são mais propensas a determinados postos de trabalho, como o trabalho doméstico. A habilidade da mulher com o trabalho doméstico, aprendida na socialização feminina, faz com que ela ocupe cargos reconhecidos socialmente como femininos, como trabalhos que requerem maior atenção, minúcia, sensibilidade, entre outros. Assim para Santana:

A divisão sexual do trabalho não esgota a problemática dessas relações sociais entre homens e mulheres na medida em que elas comportam construções culturais e históricas independentes e complementares. Isso quer dizer que as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas como sendo relações entre o que é definido como masculino e como feminino, ou seja, relações de gênero.¹⁴⁵

¹⁴² Ibid., p.91.

¹⁴³ KERGOAT, Daniëlle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In.: LOPES, Marta. MEYER, Dagmar & WALDOW Vera (orgs.). Gênero e Saúde, Artes Médicas, Porto Alegre, p. 19-27, 1996.

¹⁴⁴ SANTANA, op. cit., p. 54.

¹⁴⁵ SANTANA, op. cit., p. 54.

Tomando a divisão sexual do trabalho nesse sentido, ela se configura de acordo com Souza-Lobo¹⁴⁶ no locus das relações de gênero, que são chamadas pelas autoras Hirata & Kergoat¹⁴⁷ de relação social de sexo. Santana¹⁴⁸, em trabalho que trata do serviço doméstico realizado por adolescentes, resgata a perspectiva teórica que considera a relação de gênero como uma relação de poder que resulta de um conflito social, para compreender essa temática de trabalho. A abordagem utilizada pela autora incorpora as teorias de conflito e de poder de teóricos pós-estruturalistas como Deleuze, Derrida e Foucault, em que os fenômenos sociais são definidos a partir das relações travadas entre si.

O que se pretende fazer é uma aproximação entre as perspectivas teóricas apresentadas acima para compreender a temática do trabalho doméstico e de cuidados e a relação entre os agentes que ele engendra. Aquela que trata as relações sociais entre os sexos e a que percebe o sistema de gênero como sistema de poder advindo de conflitos sociais, pois as duas estabelecem uma relação em que o poder está presente. Assim, para compreender a problemática existente entre as babás e as patroas, recorreu-se à divisão sexual do trabalho e analisou-se o sistema de poder decorrente do conflito social entre essas mulheres. Em outras palavras, apesar de pertencerem ao mesmo gênero, elas são classificadas em classes diferentes, em função dos poderes que transitam entre elas.

Isso significa dizer que, ao contratar uma mulher/babá para ocupar o "lugar" que antes era de responsabilidade da patroa, transferem-se os conflitos que antes existiam entre marido e mulher, reproduzindo, dessa forma, além de atritos relacionados ao gênero, também conflitos de classe. Pois, como afirma Saffioti¹⁴⁹, a questão de gênero e classe social forma-se simultaneamente, como está caracterizado no trabalho doméstico remunerado.

¹⁴⁶ SOUZA-LOBO, Elizabeth. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In.: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, p. 252-265, 1992.

¹⁴⁷ HIRATA & KERGOAT, op. cit., p. 94.

¹⁴⁸ SANTANA, op.cit., p.55.

¹⁴⁹ SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In.: COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Uma questão de gênero, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

Acerca do conceito de trabalho, Lemos e Ferreira¹⁵⁰ nos informam que não há um consenso, pois ele pode assumir significados diversos em diferentes sociedades e momentos históricos. Para Moreira¹⁵¹, o trabalho é o meio pelo qual os seres humanos satisfazem suas necessidades e também conferem forma e sentido ao mundo concreto. Num sentido mais amplo Outhwaite & Bottomore¹⁵² concebem trabalho como “um esforço humano dotado de um propósito [que] envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas”.¹⁵³

A definição de trabalho também contempla atividades qualificadas e não-qualificadas, distingue trabalho direto (produtor de bens de consumo) e trabalho indireto (produtor de bens de produção).¹⁵⁴ Ao articular a categoria de gênero e trabalho o que se pretende é trazer à cena a mulher como sujeito nos espaços de produção e reprodução, pois, de acordo com Moreira:

O trabalho, como primeiro ato do homem sobre o seu meio, é uma atividade que não se faz de qualquer forma, ela sugere uma ordem, uma duração, tem suas normas e se realiza dentro de um espaço que se concretiza pelas interações e relações com as pessoas. É nesta “coreografia” que os sujeitos inscrevem sua presença no mundo e suas relações com os outros.¹⁵⁵

Esse breve relato sobre as categorias de gênero e trabalho assim como a sua articulação ajuda-nos na busca pela compreensão do trabalho doméstico e de cuidados e das relações que eles engendram. Para continuarmos nesse caminho, iremos apresentar, no próximo tópico a relação entre gênero e classe social.

¹⁵⁰ LEMOS E FERREIRA, op. cit. p. 3.

¹⁵¹ MOREIRA, Eliana. A regência do afetivo: laços familiares e reprodutivos. In.: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice (Orgs.). Gênero e trabalho na sociologia latino-americana, São Paulo; Rio de Janeiro, ALAST, 1998.

¹⁵² (1996 apud LEMOS E FERREIRA, 2010).

¹⁵³ LEMOS E FERREIRA, op. cit. p. 3.

¹⁵⁴ Ibid., p. 4.

¹⁵⁵ MOREIRA, op. cit., p.70.

1.5 Gênero e Classe Social

É possível verificar que em toda história da humanidade houve maneiras de segregar pessoas pela condição social a que pertenciam. O sistema de estamento, presente na Europa dos séculos IX ao XIV e fruto do sistema feudal tinha a tradição e a linhagem como principais características. Cada categoria social desempenhava determinada função que levava a honrarias e status de acordo como o estamento ao qual pertencia, o que podia definir sua posição de dominado e/ou dominante.¹⁵⁶

Mais tarde, o mundo presenciou a concepção de um novo sistema econômico, o capitalismo, e com ele a divisão por classes sociais que coloca cada indivíduo num determinado lugar no modo de produção. Thompson, historiador inglês, não entende classe como algo deslocado de processos históricos reais. De acordo com esse autor, para se construir uma noção de classe é necessário levar em conta sua historicidade e processualidade, enfatizando assim um caráter relacional. Nas palavras do estudioso:

(...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificando os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como classe (...)¹⁵⁷

De acordo com o pensamento de Thompson, as formações de classe ganham importância quando observadas pelos processos históricos, nos quais é possível notar as continuidades e comportamentos que reúnem os indivíduos em classe. Assim, não haveria um tipo puro de classe, já que as experiências vivenciadas pelos sujeitos são influenciadas pelas contingências históricas. Como nos diz o autor:

Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar

¹⁵⁶ COX, Oliver. Estamentos. In.: IANNI, Octavio. Teorias da estratificação social: leituras de sociologia, São Paulo, Editora Nacional, p. 193.

¹⁵⁷ THOMPSON, Edward. P. A formação da classe operária inglesa, 1.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

puro de classe, como tão pouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais.¹⁵⁸

Aquiles¹⁵⁹, ao refletir sobre o conceito de classe em Thompson, afirma que a composição da formação das classes não se dá de maneira contínua e nem homogênea. A sua observação só se dá enquanto processo.

Santos¹⁶⁰ informa que o capitalismo como modelo econômico surge ainda na Idade Média com a inserção de valor monetário às relações comerciais dando início a uma nova forma de economia e de relação social. De acordo com a autora, o período manufatureiro, que se configurou no primeiro momento da indústria moderna, foi marcado por guerras comerciais que tinham como objetivo o crescimento do país ou da região. Dessa maneira, as condições de trabalho foram ficando cada vez mais degradantes, já que o foco principal era o aumento da produção industrial visando lucros cada vez maiores. Assim, o sistema capitalista sobreviveu da mão de obra barata dos trabalhadores assalariados.

Com o passar do tempo, o cenário que se mostra ainda é o da divisão de classes como indicador das relações econômicas e sociais atuais. A diferença se dá hoje pelo interesse dos empresários e o valor do que é produzido. Para Sombart¹⁶¹, o que interessa aos grandes proprietários, hoje, é a prosperidade de seus negócios e esse interesse está intimamente ligado ao maior e constante consumo de seus produtos. Isso leva à construção de uma cultura do consumismo que empurra as pessoas a comprarem tudo o que é colocado à venda. Com isso, passa-se a valorizar as pessoas pelo seu poder de compra.

Na sociedade de classes, temos o grupo dominante que é formado pelos grandes proprietários, empresários que irão controlar os produtos e a produção. Encontramos

¹⁵⁸ Ibid.,p.10.

¹⁵⁹ AQUILES, Afonso. O conceito de classe em Ricardo Antunes e Edward Thompson, Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, actasihumannsoc. Vol.33, 2011.

¹⁶⁰ SANTOS, op. cit., pg. 37.

¹⁶¹ SOMBART, W. O homem econômico moderno. In.: IANNI, Octavio. Teorias de Estratificação Social: leituras sociológicas, São Paulo, Editora Nacional, 1973.

também o grupo denominado proletariado. Meusel¹⁶² o define como: "a classe de trabalhadores que são livres, legal e economicamente, para dispor de sua própria mão de obra". Esse grupo é formado por pessoas, que vivem com suas famílias com base no assalariamento. Eles vendem sua força de trabalho e seu tempo por um preço determinado. Suas atividades são estipuladas. Esse grupo pode ser denominado de classe pobre ou baixa e sua condição de vida está relacionada ao valor dado ao seu trabalho.

No entanto, há um terceiro grupo que se mantém entre a classe dominante e a classe baixa: a classe média que é constituída basicamente de funcionários públicos que ocupam cargos baixos e médios, profissionais liberais, pequenos empresários e indivíduos com algumas posses. Essa classe seria a responsável pela estabilidade da sociedade e suas camadas. De acordo com Halbwachs¹⁶³, apesar da dificuldade em defini-la, possuiria uma emaranhada continuidade pois, de um lado ela se aproxima da classe trabalhadora e do outro almeja a burguesia.

Santos¹⁶⁴ entende que as categorias estabelecidas no sistema de classes sociais são definidas pelo modo de produção que as rege. Dessa forma, é a posição das pessoas no processo produtivo que irá determinar se elas terão acesso ao produto, assim como determinarão sua classificação e mobilidade social. A autora chama atenção para a necessidade de incluir a questão de classe nas discussões de gênero pela importância que os fatores econômicos têm na construção das relações a que a mulher é submetida. De acordo com Santos, as categorias sociais sejam de classe, raça/etnia e gênero, estão contaminadas por relações de dominação em que determinados grupos têm o domínio sobre os demais¹⁶⁵.

Entretanto, há na atualidade autores¹⁶⁶ que buscam uma nova definição para o mundo pós-industrial e globalizado, onde as classes sociais não teriam mais papel

¹⁶² Meusel, A. O proletariado: O homem econômico moderno. In.: IANNI, Octavio. Teorias da Estratificação Social: leituras sociológicas, São Paulo, Editora Nacional, p. 311, 1973.

¹⁶³ Halbwachs, M. A classe média. In.: IANNI, Octavio. Teorias da Estratificação Social: leituras sociológicas, São Paulo, Editora Nacional, 1973.

¹⁶⁴ SANTOS, op. cit., 29.

¹⁶⁵ Ibid., p. 31.

¹⁶⁶ Entre eles Ulrich Beck, André Gorz e Robert Castel.

político e de análise central. É isso que nos mostra Maciel¹⁶⁷ em artigo esclarecedor sobre o desaparecimento das classes sociais no pensamento europeu. A teoria marxista que ganhou espaço no pensamento europeu como via explicativa para as desigualdades perpetradas no capitalismo industrial, sofreu críticas, como aponta Maciel, pois resumia a análise no embate entre proletários e burgueses. Deixando de fora as classes médias. O pensamento dominante europeu movimentou-se com o intuito de incluir as classes médias nas análises e isso foi um progresso. Ocorre que, o que se percebe é que ao incluí-las tornaram-se “relativizadas, diminuídas, relegadas a um segundo plano analítico ou simplesmente negada em sua existência empírica”.¹⁶⁸

Já no debate nacional, percebe-se a pertinência política do tema das classes sociais. Uma das questões centrais desse debate gira em torno da nova classe média. Autores como Mangabeira Unger e Jessé Souza¹⁶⁹ tematizaram sobre sua importância teórica e política no Brasil. Ela é compreendida como a mola propulsora do desenvolvimento das sociedades emergentes, tanto nos novos atores produtores como no novo público alvo do consumo. Duas definições dominantes, ao menos no Brasil, sobre a nova classe, são os conceitos de “Classe C” e de “Nova Classe Média”, como bem descreve Maciel:

O primeiro domina pesquisas empíricas que definem os emergentes, principalmente pelo critério da renda, mas também pelo critério do consumo, ambas as hipóteses comprovadas por pesquisas empíricas recentes [...] O conceito de nova classe média, por outro lado, procura ir além da função da renda e do consumo, procurando considerar também o estilo de vida e o gosto dos emergentes, notáveis principalmente em seu consumo, seu comportamento político e sua atitude no espaço público.¹⁷⁰

Fica patente que no Brasil houve o surgimento e o fortalecimento de uma nova classe trabalhadora no contexto pós-fordista do capitalismo financeiro, o que faz com que o autor defenda a necessidade de uma teoria renovada sobre as classes sociais,

¹⁶⁷ MACIEL, Fabrício. Fim das Classes Sociais? O Debate Contemporâneo na Europa e no Brasil, Revista Grifos, n°41, 2016.

¹⁶⁸ Ibid., p. 247.

¹⁶⁹ UNGER, Roberto Mangabeira. O que a esquerda deve propor? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

¹⁷⁰ MACIEL, op. cit., p. 249.

movimento contrário ao que acontece no contexto europeu, onde percebe-se que a individualização e o aumento do trabalho precário “permitiu” que autores renomados declarassem, de maneira apressada, o fim das classes sociais.

A princípio, podemos compreender que a estratificação social no cenário atual faz com que a classe dominante, para manter seu poder, crie meios para que suas ideologias penetrem no interior de todas as camadas sociais. Nas palavras de Alves: "na sociedade de classes este conjunto sistematizado de ideias e de significados é formulado a partir dos interesses da classe dominante, que o utiliza a fim de legitimar a sua dominação."¹⁷¹ Logo, esse artifício se torna imprescindível para a dinâmica da divisão por classes sociais.

É preciso sublinhar, como nos diz Alves, que a desigualdade de gênero antecede à desigualdade de classe. Dessa forma, sendo a sociedade dividida por classes sociais, fatalmente existirá a colaboração desse sistema para acirrar as assimetrias de gênero. Assim, para além da luta entre a oposição burguesia e proletariado, o meio de produção capitalista se apropria da função reprodutora da mulher, cria uma manipulação por parte dos mais favorecidos para assim submetê-las à ideologia masculina dominante, fazendo dos homens opositores das mulheres¹⁷².

Segundo Santos,¹⁷³ essa separação faz com que a classe socioeconômica dominante se torne ainda mais forte com a oposição homem/mulher. Ao internalizar na mulher o seu lugar de subordinação perante o homem, ela internaliza uma condição de inferioridade que pautará outras relações de poder. Com isso, a mulher - em parte por suas características biológicas -, é alocada em um lugar desmerecido e inferior no sistema econômico.

De acordo com Reed¹⁷⁴, a desigualdade entre os sexos se apresenta como característica da sociedade de classe e do capitalismo, por conta do modelo de vida econômica, política e intelectual que legitima o homem como superior à mulher em

¹⁷¹ ALVES, Branca. Ideologias e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1980.

¹⁷² Ibid., p. 30.

¹⁷³ Santos, op. cit., p.30.

¹⁷⁴ REED, Evelyn. Sexo contra sexo ou classe contra classe, (MARANHÃO & MARIE - trad.), São Paulo, Proposta Editorial Ltda. e Editora Versus Ltda., 1980.

todos esses âmbitos. Assim, é interessante para o grupo dominante que haja desigualdades de classe e gênero. Na percepção de Alves¹⁷⁵, esse grupo cria mecanismos que fortalecem as diferenças com o intuito de manter a segregação dos grupos, para assim deixá-los sempre em oposição, permanecendo o seu domínio. O que é gerado pelo sistema capitalista, ou seja, divisão do trabalho criando as separações por classes sociais, fortalece os meios de subordinação e de desvalorização de determinados grupos para que interesses ideológicos da classe e do gênero dominante possam prevalecer. Nas palavras de Alves "numa sociedade de classes, que por sua própria característica de exploração é conseqüentemente sexista e racista, um operário negro é oprimido pelo operário branco, e uma mulher, operária ou não, é oprimida pelo homem de sua classe e raça"¹⁷⁶. Dessa forma, quando se pensa/fala da oposição homem/mulher e pobre/rico está se pensando e falando de uma dupla dominação, ou nas palavras de Saffioti:

Nunca é demais afirmar: o poder é branco, masculino e adulto. Em outras palavras, subordinam-se ao macho branco e adulto mulheres, negros e não-adultos. Não se pode esquecer, porém, que se todo macho branco e adulto detém alguma parcela de poder em relação às mulheres, aos não-brancos e às crianças, a maioria dos homens brancos e adultos sofre de dominação de outros machos brancos e adultos, cujo poder deriva de sua pertinência às classes dominantes.¹⁷⁷

Assim as relações de gênero estão conectadas às relações de hierarquia do sistema de classe que, de acordo com Souza, "separa os (as) mais afortunados (as) dos (as) subordinados (as) destes."¹⁷⁸ Com isso, a experiência de viver em determinadas posições desiguais causará disparidades quanto ao prestígio, valorização e satisfação de cada indivíduo. O que se pode apreender de acordo com Souza¹⁷⁹ é que nas sociedades de classe existem categorias como (masculina, branca e rica) que desfrutam de papéis mais valorizados e de melhores formas de recompensas. Por outro lado, deparamo-nos com categorias como (feminina, negra e pobre) desqualificadas e com recompensas

¹⁷⁵ ALVES, op. cit., p. 31.

¹⁷⁶ Ibid., p.35.

¹⁷⁷ SAFFIOTI, op.cit., p. 33.

¹⁷⁸ SOUZA, op. cit., p. 32.

¹⁷⁹ Ibid.,p. 33.

insatisfatórias para o seu modo de vida e sua existência, nessa categoria se enquadra grande parte das babás.

Tumim¹⁸⁰ nos ensina que pertencer a um grupo melhor ou pior classificado faz com que o indivíduo tenha e desfrute de oportunidades diferentes tanto economicamente como no que diz respeito aos tipos de relacionamentos. Ou como nas palavras de Souza:

O acesso ou a participação em determinados ambientes são limitados ou definidos como pertencentes a específicos grupos ou classes. Esse fato tende a distanciar os indivíduos de um e do outro grupo, que por não conhecer a realidade oposta podem experimentar um sentimento de indiferença. A visão de mundo, a forma de falar, de lidar com o dia-a-dia, de realizar tarefas, de solucionar problemas - desde o cuidado familiar às crenças religiosas ou políticas - são vivenciadas de maneiras diferentes por pessoas de classes diferentes. A distinção existente entre os extratos reforça ainda mais as diferenças e dificulta as possibilidades de igualdade. As disparidades sociais e as vivências de cada um (a) em um contexto diferente trarão sentidos e significados diferentes às suas atividades, ao seu modo de vida e à sua própria compreensão a respeito de si mesmo.¹⁸¹

Em sua pesquisa sobre os “batalhadores”, Jessé Souza¹⁸² mostrou que a renda é o fator menos importante para a compreensão da classe social, pois não explica seu surgimento e sua dinâmica. Dessa forma, seria o habitus, no sentido de Bourdieu, que explicaria as possibilidades de ação incorporadas nos indivíduos desde a infância que os colocam em condições de ocupar espaços reconhecidos na sociedade.

As diferenças de gênero que estão imbricadas com as diferenças de classe, faz com que os modos de vida e a maneira de significá-los sejam diversos em relação às diferentes mulheres das mais distintas realidades socioeconômicas. Logo, pertencer à categoria mulher fazendo parte da classe dominante é diferente de pertencer à mesma categoria, porém, fazendo parte da classe dominada. É isso que encontramos na relação entre patroas e babás. As duas fazem parte da categoria mulher e, por isso, já sofrem preconceito e discriminação; no entanto, a diferença de classe entre elas é bem marcada

¹⁸⁰ TUMIN, Melvin. Estratificação Social. As formas e funções da desigualdade, (LEITE, trad.), São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1970.

¹⁸¹ SOUZA, op. cit., p. 33 e 34.

¹⁸² SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

e delineada. Isso pode ser verificado nas pequenas coisas do dia a dia, como a dificuldade de manipular alguns eletrodomésticos mais modernos ou até mesmo preparar um tipo de alimento. No que compreendem como prioridade para os pequenos, nas noções de boas maneiras e higiene. Dessa forma, mesmo pertencendo ao gênero feminino suas experiências divergem de acordo com a classe social em que estão inseridas. Para Reed¹⁸³, numa sociedade capitalista, as mulheres pertencentes à classe dominante possuem os mesmos interesses dos homens da classe dominante. Para a autora, entre o sexo e a classe prefere-se o status quo da posição privilegiada pela situação socioeconômica.

Outra contribuição para o debate sobre a imbricação das categorias gênero e classe social, foi proposto por Fraser¹⁸⁴ que sinaliza para o fato de que essas categorias arraigadas na estrutura econômica e social implicam em injustiças tanto no que tange a redistribuição justa como no reconhecimento dos indivíduos. Dessa feita, os chamados “grupos bidimensionalmente subordinados”:

Padecem tanto una mala distribución como um reconocimiento erróneo em formas em las ninguna de estas injusticias es um efecto indirecto de la otra, sino que ambas son primarias y co-originales. Por tanto, em su caso, no basta nu una política de redistribución ni una de reconocimiento solas. Los grupos bidimensionalmente subordinados necesitan ambas.¹⁸⁵

A autora sustenta que o gênero é uma diferenciação social bidimensional. Dessa forma, gênero não é simplesmente uma classe ou um mero grupo de status e sim uma categoria “híbrida” que está na base tanto da estrutura econômica como da ordem social de uma sociedade. Por isso se o objetivo é compreender e superar a injustiça gênero é preciso atender tanto a redistribuição mais igualitária de oportunidade e renda, como a necessidade de reconhecimento.

Do ponto de vista da redistribuição, o gênero atua como princípio organizador básico da estrutura econômica da sociedade capitalista. De um lado, separando o trabalho reprodutivo e doméstico do trabalho produtivo “dando” às mulheres a primazia do primeiro. Por outro lado, o gênero organiza também a divisão dentro do trabalho

¹⁸³ REED, op. cit., p. 35.

¹⁸⁴ FRASER, Nancy. La justicia social em la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. Revista Trabajo, ano 4, n° 6. Agosto-Diciembre, 2008.

¹⁸⁵ Id., p. 9.

pago, onde nichos de ocupações são “definidos” como masculinos e femininos. Os mais qualificados e valorizados são ocupados, em geral, por homens e os menos qualificados por mulheres. O resultado desse enredo, para Fraser, é uma estrutura econômica que gera formas de injustiças na redistribuição específica de gênero e que incluem a exploração, a marginalização econômica e a privação. Percebida dessa forma, a desigualdade baseada no gênero para ser superada requer uma transformação da economia, a fim de eliminar a divisão de trabalho por gênero, tanto no que tange o trabalho não produtivo como o produtivo.

Do ponto de vista do reconhecimento, o gênero codifica padrões culturais de interpretação e valorização que são importantes na ordem social. Em consequência disso as mulheres e outros grupos de status inferior sofrem depreciação. Fator importante nessa análise é o padrão androcêntrico, que está na base de boa parte de nossas interações sociais. Com isso, as mulheres sofrem formas específicas de subordinação que vão desde agressões sexuais e violência doméstica à marginalização na esfera pública e negação dos seus direitos. Sendo assim, para que haja justiça de gênero é necessário um enfoque que englobe tanto uma política de redistribuição como também uma política de reconhecimento.

A condição feminina possui, assim, diferentes versões quando analisadas pelo contexto de classe. Sendo assim, parece-nos relevante saber como as classes sociais marcam a vivência de patroas e babás, já que a inserção em contextos diferentes produz sentidos e significados no modo de vida e de enxergar dessas mulheres. Buscou-se aqui o recorte de classe por entender que o intercâmbio entre essas categorias constitui um fenômeno social que demarca a diferença não só entre homens e mulheres como também entre as mulheres.

Capítulo II – CENÁRIO, OBJETO, PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E TRABALHO DE CAMPO

2.1 Leblon – “A Aldeia Encantada”: o território distinto e suas intersecções

Ao empreender uma análise sobre a maneira como espaços da cidade se constroem e se configuram, é possível perceber como alguns territórios desenham-se de forma distinta para alguns cidadãos, aqueles que são compreendidos como detentores de cidadania plena, nos dizeres de Freire¹⁸⁶. Assim como, as relações que se engendram nesses espaços demarcam de maneira sutil e ao mesmo tempo explícita quem são aqueles que podem usufruir desses territórios e dos serviços ali ofertados.

O bairro do Leblon está localizado, geograficamente, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro e fica entre a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Oceano Atlântico, o Morro Dois Irmãos e o Canal do Jardim de Alá. O bairro faz divisa com a Gávea, a Lagoa, Ipanema e Vidigal. Algumas de suas ruas mais tradicionais são: a Avenida Delfim Moreira, Avenida Ataulfo de Paiva, Rua Rainha Guilhermina, Avenida Bartolomeu Mitre e Avenida Afrânio de Mello Franco. O bairro conta ainda com duas estações de metrô, a estação Antero de Quental e Estação Jardim de Alá. O mapa abaixo permite melhor visualização da sua localização.

¹⁸⁶ FREIRE, Jussara. Sociabilidade de grades e cadeados e ordem de tranquilidade: da cidadania dos adimplentes à “violência urbana” em condomínios fechados da Zona Oeste do Rio de Janeiro. In.: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra (orgs.). Dispositivos Urbanos e Trama dos Videntes, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

Imagem 4 – Mapa do Bairro do Leblon



Fonte: google maps

Foi esse bairro, localizado na zona sul do Rio de Janeiro, o escolhido como estudo de caso. A escolha desse território se justifica por ser conhecido como local de moradia da classe média alta da cidade do Rio de Janeiro, além de ser considerado o metro quadrado mais caro do Brasil¹⁸⁷, se tornando para seus moradores uma marca de distinção¹⁸⁸ no sentido pensado por Bourdieu¹⁸⁹. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010, o rendimento nominal médio domiciliar é de 10.979,00 reais¹⁹⁰. E, o valor do metro quadrado em torno R\$ 20.000,00 chegando a R\$ 22.478,00 quanto mais próximo à praia for o imóvel. Paisagem e estilo de vida valorizam o metro quadrado desse território que também é conhecido por abrigar residências de indivíduos pertencentes a elite cultural e intelectual do Brasil. Esse fato já nos dá a ideia de como essa parte da cidade se

¹⁸⁷ Revista Exame, matéria divulgada em 17/01/2016. Disponível em: <http://www.exame.com.br> – Acessado em 05/12/2016.

¹⁸⁸ Modelo de compreensão de mecanismos sociais e culturais.

¹⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*, Porto Alegre, Zouk, 2015.

¹⁹⁰ Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br> – Acessado em 07/07/2017.

configura como distinta do todo, bem como, com os indivíduos que ali residem. O fato de ser o território mais valorizado do Brasil se completa com o propalado “charme” desse lugar. Charme esse divulgado pela mídia, seja nas novelas globais que exploram o bairro, a praia e seus moradores ou na narrativa das pessoas que vivem ali. Marcela¹⁹¹, moradora do bairro, confirma a fama do local: “o bairro é familiar, tranquilo, tem de tudo e é muito bonito! As pessoas são diferentes aqui, se vestem diferente, tem uma leveza”. Assim como Rita que nos fala sobre a comodidade de viver em um bairro que possui todos os serviços que ela necessita: “deixo o carro na garagem de 20 a 25 dias por mês”.

De acordo com o vice-presidente¹⁹² do sindicato de habitação da cidade do Rio de Janeiro, em entrevista em janeiro de 2016 sobre a valorização dos imóveis no Leblon, as pessoas que procuram o bairro, o procuram como um estilo de vida. São indivíduos que tem um perfil diferenciado porque não se importam em pagar mais caro para viver ali.

Imagem 5. Praia do Leblon



Fonte: arquivo da pesquisadora. Foto tirada no dia 27/12/2016 na praia do Leblon, em frente ao Baixo Bebê

¹⁹¹ A identidade dos entrevistados foi preservada. Os nomes que aparecem nesse trabalho são fictícios.

¹⁹² Entrevista concedida ao portal R7 em 07/01/2016. Disponível em: <http://www.noticias.r7.com>. Acessado em 07/12/2016.

A paisagem do bairro, arborizado e de vias sempre limpas, de padarias e cafés finos, cercado por uma linda praia e pessoas que parecem não ter pressa e nem compromisso com horários, contrasta-se com uma outra paisagem sobreposta, a de inúmeros indivíduos, na maioria mulheres e negras, vestidas de branco empurrando carrinhos de bebês e/ou levando pelas mãos ou no colo as crianças. Uma observação atenta à circulação desse espaço demonstra dois tipos de cidadãos que se movimentam nesse território. O primeiro, o morador do bairro que imprime um ritmo muito particular ao seu tráfego naquele território. O segundo, aqueles que ali trabalham, sejam as babás, as empregadas domésticas ou os porteiros, que trafegam por suas ruas com certa pressa e atenção que permite-nos aprender que sua relação com o território não é de gozo.

Imagem 6 – Paisagem da Praia do Leblon



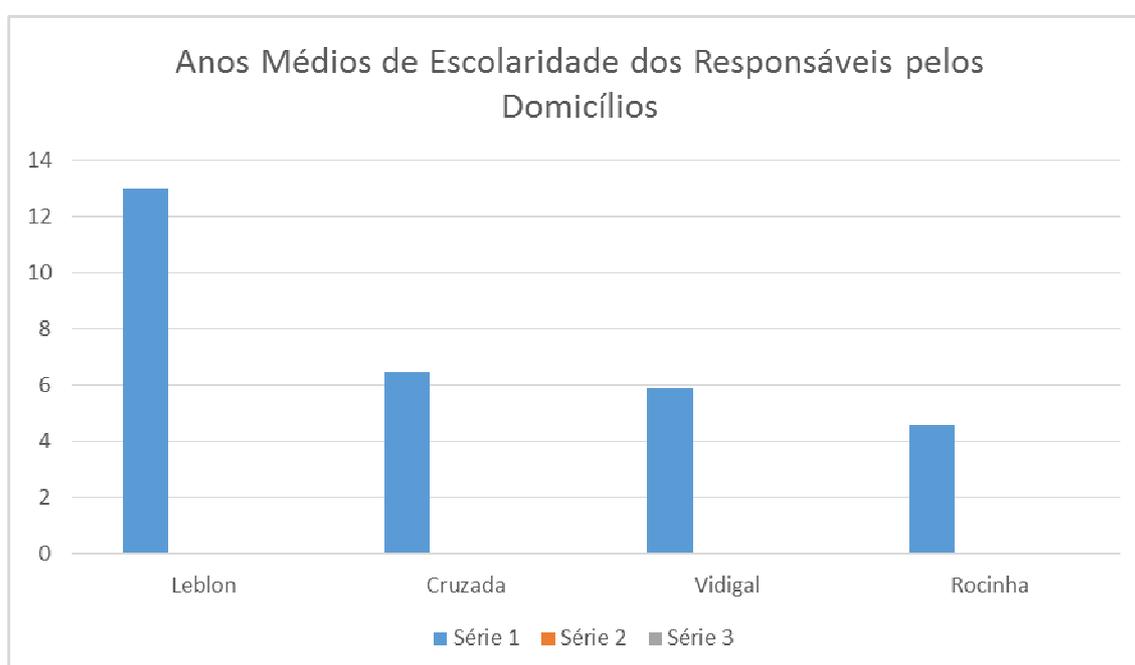
Fonte: metrório.com. Acessado em 27/12/2016

Chama atenção na configuração geográfica desse território, o conjunto de dez prédios bege e vermelhos com a pintura desgastada e que fica entre o muro que separa três clubes particulares com piscina e quadra de tênis e um dos shoppings mais caros do Rio de Janeiro. A Cruzada São Sebastião é um conjunto habitacional, que conta hoje, com 7 mil moradores e que foi idealizado pela arquidiocese do Rio de Janeiro em 1955. A intenção era abrigar os moradores da favela da Praia do Pinto que ficava na região.

A origem e o perfil dos moradores desse conjunto habitacional, que coaduna população majoritariamente negra, jovem, de baixa escolaridade e com baixo

rendimento, rendeu aos seus moradores um estigma difícil de ser desconstruído. A Cruzada é como diz, Luiz Cesar de Queiroz¹⁹³, coordenador do Observatório das Metrôpole e morador do Leblon, “o símbolo da segregação nas cidades brasileiras”. Existe a aproximação territorial e o distanciamento social. Ainda de acordo com Queiróz existe uma tolerância dos moradores do bairro com a presença dessa população, mas desde que cada um fique no “seu lugar”. Não apenas o físico, mas, sobretudo, o simbólico. A interação entre esses dois grupos se dá, em grande medida, pela prestação de serviço, nos cafés e nas lojas do shopping.

Gráfico 1. Média de anos de estudos



Fonte: Dados do Censo 2000/IBGE, tabulados pelo pesquisador Luiz Cesar de Queiroz, da UFRJ

A história do bairro remonta ao ano de 1918, quando foi definida a configuração atual de boa parte de suas ruas. Antes disso, conta-se que aquele território era uma aldeia povoada por tamoios da aldeia Kariané¹⁹⁴ que foram extintos pelo bacharel Antonio de Salema¹⁹⁵, deixando o caminho livre para construção de engenhos.

¹⁹³ Entrevista concedida à Folha de São Paulo.

¹⁹⁴ Esses índios teriam batizado o território de Ypaum, que significa espaço entre os canais. Muitos nomes de ruas do Leblon ainda guardam os nomes originais, que evocam a língua tupi, a saber: Rua Igarapava (ancoradouro de canoa), Rua Aperana (caminho errado), Rua Sambaíba (tipo de planta), Rua Tubira (caminho de poeira), Rua Itaquira (mina de água), entre outras.

¹⁹⁵ LIMA, Rogério. O Antigo Leblon: uma aldeia encantada, Rio de Janeiro, Editora Leblon, 2005.

O que era um campo arenoso povoado por algumas chácaras, dentre elas de um francês conhecido como Charles Leblon, que era dono de uma empresa de pesca de baleias e deu nome ao bairro, se tornou posteriormente local de moradia de indivíduos de famílias reconhecidas por seu capital econômico e cultural. Pelo que se pode apurar as primeiras e mais conhecidas famílias que se instalaram no bairro foram, a saber: Cordeiro de Melo, Padilha, Formenti (do cantor e pintor Gastão Formenti) e Araújo que possui dentre os membros mais conhecidos João Araújo (empresário da indústria fonográfica) e seu filho o cantor e compositor Cazuza.

É dessa forma que se justifica a escolha desse bairro como cenário de pesquisa. Pretende-se aqui traçar os caminhos e as relações que se apresentam no seu cotidiano a fim de analisar como a constituição desse território na modernidade pode, em alguns casos, distinguir e segregar indivíduos.

2.1.2 A Cidade, Seus Territórios e a Sociabilidade

[...] E a cidade

Que tem braços abertos num cartão-postal

Com os punhos fechados na vida real

Lhes nega oportunidades

Mostra a face dura do mal [...]

Alagados – Paralamas do Sucesso - Felipe de Nóbrega/ João Alberto Barone/ Herbert Viana.

A cidade é por excelência o lugar da intervenção humana. É o espaço onde a ação do homem se sobrepõem à natureza e nesse ínterim, a cidade moderna se tornou a promessa da liberdade. Esse é o espaço de fruição de recursos e de estética. E mais, é o lugar da experiência da interação.

Assim como afirma Park, a cidade não é um amontoado de indivíduos e de conveniências sociais ela é antes de tudo um “estado de espírito” e mais:

Um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos

processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.¹⁹⁶

Já Weber apresenta um sentido econômico para a cidade. O lugar onde os indivíduos satisfazem uma parte relevante de suas necessidades econômicas diárias no mercado local. Assim, em seus dizeres, “toda cidade no sentido que aqui damos a essa palavra é um “local de mercado””.¹⁹⁷

Por ser a cidade e seus territórios, na modernidade, a promessa de liberdade e da materialização do indivíduo enquanto sujeito social, cabe perguntarmos: a quem pertence a cidade? Quem a consome? Para quem é a cidade? Vive-se ou consome-se a cidade? Nesse sentido, a “constituição de territórios distintos” promove pertencimento e consumo para alguns grupos sociais em detrimento de outros.

Em seu ensaio sobre “As Grandes Cidades e a Vida do Espírito”, Simmel¹⁹⁸ nos informa que a vida nas grandes cidades da modernidade possui um caráter intelectualista se comparado com a vida nas pequenas cidades. As cidades centrais, que gozam de importância cultural e/ou econômica, têm sua vida baseada na racionalidade das relações. Os inúmeros estímulos que essa vida moderna promove são responsáveis por uma intensificação da vida nervosa nos dizeres do autor. Desse modo, os indivíduos estabelecem estratégias de proteção a esse excesso de estímulos mentais o que Simmel define por caráter blasé, presente nos moradores das grandes metrópoles e que se configura num distanciamento, ou reserva, nas relações que esses travam na sociedade.

Esse distanciamento em relação às pessoas e coisas também chamou a atenção de Engels¹⁹⁹, quando escreveu sobre a situação da classe trabalhadora da Inglaterra entre 1844 e 1845. Nos dizeres do autor:

Centenas de milhares de pessoas de todas as classes e estamentos (...) passam umas pelas outras como se não tivessem nada em comum e sem que ninguém considere os outros dignos de um olhar sequer; prevalecem a indiferença brutal, o egoísmo torpe, o isolamento

¹⁹⁶ PARK, Robert. E. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In.: VELHO, Otávio (Org.). O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

¹⁹⁷ WEBER, Max. Conceito e Categorias da Cidade. In.: VELHO, Otávio (Org.). O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Zahar, p. 69, 1976.

¹⁹⁸ SIMMEL, George. As grandes cidades e a vida do espírito (1903), Mana, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

¹⁹⁹ ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, São Paulo, Boitempo, 2010.

insensível de cada um nos seus interesses privados; a humanidade se dissolve em mônadas ou átomos.

Uma caminhada pelo calçadão da praia do Leblon, numa tarde despreocupada pode servir de ilustração sobre o que está exposto acima. Pessoas indo e vindo vestidas com roupas de ginástica, se exercitando ao mesmo tempo em que utilizam fones de ouvido, se misturam a outras que ali estão a trabalho, equilibrando-se entre sacolas com baldinhos e boias de bichinhos, além dos carrinhos de bebês, bicicletas e as crianças, umas ainda muito pequenas sendo carregadas no colo enquanto outras caminham ou correm sempre sob o olhar atento de suas cuidadoras. A cena pintada mostra a proximidade física entre esses indivíduos ao mesmo tempo em que se imprime uma distância espiritual que os separam.

Kapp²⁰⁰ em artigo que analisa o ensaio de Simmel sobre as grandes cidades e a vida do espírito, apresenta como problemática mais profunda da modernidade o fato dela abrir novas possibilidades para o desenvolvimento singular do indivíduo ao mesmo tempo que dificulta sua percepção, já que todos assumem a mesma reserva ou a “atitude blasé” o que não possibilita o reconhecimento do valor da individualidade.

Entretanto, o indivíduo possui duas possibilidades. Aqueles que têm capital econômico e/ou cultural²⁰¹ podem organizar suas ações para o longo alcance, organizando sua vida privada como melhor lhes convier. Pode se comparar a seus pares e a especialização, que nessa leitura decorre da divisão do trabalho, promove sociabilidade em grupos específicos onde há a possibilidade de reconhecimento da individualidade. Em contrapartida, se os indivíduos não dispõem de capital econômico ou cultural, suas possibilidades de ação são mais restritas, encontram alcance apenas no espaço privado.

O distanciamento mental em relação ao espaço, seja ele social ou público, está posto tanto para o cidadão melhor posicionado como para o operário e empregado. O primeiro, possui os capitais necessários para estabelecer proximidade mental com quem está distante, enquanto os últimos têm seu alcance, nesse caso, medido pelo consumo.

²⁰⁰ KAPP, Silke. De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana, Cadernos Metrop. São Paulo, jul/dez. P. 7, 2011.

²⁰¹ Capital aqui no sentido de Bourdieu entendido como recursos reais ou potenciais que estão ligados a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas.

Desse modo, cabe aqui nesse momento, atentarmos para o sentido da produção do espaço como bem coloca Lefebvre considerando a produção do espaço como resultado de um processo articulado e marcado por aspectos econômicos, políticos e sociais. Com isso infere-se que o espaço é político e instrumental, constituindo-se em “lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam”²⁰².

A paisagem organiza socioespacialmente a estrutura urbana, as relações sociais de poder, o poder econômico e as diferenças culturais. Segundo Zukin:

A paisagem é em grande parte uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais [...] A paisagem é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade. Com frequência, o que observamos como paisagem – aquilo que é construído, escondido e que resiste – é uma paisagem do poder.²⁰³

A produção do espaço envolve também o discurso sobre um determinado lugar e é nesse ponto peculiar que se deve perguntar se o discurso produzido pode reduzir as possibilidades de convivência. Em alguns territórios, como no caso do bairro do Leblon, o discurso sobre o mesmo colaborou para a constituição de um território diferenciado que é “consumido” por indivíduos que possuem condições sociais privilegiadas. Se como nos diz Kapp²⁰⁴ aqueles que não possuem as condições privilegiadas estabelecem interações com o espaço através do consumo, no caso do Leblon, essa possibilidade é quase nula. Samantha que trabalha como babá há 4 anos para uma família do Leblon nos conta uma das muitas experiências de interação vivenciadas por ela nesse território:

Uma vez tava vindo do inglês com o Bernardo²⁰⁵ e passei em frente a uma loja de roupa que tava com uma placa bem grande escrito promoção. Como tava com pressa porque tinha que arrumar ele pra escola, não parei. Depois que deixei ele na escola eu fui ver né a promoção. Porque aqui as lojas são caras mais como tava promoção podia achar alguma coisa. Nunca me senti tão humilhada, quando entrei na loja nem olharam pra mim. Fiquei ali um tempinho ninguém veio me atender, perguntar o que eu queria. Acho que é porque tava de

²⁰²LEFEBVRE, Henri; Prefácio. A produção do Espaço, Revista Estudos Avançados, n° 27, p. 124, 2013. Id., 2008, p. 172.

²⁰³ ZUKIN, S. Paisagens do Século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In.: ARANTES, Antonio (org.) O Espaço da Diferença. Campinas, Papirus, 2000, p. 104-115.

²⁰⁴ KAPP, op.cit., p. 9.

²⁰⁵ O nome da criança foi trocado para resguardar a identidade.

uniforme né, logo já olham como babá e não tem dinheiro pra comprar. Saí muito triste de lá.

A experiência relatada por Samantha dá a ideia de como os territórios podem, em alguns casos, se constituir como espaço de e para alguns indivíduos. A percepção da entrevistada é a de que foi identificada, pelo uniforme branco, como alguém que não teria o “direito” de consumir (no sentido de experienciar) aquele espaço. Como se ela estivesse deslocada, uma vez que aquele estabelecimento comercial, no referido bairro, constituiu-se como “espaço” visitado por indivíduos “diferenciados”. Entretanto, cabe assinalar que mesmo um lugar produzido de maneira distinta como é o caso do Leblon, não existe nele um cenário homogêneo. Os encontros estão claros, perceptíveis e presentes. No espaço e na sua ordenação há lugar para pontos de intersecção, no entanto eles se limitam às relações de trabalho.

São as relações de trabalho que permitem pintarmos nessa tela o encontro e aproximação daqueles indivíduos donos de capitais e de trabalhadores. Essas relações colocam esses sujeitos no mesmo espaço, seja dentro dos apartamentos, nos clubes, na praia ou nos restaurantes, mas ao mesmo tempo estabelece um limite na experiência desses territórios.

Fica posto que não existe neutralidade na maneira como se constrói o espaço. Ele é político e ideológico, e por isso, é o cenário de inúmeras estratégias de diversos agentes que entram em conflito.

O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto ‘puramente’ formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já é objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social (...)²⁰⁶.

²⁰⁶ LEFEBVRE, op.cit., p. 61 e 62.

O espaço como produto social, para o autor, não pode ser mais concebido como “passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os “produtos”, senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer”²⁰⁷. E desta feita, a produção desse espaço viabiliza ou inviabiliza as possibilidades de convivência e vivência.

Assim como nos ensina Bourdieu²⁰⁸ os agentes sociais são entendidos como tais em e com a sua relação com o espaço social, assim como pelas coisas de que se apropriam e é isso que o caracteriza pela sua posição em relação ao outro. Dessa forma o “espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem (...)”.

Seguindo esse raciocínio o espaço social se define a partir das relações que os indivíduos estabelecem com ele e com os seus usos. Nessa constituição do espaço estabelecem-se distinções a fim de hierarquizar o território. Pois, ainda segundo Bourdieu

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima hierarquias e as distancias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada (...). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (...) ²⁰⁹

A percepção sobre o uso do espaço, aqui de acordo com o objetivo do trabalho, sinaliza um ordenamento complexo do lugar ocupado por cada um dos indivíduos que estabelecem em medida maior ou menor, relações nesse território. A ideia de todos juntos compartilhando o mesmo bairro não estabelece um uso democrático dele, ao contrário, fica claro que se trata de um uso hierarquizado desse espaço. Basta direcionar o olhar para os tipos de indivíduos que estão presentes nos restaurantes, nos cafés e na praia. Há aqueles que gozam e desfrutam o lugar e os que se ocupam dele numa relação de trabalho.

Ser morador do Leblon tornou-se um estilo de vida. É uma opção para aqueles indivíduos que possuem condições econômicas para viver ali, haja vista o fato do bairro

²⁰⁷ Ibid., p.3

²⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In.: BOURDIEU, Pierre (org.). A Miséria do Mundo, Petrópolis-RJ, Vozes, 1997, p.160.

²⁰⁹ Ibid., p. 160.

ser considerado de alto custo. Tudo isso corrobora a constituição do processo de distinção do território que se completa com a exclusão de seu uso por outros sujeitos.

Essa distinção é, em certos termos, produzida por um habitus de classe, em outras palavras, todos os agentes que ocupam posições próximas no mesmo espaço social são, proprietários de volumes iguais de capital. Dessa forma, estão propensos às mesmas práticas que permitem assim encontros físicos e afinidades simbólicas. Assim:

a operação prática do habitus, isto é, de esquemas geradores de classificações e de práticas classificáveis que funcionam na prática sem chegar à representação explícita, e que são o produto da incorporação, sob a forma de disposições de uma posição diferencial no espaço social.²¹⁰

A título de curiosidade, um site que tem por objetivo dar dicas de passeios turísticos na cidade do Rio de Janeiro, elenca entre suas sugestões o bairro do Leblon como destino turístico o conceituando-o como:

Bairro de classe alta, de beleza sem igual, excelentes restaurantes, praia linda e propícia para prática de esportes como surf, além de contar com o baixo bebê, pedaço da praia que possui infraestrutura para receber os pequenos, entretanto caro.²¹¹

É assim, de acordo com Bourdieu que o espaço social realizado ou objetivado apresenta uma distribuição no espaço físico de diferentes formas de bens ou de serviços, como também de sujeitos ou grupos sociais dotados de oportunidades de apropriação destes. Em outras palavras, o acesso aos bens e serviços, bem como a distância física desses bens e serviços, dependem do capital. Pois, “É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado”²¹². Dessa forma, estabelece-se assim a distância entre aqueles que não possuem capital, seja fisicamente ou simbolicamente, dos bens e serviços mais “raros”. Assim, o espaço que enseja o acesso a bens e serviços aos indivíduos que possuem capital cultural e/ou econômico, também imprime um entendimento distinto de cidadania, sendo responsável por materializar uma espécie de

²¹⁰ Ibid., p. 114.

²¹¹ Matéria disponível em: <http://www.metrorio.com.br>. Acessado em 12/12/2016.

²¹² BOURDIEU (1997), op. cit., p. 161.

cidadania de primeira classe. É isso que mostra Freire²¹³ quando analisa o fato de camadas médias da cidade do Rio de Janeiro, acionarem o estatuto de contribuinte para estabelecer uma gradação da cidadania.

O fato de residir em um território valorizado socialmente está relacionado, entre outras coisas, ao pagamento de altas taxas de impostos, como é o caso do IPTU²¹⁴, em certa medida o estatuto de contribuinte servirá de argumento para construção de um discurso de cidadania, cobrando e exigindo das autoridades responsáveis, que serviços como por exemplo, segurança pública, sejam eficazes nesse território. O problema desse discurso é que quando esses indivíduos falam sobre cidadania ou em nome dela, fica exposto um entendimento muito peculiar sobre o que é ser cidadão. Quase sempre, o discurso não é evocado no sentido universal, pelo contrário, ele é evocado em nome de cidadãos que pagam caro para viver nesses territórios. Freire²¹⁵ nos traz o exemplo de dona Maria Luiza, moradora há 30 anos do bairro de Ipanema e que manifestou sua indignação com a presença de embarcações de grande e médio porte no litoral de Copacabana e Ipanema, indignação essa que foi matéria do jornal O Globo²¹⁶. Segundo a moradora:

Acho um absurdo. Já pagamos IPTU caríssimo para ter algum conforto e ainda precisamos aguentar essa afronta à paisagem e ao meio ambiente. Também tenho medo de que estes navios poluam as águas das praias, como já ocorre com os emissários submarinos.

Corroborando essa percepção, Dona Cibele, moradora do Leblon, faz um desabafo sobre o que ela nomeou de “ineficácia do Estado” para combater os crimes que estão se tornando cotidianos na zona sul do Rio de Janeiro. À época da entrevista, havia acontecido recentemente um assalto seguido de morte a um médico que pedalava na

²¹³ FREIRE, Jussara. Sociabilidade de grades e cadeados e ordem de tranquilidade: da cidadania dos adimplentes à “violência urbana” em condomínios fechados da Zona Oeste do Rio de Janeiro. In.: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra (orgs.). Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

²¹⁴ Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

²¹⁵ FREIRE, op. cit., p. 343.

²¹⁶ O Globo, 15 de junho, 2012, p. 11-12.

Lagoa Rodrigo de Freitas²¹⁷. Preocupada com episódios como esses, dona Cibele nos diz:

Veja bem, é um absurdo isso que aconteceu com o médico, é um absurdo isso que está acontecendo por aqui, na zona sul, pagamos um imposto altíssimo e não temos segurança. Se morássemos na baixada ou numa comunidade poderia até dizer que a violência urbana é grande porque esses territórios têm muita violência. Agora, aqui isso não é admissível. Pagamos justamente para não viver isso.

No relato de dona Cibele, fica claro que o problema da segurança não é encarado por ela como um problema de todos. Ao contrário, o que a incomoda é o fato de morar num território distinto, pagar alto para viver ali, esperando que houvesse maior segurança. Para ela, o fato de pagar altos impostos deveria garantir maior conforto e segurança, tornando o território um bom lugar para se morar. Nesse sentido, como nos mostra Freire²¹⁸, para ser considerado bom para se viver, o lugar precisa se opor aos territórios “da pobreza da cidade, que ameaçam constantemente a ordem e a tranquilidade”. É por isso que os casos de assalto nesses territórios são imediatamente condenados por seus moradores, bem como o fato da possível agressão ao meio ambiente causada pelos barcos no litoral da zona sul. Essas moradoras utilizam o status de adimplentes para se fazerem ouvir no espaço público e mobilizar a retomada da tranquilidade e da ordem que devem prevalecer nesses territórios.

O debate acerca da questão a “cidade que queremos”, vem ocupando espaço na academia, nas agendas políticas e também na mídia. Pensar os territórios e sua constituição, e a sua circulação como democrática, faz parte dos esforços de vários intelectuais. Toda a atenção dispensada a essa problemática está relacionada a ideia de que é a partir do uso do espaço, entre outras coisas, que se constrói a cidadania. Assim, quando os territórios são constituídos como hierarquizados, as relações nele encetadas também o são. Como é o caso analisado nesse trabalho. O bairro do Leblon na zona sul do Rio de Janeiro é objetivado como um “lugar distinto”. Os inúmeros discursos sobre o bairro dão conta dessa distinção. Esse território passa a ser lugar de e para aqueles que possuem algum tipo de capital, ou mais de um tipo de capital, no sentido bourdieusiano.

²¹⁷ O crime aconteceu no dia 19/05/15 e ganhou grande repercussão nacional.

²¹⁸ FREIRE, op. cit., p. 353.

Entretanto, mesmo sendo um espaço diferenciado, ele proporciona a intersecção entre extratos distintos da sociedade. Esse encontro se dá através das relações de trabalho, seja dentro dos apartamentos, na praia e no calçadão, no shopping ou no restaurante, constituindo assim uma trama curiosa e ao mesmo tempo violenta, onde as pessoas se aproximam fisicamente, dividem o mesmo espaço, mas estabelecem, mesmo que suavemente e implicitamente, uma “distância espiritual” que é delineada pelos usos que se faz desse lugar.

Apesar de dividirem o mesmo espaço em um bom restaurante no Leblon, a mesma mesa, a patroa e a babá não fazem o mesmo uso do lugar. O limite é demarcado de várias maneiras, seja no fato da babá usar o uniforme, seja na diferença no valor dos pedidos feitos por uma e por outra. Enfim, esse espaço define a distância entre os indivíduos. Em muitos casos, ele é responsável por imprimir uma identidade social nesse indivíduo, como acontece com o morador do Leblon, e numa outra ponta, com o morador da favela. Enquanto o primeiro é reconhecido como distinto e importante por viver em um bairro diferenciado e que proporciona acesso a serviços valorizados, ou outro tem sua identidade marcada pela marginalização e a violência.

Por fim, o pertencimento a um território valorizado se materializa em discurso acerca da cidadania. Assim, quando “escapam” a harmonia e a ordem desses lugares, seus moradores acionam o status de contribuinte para exigir que o Estado, por exemplo, dê conta de problemas como o aumento da falta de segurança nesses bairros e a conservação ambiental e/ou visual. A gramática da cidadania aqui, não ganha um tom universal, ao contrário, está relacionada diretamente ao fato de se escolher um lugar caro para viver e pagar por isso, desejando assim conforto e segurança. Dessa forma, enquanto algumas pessoas se hierarquizam por viverem nesses territórios, outros se tornam vulneráveis e desqualificados. Uma vez que não pertencem a esses lugares, é vedado o seu uso (no sentido de experienciar) contribuindo assim para que se estabeleça, como nos diz Freire, uma gradação da cidadania na cidade do Rio de Janeiro.

2.2 Considerações Metodológicas: a ida ao campo e a escrita

A entrada no campo, quase sempre, se apresenta como uma caixinha de surpresas. Há um misto de sentimentos que nos move ao mesmo tempo que nos causa receio e insegurança. Quando se delimita o espaço da pesquisa, se faz necessário considerar que ele pode apresentar inúmeros obstáculos que podem colocar em risco todo o trabalho.

No caso específico desse estudo, foram delimitados como cenários de pesquisa o bairro do Leblon na zona sul do Rio de Janeiro. Especificamente a faixa de areia em frente à Rua General Venâncio Flores, no chamado Baixo Bebê, local ocupado todas as manhãs por uma pequena multidão formada em sua maioria por babás - boa parte delas visivelmente negras -, e por algumas mães, além das praças do bairro como a Antero de Quintal que abriga um parquinho e também é um lugar muito frequentado por babás e mães. Alguns clubes de elite da zona sul, fizeram parte do processo de observação, dentre eles o Monte Líbano situado no Leblon, a Casa de Espanha localizado no Humaitá, o Caiçaras e o Jockey Club Brasileiro na Lagoa. Esses locais são frequentados por famílias de posição social privilegiada e com histórico de levar para as dependências dos clubes citados as babás de seus filhos. Além do shopping da Gávea e do shopping Leblon que também se apresentou como um espaço rico para observação.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foram empregados alguns métodos próprios a essa abordagem como a realização de entrevistas conduzidas de forma semiestruturada. No entanto, novas perguntas poderiam ser formuladas a partir das respostas das entrevistadas. Com o intuito de estabelecer aproximação com as babás e patroas passou-se a observar e acompanhar suas rotinas, nas praças, na praia, nos clubes, no shopping, participando de eventos como a festa de Réveillon a fim de coletar o máximo de informações.

Preocupamo-nos em não interferir fortemente na representação dos relatos, mantendo no texto as próprias palavras e os termos das entrevistadas²¹⁹ bem como o

²¹⁹ SAMPIERI, R. Metodologia da Pesquisa. São Paulo, MacGraw-Hill, 3ª ed., 2006.

sigilo no que se refere a identificação de todas as pessoas que fizeram parte dessa amostra. Quanto ao trato do material qualitativo, Aguiar e Ozella²²⁰ orientam:

[...] queremos apropriar-nos daquilo que diz respeito ao sujeito, daquilo que representa o novo, que, mesmo quando não colocado explícita ou intencionalmente, é a expressão do sujeito, revelação de suas possibilidades de criação.

Entrevistas e observações foram realizadas sempre tendo em mão o diário de campo onde podia-se registrar o que acontecia na praça, na praia, no shopping, nas academias e nos clubes. Sobre a observação direta Goldenberg afirma:

[...] apresenta a vantagem metodológica de permitir um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações. Essa técnica, complementada pelas entrevistas em profundidade, revela o significado daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que aparece em um questionário padronizado.²²¹

A partir da observação foi possível compreender processos que, provavelmente, não seriam ditos e que envolviam as babás e as crianças, as babás e as patroas e as mães e as crianças. Os temas identificados na observação eram abordados posteriormente nas entrevistas, que tinham como objetivo estabelecer aproximação e relação de confiança com as informantes.

No total foram realizadas 31 entrevistas. Vinte e uma com babás e dez com patroas. Elas tiveram duração de aproximadamente uma hora a uma hora e meia. Durante toda a pesquisa foi possível estabelecer contato, numa segunda ocasião, com boa parte das entrevistadas, uma vez que minha presença no bairro se tornou constante, assim como os reencontros.

²²⁰ AGUIAR, Wanda; OZELA, Sérgio. Núcleos de Significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 25, n. 2, p.222-247, 2006.

²²¹ GLODENBERG, Mirían. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Record, p. 34, 2004.

Sobre a definição do número de entrevistas para a realização da pesquisa Bauer e Gaskell²²² ensinam que depende de algumas variáveis como: a natureza do tópico, o número de ambientes considerados e dos recursos disponíveis. Entretanto, algumas orientações são importantes. Se há saturação nas respostas, aumentar o número de entrevistas não melhorará necessariamente a qualidade. Quando é observado esse ponto de saturação, o melhor a fazer é deixar o tópico guia e conferir sua compreensão. Dessa forma, se a avaliação do fenômeno for corroborada é um sinal de que é tempo de parar. Além disso, a transcrição de algumas entrevistas pode render até 15 páginas dificultando assim a análise. Por essas razões os autores sugerem um limite máximo de entrevistas que possibilitará sua análise. Esse limite gira em torno de 15 a 25 entrevistas individuais e, ao redor de 6 a 8 discussões com grupos focais.

Além da observação direta e das entrevistas, também se utilizou matérias jornalísticas, fotos, pesquisas do IBGE sobre trabalho doméstico, comunidades no facebook como fontes de análise, pois ainda de acordo com Bauer e Gaskell²²³.

Uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica. A investigação da ação empírica exige: a) a observação sistemática dos acontecimentos das observações dos atores e dos expectadores, exige b) técnicas de entrevista e a interpretação de vestígios materiais que foram deixados pelos atores e expectador, exige c) uma análise sistemática.

O acesso a múltiplos canais de discussão sobre a temática, como as comunidades nas redes sociais, apresenta uma riqueza de informações e de compreensões dos agentes que fazem parte dessa relação, possibilitando assim entendimento ampliado sobre o tema.

²²² BAUER, Martin; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático, Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 2015.

²²³ Ibid., p.18-19.

2.2.1 As Entrevistas: estratégias e dificuldades

Eu converso com você. Mas quem é você? Não vai gravar nada.

Neide - Babá

O mês de dezembro do ano de 2015 marcou a entrada “oficial” no campo de pesquisa. Meses antes empreendi algumas idas ao bairro do Leblon em algumas ocasiões, para realizar uma primeira pesquisa exploratória. Mas, foi de fato, no Réveillon que marcou a virada de 2015 para 2016, que a aproximação com o campo e com o objeto se tornou mais concreta.

A festa da virada que aconteceu em um apartamento de cobertura a uma quadra da praia foi oferecida por Isabela, que possibilitou a intermediação entre a pesquisadora e suas amigas (mães e patroas). Isabela é advogada, tem 37 anos e é branca. Casou-se com Alfredo, que é negro e também é advogado, com quem tem um filho de 5 anos e conta com o auxílio de uma babá, que está com ela desde que a criança nasceu e fica a semana inteira no trabalho. Isabela e Alfredo nem sempre moraram no Leblon. Os dois são naturais de Nilópolis, um município da baixada fluminense. A ascensão profissional permitiu que comprassem um apartamento em um dos locais mais valorizados do Brasil. Entretanto, à época da pesquisa, observou-se um esforço da parte do casal para se tornarem “aceitos” no bairro. A festa de Réveillon, a primeira oferecida por eles, fazia parte desse conjunto de esforços. Cinco casais participaram do evento. Todos com filhos e com suas babás. Foi nesse momento que estabeleci um primeiro contato com aquelas mulheres que mais tarde seriam entrevistadas.

Apesar das babás estarem presentes na festa, não houve oportunidade para uma maior aproximação com elas. Era necessário nesse momento estabelecer uma primeira relação, de confiança, com as mães. Aqui cabe dizer que o fato de não ser moradora do Leblon surgiu como um dificultador, porém a contribuição de Isabela foi fundamental

para que a aproximação pudesse se dar. Outros fatores também contribuíram para que essa aproximação acontecesse. Sou branca, me vestia em conformidade com o evento e como todas as mulheres que estavam ali, estava acompanhada por meu marido e meu filho, um pouco mais velho que a média das crianças, o que não atrapalhou a interação entre eles e, fui apresentada pela dona da casa como sua amiga e pesquisadora.

Na primeira oportunidade que surgiu para falar sobre a pesquisa foi possível perceber um certo desconforto por parte das mães. Isso sinalizava para os obstáculos que encontraria na realização das entrevistas.

No dia seguinte acompanhei Camila, babá que trabalha para Isabela, até a praia. Era cedo, por volta das 7:30 e ela levava Pedrinho para tomar sol e brincar no mar. No caminho, outras babás, foram se juntando a nós, todas conhecidas de Camila. Foi assim, que se estabeleceram os primeiros contatos com as babás que fizeram parte desse estudo. Camila foi a responsável por me apresentar às suas amigas e falar sobre a pesquisa.

Concluído o primeiro contato era o momento de iniciar as tentativas para marcar as entrevistas. O objetivo inicial era entrevistar patroas e babás para identificar as nuances dessa relação de trabalho que se apresenta como peculiar por envolver afeto, ao mesmo tempo em que se exige uma postura profissional, especialmente após a aprovação e regulamentação da PEC das domésticas. Entretanto, as primeiras investidas no campo deixaram claro que não conseguiria entrevistar as patroas e suas respectivas babás. As primeiras não concordaram com a dinâmica e o argumento mais utilizado, para essa negativa, foi o de que suas funcionárias tinham muito trabalho e não teriam tempo para conceder entrevista. Fato que chamou atenção, pois percebe-se aqui uma gerência do tempo das babás pelas patroas. Percebeu-se também o constrangimento e o receio de algumas babás diante da possibilidade de dar depoimentos sobre seu trabalho, uma vez que havia estabelecido também contato com as suas patroas. Diante desse quadro, e com receio de que pudesse impactar diretamente no objetivo desse estudo, optamos por redesenhar a pesquisa e entrevistar patroas e babás que não possuíam laços trabalhistas entre si, o que julgamos ser mais produtivo para o trabalho. Em apenas um caso, o de Isabela e Camila, as respectivas patroa e babá possuem laços de trabalho.

Entretanto, as dificuldades não se encerram por aí. O contato com as patroas sempre foi mais difícil. Conseguir um espaço em agendas recheadas de eventos sociais

se mostrou complicado. Idas e vindas, encontros marcados e desmarcados, atrasavam muito o andamento da pesquisa. Além disso, ao marcar a entrevista com essas mulheres eu precisa passar por um processo de transformação, que denomino como “*me montar*”. A fim de estabelecer uma relação de identificação com essas patroas, era necessário me vestir, arrumar o cabelo e me maquiar de maneira sutil, como elas faziam. Todas as entrevistas realizadas com as patroas foram gravadas e aconteceram em espaços como restaurantes, cafés, praia e shopping.

No caso das babás, a primeira dificuldade que surgiu foi a desconfiança. Primeiro porque eu estava mais próxima de ser identificada como patroa e mãe do que como uma delas. Segundo porque havia receio de que o conteúdo das entrevistas fosse divulgado juntamente com suas identidades. Nenhuma das entrevistadas permitiu ser fotografada e nem ter a entrevista gravada. De acordo com elas, há alguns meses que antecederam a pesquisa, apareceu no bairro uma jornalista para fazer uma matéria sobre o trabalho das babás. Ainda de acordo com as meninas, ficou acordado que não seriam divulgados os nomes e nem as fotografias. Para surpresa delas, uma amiga viu em uma banca de jornal a matéria com a foto e o nome de uma babá, o que teria causado a demissão dessa profissional e o constrangimento entre elas e os patrões.

Diante disso, realizei as entrevistas sem gravar. Havia preocupação em anotar tudo para que nada se perdesse. Essas conversas duraram mais de uma hora e aconteceram na praia, na praça, nas academias de natação e luta, nos cursinhos de inglês e no shopping. Como passei a ser figura constante no bairro, com o passar do tempo, uma relação de maior confiança se estabeleceu e foi possível entrevistar, novamente, algumas daquelas que já haviam concedido entrevista, permitindo assim uma abordagem mais detalhada e rica sobre alguns pontos considerados relevantes para o trabalho.

As babás com o tempo passaram a falar mais do que as patroas. As últimas em muitos momentos se mostravam reticentes quando determinados temas eram abordados, como por exemplo a exigência do uniforme, questões salariais, tratamento. Já as babás falavam sobre tudo, ficando clara a preocupação com todos os detalhes. Mas não antes de surgir em suas falas o seguinte questionamento: *posso mesmo falar?* Como se fosse necessária autorização.

Spivak²²⁴ nos auxilia na compreensão desse fato fazendo o seguinte questionamento: “o subalterno, como tal, pode, de fato, falar?”. De acordo com o autor, o termo subalterno se refere às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem plenos no estrato social dominante”. Dessa forma o que marca a subalternidade não é simplesmente toda a relação de exclusão e sim a impossibilidade de se articular enquanto grupo e ter voz ativa permanente.

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.²²⁵

Diante disso, fica a seguinte interrogação: as babás podem falar? É esse questionamento que, Viana²²⁶ faz. Os últimos acontecimentos, mais precisamente, o debate acerca da aprovação e regulamentação da PEC das domésticas, demonstrou a existência de mobilização das empregadas domésticas para reivindicar, garantir e assegurar seus direitos. Entretanto, não se pode julgá-las como um corpo homogêneo. As entrevistas permitem trazer à tona uma questão central de Spivak que é a agência dos sujeitos e sua crítica a um sujeito coletivo homogêneo. Ainda de acordo com Viana, não tratá-las como objetos da academia é não falar por elas e sim possibilitar espaço para que elas possam falar e ser ouvidas, articulando suas vozes em espaços diferenciados na luta contra a subalternidade.

²²⁴ SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade? In.: Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da cultura. HOLANDA, Heloísa B. de (org.). Rio de Janeiro, Rocco, p.11, 2010.

²²⁵ Ibid.,p.66.

²²⁶ VIANA, Nanah. O Trabalho da Babá: Trajetórias Corporais entre o Afeto, o Objeto e o Abjeto. Dissertação de Mestrado, Brasília, UNB, 2014.

Porém, alguns autores se mostram receosos com essa perspectiva, como é o caso de Bauer e Gaskell²²⁷ que alertam:

Através de nossos esforços, tentamos evitar três posturas comuns. Primeiramente, relutamos equiparar a pesquisa qualitativa a um conhecimento interessado a “dar poder”, ou “dar voz aos oprimidos”. Embora estes possuam entusiasmos louváveis, no contexto de grande parte da prática da pesquisa qualitativa, eles são, no mínimo ingênuos e possivelmente mal encaminhados.

O que se objetivou com as entrevistas em profundidade foi possibilitar que essas mulheres se sentissem à vontade para exprimir relatos acerca de suas experiências como patroas e como babás. Como por exemplo, os sentimentos que decorrem dessa relação trabalhista. Como é o caso do afeto, da confiança e desconfiança, do ciúme, do sentimento de inferioridade expostos em situações de preconceito e discriminação que foram relatadas.

2.3 Quem são essas mulheres? Traçando o perfil das patroas e babás

2.3.1 As patroas

A fim de traçarmos o perfil das mulheres que fizeram parte da pesquisa, elencamos algumas variáveis que possibilitassem a construção do mesmo. Foram entrevistadas 10 patroas, todas moradoras do Leblon.

a) Idade

As patroas entrevistadas estão na faixa etária entre 33 a 41 anos. Dessas, duas tem 33 anos, quatro têm 36 anos, uma quarenta anos e três com 41 anos de idade. Percebe-se que todas estão em idade produtiva. O fato de possuírem uma carreira é a justificativa para a contratação de babás. Alegam não terem tempo para se dedicar ao cuidado das crianças²²⁸.

²²⁷ Op cit., p.15

²²⁸ Entrevistamos uma bancária, uma publicitária, uma oceanógrafa, uma empresária, uma atriz, duas advogadas e uma analista financeira.

b) Escolaridade

Todas as entrevistadas possuem curso superior, sendo que oito são pós-graduadas. É fato que na medida em que as mulheres têm acesso a um maior nível de instrução a maternidade fica para mais tarde.²²⁹Esse dado pode ser comprovado pela faixa de idade dos filhos dessas mulheres, que varia entre 3 a 7 anos. Além disso, o número de filhos tende a ser menor. Das entrevistadas, cinco têm 2 filhos, outras quatro têm 1 e apenas uma tem 3 filhos.

c) Cor

De todas as patroas entrevistadas 9 são brancas e apenas uma é negra. Possuem alto nível de instrução. Com os dados disponíveis é possível desenhar um perfil dessas mulheres que pertencem à classe média alta do Rio de Janeiro. Outro fato que chamou a atenção é de que das nove entrevistadas, apenas duas não nasceram no Leblon. Pela nossa amostra pudemos verificar como classe e cor estão intimamente ligados no cenário brasileiro. Como mostram as pesquisas do IBGE, a maior parte dos mais pobres no Brasil são negros e pardos. No nosso cenário de pesquisa encontramos uma patroa negra, que não é brasileira. Outra exceção é o marido de uma das entrevistadas, que é negro, e que mora no bairro há pouco tempo.

2.3.2 Babás

Foram entrevistadas vinte e uma babás. Dessas, dezenove ficam a semana inteira no trabalho, retornando para suas casas apenas no fim de semana. Uma vai para a casa uma vez por mês, a justificativa é que ela mora em uma cidade mais distante, em Araruama, que fica na Região dos Lagos. Outra mora com a família empregadora há 10 anos. Veio de João Pessoa na Paraíba para trabalhar como babá e volta para sua terra, para visitar a família, em alguns feriados e no fim do ano. As outras babás entrevistadas são, moradoras de municípios da Baixada Fluminense e da Rocinha.

a) Idade

²²⁹ Para maiores detalhamentos ver pesquisa no site do IBGE – www.ibge.gov.br

A faixa etária das babás entrevistadas está entre 22 e 52 anos. Uma tem 22 anos. Uma tem 27 anos. Duas tem 31 anos. Uma tem 32 anos. Cinco tem 36 anos. Duas com 38 anos. Duas com 40 anos. Uma com 41 anos. Uma com 45 anos. Uma com 47 anos. Uma com 49 anos. Uma com 50. Uma com 51 e a mais velha com 52 anos. Analisando esses números é possível aferir que, apesar de ser uma atividade que necessite de disposição e energia, já que as babás acompanham as crianças em todas as atividades, o que se viu no campo é a concentração de mulheres mais maduras exercendo essas funções. Nas falas das patroas foi apontada a dificuldade de arrumar babás mais novas, porque de acordo com as entrevistadas elas (meninas mais novas) não querem trabalhar. Por outro lado, algumas patroas disseram preferir mulheres mais velhas para serem babás dos seus filhos, porque supostamente elas teriam mais experiência com as crianças.

b) Escolaridade

As babás entrevistadas estão distribuídas entre 3º ano do Ensino Fundamental ou antiga 2ª série e o Ensino Médio completo. Desmembrando temos, 1 mulher com o 3º ano do Fundamental completo, 1 mulher com o 5º ano do Fundamental completo, oito com 8º ano do Fundamental completo e onze mulheres com o Ensino Médio completo, dentre essas, temos uma que iniciou o curso técnico em radiologia, mas à época da pesquisa, havia trancado a matrícula. A pouca escolaridade faz parte do perfil traçado das babás e empregadas domésticas por diversos estudiosos²³⁰ e, é também comprovada por pesquisas, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo esse Instituto, cerca de 64% dos trabalhadores domésticos possuem menos de 8 anos de instrução.²³¹ Entretanto, observa-se um nível de instrução mais elevado nessa amostra, contando com mais da metade das entrevistadas com Ensino Médio completo. Essa dado se relaciona com a necessidade que esse tipo de função impõe, como por exemplo: ministrar remédios, acompanhar as atividades escolares e os compromissos estipulados nas agendas das crianças. Das entrevistadas todas disseram sentir vontade de retomar os estudos mas apontaram a rotina pesada do trabalho como um obstáculo. O único horário

²³⁰ KOFFES 2001, Lima 2003, entre outros.

²³¹ Disponível em: www.ibge.gov.br

que teriam para estudar seria no turno da noite, mas como dormem no trabalho ficam com esse tempo comprometido. Sabóia²³² aponta que é comum as trabalhadoras domésticas terem um alto índice de atraso escolar e de não frequência à escola, já que elas veem de uma classe menos privilegiada e precisam, desde muito novas, se dedicar ao trabalho remunerado, o que compromete o rendimento escolar.

c) Cor

Dados recentes divulgados por organizações como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e institutos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstram que o trabalho doméstico continua ainda hoje sendo receptáculo de mulheres negras, pertencentes a uma classe social menos favorecida. De acordo com a OIT, do total de trabalhadores domésticos no mundo, 82% é composto por mulheres negras.

Dentre as vinte e uma mulheres, babás, que participaram dessa pesquisa, quinze se autodenominaram negras e/ou escuras, quatro se declararam brancas, uma diz ser parda, uma se definiu como morena clara.

Esses números ilustram bem a existência de grande atuação de mulheres negras nesse tipo de trabalho. Essa situação atual é fruto de resquícios históricos que “determinaram” o trabalho doméstico como espaço possível para as mulheres negras e pobres. Isso porque gênero e raça são fatores que definem, na maioria dos casos, o acesso a determinados empregos assim como as condições em que ele se dá.

Mesmo sendo perceptível um aumento na escolaridade das mulheres, na sua inserção nas universidades e, conseqüentemente, em outros ramos de trabalho, as mulheres negras ainda se encontram em situação inferior. As conquistas das lutas feministas não foram capazes ainda de se estender a todas as mulheres. Nesse cenário, fica a sensação de que essas conquistas e os avanços chegaram apenas para parte das mulheres que compõem a sociedade, ou seja, as mulheres brancas. Estudos de órgãos oficiais como a OIT e o IBGE apontam que as mulheres negras estão, em sua maioria, distribuídas em dois segmentos profissionais, a saber: o trabalho informal e o trabalho doméstico:

²³² SABÓIA, Ana Lúcia. As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica, IBGE, 2000.

Tabelas Comparativas:

Tabela 1 – Idade das patroas e babás

Idade	Patroas	Babás
20 - 30	0	2
31 - 40	7	12
41 - 50	3	5
51 - 60	0	2
Total	10	21

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 2 – Escolaridade das patroas e babás

Escolaridade	Patroas	Babás
Ensino Fundamental (Incompleto)	-	2
Ensino Fundamental (Completo)	-	8
Ensino Médio (Incompleto)	-	-
Ensino Médio (Completo)	-	11
Ensino Superior (Incompleto)	-	-
Ensino Superior (Completo)	2	-
Pós-Graduação	8	-
Total	10	21

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 3 – Cor das patroas e babás

Cor	Patroas	Babás
Branca	9	4
Negra	1	15
Parda	-	2
Outras	-	1
Total	10	21

Fonte: elaborado pela autora.

Capítulo III – O UNIFORME BRANCO

3.1 O Contraste da pele negra e da roupa branca

*Não sei quem teve a ideia de babá usar branco.
Porque você fica no chão, rola, brinca com a criança.
Porque você está sempre suja,
às vezes tenho que trocar a blusa três vezes ao dia.
Se quer destacar a babá porque não coloca outra cor então?
Maria Lúcia, babá há 14 anos.*

*[...] Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos [...]
Haiti – Caetano Veloso*

O uso do uniforme branco pelas babás em alguns cenários do Brasil, incluindo o bairro do Leblon na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, desperta bastante interesse e curiosidade em muitos, sobretudo nos estrangeiros. O olhar do estrangeiro é um olhar que estranha a cena, que muitas vezes tenta compreender o sentido, o significado dessa “necessidade” de padronizar, através da roupa, alguns tipos profissionais. O cenário apresentado, é a linda paisagem da praia, o calçadão movimentado e um exército de mulheres, em sua maioria negra, vestidas de branco. O estranhamento, que muitas vezes é feito por quem não pertence àquele lugar, o olhar de fora, pode ser ilustrado na declaração feita por Alexandra Loras, consulesa da França no Brasil que em entrevista à um programa de televisão disse estranhar o fato das babás usarem branco no Brasil e de como os brasileiros não conseguem enxergar que isso é uma forma de segregar as pessoas.²³³ Compartilha desse mesmo incômodo, Nanci, portuguesa que vive há cinco anos no Rio de Janeiro, moradora do Leblon e negra, mãe de duas meninas e que conta com o serviço de uma babá:

Sempre achei muito estranho essa coisa do uniforme branco, das meninas usarem roupas brancas para cuidar das crianças. Não exijo isso da minha babá. Eu mesma, já passei por situações aqui no bairro de ser confundida com a babá porque minhas filhas são bem mais

²³³ Programa do Jô exibido dia 02 de novembro de 2015 pela TV Globo.

claras do que eu. Mas isso foi no início, hoje praticamente todo mundo me conhece.

Neide, que trabalha como babá no bairro do Leblon há 6 anos nos diz que os estrangeiros que vivem no bairro, na sua percepção, tendem a ter um relacionamento diferente com as babás, tanto no fato de não obrigarem o uso do uniforme e também no tratamento em relação a elas.

No futebol na praia as pessoas são maravilhosas! Até os gringos, que eu nem sei o que estão falando, mas você percebe a forma com que agem, com que tentam se comunicar, assim a simpatia. Então eles não distinguem quem é babá e quem não é. Acho muito legal.

O que se apresenta como curioso e estranho para alguns poucos é entendido como comum para muitos. A obrigatoriedade, em alguns casos, do uso do uniforme branco para as babás é compreendida como uma ação corriqueira, que padroniza, que está relacionado a higiene ou até mesmo como uma forma de identificação que gera segurança para a trabalhadora. Em entrevista ao jornal o globo, o diretor executivo do Jockey Club Brasileiro, ao ser questionado sobre o fato do impedimento da entrada de babás que não estavam uniformizadas, nas dependências do clube afirmou: “o uniforme para a babá é questão de apresentação e padronização.”²³⁴ Essa também foi a postura do vice-diretor administrativo da Naval Piraquê: “não é discriminação, e sim identificação dos funcionários.”²³⁵

É comum relacionarmos o uso do uniforme com a questão da identificação e da segurança para o trabalhador, entretanto no caso específico da babá o uniforme branco carrega consigo um marcador simbólico importante que remete à submissão, exclusão e separação. O branco usado pela babá não tem o mesmo valor simbólico do branco utilizado pelo médico. No primeiro caso, o uniforme serve para demarcar o sujeito como inferior enquanto no último serve à demonstração de poder e valorização social.

A economista Hildete Araújo que faz pesquisa sobre o mercado do emprego doméstico desde a década de 80 analisa a imposição do uniforme branco para a babá como uma segregação de classe:

Em geral, nas profissões, o uniforme serve para dar segurança ao trabalhador. No caso das empregadas domésticas, incluindo as babás, ele não protege, serve para mostrar o lugar delas. O uniforme é o selo da sua posição. O uso não é dominante no setor. Vemos a exigência,

²³⁴ Entrevista publicada em 08/01/2013. Disponível em: www.oglobo.com.br. Acessado em: 20/01/2017.

²³⁵ Entrevista concedida para o jornal O Globo em: 13/01/2013.

em geral, nas famílias ricas, que querem mostrar que podem pagar duas, às vezes três babás. É status.²³⁶

Foi Bourdieu que trouxe à tona a importância de se observar algumas pré-disposições que indivíduos, pertencentes às classes sociais distintas possuem, e que os colocam em uma situação de diferenciação social. Os “habitus” de classe incorporados permitem, mais ou menos, o reconhecimento simbólico no espaço social. Desse modo, a babá uniformizada pode ser vista como capital simbólico para famílias que pertencem a um determinado extrato social e que incorporaram e naturalizaram a presença de outra pessoa lhes servindo. De acordo com o autor:

[...] Todos esses *estilos de vida distintos e distintivos* (grifo do autor) que se definem sempre objetivamente – e, às vezes, subjetivamente – nas e pelas relações mútuas trata-se, portanto, de recompor o que foi decomposto, antes de mais nada, a título de verificação, mas também para encontrar, de novo, o que há de verdade na abordagem característica do conhecimento comum, a saber, a intuição da sistematicidade dos estilos de vida e do conjunto constituído por eles.²³⁷

Com isso, se faz necessário, de acordo com o autor, retornar ao princípio que unifica essas práticas, esses princípios são os habitus de classe, que servem à incorporação de condicionamentos homogêneos que irão definir um tipo de classe social que depende, antes de qualquer coisa, de capitais objetivados, a saber: econômico, cultural e simbólico. É assim então possível compreender que o uso do uniforme branco para as babás, aqui no Brasil, é uma exigência presente nas famílias de classes mais abastadas.

Mobilizado como marcador social e fonte de status para quem emprega a babá, o uniforme branco contrasta com a cor da pele negra que está presente na maior parte das entrevistadas para essa pesquisa. De um total de 21 mulheres trabalhando como babás no Leblon, 15 se auto declararam negras, 1 parda, 1 morena e 4 brancas. Esse número representa o perfil do trabalhador doméstico no Brasil, formado por maioria de pardos e negros. Todas as babás ouvidas nessa pesquisa usam o uniforme branco por exigência dos patrões. De acordo com Maria Lúcia, que trabalha como babá há 14 anos para a mesma família e é negra, o uniforme significa:

²³⁶ Entrevista concedida ao jornal O Globo em: 19/01/2013. Disponível em: www.oglobo.com.br. Acessado em 20/01/2017.

²³⁷ BOURDIEU, (2015) op. cit., p. 103.

[...] que você é serviçal. Serviçal é serviçal. Patrão é patrão. A roupa nos marca. É a mesma coisa no shopping. As patroas gostam de desfilarem no shopping com a babá. Elas estão pagando por isso e dá status. Não fica bem diante das amigas desfilarem com a babá com roupa normal. Já trabalhei para patroa de 20 e poucos anos que exigia que eu chamasse ela de dona ou senhora. Era muito estranho chamar alguém tão mais novo desta forma.

O uniforme tem papel simbólico relevante na medida em que hierarquiza as relações, como fica exposto na compreensão de Maria Lucia. A roupa define o lugar de cada indivíduo, define quem manda e quem obedece, quem paga e quem recebe, quem dá direitos e quem recebe deveres. Citando novamente Bourdieu, uma classe ou fração de classe não é definida apenas por sua posição nas relações de produção, mas também pelas características daqueles que a compõem como gênero e etnia. Pois:

O mesmo é dizer que uma classe ou uma fração de classe é definida não só por sua posição nas relações de produção, tal como ela pode ser identificada através de índices – por exemplo, profissão, renda ou, até mesmo, nível de instrução –, mas também pela proporção entre o número de homens e o de mulheres, correspondente a determinada distribuição no espaço geográfico (que, do ponto de vista social, nunca é neutra), e por um conjunto de *características auxiliares* (grifo do autor) que, a título de exigências tácitas, podem funcionar como princípios reais de seleção ou exclusão sem nunca serem formalmente anunciados – esse é o caso, por exemplo, da filiação étnica ou do gênero.²³⁸

Infere-se que alguns critérios oficiais que servem à distinção de classe funcionam como máscara, que como afirma o autor, são dissimulados. O pano branco sobre a pele negra reforça o lugar social daquela mulher que circula em um espaço valorizado, para evitar qualquer tipo de mal-entendido. No trabalho de campo, duas situações ajudaram a compreender o sentido invisível dessa necessidade de impor às babás a roupa branca. A primeira situação diz respeito às experiências vividas por Nanci, uma portuguesa que se declara negra, casada com um brasileiro branco e que mora no Leblon há pouco tempo. Ela relata que assim que se mudou para o bairro foi, inúmeras vezes, confundida com uma babá:

Uma vez estava com meus filhos na praça e via as pessoas olhando diferente pra mim. Não entendia muito bem isso, até que uma mãe me perguntou qual era a criança que eu cuidava e se minha patroa não exigia uniforme. Aí percebi, era minha cor! A maioria das babás ali eram negras e estavam de branco.

²³⁸ BOURDIEU, (2015) op. cit., p. 97.

Visivelmente, durante uma caminhada pelo bairro, não conseguimos enxergar indivíduos negros descolados de seus uniformes, sejam as babás, os porteiros e os garçons. Vemos também aqueles que, mesmo sem o uso do uniforme, possuem na vestimenta uma marca que os diferencia daqueles que pertencem ao bairro, como os guardadores de carros e os ambulantes na praia. Talvez, por isso uma mulher negra, vestida de maneira informal e acompanhada de duas crianças não fosse percebida no primeiro momento como mãe.

Situação repleta de significados foi a relatada por Camila. Diferente de Nanci, Camila não é moradora do bairro, mas passa cinco dias da semana lá, no apartamento dos patrões. Trabalha como babá na mesma casa desde que Pedrinho nasceu, hoje ele tem seis anos. Camila é uma mulher jovem e negra, com sorriso largo e muito comunicativa. Seu patrão nem sempre morou na zona sul da cidade, era da baixada fluminense e está no bairro há exatamente seis anos. Um homem negro casado com uma mulher branca. Segundo Camila, no início não exigiram dela o uso do uniforme, até que um dia:

Fui levar o Pedrinho na capoeira e meu patrão foi junto. Estava lá sentada esperando a aula terminar quando uma mãe começou a puxar papo comigo e perguntou se o menino era meu filho. Eu expliquei que era a babá mas vi na hora que meu patrão não gostou. No carro, indo pra casa, ele disse que agora toda vez que eu saísse na rua com o Pedrinho era pra eu usar bermuda e blusa branca. Pra mim ficou claro que ele não gostou de me confundirem com a mãe né. Até porque o Pedrinho não é branco.

O relato de Camila nos ajuda a perceber que para alguém que é novo nesse espaço alguns códigos e símbolos não estão claros. Assim é, por exemplo, possível compreender a atitude dos patrões de Camila de não exigir o uso do uniforme branco inicialmente. A medida que esses códigos se apresentam de maneira mais clara o agir individual começa a ser formatado. Com a possibilidade efetiva da babá negra ser confundida com a mãe da criança mestiça surge a “preocupação” de demarcar, através do uso do uniforme, o lugar social dos envolvidos na cena. Como sugere Bourdieu, a posição ocupada, em determinado momento, no espaço social não pode ser estabelecida apenas pelo capital de origem. Pois:

Não é ao acaso que os indivíduos se deslocam no espaço social: por um lado, porque eles estão submetidos - por exemplo, através dos

mecanismos objetivos de eliminação e de orientação – às forças que conferem sua estrutura a esse espaço; e, por outro, porque sua inércia própria, ou seja, *suas propriedades* (grifo do autor), cuja existência pode ocorrer no estado incorporado, sob a forma de disposições, ou no estado objetivado, por meio de bens, títulos, etc., opõe-se às forças do campo.²³⁹

Ao assumir uma nova posição no campo é necessário aderir, antecipadamente, a homogeneidade das disposições que são associadas ao lugar que se ocupa, contribuindo assim para sua reprodução moral e transmissão de valores que servem à distinção dos indivíduos pertencentes a uma classe ou fração dela.

Imagem 7 - Babá uniformizada na praça Antero de Quental



Fonte: arquivo da pesquisadora. Foto tirada na praça Antero de Quental – Leblon, no dia 08/01/2018.

No ensaio *Filosofia da Moda*, Simmel²⁴⁰ nos mostra como a vestimenta, antes de ser uma projeção de quem somos, forma e domestica a nossa personalidade. Ela diz respeito às distinções pessoais e aos valores que forjam as subjetividades no meio social. A mulher negra de branco mostra que trabalha e não que se diverte. De branco ela parece mais limpa e um pouco mais invisível, ela se adapta às circunstâncias e reconhece o “seu lugar”. É como se ela vestisse sua segunda pele, nos dizeres de

²³⁹ Id. P. 104.

²⁴⁰ SIMMEL, Georg. *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

Marshal²⁴¹, como um adendo quase desnecessário a primeira pele, a negra. Desnecessário porque nossa pátria, já havia garantido o lugar dos negros desde a Lei de Terra em 1850²⁴². O lugar era a senzala, os mocambos, as favelas, os quartos de empregadas e as traseiras dos carrinhos de bebês. Como saliente Nogueira:

Libertos da situação de cativo, quando da promulgação da “Lei Áurea”, continuaram, porém, excluídos, despossuídos. [...]. Embora juridicamente capazes de ocupar um lugar na sociedade, os negros eram, de fato, dela excluídos e impedidos de desfrutarem de qualquer benefício social, foram marginalizados, estigmatizados, marcados pela cor que os diferenciava e discriminados por tudo quanto essa marca pudesse representar.²⁴³

Assim vai sendo consolidado na nossa sociedade um racismo cultural, tão entranhado em nossa dinâmica social que passar a ser, como diz Souza, a “dimensão não refletida do comportamento social.”²⁴⁴ Dessa forma aquele indivíduo de classe média que não é abertamente racista se esforça para tratar as pessoas que pertencem às camadas populares, como se fosse gente como ele. Para o autor:

O que antes era a ciência passa a ser, por força dos meios de aprendizado, como escolas e universidades, e meios de divulgação, como jornais, televisão e cinema, crença compartilhada socialmente. Por força tanto da legitimidade e do prestígio da ciência quanto do poder da repetição e convencimento midiático, as pessoas passam a pensar o mundo de tal modo que favorece a reprodução de todos os privilégios que estão ganhando.²⁴⁵

A marca de distinção está na cor da pele e no uniforme como mecanismo que reforça o lugar de submissão ocupado por essas mulheres. Dessa forma, a negritude da pele e a roupa branca se transformam em marcas que estigmatizam, como analisa Goffman.²⁴⁶ O termo que, segundo o autor, nasceu na Grécia Antiga, se referia às

²⁴¹ MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensão dos homens, 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

²⁴² Lei promulgada por D. Pedro II em setembro de 1850 e que determinava a compra como única forma de obtenção de terras públicas, inviabilizando assim sistemas de posse ou doação para transformar uma terra em propriedade privada.

²⁴³ NOGUEIRA, I. B. Significações do corpo negro. 146 f. (Tese de Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo: 1998, p. 15.

²⁴⁴ SOUZA, 2017, op. cit., p. 18.

²⁴⁵ Ibid. p. 20.

²⁴⁶ GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

marcas físicas imputadas para identificar, negativamente, os indivíduos, como por exemplo, ladrões, prostitutas, etc. Na modernidade, o estigma ultrapassa as marcas físicas, incluindo todas as características negativas que são imputadas no indivíduo pela sociedade, de maneira forte o suficiente para desacreditar aquele que a possui.

Ainda segundo Goffman a vida social é uma interação. Representamos papéis diferentes quando estamos no “palco ou nos bastidores.” Logo se espera que uma mulher negra que trabalhe como babá e que use o uniforme branco se mantenha discreta e atenta ao pequeno quando estiver no exercício da sua função. O figurino, aqui o uniforme branco, ajuda a compor a personagem, que deve se comportar da maneira como se espera que faça, ou seja, o figurino ajuda a marcar e ao mesmo tempo invisibilizar essa mulher.

Conceição tem 38 anos é paulistana mas está no Rio de Janeiro há 22 anos, mora na rocinha e trabalha como babá no Leblon. Ela dorme no trabalho e só retorna para sua casa no sábado. Está no emprego há 1 ano e é a primeira vez que tem carteira assinada. Antes disso trabalhou para uma família durante 15 anos sem registro, como ela diz criou os dois filhos dos patrões. Sobre a sua circulação pelo bairro a babá nos diz:

Já perdi as contas de quantas vezes entrei nas lojas e fizeram pouco caso de mim. Não gosto nem de lembrar porque me dá vontade de chorar. As pessoas olham você preta e com uniforme e te diminui. Como a gente vive num mundo preconceituoso eu me sinto diminuída. Se eu pudesse escolher não usava uniforme, são horrorosos e tá na cara que você é babá porque tem muito preconceito. E outra coisa, sempre que eu tô assim menstruada eu tenho que andar com o casaco amarrado, a gente fica com medo de sujar.

A justificativa corriqueira para a obrigatoriedade do uniforme passa pelo fato de que essa roupa branca remeteria à limpeza e higiene, que são essenciais nos cuidados com as crianças. No entanto, para as babás entrevistadas, o branco não é nada prático. Essa função exige que aquelas que acompanham as crianças sentem no chão para brincar, carregue os pequenos no colo, atividades que implicam a possibilidade de se sujar. Nesse caso, o branco até destacaria mais a sujeira. Outra questão colocada por Conceição e também por outras entrevistadas, é o desconforto de vestir uma roupa branca durante o período menstrual. Quanto à questão da identificação através da roupa e de isso gerar segurança, na perspectiva das babás é o contrário, a roupa marca o lugar social daquela pessoa. Como nos diz Dandara, babá de 32 anos e negra:

[...] fica parecendo um hospício, será que não entenderam que trabalhando com criança não tem como você ficar limpa ainda mais de branco? E tipo assim, se eu não tiver trabalhando mas tiver aqui na zona sul com qualquer roupa branca, tipo assim você é babá. [...] E outra, se você vai no shopping não custa nada deixar a gente colocar uma calça jeans bonitinha, tem que ir com aquele uniforme horroroso. Tá lá a babá! Preciso ir assim pra ela mostrar que eu sou babá.

Na tentativa de compreender o pensamento, as funções e as hierarquias sociais, Mary Douglas²⁴⁷ observa nas regras de higiene convenções que demarcam lugares do que é puro e do que é impuro. A autora cita os corpos poluentes que são existentes no pensamento higienista. E dessa forma poderíamos, como faz Vieira²⁴⁸, imaginar a situação das babás como alguém que se desloca do seu lugar social determinado, a área de serviço. A relação com a higiene e com a limpeza também se apresentaram no trabalho sobre a relação entre patroas e empregadas domésticas na cidade de Campos dos Goytacazes. A limpeza, tão apreciada pelas patroas entrevistadas, soaram como surpresa quando identificada e percebida na figura da empregada doméstica negra. A relação entre a cor da pele e a higiene, ou mais precisamente, a ausência dela, foi percebida nessa pesquisa.²⁴⁹

De maneira simbólica o uniforme seria o “aspecto convencional de se evitar a sujeira”²⁵⁰ e os patrões, sujeitos da elite, por acreditar estar ocupando o lugar do que é sagrado, exigiria, em última instância, o uniforme para evitar a profanação. O que Mary Douglas sustenta é que nesse sistema há ordenação e hierarquização das coisas e, conseqüentemente, uma rejeição ou condenação do que é apropriado ou inapropriado. Assim, o uniforme marca, reconhece o corpo da babá em sua função de trabalho, ao mesmo tempo que deixa pistas do seu lugar na cena social. Como nos diz Maria Lucia:

É uma hierarquia. O uniforme iguala todo mundo, tipo aqui todo mundo é empregado. Você nos lugares que você vê olhar diferente. Você vai no shopping com a patroa e você negra, de branco e empurrando o carrinho de bebê todo mundo já sabe que você é a babá. Acho que olham como coitadinha. Não gosto.

²⁴⁷ DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva, 2010.

²⁴⁸ VIEIRA, 2014, passim.

²⁴⁹ Silva, Marusa. A relação (in) tensa entre patroas e empregadas. Curitiba: Appris, 2018.

²⁵⁰ DOUGLAS, op. cit., p. 19.

As falas das babás deixam claro o incômodo causado pela obrigatoriedade do uso do uniforme e o lugar ocupado por essa função na sociedade. Durante a pesquisa muitas se colocaram contrárias ao uso da roupa branca, algumas disseram ser indiferentes, mas, nenhuma delas se mostrou satisfeita com o fato de outra pessoa escolher o que elas têm de vestir. A fala de Fernanda ilustra o sentido do uniforme para ela:

[...] é porque tem umas babás que não têm cara de babá. As pessoas acham que a babá tem que ter cara de babá. Acham que deve ser excluída. Eles olham assim diferente porque sou negra mas eu não ligo. Já liguei muito agora não ligo mais. Dizem que o racismo acabou mais aqui não acabou não.

O que significa ter cara de babá? Em alguns espaços a cor da pele pode ser um importante elemento desse marcador social. Como apontamos anteriormente no universo dessa pesquisa a maioria das babás é negra. Além disso, a única mulher negra dessa amostra que não é babá foi, durante repetidas vezes, confundida com uma. O que nos leva a considerar a cor um símbolo importante nesse caso. A cara de babá também está estampada no uniforme. Uma vez que assim, não há espaço para dúvidas.

No estudo sobre a indumentária, Miller²⁵¹ afirma que as roupas nos representam no mundo exterior, não são superficiais e sim faz de nós o que imaginamos ser. O autor propõe uma análise distanciada da abordagem semiótica das coisas em geral e da indumentária e, partindo de uma análise comparativa entre Trinidad, Índia e Londres, tenta demonstrar que a indumentária não é superficial e que é preciso examinar como “coisas tais como roupas não chegam a representar pessoas, mas a constituí-las.”²⁵² Isso levaria a uma extrema insegurança sobre o que os outros pensam a respeito delas, como os outros fazem a leitura sobre elas. Pois:

Se o eu não está profundamente dentro de nós, ele tampouco é visto como constante. Nós vemos o eu como algo que cresce baseado em coisas acumuladas. Assim, ocupação, status e posição social criam substância, a qual é acumulada no interior. Isso decorre de uma preferência histórica por identidades relativamente fixas e hierarquias.

²⁵³

²⁵¹ MILLER, Daniel. *Trecos. Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

²⁵²Id., p. 37.

²⁵³ Id., p.32

Assim nessa perspectiva o uniforme branco, usado pela babá, ajuda a construir visivelmente informações que permitem que outras pessoas compreendam o lugar social ocupado por elas. Ao mesmo tempo, que para suas empregadoras, se torna símbolo de status.

A compreensão da indumentária como fator que constitui o indivíduo e que gera insegurança sobre o julgamento do outro, ajuda-nos a compreender o que sente, por exemplo, Sueli, babá negra: “Eu uso blusa branca, calça capri ou bermuda. Tudo branquinho. Infelizmente é muito preconceito. O uniforme é horroroso e tá na cara que você é babá.” Rita, moradora de São Gonçalo, trabalha no Leblon e dorme no emprego a semana toda. Já trabalha como babá há 25 anos, no trabalho atual está há três anos. Ela nos diz que:

Ah eles olham, nas festas que a gente vai aqui na zona sul já estamos acostumadas, eles não tratam mal mas tratam com indiferença. Se tem uma mesa só de patrões eles vão servir os patrões primeiro, porque você é a babá não é convidada o convidado é a criança. E tá na cara que você tá trabalhando, primeiro porque você quase não vê preto na festa, só babá e de branco.

As experiências de ser de um indivíduo são diferentes dependendo do tempo, do lugar e também, de maneira parcial, como mostra Miller em relação às disparidades da indumentária. Segundo o autor “em cada caso, descobrimos que o vestuário desempenha papel considerável e atuante na constituição da experiência particular do eu, na determinação do que é o eu”.²⁵⁴

Que outra imagem pode ser mais simbólica do período escravocrata como a imagem de uma mulher negra, uniformizada, empurrando um carrinho de bebê de uma família branca? Ou mesmo, essa mesma mulher negra e uniformizada, em uma festa onde todos os convidados, ou pelo menos a maioria, é branca? Essas questões levam-nos a pensar que mesmo após a promulgação da PEC das domésticas em 2013, a percepção social do trabalho doméstico e de cuidados, ainda não se descolou da escravidão e de sua relação com a cor negra.

A festa de aniversário de Pedrinho, aconteceu em um salão de festas no Leblon. O momento foi pensado para que o menino pudesse comemorar seu sexto aniversário

²⁵⁴ Id., p. 63.

com alguns poucos amigos da escola. Eu, por ser amiga da mãe da criança e também por causa da pesquisa, fui convidada. No horário marcado estava lá, a festa aconteceu em uma quarta-feira e muitas crianças que chegavam estavam acompanhadas de suas babás. Me chamou atenção uma mesa com cinco babás, uniformizadas e negras. As crianças brincavam enquanto elas conversavam não sem direcionarem a todo momento um olhar atento para o lugar onde as crianças estavam. Seus gestos limitavam-se a controlar e apaziguar as crianças, a postura tensa sugeria que não estavam muito confortáveis naquele ambiente, situação talvez amenizada por estarem juntas, na mesma mesa e na mesma situação.

Os relatos e observações acima mencionados mostram o incômodo que essas babás sentem e o que elas passam a representar quando estão de uniforme. Não são mais a Rita, a Sueli, a Maria Lucia, a Dandara ou a Conceição, são apenas as babás. Algo coisificado, objetivado e não subjetivo. O contraste da pele negra com o uniforme branco é percebido por elas como marca da submissão, da invisibilidade e do apagamento enquanto sujeito social, que são materializados no tratamento indiferente, frio e distante dispensados a elas quando estão transitando pelo espaço do bairro.

3.2 Os clubes, a praia, as ruas e o branco das babás: as vozes de patroas e babás

O ano era 2015 e a advogada paulistana Roberta Loria entrou com uma ação no Ministério Público contra o Esporte Clube Pinheiro que fica localizado na zona oeste da cidade São Paulo. O motivo da denúncia foi a proibição da entrada da babá de sua filha nas dependências do clube sob o argumento de que a funcionária não estava devidamente uniformizada, ou seja, não vestia o uniforme branco. Roberta à época deu depoimento à várias agências de notícias reforçando o seu repúdio contra a ação do referido clube. Em suas palavras a denúncia não era só para: “resolver um problema nosso. É uma questão social. É revoltante essa discriminação ainda ocorrer. Sou sócia do Pinheiros há pouco mais de um ano e jamais imaginei que isso acontecesse.”²⁵⁵

²⁵⁵ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias>. Acessado em: 16/06/2018.

Ainda segundo a advogada, durante algum tempo sua babá entrava normalmente no clube sem o uniforme o que para a patroa se justifica pelo fato de sua funcionária ser confundida com a mãe da criança, pois:

Débora poderia passar por mãe da minha filha. Então, quando as duas estavam sozinhas, acho que não percebiam que ela era babá e ela não era barrada", mas quando ela foi identificada como babá os problemas começaram. Os porteiros não queriam deixá-la entrar, falavam que ela tinha de usar uniforme, ameaçavam. Uma vez em que ela tentou argumentar, disseram que iam me mandar uma carta de advertência.²⁵⁶

O caso citado acima veio na esteira de outras denúncias que foram feitas, contra clubes²⁵⁷ de elite, dessa vez na zona sul carioca. A ONG (Organização não Governamental) Educafro²⁵⁸ entrou com ação no Ministério público do Rio de Janeiro, após a babá Elaine Pacheco ser barrada na portaria do clube Caiçaras porque estava de bermuda jeans e blusa branca, mesmo seu nome constando na lista de convidados para a festa infantil que aconteceria no referido clube. A babá se sentiu constrangida e precisou comprar uma bermuda branca para conseguir levar a criança de que cuida à festa. A representação apresentada pela ONG ao Ministério Público, versava sobre discriminação desses clubes com as babás, que tinham a entrada proibida caso não trajassem o uniforme branco e também a proibição de utilizar algumas dependências dos clubes, como piscina e banheiros.

Após a denúncia realizada pela ONG citada acima uma lei estadual foi promulgada em 2014 proibindo os clubes de exigir o uniforme branco para a entrada de babás e acompanhante de idosos. A multa é de R\$ 3.293, 90.²⁵⁹ Mas casos recentes e a pesquisa de campo revelaram que a lei não está sendo cumprida nos clubes da zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Os clubes são conhecidos como redutos de lazer. Em muitos casos o gosto de apreciar momentos de ócio e lazer vai passando de pai para filho, como uma espécie de

²⁵⁶ Reportagem concedida à BBC Brasil. Disponível em: [http.: www.bbc.com/portuguese/noticias](http://www.bbc.com/portuguese/noticias). Acessado em: 16/06/2018.

²⁵⁷ A saber: Paissandu, Naval Piraquê, Jockey Club e Caiçaras.

²⁵⁸ Fundação Criada em 1987, a Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) foi pioneira na defesa das cotas raciais e a levar o debate adiante, liderando a luta pelo acesso a educação superior de qualidade para oprimidos dos morros e periferias.

²⁵⁹ Lei 6.660/14.

habitus, o que permite que se construa toda uma história social dentro desses muros. Os clubes que ficam localizados na zona sul da cidade do Rio de Janeiro agregam e mantêm um grupo seletivo de contribuintes mensais, donos de títulos que, em alguns casos, pode chegar a 30 mil reais. Esse espaço distinto e toda a forma de sociabilidade que acontece nele são traduzidos em sinais de distinção. Assim, as pessoas que servem às famílias dos associados, como as babás e acompanhantes de idosos devem ser “classificadas” adequadamente a fim de manter o ordenamento social daquele espaço. Como explica Bourdieu:

Basta ter em mente que os bens se convertem em sinais distintivos, que podem ser sinais de distinção, mas também de vulgaridade, ao serem percebidos racionalmente, através de suas práticas e propriedades faz parte integrante da sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu *ser-percebido*, quanto por seu *ser* (grifos do autor), por seu consumo – que não tem necessidade de ser *ostensivo* (grifo do autor) para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que essa posição comanda aquele consumo)²⁶⁰

A resistência dos clubes em liberar a entrada das babás sem o uniforme branco remete ao cenário de profunda desigualdade social e racial no Brasil, o uniforme é um atributo que demarca quem é o indivíduo, onde mora, qual é a sua posição na sociedade. Se o uniforme usado é de um gerente esse fato coloca a pessoa em uma situação mais confortável dentro da pirâmide social, já se o uniforme é o da babá, demonstra que ela é uma serviçal. A necessidade de utilizar o uniforme em clubes, por exemplo, é uma forma de separar, identificar e demarcar.

À época da promulgação da lei N° 6.660/14, o superintendente do clube Caiçaras, Durval Macieira disse à imprensa que exigir que as babás entrem no clube vestidas com o uniforme branco não é discriminação e mais:

Então eu também sou discriminado, pois venho uniformizado todos os dias trabalhar. Aqui o sócio tem direito a cinco gratuidades por mês. Nenhum sócio quer gastar seus convites para garantir o acesso às babás, que estão trabalhando. Então, essa profissional tem o acesso liberado, desde que esteja uniformizada.²⁶¹

Na fala do superintendente o branco da babá é identificação, como qualquer outro uniforme e não um demarcador social, ou um elemento de distinção, mesmo

²⁶⁰ BOUDIEU, 2015, op. cit., p.447.

²⁶¹ Entrevista concedida ao jornal O Globo em 14/10/2014.

sendo sabido que na maioria das relações de interação na vida social incorremos em identificações. Nesse sentido, alguns elementos permitem inferir algo sobre a posição social, como a forma de falar e de se vestir, como argumenta Horta Nunes:

A dimensão objetiva da identidade reside em atributos institucionalmente conferidos, decorrentes de processo de socialização, como a educação familiar ou escolar e a capacitação profissional. O aspecto subjetivo é o reconhecimento, a identificação consciente, cognitiva e afetiva, dos atributos institucionalmente estabelecidos ou, em termos corriqueiros, do que os outros dizem que somos.²⁶²

É assim, por exemplo, que Goffman imaginava a vida social, como uma vida de interações onde a “representação” e a atividade de um indivíduo é visível diante de um outro grupo social. De acordo com o teórico, utilizamos uma “fachada” que funciona como equipamento de padronização que pode ser intencional ou inconsciente e que permite que outros façam uma leitura sobre nós. Assim a “fachada pessoal” pode ser: “[...]distintivos da função ou da categoria, vestuário, sexo, idade e características raciais, altura e aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes.”²⁶³

É na interação social e na sua ordem moral que é possível distinguir os indivíduos através de inúmeros aspectos que vão desde a aparência aos hábitos comportamentais. É nesse sentido que Park afirma:

[...] A diferença entre as pessoas mais dessemelhantes, entre um filósofo e um porteiro comum de rua, por exemplo, parece surgir não tanto da natureza, mas do hábito, do costume e educação. Quando vêm ao mundo e durante os primeiros seis ou oito anos de sua existência, eles eram talvez bastante semelhantes. Por volta dessa idade, ou logo depois, vieram a ser empregados em ocupações diferentes. A diferença de talentos veio então a ser notada, e se amplia por graus, até que finalmente a vaidade do filósofo não deseja reconhecer praticamente semelhança alguma.²⁶⁴

Dessa feita, a obrigatoriedade do uso do uniforme branco para a babá é, além de uma ação ilegal uma forma de dizer “ao outro”, o sócio, quem “ela é”, uma subalterna,

²⁶² HORTA NUNES, Jordão. Dilemas identitários no mundo dos serviços: da invisibilidade à interação. *Sociologias*, vol.16, nº 35, enero-abril, 2014, p. 238-273.

²⁶³ GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Trad.: Maria Célia Raposo, Petrópolis, Ed. Vozes, 1985.

²⁶⁴ PARK, op. cit., p. 37.

já que o corpo e os adornos utilizados expõem características próprias do indivíduo, como por exemplo, o grupo social ao qual ele pertence. Ao retomar a discussão antropológica sobre os processos sociais que dão lugar à produção do corpo, Seeger, inspirado nos trabalhos de Mary Douglas e Victor Turner, aponta:

Mary Douglas (1976) destaca a influência do simbolismo social sobre a formação e composição do corpo de cada indivíduo, uma vez que essa construção perpassa por uma série de rituais simbólicos já estabelecidos socialmente e que são o retrato da expressão de todas as características da mesma. Mary Douglas (1966) e Victor Turner (1967) consideraram que o corpo e as suas várias substâncias são símbolos referentes fundamentais e que isso pode explicar a semelhança universal de certas configurações simbólicas.²⁶⁵ (tradução nossa)

Ainda sobre a distinção de classe e outros marcadores sociais da diferença, Bourdieu nos ensina:

Segue-se que o corpo é a objetivação mais irrecusável do gosto na aparência, ou seja, nas dimensões (volume, tamanho, peso, etc.) e nas formas (redondas ou quadradas, rígidas ou flexíveis, retas ou encurvadas, etc.) de sua conformação visível em que se exprime de inúmeros modos uma verdadeira relação com o corpo, ou seja, a maneira de tratá-lo, de cuidar dele, de alimentá-lo, sustentá-lo, que é reveladora das disposições mais profundas do *habitus* (grifo do autor): com efeito, a distribuição entre as classes das propriedades corporais é determinada, por um lado, através das preferências em matéria de consumo alimentar que, por sua vez, podem perpetuar-se para além de suas condições sociais de produção – como é o caso, em outras áreas, de um sotaque, da maneira de andar, etc. – e, por outro lado, é claro, através dos usos do corpo no trabalho e no lazer que são solidários com tais condições.²⁶⁶

O posicionamento contrário à ação do clube paulista, assumido pela associada citada no início dessa seção é, ainda hoje, uma exceção haja vista que no cenário da pesquisa nos deparamos com patroas que não possuem o mesmo entendimento que a advogada paulista, sobre o assunto. A título de exemplo a fala de Auxiliadora que têm dois filhos e duas babás é simbólica:

É importante por causa do bom senso, quando elas não têm. Sou sócia de um clube e eu entendo a postura do clube, ele tem que definir a pessoa que está entrando, ela é sócia? É convidada? É da família? Na

²⁶⁵ SEEGER, Anthony. Nature and Culture and "eir Trans-formations in the Cosmology and Social Organization of the Suyá, a Ge-Speaking Tribe of Central Brazil. Chicago: University of Chicago, 1990. P. 43-44.

²⁶⁶ BOURDIEU, 2015, op. cit., p. 149.

verdade, você como sócio pode levar dois convidados, aí o clube para agradar o sócio deixa a babá entrar identificada e ela não conta como convidado. No clube que eu frequento a babá só entra com identificação.

Na contramão do discurso de igualdade o cenário que se desenhou durante a pesquisa apontou posicionamentos e hábitos de manutenção de uma ordem social segregadora. Ana que é analista financeira, tem 41 anos e é mãe de um menino, diz:

Eu entendo a exigência porque é para dar mais segurança. Por exemplo, minha antiga babá usava um shortinho que eu não tenho coragem de usar e ela tinha cinquenta anos e olha que eu sou direitinha, magrinha. Então eu comecei a exigir o uniforme e um avental branco para tampar os peitos.

O argumento que se refere ao uso de uniforme como uma atitude que gera segurança tanto para os pais em geral como para os associados dos clubes repousa em um estereótipo da babá como alguém que precisa ser vigiada e controlada. O destaque do branco ao mesmo tempo que a coloca no centro das observações serve também ao seu apagamento social, enquanto sujeito. Nas falas das mães e patroas a obrigatoriedade do uso do uniforme não teria nenhuma pretensão de “marcar” inferiormente os indivíduos. Cibele é publicitária, mãe de um menino e afirma que:

Acho ridículo toda essa polêmica. O uso do uniforme não rotula ninguém. Qual o problema da babá trabalhar de branco? Acho ótimo que você esteja em um clube e identifique a babá, até porque já vi babá fazendo coisas horrorosas com crianças. Assim você identifica que aquela ali é a babá. O médico não trabalha de branco? Qual o problema?

O que não está problematizado nessas falas é a maneira como a aparência e todos os símbolos que ela envolve, cor, cabelo, traços da face e as roupas podem ser atributos de desprezo e preconceito. Citando novamente Goffman:

Às vezes é conveniente dividir os estímulos que formam a fachada pessoal em “aparência” e “maneira”, de acordo com a função exercida pela informação que esses estímulos transmitem. Pode-se chamar de “aparência” aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o status social do ator. Tais estímulos nos informam também sobre o estado ritual temporário do indivíduo, isto é, se ele está empenhado numa atividade social formal, trabalho ou recreação informal.²⁶⁷

²⁶⁷ GOFFMAN, op. cit., p. 31.

A babá pode ser, utilizando as categorias do autor acima citado, um tipo clássico de “não-pessoa”, em nossa sociedade. Deseja-se que ela esteja presente na “região de fachada” nos clubes, praças, academias, shoppings e praia acompanhando as crianças e nos apartamentos de luxo. Ao mesmo tempo ela é definida por todos como alguém que não está ali.

O ano era 2016, mais precisamente o dia 31 de dezembro de 2016. O local um clube situado às margens da lagoa Rodrigo de Freitas na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, frequentado por indivíduos que pertencem a uma classe privilegiada. A festa de Réveillon promovida pelo clube, todos os anos, é para sócios e não-sócios e o valor das entradas podiam chegar R\$ 690, 00 por pessoa. A decoração ao estilo das festas de Réveillon com cores prateadas e muitas flores. No cardápio, bebidas variadas (espumantes, cervejas, whisky, drinks, energéticos, caipirinhas, refrigerantes, água, sucos de vários tipos de frutas), salgados variados, mesas de frios, massas, ceias, saladas diferenciadas e sobremesas. Havia também o denominado bufê kids com comidinhas e guloseimas para as crianças. A noite animada por shows que incluíam uma banda famosa, a bateria de uma escola de samba do grupo especial do Rio de Janeiro e DJ²⁶⁸. Às 4h da manhã uma mesa farta de café da manhã era posta para os convidados.

A cena descrita acima se torna peculiar quando se percebe inserida nela a figura da babá, que em noite de festa e confraternização, geralmente entre familiares e amigos, está trabalhando. Meninas e mulheres devidamente uniformizadas que passam a noite inteira cuidando e observando as crianças. Pouco transitam pelo salão, ficando restritas aos espaços destinados às crianças, geralmente um lugar deslocado da área central do clube, com brinquedos e vídeo-game. Durante a maior parte do tempo elas estão fora da mesa onde os patrões e familiares se reúnem para celebrar, assim como as crianças. Essas, vão para junto da família quando “pegam” no sono e são colocadas em carrinhos, cadeirinhas ou até mesmo no colo de suas babás que estão ali visíveis e ao mesmo tempo invisíveis ocupando as “regiões” do fundo da cena o que remete a perspectiva de Goffman, que afirma:

²⁶⁸ *Disc jockey (DJ)* ou 'disco-jóquei' é um artista profissional que seleciona e reproduz as mais diferentes composições, previamente gravadas ou produzidas na hora para um determinado público alvo, trabalhando seu conteúdo e diversificando seu trabalho em radiodifusão em frequência modulada (FM), pistas de dança de bailes, clubes, boates e danceterias. Fonte: www.wikipédia.org.br. Acessado em: 16/07/2018.

[...] ao mesmo tempo julgam que pessoas de posições diferentes não devem ser indiscriminadamente reunidas ou classificadas juntas. Como solução intermediária, a gama inteira das diferenças é cortada em alguns poucos pontos capitais, sendo que todos os indivíduos num determinado grupo têm permissão para, ou são obrigados a manter a mesma fachada social.²⁶⁹

Durante a pesquisa pude frequentar três festas de Réveillon. A primeira, na virada de 2015 para 2016, em um apartamento de luxo no Leblon. A segunda, na virada de 2016 para 2017 no clube Monte Líbano e a terceira, na virada de 2017 para 2018 no clube Caiçaras também situado na zona sul da cidade. Em todas essas festas estavam presentes famílias acompanhadas de suas babás. Todas elas devidamente uniformizadas. Algumas delas, como pude apurar, tinham marido e filhos que naquela noite estavam na companhia de seus familiares.

Chama atenção, nesse caso específico, o fato de esse ser, culturalmente, um momento onde as pessoas se reúnem para celebrar a virada do ano junto aos seus e na contramão disso nos deparamos com essas cenas, no apartamento ou nos clubes. Observamos que as crianças e as babás não participam efetivamente da festa, não são protagonistas pois estão nos bastidores. As teias desse jogo social nos leva, inspirados por Elias²⁷⁰, a perceber a “necessidade” da presença da babá nesses eventos, como foi possível verificar no trabalho de campo, como uma ação de manejo de símbolos valorizados. A babá torna-se para as famílias mais abastadas, símbolo de status e distinção. Retomando Park:

O status do indivíduo é determinado num grau considerável por sinais convencionais – por moda e “aparência” – e a arte da vida reduz-se em grande parte a espiar sobre superfícies finas e a um escrupuloso estudo de estilos e maneiras.²⁷¹

A presença da babá é uma constante nos clubes da zona sul carioca, não somente em eventos como festa de Réveillon, aniversários e matinês. No dia a dia, sobretudo nos fins de semana, são elas as principais responsáveis por levar as crianças para brincar, nadar e se divertir nos clubes. Muitas babás entrevistadas para essa pesquisa relataram

²⁶⁹ GOFFMAN, op. cit., p. 33-34.

²⁷⁰ ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes, Vol. 1, Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

²⁷¹ PARK, op. cit., p. 62.

como se sentem nesse espaço. A título de exemplo o relato de Darcy que trabalha como babá há 14 anos é sugestivo:

Tem babá que fica o dia inteiro no clube e só tem direito de beber água porque é de graça. Você cuida do bem maior da família e é tratada assim. O clube que meus patrões frequentam você só entra de branco e eu já fui barrada. Eu cheguei na piscina e o segurança disse que não poderia sentar na cadeira porque era só para sócios, como vou dar comida pra criança em pé? Minha patroa fez um escândalo, colocou o dedo na cara dele e disse que eu ia sentar sim. Tem patrão que compra sua briga outros não. A gente sofre discriminação. Babá é discriminada. É uma profissão de responsabilidade, os pais viajam e a criança fica com você. As vezes a gente entra num lugar e as pessoas acham que você é escravo.

Imagem 8 – Babás uniformizadas na entrada de um clube



Fonte: arquivo da pesquisadora. Foto tirada em 08/01/2018.

A fala de Darcy remetendo a ideia de como as pessoas, de modo geral, enxergam as babás coincide com outros depoimentos colhidos no campo. E essa percepção fica mais clara para essas mulheres em alguns espaços específicos como os clubes, restaurantes e shoppings. É isso que nos informa Fernanda, uma babá de 31 anos, capixaba e que está no Rio de Janeiro há 9 anos. Ela conta que seu primeiro emprego foi como babá quando tinha 14 anos. Nunca trabalhou em outra área, pois “minha mãe morreu cedo e meu pai ficou criando a gente sozinho então tivemos que começar logo a

trabalhar.” Jussara revela que também se sente constrangida e inferiorizada em alguns lugares que frequenta a trabalho. De acordo com ela:

Muitas pessoas acham que a babá tem que ser excluída. No restaurante você não senta na mesa com os patrões. Eles sentam e você vai para o parquinho brincar com a criança. Geralmente eles sentam e a gente vai para o parquinho. Eles olham assim porque sou negra e tô ali com uniforme e com a criança, eu não ligo mais, já liguei hoje não ligo porque se acabou o racismo no tempo antigo hoje ele ainda existe aqui.

Assim como Clara que reforça essa percepção:

Outra coisa é restaurante, a gente chega com os patrões, os garçons puxam a cadeira para eles, trazem a cadeirinha da criança e você fica ali em pé. Parece que você não está ali, que não precisa sentar. Quando a gente faz um pedido aí os garçons fazem de conta que eu não pedi.

Os relatos acima nos dão a dimensão do preconceito e da discriminação a que estão sujeitas essas mulheres. O tratamento desigual dispensado a elas é parte de uma sobreposição de símbolos que “identificam” os sujeitos como inferiores. Esses símbolos podem ser a cor, o uniforme branco e o próprio trabalho de cuidado. Há aqui nessa interação preconceito de classe, de gênero e de cor.

Mesmo, boa parte das entrevistadas, verbalizando o sentimento de inferioridade que sentem quando estão em determinados espaços do bairro ou da cidade, é possível perceber que esse sentimento não impede a denúncia. A todo momento, durante nossas conversas, elas deixaram clara sua insatisfação com a obrigatoriedade do uso do uniforme, com o tratamento recebido, com as condições de trabalho e com a remuneração. Essa foi uma constante em nossa pesquisa. Dado esse que pode ser elucidado com a discussão de Vidal²⁷² sobre reconhecimento e moralidade. O autor sugere que:

É fundamental o anseio por respeito e denúncia da humilhação que se verifica nos meios populares urbanos no Brasil. Veremos como esse anseio por respeito oferece, por contraste, elementos para sustentar empiricamente a necessidade daquilo que o filósofo israelense Avishai Margalit (1999) denominou de “sociedade decente”, entendida como uma sociedade cujas instituições não humilham seus membros.

²⁷² VIDAL, Dominique. A Linguagem do Respeito. A Experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Sociedades Modernas. Revista de Ciências Sociais, Vol. 46, n° 2, p. 256 a 287.

Nesses termos, o tom de denúncia nas falas de algumas babás pode ser interpretado como reivindicação por respeito e reconhecimento. Pois, como ensina Vidal para o cidadão pobre do Brasil, a questão do combate à desigualdade social passa a ser sobreposta, de maneira mais efetiva, pelo modo como ele é tratado, na vida cotidiana, pelos membros das camadas superiores. Ao relatarem as situações de discriminação que passam diariamente, essas mulheres reclamam para si o respeito. Para isso utilizavam, nos dizeres de Vidal “a linguagem do respeito” denunciando como os patrões as fazem sentir-se socialmente inferiores nos espaços públicos e no trabalho. Pois, de acordo com o autor:

O que ele deseja acima de tudo é ser reconhecido como membro legítimo da sociedade. Respeito é a palavra-chave de seu discurso sobre a injustiça social. [...] permite-lhe apontar os que lhe negam o direito de pertencer plenamente à sociedade, pois raros são os brasileiros pobres que não tenham experimentado alguma vez a imensa distancia que o separa dos membros das camadas superiores.²⁷³

Esse desejo de reconhecimento travestido no discurso de denúncia está presente em boa parte das babás entrevistadas para essa pesquisa. Constatou-se que nem todas as babás assumem uma postura tímida, reservada e inferior diante das situações de discriminação explícita ou simbólica. Exemplo disso é Jussara, uma babá de 24 anos. Natural de João Pessoa, na Paraíba. Está no Rio há 19 anos. Mora no trabalho. Diferente da maioria das babás dessa pesquisa, Jussara é branca, mas também usa o uniforme. Relatando algumas situações vivenciadas por ela no clube onde os patrões são sócios, ela diz: “Acho errado a babá por exemplo, não poder entrar na piscina, porque a criança está sob sua responsabilidade. E se acontecer alguma coisa com ela? A culpa é minha! ” É Jussara também que relata ter sido atendida, ou melhor, não ter sido devidamente atendida numa loja do bairro quando estava uniformizada. Segundo ela:

Por exemplo já entrei em loja do shopping vestida de branco e ninguém veio me perguntar se eu queria alguma coisa. Fiquei muito puta da vida e disse pra mim mesma que ia voltar lá arrumada. E aí já voltei na mesma loja mais arruda e as vendedoras vieram me atender.

Aqui percebe-se como o uniforme, nesse caso, marca devidamente o lugar desse indivíduo. Pois é ele, de acordo com Jussara, que impulsionou as vendedoras da loja a não atendê-la com a cortesia e a presteza que se espera de um estabelecimento desse

²⁷³ Ibid., p. 257.

tipo. A mesma Jussara que compreende que, ao transitar pelos espaços valorizados da sociedade carioca é tratada com desprezo, não se deixa abater e assume uma postura de resistência quando nos diz que “com certeza, olham diferente porque acham que eles são melhores que a babá, mas eu não ligo pra isso não, me acho muito mais porreta que essa gente toda e não deixo tirar farinha comigo não.” E mais:

Mas em festa eu vou sempre. Eu me sinto bem porque eu sou bem resolvida, não olho para ninguém fico brincando com ele (criança) se passa um garçom pego as coisas para ele e pra mim, nem quero saber se não era pra pegar (risos). Eu vejo umas babás recolhidas no canto eu nem quero saber, brinco mesmo, como mesmo e se não gostar então não convida a criança porque se convidar a babá sou eu, então eu tenho que ir.

A citação acima revela a consciência e a escolha de um determinado posicionamento da babá, que no cenário da pesquisa, não surgiu constantemente. A entrevistada demonstra enxergar o preconceito, a discriminação, o tratamento inferior recebido. Mas ao mesmo tempo assume a postura de não se abater, de “quebrar as regras” e de se comportar de maneira contrária ao que se espera de uma babá. Assim como nos ensina Elias em sua análise histórica do processo civilizatório com o passar do tempo as frações mais privilegiadas de classes propagam um comportamento mais polido, especialmente nas relações de socialização. Dessa feita, espera-se que cada um saiba se comportar devidamente, especialmente quando outros estão observando. Nesse sentido, a ação de Jussara de pegar mesmo a comida, de aproveitar o momento da festa e de não se importar com o julgamento dos outros pode ser compreendida como uma maneira de se negar a “representar o papel destinado” socialmente a ela. E assim, citando novamente Elias: “os hábitos à mesa assim como as vestimentas e a linguagem servem como meios de identificação e distinção de classe”²⁷⁴. Ao esperar que cada ator da cena interprete o papel que lhe cabe é possível reforçar o seu lugar social.

Rita, outra entrevistada, tem hoje 45 anos. Trabalha como babá há 25 anos e está há 15 anos trabalhando para a mesma família. Ela conta que toma conta de uma criança de três anos que segundo ela é muito brava e levada, mas que é sua razão de viver. Rita cuidou de algumas crianças dessa mesma família e diz que em vários momentos se sentiu desvalorizada e inferiorizada, principalmente no clube. Ela frequenta o clube Caiçaras do qual seus patrões são associados. E nos diz:

²⁷⁴ ELIAS, op. cit., p.117.

Eu acho um absurdo o clube só deixar a gente entrar de uniforme. Eu penso que se eles fazem isso é porque querem separar. Não querem que as babás tenham acesso a algumas coisas nesse clube. Eu acho uma discriminação. Você tem que ir de uniforme se você quiser. *Porque o uniforme diz o que você é* (grifo nosso). Eu acho que o empregado não tinha que fazer nada que não fosse errado e ser obrigado a fazer (sic). Porque também tem gente que é abusada. Por exemplo, obrigar usar sapato no calor. Tenho uma amiga que dorme no trabalho e não pode ver televisão. Ela disse que ligar televisão lá é justa causa. Isso é escravidão. Poxa a pessoa passa a semana toda na sua casa e não pode assistir televisão.

Rita, verbaliza com aparente revolta a maneira como as babás são tratadas e relata que já passou por inúmeras situações onde percebeu o preconceito, não só no trabalho atual, como em outros onde desempenhou ao mesmo tempo o papel de doméstica e de babá:

Eu passei duas coisas muito chatas. A primeira foi numa casa que eu trabalhava e a mulher tinha uma banheira no quarto que era do tamanho de uma piscina e queria que eu colocasse um saco no pé na hora de entrar na banheira para lavar, para o meu pé não ter contato com a banheira. Eu disse que não iria colocar porque se eu escorregasse e caísse eu não tinha seguro de vida. Achei preconceito como pode ter nojo do pé de uma pessoa que está na água sanitária? A outra eu tava trabalhando numa casa em que só podia comer depois que eles comessem e se sobrasse comida, que era feita a conta, sobrava sempre arroz e feijão e a gente fazia um mexido com ovo. Nesse dia eu tinha feito um suco de caju para a criança que eu tomava conta. Aquele suco de garrafinha e sobrou um copo de requeijão de suco. Então eu tomei. Quando a mulher chegou na cozinha e me viu tomando o suco fez um escândalo e disse que empregada na casa dela não tomava suco e que eu tinha que ter guardado para dar a criança mais tarde. Me senti humilhada. Fui embora na mesma hora e não voltei mais. Fui chorando até em casa. Na minha casa não falta comida, fazer isso por causa de um suco de caju, é uma falta de respeito, já trabalhei em casa que tinha que levar marmita e que tinha uma plaquinha na geladeira dizendo: coma o que você trouxe.

Interessante notar que os últimos depoimentos dão conta da consciência que algumas dessas mulheres têm sobre sua vida como babá. A discriminação é sentida e percebida, mas não aceita por elas, que não concordam com o tipo de tratamento recebido, que questionam alguns outros tratamentos, que criam estratégias de resistência se comportando de maneira não esperada pelo grupo social ou até mesmo verbalizando em alto e bom som e, em tom de denúncia, algumas dessas situações. Quando passam por esse sentimento de humilhação as babás falam sobre “falta de respeito” e desumanização. Esse fato leva-nos à concepção de humilhação do filósofo Margalit que

entende humilhação como “a recusa de formas específicas de vida pelas quais os seres humanos exprimem sua humanidade”.²⁷⁵

De acordo com Vidal, o pedido de respeito é um testemunho do peso da história, que se manifesta na força de hierarquização social existente desde a escravatura. A ideia de respeito para esse autor é central nas avaliações de muitas interações. Dessa forma, o respeito tão proclamado por parte das entrevistas, é considerado o vínculo social para esses indivíduos que estão em situação inferior. Assim:

Tal noção lhes permite denunciar aqueles que, por uma atitude ou palavra, parece recusar-lhes o direito de pertencer plenamente à sociedade ou não fazem distinção entre os que têm um lugar na ordem social, mesmo que em posição subalterna, e os que dela são rejeitados pelo comportamento infrator de regras que asseguram a preservação do vínculo social.²⁷⁶

As pesquisas realizadas pelo autor acima citado, demonstram um ponto em comum tanto entre as empregadas domésticas e os moradores de periferias: a reivindicação de respeito e de ser “tratado como gente” só é legítima se vinculada a um conjunto de deveres e obrigações. O discurso de deveres, obrigações e respeito perpassou as falas babás ouvidas para essa pesquisa que afirmaram que para exigir respeito é necessário que cada um se comporte de acordo com o que Vidal define como “obrigações morais”. É assim que Raquel acredita que deve ser uma relação de trabalho baseada no respeito. Tanto a patroa como a babá precisam agir de acordo com o código de “obrigações morais”, para que seja possível reivindicar respeito.

Saber o limite dela (patroa) com a babá, por mais íntima que seja. Arcar com as coisas financeiras, porque tem que ser justo, tratar com educação. Tem casos do patrão chegar e a babá ter que sair da sala porque não gosta de pobre. Segunda-feira fui levar o menino no curso de inglês e quando cheguei lá fiquei com outras babás do lado de fora, conversando nos bancos. Aí chegou um pai, que a gente sabe que não gosta de preto porque a babá do filho dele já falou pra gente, e você sabe a maioria aqui das babás são negras, e quando ele chegou e viu que estávamos sentadas lá ele não ficou. Procurou um lugar lá dentro para sentar.

E mais:

No meu trabalho tem diferenciação de alimentos. Tem alguns alimentos que ele (patrão) compra pra ele e aí eu também não vou

²⁷⁵ MARGALIT, Avishai. *La Société Décente*, Paris, Éditions Climats, 1999, p. 15.

²⁷⁶ VIDAL, op. cit., p. 266.

mexer né? No meio do ano ele viajou pra fora do país e trouxe um monte de queijo diferente e aí eu também tenho senso não vou lá e abrir um queijo que deve ser caro e comer. Minha patroa chega das compras e diz que comprou ovo, salsicha e miojo pra mim. Tem uma amiga minha que ficou só uma semana num trabalho porque lá só podia comer carne moída e angú. Outra que não dorme no trabalho não pode se alimentar no trabalho ela traz a comida todos os dias e olha que ela cuida de 2 crianças e na casa não tem empregada ela faz tudo.

Assim como Raquel, que preza pelo discurso do respeito/reconhecimento, Rosinalva que tem 52 anos e trabalha como babá desde os treze anos, diz que o respeito deve ser a base da relação. Em suas palavras: “Primeira coisa respeitar o empregado. Não interessa se é um empregado de uma loja ou da casa. Ele tá alí pra te servir então tem que respeitar. Cobrar os direitos mas não exagerar. E claro pagar o salário direito”.

Aqui nesses fragmentos, é possível perceber que para Raquel a exigência de respeito está baseada para cada um dos envolvidos na relação entre saber o seu lugar e como agir. Por isso, seria obrigação do patrão pagar todos os direitos, tratar de maneira educada e humana os seus empregados. Também a babá, deve ter senso para não ultrapassar certos limites, como por exemplo, abrir um queijo caro que o patrão comprou. É preciso, no entanto, ser cuidadoso quanto ao discurso de respeito presente nas falas das entrevistadas, tanto das patroas como das babás, pois a observação dos fatos demonstrou que muitas são, as estratégias individuais que se afastam da obediência e do respeito.

Interessante observar que nos fragmentos demonstrados nesse capítulo há consciência da discriminação e do preconceito bem como a reivindicação por valorização e respeito. Entretanto, o respeito e a valorização estão antes relacionados à maneira como essas mulheres são tratadas, como elas percebem as interações sociais, nos clubes, nas ruas, nos shoppings e na praia, e, como elas se sentem usando um uniforme que as demarcam como inferior. As questões materiais, que envolvem reivindicação por melhores salários e garantias trabalhistas ficam em segundo plano. A título de ilustração nos diz Maria Lucia: “além do respeito é o reconhecimento. O patrão tem que reconhecer o trabalho do empregado. Não é só pagar bem. Não menosprezar. Não só remunerar, mas dar valor ao trabalho que está sendo feito”. Essa confirmação pode ser analisada à luz dos estudos de Honneth²⁷⁷ que demonstra que na

²⁷⁷ HONNETH, Axel. *The Struggle for Recognition. The Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge, MIT Press, 1995.

maior parte dos conflitos sociais os indivíduos não buscam questões materiais e sim o reconhecimento como sujeitos. Seguindo essa mesma perspectiva Renault infere sobre o reconhecimento:

[...] não expressa apenas a exigência de um comportamento justo em relação a mim, isto é, um comportamento que leve em conta minha dignidade, meu valor universal como pessoa humana, responsável e sociável; expressa também a necessidade de ser reconhecido como o indivíduo específico que sou na vida corriqueira sob a aparência das diversas identidades que apresento na interação social.²⁷⁸

Seguindo a mesma linha Souza²⁷⁹ tendo referência em Taylor²⁸⁰ afirma que a identidade é formada pelas identificações e escolhas que possuem um pano de fundo valorativo, dessa forma:

A ideia central aqui é a de que apenas formulamos sentido para nossas vidas a partir da relação que estabelecemos com as avaliações fortes que formam o pano de fundo da condução da vida do sujeito moderno. Um indivíduo sem referência a esse pano de fundo seria um caso patológico. Identidade é sempre uma matéria que tem a ver com redes de interlocução.

Fraser demonstrou em um artigo de 2008 que o mundo atual parece reivindicar justiça social de maneira dividida, sob dois aspectos, primeiro a reivindicação por redistribuição, por exemplo, pensar a distribuição mais justa de riquezas. E em segundo lugar a reivindicação de justiça social que passa pela “política do reconhecimento”. Esse fato é interpretado pela autora como um obstáculo para a concretização da justiça social. Em sua opinião:

Yo sostengo que éstas son falsas antíteses. Me tesis general es que, em la actualidad, la justicia exige tanto la redistribución como el reconocimiento. Por separado, ninguno de los dos es suficiente. Sin embargo, tan pronto como abrazamos esta tesis, la cuestión de como se combinan ambos aspectos cobra una importancia máxima. Yo mantengo que hay que integrar en un único marco global los aspectos emancipadores de las dos problemáticas.²⁸¹

²⁷⁸ RENAULT, Emmanuel. *Mépris Social: Éthique et Politique de la Reconnaissance*. Paris, Édition du Passant, 2000, p. 59.

²⁷⁹ SOUZA, Jessé. *Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*, Rio de Janeiro, Leya, 2018, p. 57.

²⁸⁰ Souza se refere a obra: *As fontes do self de Charles Taylor*.

²⁸¹ FRASER, Nancy. *La justicia social em la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación*. Revista Trabajo, ano 4, n° 6, Agosto-Diciembre, 2008.

No ponto de vista da autora é necessário pensar uma concepção “biodimensional” da justiça social que possa integrar, definitivamente, uma política de redistribuição como uma política de reconhecimento. Raquel, ao reivindicar tratamento respeitoso por parte dos patrões e o pagamento justo e correto pelo seu trabalho mobiliza, sem o saber, uma agenda por redistribuição e reconhecimento.

Ainda sobre a ideia de respeito e reconhecimento Raquel nos conta sobre uma situação complicada que vivenciou com sua atual patroa. De acordo com a babá, um mal-entendido, foi o motivo de sofrer agressões verbais de sua patroa. Raquel disse que pegou, como de costume, o menino de que toma conta na escola e não havia entendido que a mãe iria buscá-lo naquele dia. Aliás, de acordo com Raquel, a mãe não avisou sobre sua intenção.

Ela começou a gritar do outro lado da rua, começou a gritar comigo. “Cadê meu filho? Você não presta atenção em nada. É pra isso que você é paga? Vai lá agora, você é empregada, vai lá sua gorda, sua macumbeira do cabelo duro”, porque é assim que ela me ofende. Eu pedi desculpa. E ela berrando comigo, me xingando, não que chamar a pessoa de gorda eu penso da seguinte forma. Você chamar alguém de gorda não tem problema porque eu sou gorda mesmo. Nesse dia eu não aguentei e falei: “Eu tô há seis anos aturando essa falta educação sua comigo. Eu sou a pessoa que cuida do teu filho desde o dia que ele nasceu. O mínimo que você tem que ter por mim é educação, o mínimo. O mínimo é educação e respeito. Respeito pela pessoa que cuida do teu filho. Pela pessoa que dá amor e carinho pro teu filho todos os dias.”

A ideia de reconhecimento, como posta por Hegel, revela uma relação recíproca e ideal entre os sujeitos, na qual cada pessoa vê o outro como igual e também como separado de si.²⁸² É, novamente, como colocado por Fraser:

Se estima que esta relación es constitutiva de la subjetividade: uno se convierte em sujeto individual sólo em virtud de reconocer a outro sujeto y ser reconocido por él. Por tanto, el “reconocimiento” implica la tesis hegeliana, considerada a menudo opuesta al individualismo liberal, de que las relaciones sociales son anteriores a los individuos y la intersubjetividade es anterior a la subjetividade.²⁸³

Para a autora, o reconhecimento deve promover fundamentos para a auto-realização e para o alcance de uma “vida boa” frente ao direito ao acesso à justiça

²⁸² Sobre reconhecimento em Hegel ver: Independence and Dependence of Self-Consciousness: Lordship and Bondage.

²⁸³ FRASE, op. cit., p. 3.

social. Entretanto, outras mulheres demonstram uma postura mais conformada e até mesmo de aceitação da sua condição de subalterna. Invocam em suas falas argumentos como: *sempre trabalhei como babá, não estudei e não sei fazer outra coisa, eu sou paga para fazer o que eles querem, é assim mesmo*. Infere-se que após tantas experiências de desvalorização social, algumas dessas mulheres não conseguem estabelecer uma relação positiva consigo mesmas e sentem-se prejudicadas na sua capacidade de agir. Nos dizeres de Vidal “elas já não se sentiam respeitadas em sua atividade e dignidade”²⁸⁴.

Honneth, também trará sua contribuição para a compreensão do conceito de reconhecimento. O autor parte da perspectiva hegeliana que entende que somente o reconhecimento e a sensação de aprovação de sua existência particular poderá fazer surgir um sujeito social. Essa forma de vida ética, com forte tendência moral não é resultado puramente da natureza do homem, mas de condições subjetivas particulares e de relações sociais, que são baseadas no reconhecimento recíproco. De acordo com o autor esse reconhecimento se desdobra em duas direções: primeiro, “reconhecimento não é luta por autoafirmação” e segundo, “temos aqui um conceito de ser humano em que a possibilidade de uma autorrelação imperturbada se revela dependente de três forma de reconhecimento: amor, direito e estima.”²⁸⁵

Dessa feita para o autor, em concordância com Hegel, desejamos o reconhecimento e todos nós, só nos realizamos enquanto sujeitos sociais através da esperança do reconhecimento. A questão é: quem nós reconhecemos? Buttler, que se coaduna com a perspectiva de Honneth, descreve:

Os mesmos termos que conferem a qualidade de ‘humano’ a certos indivíduos são aqueles que privam outros da possibilidade de conseguir o mesmo status, produzindo assim um diferencial entre o humano e o menos que o humano [...] O humano se concebe de forma diferente dependendo de sua raça e da visibilidade de dita raça; sua morfologia e a medida que se reconhece dita morfologia; seu sexo e a verificação perceptiva de dito sexo; sua etnicidade e a categorização de dita etnicidade. Alguns humanos são reconhecidos como menos que humanos e dita forma de reconhecimento com emendas não conduz a uma vida viável. A alguns humanos não se lhes reconhece

²⁸⁴ VIDAL, op. cit., p. 2710.

²⁸⁵ HONNETH, op. cit., p. 87.

em absolutos como humanos e isso conduz a outra ordem de vida inviável.²⁸⁶

Nesse sentido negar o reconhecimento é negar a vida viável. A cor da pele, o gênero, a classe social, a posição que se ocupa no mercado de trabalho, o uniforme, podem se tornar símbolos/motivos para se negar a alguém o amor, o direito e a estima, como tão bem assinala Honneth. Com isso a ausência do reconhecimento impele a baixa autoestima e a pouca fé em si próprio.

Ana Luisa tem 36 anos e um filho de 1 ano e 5 meses. Ela trabalha para uma família no Leblon. Toma conta de gêmeos de 3 anos e fica de segunda a sexta no apartamento dos patrões só sai quando a folguista chega para o turno do fim de semana. O filho de Ana Luisa fica sob os cuidados de sua mãe, elas moram no mesmo quintal, o seu marido faz bicos como ajudante de pedreiro. É o seu salário como babá que mantém a casa e a família, é o que tem de “certo todo mês”, como ela mesma diz. Por isso apesar de algumas situações de constrangimento ela permanece com um tom de conformação, pois a renda é o principal motivo de ficar no emprego.

Costumo ir a festas, aniversário e às vezes viajo com eles. A maioria das pessoas olha (sic) diferente por ser babá né, discriminação que tem às vezes numa festa de aniversário tem outras babás aí a gente se enturma e alguns lugares a gente não se sente bem porque as pessoas ficam olhando diferente. Já que a gente tá ali lidando com a criança pra quê uniforme? Na piscina não pode entrar, mas você precisa tomar conta da criança. Já, em restaurante principalmente, você vai pedir alguma coisa e eles demoram a atender aí quando o patrão pede rapidinho atendem. Mas acho que é assim mesmo né, sou empregada e preciso muito do meu trabalho.

Assim como Ana Luisa que deixa clara a necessidade do trabalho e por isso assume uma postura digamos, mais conformada da situação, foi possível encontrar outras mulheres no nosso campo de pesquisa com o mesmo pensamento. Maria Helena diz que:

Eu já viajei para fora do país, vou a restaurante e clubes. Não me sinto bem porque a *roupa pesa* (grifo nosso) por causa da roupa quando você entra com o patrão e com a criança as pessoas já olham diferente. Não acho certo. A mãe fala assim: vão para o clube. A criança está sobre (sic) sua responsabilidade se a criança se afoga a culpa é sua. Ela (mãe)

²⁸⁶ BUTTLER, Judith. Al dado de uno mismo: em los limites de la autonomía sexual. In.: BUTTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona, Paidós, 2006 p. 14-15

não quer saber se o clube não deixa você entrar na piscina com a criança. Elas mandam você ir ao clube e vão para o shopping. Mas se acontece alguma coisa você é a culpada, você vai ser presa. Tem mãe que diz que acha que a babá não deve mesmo usar o mesmo banheiro ou entrar na piscina. Acho muito errado. Os clubes da zona sul são horríveis. Já presenciei babá que ficava o dia todo lá sem comer. Como pode, você dar comida para criança com fome e não poder comer. Chegava o ponto de o garçom pedir pra gente dividir a comida. Agora porque que a gente às vezes aceita? Porque precisa muito do dinheiro.

Inúmeras foram as situações relatadas no campo sobre o sentimento de invisibilidade e inferioridade vivenciado pelas babás, mesmo aquelas que, como está posto acima, mantem uma postura mais conformada sobre a situação, conseguem enxergar claramente a distinção. De acordo com Raquel:

Eu que levo o menino pra escola. Aí tem dois micro-ônibus que rodam no alto Leblon. Foram os moradores de lá que se juntaram e pagam 80 reais cada um para pegar as pessoas de lá. A escola do menino fica lá em cima então eu e muitas babás pegamos esse ônibus. Já ouvi gente dizer assim “*esse horário é horrível de andar porque é cheio de babás*” vê se pode isso, e isso é todo dia. Já ouvi gente dentro do ônibus dizer “*essas babás não servem nem pra fazer as crianças ficar quietas*”, tem gente que desce do ônibus e que troca de lugar pra não sentar perto da gente. Então, quando você não está de uniforme ficam na dúvida. Eu me sinto mal. Semana passada fui no aniversário de umas trigêmeas e a própria mãe das crianças me ignorou e outras babás também, tinham muita babá porque era feriado aí os pais aproveitam para sair. Ela não me cumprimentou. A gente acaba se sentindo mal e ficamos isoladas. Inclusive algumas pessoas acham super errado algumas mães sentarem com as babás. Mas essa situação é assim geral aqui. Se você precisa do trabalho acaba ficando.

A necessidade apareceu em diversas falas das entrevistadas. Muitas relatam os episódios de discriminação com certa revolta, mas ao mesmo tempo com aquiescência. Bárbara, outra babá nos diz que no clube que os patrões frequentam até o banheiro é diferente. A babá não pode utilizar o banheiro das associadas. Diz que se sente vigiada, mas que não tem o que fazer:

Uma vez fui levar a criança no cursinho de inglês e têm uma área com televisão, mas as babás não podem ficar lá. A gente fica lá fora numa varanda esperando as crianças. Uma vez uma colega que tinha levado o menino que ela toma conta também para o curso foi acusada de deixar o menino sozinho na sala de televisão. Mas como? A gente não pode ficar lá. Nas lojas a gente entra e olham diferente para gente. Porque a gente é diferente, tá de uniforme, não é daqui (bairro). Se você não está de roupa de marca sabe que você não é daqui. Você se sente vigiada.

Qual o sentido expresso na afirmação de Bárbara quando diz que os moradores do bairro sabem que ela não é de lá? Aqui a roupa constitui reciprocamente um e outro. Da mesma forma que posto por Miller que não concorda que a indumentária seja algo superficial. E em um grau mais elevado a moradia também irá implicar em “contornos de poder e escala”.²⁸⁷

O embaraço sentido por algumas dessas meninas, diante das várias situações a que estão submetidas é explicado à luz dos ensinamentos de Elias²⁸⁸ quando o autor analisa que o processo de civilização contou com o aumento expressivo do sentimento altamente desenvolvido de embaraço, que a princípio era característico de pequenos círculos da corte e, depois, da sociedade como um todo. A dinâmica social exige, espera e deseja que o comportamento de conformação ou ao menos de aparente conformação seja uma ocorrência concreta nesse cenário.

Essa questão parece ser de fato, de grande relevância para essas relações sociais a ponto de encontrarmos na internet um vasto material de “aconselhamento” tanto para as mães, no que tange a forma de tratar as babás, quanto para as cuidadoras, a respeito de como devem se comportar. Chamou atenção nas redes sociais o blog da advogada mineira, Valéria Rios²⁸⁹, que dava dicas de como se deve tratar uma babá bem como, o que se esperava dessa mulher em termos de comportamento. O blog funciona como um diário que expõe o que muitos tentam esconder: o valor social do empregado doméstico no Brasil. As dicas iam desde como ludibriar a babá na hora de comer, levando-a ao MacDonalds²⁹⁰ antes para ela comer um lanche e depois colocando a criança sob seus cuidados no restaurante caro, até estratégias para limitar o acesso da babá ao frigobar em um quarto de hotel caro como o Fasano²⁹¹. No mesmo blog há uma passagem onde a

²⁸⁷ Miller, op. cit., p. 120-121.

²⁸⁸ ELIAS, op. cit., p. 123-124.

²⁸⁹ Disponível em: <https://pastebin.com/4z07nDGx>. Acessado em: 19/07/2018.

²⁹⁰ Lanchonete de comidas fasfood. Comuns nos grandes e médios centros urbanos.

²⁹¹ A história do Fasano começa em 1902, quando Vittorio Fasano, italiano de Milão e patriarca da família, chega ao Brasil e inaugura a Brasserie Paulista, na Praça Antonio Prado, centro histórico de uma São Paulo elegante e engravatada. Com a morte de Vittorio, seu filho mais novo, Ruggero, foi enviado à Itália pelos irmãos para completar os estudos na escola real de Moncalieri, próxima a Turim. Ruggero voltaria ao país em 1937 e logo reassumiria o legado gastronômico da família, reinaugurando o Fasano na Rua Vieira de Carvalho, também no centro da cidade. A mística dos Fasano iria se revezar em outros endereços, seguindo a trilha do crescimento da cidade.

advogada afirma: “na ida, no avião, perguntou se podia aceitar o lanche, se tinha banheiro, se ela podia escolher onde sentar, enfim, prefiro assim do que as folgadas que vão logo pedindo refrigerante.”

Outro material que também chamou muito atenção nas mídias eletrônicas foi um curso de preparação e reciclagem para empregadas domésticas e babás, que foi ofertado na cidade do Rio de Janeiro. O curso aconteceu no dia 25 de março de 2015 e foi idealizado pela carioca Lisa Mackey, que relata ter entrevistado cerca de 150 mulheres de 35 e 45 anos antes de propor esse curso. O que inspirou Lisa foi sua experiência pessoal:

Eu passei um ano e meio trabalhando em casa e quase enlouqueci com as empregadas. Senti que elas perderam a noção do limite. Teve uma que eu pedi para chegar às 7h30 e botar a mesa do café. Ela disse para mim: “Eu não! Imagina se vou botar mesa de café para madame. Essa falta de limite foi muito lembrada também na pesquisa que fiz. Muitas têm vergonha de usar uniforme de doméstica na rua. Eu não entendo isso. É um símbolo de status! As empregadas de novela usam. A roupa mostra que ela tem um emprego bacana, que a patroa se preocupa com o seu visual.”²⁹²

As informações e opiniões acima dão conta da forma como a nossa sociedade compreende o trabalho doméstico. As classes mais abastadas se serviram e ainda continuam se servindo do trabalho de mulheres pobres, que cada vez é mais abundante dada a tamanha desigualdade social que prevalece em nosso país. Ademais, o que chama atenção é a tentativa de naturalização do servilismo. A empregada, a babá deve estar sempre disposta a servir, sem retrucar e ainda se sentir agradecida e valorizada por ter um emprego. Como bem nos lembra Castañeda:

Nas classes abastadas, esse tipo de arranjo encontra sua expressão máxima na personagem inefável da babá. Mas, por ser uma empregada de pouca qualificação aos olhos da sociedade machista, classista e racista, não tem de fato autoridade alguma, a despeito de todos os uniformes engomados que a façam vestir. [...] Imagem corporifica da mãe bondosa, sempre disponível, inteiramente dedicada ao divertimento e ao bem-estar das crianças, carente de qualquer poder real de discipliná-los, a babá é uma versão melhorada da mãe biológica. É a mãe sonhada, o modelo para ricos de mulher abnegada e obediente que não tem vida própria e cuja única razão de ser é a felicidade das crianças.²⁹³

²⁹² Trechos da entrevista concedida ao jornal O Globo em: 15/03/2015.

²⁹³ CASTAÑEDA, op. cit., p. 180.

Souza aponta que a exploração da “ralé brasileira” pela classe média permite a segunda poupar tempo com as tarefas domésticas, consideradas pesadas e vis, e direcionar seus esforços para tarefas mais valorizadas socialmente. Com isso, de acordo com o autor, fica clara a funcionalidade da miséria. Em suas palavras:

Essa luta de classes silenciosa exime toda uma classe dos cuidados com os filhos e da vida doméstica, transformando o tempo poupado em dinheiro e aprendizado qualificador. A classe roubada, no caso, é condenada eternamente a desempenhar os mesmos papéis secularmente servis.²⁹⁴

Opiniões como as de Lisa Mackey, não foram raras na pesquisa, a principal queixa das patroas a respeito das babás é o comportamento abusado de algumas. Leia-se por comportamento abusado aqui toda forma de resistência e contestação das mulheres e meninas que trabalham como babá. O uso do termo “falta de bom senso” foi utilizado inúmeras vezes para definir o comportamento de algumas que reclamavam do uniforme, do salário, que faziam pedidos caros em restaurante, que pediam a senha do wi-fi. A exemplo da tentativa de naturalizar o servilismo, Cissa que administra a empresa do pai, nos diz:

Então primeiro ela tem que saber cozinhar porque vai fazer a comida para a criança, tem que ter disponibilidade, perguntei se ela podia dormir e trabalhar fim de semana, caso eu precisasse. Ela me acompanha em aniversários. Eu levo ela comigo para valorizar, pra ela se sentir valorizada, acho isso importante.

O que é remetido na literatura sobre o tema como situação de preconceito e símbolo de status para a patroa é tratado aqui como valorização para a empregada. Levar a babá junto para uma festa de aniversário é valorizar essa mulher, sem compreender que o resultado, em muitos casos, é justamente o contrário. Elas não se sentem valorizadas e sim intimidadas, invisibilizadas e inferiores.

A disponibilidade para servir, que parece ser inerente à essa profissão, pelo menos do ponto de vista das patroas, é requisito fundamental para a contratação e a permanência no trabalho. Assim nos informa Ana Marta:

Trabalho não é praia que você vê se dá ou não. Se coloquei alguém todo o dia é porque preciso de alguém todo dia. A filha da minha (babá) ficou doente, ela deixou com a irmã dela e foi trabalhar. Depois que ela levou minha filha para escola ela foi para a casa cuidar da filha

²⁹⁴ SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato*, Rio de Janeiro, Leya, 2017, p. 80.

dela. No dia seguinte lancei mão do plano B. Não gosto daquela história ela é da família. Ela não é da minha família. Tenho consideração. Mas ela não entra no meu quarto se eu estiver lá.

É passível de compreensão o fato de que algumas mulheres, digo algumas me referindo ao meu cenário de pesquisa onde nem todas as entrevistadas têm trabalho e carreira apesar de terem formação, necessitam e contam com a presença da babá para que elas possam trabalhar. Mas chama atenção à maneira como toda a subjetividade dessa trabalhadora passa por um processo de anulação. Independe se ela é mãe ou não, se tem com quem deixar o filho, se o filho está doente e precisa de cuidados, o que deve prevalecer nessa lógica é a disponibilidade, quase religiosa para servir. Em primeiro lugar vem as necessidades dos patrões e depois, muito depois as suas.

Disponibilidade, comportamento adequado, saber o seu lugar, são essas as “qualidades” valorizadas nessa relação de trabalho, como está explícita na fala de Auxiliadora:

Eu tive uma babá que não sabia ver quando a criança estava com febre. Acho que tem que ter expediente, a criança passou mal tem que levar para o hospital, não pode ficar esperando, parada. Exijo uniforme porque elas não têm senso porque senão vem trabalhar com roupas muito curtas e decotadas. Porque imagina vai levar a criança na escola com uma roupa decotada, aí leva uma cantada do porteiro e está junto com a criança, não pega bem. Então é importante por causa do bom senso que elas não têm. E outra, tive uma babá que agrediu meu filho mais velho. Eu não vi, mas a cozinheira ouviu tudo e me contou. Quando fui conversar com ela (babá), ela disse que deu uma palmadinha. Mandei embora na hora.

Os espaços onde a interação entre patroas, babás e crianças acontece nos parece repleto de símbolos e de simbolismos. Para a manutenção dessa “ordem” que remete à tranquilidade e organização é preciso que tudo funcione como o desejável e o esperado. Assim o comportamento que reflete em tese, as qualidades de uma babá, é tão precioso nesses espaços, seja dentro dos apartamentos, nos restaurantes, no shopping e nos clubes. A aproximação física advinda dessa interação social dá margem para o surgimento de alguns argumentos como o de ser alguém da família²⁹⁵ e dessa forma seria impensável que, como alguém que pertence a família, poderia se negar a fazer alguma coisa ou a se comportar da forma dita adequada, como nos chama atenção Flávia que é conhecida como “oftalmologista das estrelas”.

²⁹⁵ Para maiores informações sobre a relação do trabalho doméstico e de cuidados com o discurso de pertencimento à família ver Silva, 2013.

Ela é praticamente da família. Minha relação com ela é muito boa, ela cuida dos meus três filhos. Se eu precisar que ela durma aqui em casa ou que chegue as 5 horas da manhã, ela chega. Sem problema nenhum. Além disso, acho que tem que ter uma boa higiene e também um nível cultural. Não dá pra ficar falando errado perto das crianças e nem falando palavrão. Saber se portar direitinho, esse negócio de short curto e blusa apertada eu não gosto. Por isso dou o uniforme. Saber se portar nos lugares se alguém se aproximar. Manter uma distância quando a criança está com a família. Fazer tudo o que a gente mandar, ser proativa, saber se impor para as crianças sem ser grossa. Não deve comer junto com a criança, dividir copo e talher, acho falta de higiene. Tem que ter postura, não falar e não interferir nas coisas da família, saber se colocar. Fico chateada por exemplo quando a babá fica só no whatshap e não tá nem aí para a criança. Já mandei funcionária embora porque vi que não tinha jeito com criança, uma me disse que não trocava fraldas, outra ficava o tempo todo no celular e não tava nem aí para as crianças. Ficava no celular o tempo todo.

Engrossando os discursos acima uma outra moradora do Leblon que também conta com o serviço de uma babá diz que preza pela limpeza, por isso é importante o uniforme branco, além da funcionária ficar com a aparência padronizada.

Quando vou fazer uma entrevista já observo esse aspecto físico que denota a higiene. Calça baixa, apertada, blusa decotada na minha casa não rola. Não gosto de babá *causando* (grifo nosso). Acho super necessário o uniforme porque identifica, padroniza. É bom para babá e para patroa. Você coloca a pessoa dentro de uma questão tranquila como comprimento da roupa e largura.

É perceptível o lugar de importância ocupado pelo uniforme branco nessa relação específica de trabalho. Por um lado, ele é percebido, pela maioria das babás dessa amostra, como uma marca negativa, um símbolo de status para as patroas e de inferioridade para quem o usa. Por outro lado, nas falas de boa parte das patroas, o uniforme é uma maneira de formatar a aparência das babás e identificá-las o que pode facilitar o controle.

Na pesquisa também encontramos patroas mais sensíveis ao simbolismo que o uniforme representa. Beatriz é oceanógrafa, tem 36 anos e dois filhos, um de dezoito e outro de 5 anos. O mais novo fica sob os cuidados de uma babá. Ela diz que não exige o uniforme e que:

Não exijo porque não gosto. Acho que estabelece uma distinção que eu não gosto. Não acho importante porque não é uma empresa é uma casa. Prefiro mais pessoal. Tem que ter intimidade. Acho que o uniforme coloca, estabelece um limite – você a babá, torna a relação mais fria e impessoal. Acho discriminatório também. Essa é uma briga que eu tenho aqui no condomínio também. A babá não pode entrar na

piscina e eu quero que ela entre com meu filho. Acho discriminação e não concordo com esse tipo de atitude.

A posição de Beatriz de não exigir o uso do uniforme por sua babá é motivada pelo seu entendimento de que, nesse caso específico, a vestimenta é muito mais um símbolo de discriminação do que de higiene, padronização ou segurança. Ela também se mostra combativa quando afirma que já teve e ainda tem problemas no condomínio onde mora, pelo fato de ser vedada a entrada de babás na piscina. Esse posicionamento não foi muito comum na pesquisa. Apenas duas das dez patroas ouvidas se manifestaram contrárias a obrigatoriedade do uso do uniforme branco pelas babás.

De todos os espaços por onde essas mulheres transitam a rua, ou mais especificamente, a praia e a praça que ficam no bairro, são de acordo com elas o lugar onde podem ficar um pouco mais livres. Elas contam que às vezes preferem ficar mais tempo na praia ou na praça porque assim escapam do olhar vigilante de suas patroas e de outras empregadas da casa.

Numa manhã de verão fui até a praça Antero de Quental com o intuito de observar as babás. Essa é uma praça bem localizada, arborizada e que conta com equipamentos de ginástica e brinquedos para as crianças. Muito frequentada pelas babás. Nessa manhã em especial só vi babás na praça. Estavam lá empurrando os carrinhos enquanto falavam ao celular, sentadas olhando as crianças brincarem e conversando entre si. Chamou atenção a aparente intimidade entre algumas delas que perguntavam pelas crianças que tomavam conta, pelos relacionamentos e os planos para o dia de folga.

Imagem 9 – Praça Antero de Quental - Leblon



Fonte: arquivo da pesquisadora. Foto tirada em 06/01/2018

Imagem 10 – Babás no calçadão



Fonte: arquivo da pesquisadora: Foto tirada dia 15/07/2017.

Imagem 11 – Baixo Bebê



Fonte: arquivo da pesquisadora. Foto tirada no dia 15/07/2018.

Imagem 12 – Baixo Bebê



Fonte: Giane Carvalho – redação da Veja Rio

Durante o período em que frequentei essa praça foi possível observar que nesse espaço de interação essas mulheres estabelecem laços de solidariedade, além de aconselhamentos sobre diversas matérias da vida social. Foi possível presenciar babás que haviam sido demitidas pedindo às amigas uma ajuda para encontrar outro trabalho. Babás reclamando dos patrões, reclamando do mau comportamento das crianças, falando sobre os objetos caros comprados pelas patroas e sobre as viagens de seus empregadores.

Foi em uma dessas manhãs que encontrei na praça, Gabriela, uma babá que eu já havia entrevistado para a pesquisa. Quando me viu logo veio em minha direção me cumprimentar com a simpatia que lhe é peculiar. Ela estava com o menino que toma conta e contou para mim e para um grupo de três babás que estava comigo que precisava correr porque os patrões estavam com uma viagem marcada para a Califórnia e dessa vez ela foi liberada de acompanhá-los. Se sentia feliz porque iria voltar para

casa, em Queimados, para tomar sua cervejinha gelada. Estava apressada arrumando as malas da família. De acordo com Gabriela:

Preciso passar as informações para mãe do menino, ela não sabe nada a respeito do filho. Ela me pergunta: “Qual é o biscoito que o Bernardo come?”. Pra vocês terem ideia tenho que anotar os remédios que ele toma, quantas colheres de Nescau no leite. Ela (patroa e mãe) não sabe nada do menino. Eu cuido dele desde que ele tinha 11 meses. Mas tô me sentido livre, quinze dias em casa!

Na praça assim como na praia essas mulheres se sentem mais à vontade para falar abertamente de seus trabalhos. A espontaneidade percebida nas atitudes das babás não é comum em outros espaços observados como nos clubes, shoppings e restaurantes. A praia e a praça são lugares que elas definem como de maior liberdade, mas mesmo distante do olhar das mães, elas, as babás, não escampam completamente do olhar vigilante de inúmeros outros sujeitos que compõem a cena urbana. É sobre isso que trataremos no próximo capítulo.

Capítulo IV – Cuidar dos Filhos dos Outros

[...]as vezes você até volta atrás por causa das crianças. Eu já pensei em sair do trabalho mas fico com pena das crianças porque sou eu quem fico com elas o tempo todo. Pega afeto, carinho, com a mãe depende muito.

Ana Luisa – Babá- 36 anos – 1 filho de 1 ano e 5 meses.

Quem, entre nós, foi criado exclusivamente pelos pais?

Liane Braga, 2014.

Não é incomum nos depararmos com babás que guardam lembranças afetuosas de algumas crianças que ficaram sob seus cuidados. Da mesma forma, encontramos adultos que ainda hoje se comovem ao lembrar de sua “babá preferida”. Esse fato soa para nós como familiar, afinal quantas pessoas conhecemos que foram criadas por uma babá? Quantas novelas e produções cinematográficas abordaram a relação entre babás e crianças? Quantas vezes ela foi retratada na nossa literatura? Entretanto para o outro, o estrangeiro, essa relação não parece ser compreendida no seu todo complexo de ambiguidade afetiva e sim como cinismo, nos dizeres de Goldstein²⁹⁶. A autora que estudou a relação entre patroas e empregadas domésticas no Rio de Janeiro e que já foi citada anteriormente nesse trabalho, percebeu que o que torna essa interação rica e complexa são suas práticas e relações de afeto. Com isso não se quer dizer que outras sociedades não encontram maneiras de estabelecer interações inter- classes, mas quando essa relação se dá no âmbito de tamanha intimidade, como no caso brasileiro, os limites da relação de trabalho não são claramente definidos.

A título de exemplo, em 2013 uma blogueira paulista, que viveu por alguns anos na Suécia relatou seu estranhamento quando retornou ao Brasil, indo para sua cidade natal. No relato ela sentiu um estranhamento quando olhava pela sacada do seu prédio e via tantas babás cuidando dos filhos dos outros todos os dias da semana, inclusive nos fins de semana. Não que na Suécia não existissem babás, elas existem, mas quem quiser

²⁹⁶ GOLDSTEIN, op. cit., p. 73.

contratá-las precisa procurar muito por talvez uma estudante querendo algum dinheiro em horas vagas. Se conseguir essa maneira informal, no fundo proibida pelo governo, ainda assim deverá pagar à ela por hora o que equivaleria a um salário de uns 5.000 reais por mês, ou seja, uns 40 reais por hora. Seguindo à risca o que manda o figurino do Estado Sueco é preciso contratar uma empresa de babás e elas lhe custarão pelo menos o dobro da primeira alternativa. E ainda, de acordo com Sônia, a blogueira paulista, é muito provável que você não encontre patroas desfilando com as babás vestidas de branco como é comum em uma fração de classe específica no Brasil. No cenário sueco elas são caras e raras.

O que chama atenção no caso brasileiro é todo simbolismo que envolve a contratação de uma babá e as “diretrizes” no que se refere aos espaços que elas irão ocupar e como irão se apresentar. O uniforme branco requisitado como “necessidade” demonstra na realidade, que aquela pessoa está te servindo.

A trama que envolve intimidade, trabalho e dinheiro permite negociações entre indivíduos de camadas sociais distintas ora atenuando, ora velando os antagonismos de classe. Uma relação complexa e ambígua por envolver diversos ingredientes que, aparentemente, não se combinam. Por exemplo, a aproximação e intimidade x relação profissional, afeto x submissão, gratidão e reconhecimento x resistência. Se pensarmos que são essas babás, vindas de uma realidade social menos privilegiada, com seus saberes próprios e habitus de classe, que na maioria dos casos, serão as principais responsáveis por ensinar, repassar valores e brincar com as crianças, filhos de uma classe privilegiada, apresenta-se como desafio delimitar a fronteira entre o cuidado e a influência.

As mães que desejam que as babás cuidem bem dos filhos delas, não esperam que eles sejam influenciados por seus valores, modo de ver o mundo e seus gostos. Como evitar? Como explicar, por exemplo, a baixa reivindicação da classe média alta brasileira por escola de tempo integral, que se apresentaria como alternativa à contratação de uma babá? A pesquisa de campo mostrou que, entre as crianças que estão em idade escolar, todas estudam meio período. A pouca importância dada à escola integral, se explicaria pelo fato dessa classe contar com uma mão de obra abundante e relativamente barata? Pelo fato desse serviço ser entendido, como apareceu nas entrevistas, como um dom para cuidar? Uma entrega?

Na tentativa de responder à essa e outras questões é preciso refletir sobre as peculiaridades, que essa relação trabalhista, possui em nosso contexto sociocultural. Se a babá é uma personagem tão presente em determinados segmentos sociais, ela pode ser ignorada? Ou será que sua presença é importante por que pode ser ignorada? De acordo com Segato a persistência da instituição da mãe-preta em termos modernos como amassecas e polivalentes criadeiras de filhos da classe média aponta para:

A prática da maternidade transferida e o tipo de relações que nela certamente foram originadas, tanto a partir da perspectiva daqueles favorecidos pelo serviço como daquelas que o prestaram ao longo de quinhentos anos de história ininterrupta têm rastro nas Letras, mas se encontra ausente das análises e das reflexões. A baixíssima atenção a ela dispensada na literatura especializada produzida no Brasil destoa com a enorme abrangência e profundidade histórica desta prática e seu forçoso impacto na psique nacional.²⁹⁷

Em nossa sociedade a babá é figura histórica e cultural. Ela permeia as relações familiares, através da intimidade inerente à sua prática de trabalho, que se dá no interior das famílias. Inúmeras crianças de classe média alta que foram cuidadas, alimentadas e amadas por suas babás mantem com elas relação de ternura, gratidão e afeto, mas também tiveram, nesse exemplar de mulher, a construção da imagem da mãe bondosa e sempre disponível, inteiramente dedicada, como bem observou Castañeda:

A babá é uma figura emblemática porque transmite todos os valores do machismo aos meninos de que cuida. Desempenha um papel importante na formação dos futuros *juniores* (grifo da autora) que herdarão as grandes fortunas e as empresas dos pais. Imagem corporificada da mãe bondosa, sempre disponível, inteiramente dedicada ao divertimento e ao bem-estar das crianças, carente de qualquer poder real para discipliná-los, a babá é uma versão melhorada da mãe biológica. É a mãe sonhada, o modelo para ricos da mulher abnegada e obediente que não tem vida própria e cuja razão de ser é a felicidade das crianças.²⁹⁸

Tendo como foco analítico a complexidade dessa relação, esse capítulo versa sobre as relações que se estabelecem nesse tipo de contrato de trabalho que se baseia, em muitos casos, na confiabilidade, na aproximação, no afeto, mas também na disposição para servir e nos variados tipos de preconceito de classe, de gênero e de cor a que estão

²⁹⁷ SEGATO, op. cit., p. 5.

²⁹⁸ CASTAÑEDA, op. cit., p. 180.

sujeitas essas mulheres. A relação afetiva se articula com o dinheiro e se concretiza nas negociações salariais e nas trocas de presentes. As mulheres que cuidam dos filhos dos outros, deixam, os seus próprios filhos aos cuidados de parentes ou em creches. Muitas vezes, sua família se recorre de sua ausência, pois passam mais tempo acompanhando as tarefas das crianças de que cuidam do que a da sua prole. Essa aproximação e a dedicação impressa nessa prática é responsável, não raro, por fazer com que essas mulheres experimentem um misto de sentimentos que envolve amor, ternura, cansaço, percepção de sua desvalorização e culpa.

O olhar mais atento para as nuances dessa relação de trabalho foi sendo aprimorado no decorrer da pesquisa de campo, assim pode-se dizer que esse capítulo “nasceu” de estímulos que me foram apresentados durante o tempo que convivi com essas babás e com algumas mães. Foi possível perceber que são, inúmeros os dramas que envolvem esse tipo de trabalho. Assim, cabe perguntarmos qual é o lugar do afeto nessa relação?

4.1 Observando quem observa

Uma das minhas primeiras incursões no campo se deu com a colaboração de Camila, a primeira babá que eu entrevistei para essa pesquisa. Havia combinado antecipadamente um encontro com ela. Numa quarta-feira extremamente quente me encontrei com Camila na portaria do prédio onde ela trabalha às 14 horas, como fora combinado. Saímos pelas ruas do Leblon. Havíamos acertado que eu iria acompanhá-la nas atividades que o menino de quem cuida, tinha naquela tarde. Isso incluía primeiro, aula de capoeira e natação na mesma academia e depois aula de inglês. Tanto a academia como o cursinho ficavam no bairro e fizemos o trajeto todo a pé. O objetivo era observar Camila e outras babás nas suas interações cotidianas, com as crianças, com suas colegas de trabalho, com os patrões e também seria uma oportunidade de ser apresentada à outras babás.

A medida que andávamos e conversávamos sobre sua experiência como babá, outras meninas acompanhando crianças se juntavam a nós, eram todas conhecidas e faziam duas vezes na semana esse trajeto, juntas. Todas iam para os mesmos lugares. A primeira parada foi na academia onde as crianças faziam aula de capoeira. Essa aula

com duração de 1 hora me permitiu observar a dinâmica social desse espaço e também conversar com outras babás.

A sala onde a aula ocorria ficava no segundo andar e era toda de vidro, assim, quem estava do lado de fora, as babás e nesse dia, duas mães e um pai, podiam observar todos os movimentos das crianças lá dentro.²⁹⁹ No corredor estavam dispostos bancos de madeira onde os responsáveis pelos pequenos aguardavam. As babás que ali estavam se conheciam, todas se cumprimentaram e estabeleceram diálogos que, como foi possível observar, era de intimidade.

Devo assinalar que minha presença ali foi notada pelas mães e pelo pai que ficaram juntos me observando com estranhamento e por vezes comentando algo e olhando em direção a mim. Minha suspeita foi confirmada em dois momentos que se seguiram a esse episódio. O primeiro foi com Gabriela, uma das babás com quem eu conversava. Ela me disse assim quando um pai chegou:

Você tá vendo como ele tá olhando pra gente. Ele deve pensar que você é jornalista e que a gente tá falando mal da patroa. Aqui os poucos pais e mães que vem não conversam com a gente, às vezes tem um ou outro que dá boa tarde, mas não conversam não. Ficam é de olho vigiando a gente.

Foi comum durante a pesquisa ser confundida com jornalista num primeiro momento, algo que já narrei anteriormente. Isso se justifica porque à época eram muitas as reportagens que tratavam sobre o trabalho das babás, tanto no que se refere a direitos, haja vista a recente promulgação da PEC das Domésticas, como também os atos de violência cometidos por algumas babás nesse período e que ganharam repercussão nacional. A atmosfera era de desconfiança.

Em seguida uma mulher, vestindo o uniforme da academia me abordou querendo saber se eu estava acompanhando meu filho. Expliquei que acompanhava uma babá, Camila, e que estava apenas conversando com as meninas para produção da minha tese de doutorado. Ela me disse que se fosse algum tipo de reportagem que eu não poderia fazer ali e que era para aguardar as babás saírem para conversar com elas.

²⁹⁹ A arquitetura da sala de aula da academia remete ao Panóptico de Bentham, modelo arquitetônico discutido por Foucault em sua obra: *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*, responsável por inculcar no prisioneiro a sensação de vigilância constante.

Meu esforço para explicar que não se tratava de uma matéria jornalística não surtiu muito efeito, mas a essa altura já havia entrevistado algumas meninas e feito algumas anotações. Então guardei meu caderno de campo e esperei pacientemente a aula terminar para seguir com elas até o cursinho de inglês. Interessante notar como nesses espaços as babás estão sob o olhar atento de outras pessoas. São mães, pais, donos de estabelecimentos, professores, transeuntes que observam o modo como elas se relacionam com as crianças e a maneira como se comportam. Apesar de estarem distantes dos olhares das patroas elas são vistas o tempo todo, num esforço que parece empreender um controle.

Quando nos deparamos com um banco repleto de mulheres vestidas de branco aguardando em uma academia somos tomados por uma sensação de confusão. Elas estão observando os filhos dos outros ao mesmo tempo em que são observadas em sua prática e como nos diz Gabriela, como se não estivessem ali já que são poucos aqueles que cumprimentam e que conversam com elas. O poder de parecer invisível é uma das contradições da prática da babá, estar presente, atenta, mas ao mesmo tempo parecer não estar lá.

No curso de inglês a mesma cena parece se repetir. Numa sala apertada na entrada as babás se amontoam, algumas conseguem sentar nos bancos e outras ficam em pé. O clima ali é de descontração. Algumas estão no celular e outras conversando entre si. Algumas poucas mães chegam, deixam seus filhos e vão embora. As babás ficam ali aguardando a aula terminar. Nesse local há uma antessala com televisão, um sofá confortável e alguns brinquedos espalhados sobre o tapete emborrachado e colorido. Mas nesse espaço a babá não pode entrar. Ali é reservado para as crianças que estudam nessa escola de idiomas e para mães que acompanham os filhos. Muitas babás reclamam que não têm como deixar a criança sozinha na sala porque se deixarem, alguém vai reclamar e por outro lado, se elas entrarem serão censuradas. Gabriela relata ter passado por uma situação constrangedora nesse espaço.

O menino que eu tomo conta faz tratamento psicológico. Ele é muito nervoso e dorme muito mal. Então ele toma um remedinho. Como ele estuda de manhã ele tem mais sono a tarde. Às vezes consigo fazer ele dormir antes do inglês, mas não é sempre. Nesse dia ele não dormiu, quando cheguei aqui ainda faltava um tempo pra aula começar e ele quis ir lá na salinha ver desenho. Eu deixei. Fiquei conversando com as meninas aqui fora. Aí veio uma funcionária gritando dizendo que alguém tinha deixado a criança sozinha lá na sala e a criança dormiu.

Ela não tava sozinha! Tava comigo mas eu não posso ficar na sala! Hi foi uma confusão porque eu também não sou fácil e não fiquei quieta. Ligaram pra minha patroa e tudo. Foi horrível.

Se a babá é, como se referiu Gabriela, em outro momento da entrevista “os olhos da patroa”: “eu sou os olhos dela, eu funciono como se fosse o olho da minha patroa, da mãe”, por que ter sua presença proibida em determinados espaços? Como explicar a lógica que organiza uma escola de idiomas onde a sala com aparelho de televisão não pode ser frequentada pela babá? E a piscina de um clube e de um condomínio que não pode ser usada pela babá? Ao mesmo tempo que é “dada” à essa mulher a função “nobre” de cuidar, vigiar e observar o que em tese é o bem mais precioso de uma família.

Na tentativa de responder a essa pergunta precisamos ter clareza que a relação entre babás e os outros, aqui compreendidos como outros agentes sociais, sejam as mães, os sócios dos clubes, os clientes dos restaurantes, etc., é encenada em meio a valores contraditórios como chama atenção Silveira³⁰⁰. A babá assume, por vezes, uma posição em que ela é “tudo” para uma família ao mesmo tempo que é colocada em situação inferior, como por exemplo, quando é vedada sua presença em determinado espaço ou nega-se a ela a utilização de alguns lugares simplesmente por serem babás. Nesse sentido, de acordo com Velho, há sempre o risco de não se dar uma “negociação da realidade”. Pois:

Indivíduos de culturas ou mesmo meios sociais cujas existências se baseiem em premissas conflitantes podem não chegar a uma definição de realidade que permita minimamente sua coexistência, convívio e interação. Sem dúvida “compreensão” e “experiência” também associam-se a interesses, embora não de modo linear. Há uma relação óbvia desde que os interesses estão colados a experiências e trajetórias específicas de indivíduos e grupos. Os mecanismos de “compreensão”, em princípio, implicam a possibilidade de perceber e dimensionar os interesses alheios, “do outro”, sem a qual torna-se impossível caminhar no processo de negociação. Os “choques culturais”, as “discrepâncias de status, situações anômicas” a nível coletivo e individual, confirmam que a “negociação da realidade” é um processo complexo, difícil, frequentemente chegando a conflitos em nível interno individual.³⁰¹

³⁰⁰ SILVEIRA, op. cit., p. 63.

³⁰¹ VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 3ª edição, 2003, p. 118-119.

Nessa interação conflituosa não faltam “olhos” sobre as babás e suas práticas. Com isso elas têm muito pouco tempo livre para agirem espontaneamente, sem a sensação de controle e vigilância que apareceu nas falas das entrevistadas ou, em outros termos, de não “elaboração da face”. O termo *face* em Goffman sugere que somos atores sociais de uma ação teatral. Sendo assim, a face é exposta para representar uma personagem. Quanto ao termo “elaboração da face”, significa a capacidade das pessoas de transformar qualquer coisa que estejam fazendo, consistente com a face.

Dessa forma, a percepção que as babás entrevistadas demonstraram de estarem sendo vigiadas constantemente, as obrigam, na perspectiva de Goffman, a agir da maneira que os outros julgam correta. Segundo o autor:

As ações através das quais uma pessoa é capaz de tornar qualquer coisa que esteja fazendo consistente com a face. Esta elaboração serve para contrabalancear “incidentes” – isto é, eventos cujas as implicações simbólicas efetivas ameaçam a face.³⁰² (Tradução nossa).

De acordo com o autor é possível vislumbrar diversas maneiras utilizadas pelos indivíduos para “salvar as faces”. Nesses termos, não ocupar espaços que esperam que não sejam ocupados por determinados sujeitos serve à manutenção da face, da ordem social, do lugar onde cada um deve estar e como deve se comportar. No caso citado no início dessa seção a atitude de Gabriela de responder as advertências de ter “deixado sozinho” o menino de que toma conta é compreendida como “não elaboração da face”. Desse modo, infere-se que “manter a face” pode ser considerado um dos principais instrumentos de trabalho de uma babá e também um produtor de tensão nas relações que ela estabelece nos espaços em que se faz presente.

Assim a observação ininterrupta à que elas estão expostas as colocam frente à necessidade de se comportar como se espera que elas se comportem. Pouco espaço para sua subjetividade, o que não significa dizer que não haja ruptura nesse modelo de interação. Na pesquisa de campo pode-se verificar que as patroas dão importância significativa para o comportamento de uma babá e que a observação é fator primordial para perceber se a mulher que cuida preenche ou não os pré-requisitos básicos para a função. Sobre isso, Cissa no diz:

³⁰² GOFFMAN, Erving. *Ritual de la Interacción*. Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1970, p. 82.

Tem que observar porque não pode nunca bater numa criança, pode repreender, não pode gritar, não ser agressiva nunca, não se envolver na criação da criança e não interferir nas coisas da família, querer saber e ficar perguntando. A gente sabe que tem gente que fica ouvindo e perguntando, acho que se a gente quiser falar a gente vai falar.

E mais:

Pode corrigir, conversar com ele, mas como ela (babá) nunca fica sozinha ela está sempre com alguém da família junto tem sempre alguém conhecido por perto, ela sempre fala com minha mãe ou com meu pai quando ele (filho) faz alguma coisa errada. Então sempre tem alguém da família para corrigir. As vezes ele (filho) arranha ou bate nela aí ela fala com minha mãe. Ela (babá) sempre fala se ele (filho) fizer algo errado.

Cissa mobiliza aqui o argumento da necessidade da vigilância sobre a babá, apesar de em tese ela ter “direito” de corrigir a criança essa autonomia é podada pela presença de indivíduos da família e/ou pessoas conhecidas. Dessa forma, o desejável é que diante de alguma atitude errada da criança a babá se dirija a alguém da família antes de chamar a atenção do pequeno.

E quando quem está por perto não possui nenhum laço de parentesco ou de aproximação com a criança? Como é percebida pelas babás sua ação quando precisam corrigir as crianças em público? Sobre isso, Clara que é babá há dois anos na mesma casa conta:

Uma vez tava no mercado com as duas crianças e eles mexeram na prateleira e eu fui chamar atenção, não gritei mais falei firme aí uma mulher disse que eu não deveria fazer isso porque eles não eram meus filhos. Mas eu disse pra ela que quem ficava o dia todo com eles era eu.

Durante o período em que frequentei o bairro com o objetivo de observar e conversar com as pessoas me deparei com cenas como a descrita acima por Clara. Por vezes alguém se aproximava de babás e crianças para fazer algum comentário ou “dar algum conselho” como do tipo “não grite com ela (criança), senão ela fica mais nervosa”. Como exemplo dessa “vigilância” sobre as babás trago o caso narrado por Camila que estava na praia num fim de tarde de verão acompanhada de mais duas babás, suas amigas, e as crianças de que tomam conta. Segundo Camila, uma das babás estava na beira do mar com a criança que estava, aparentemente, com medo da água. Assim essa babá incentivava a criança a molhar os pés no mar o que era respondido pelo

pequeno com choro. O mais intrigante dessa história é que no dia seguinte haviam postado numa página do facebook intitulada, *moradores do Leblon*, o vídeo dessa babá “forçando” a criança a entrar na água. Quem filmava também narrava chamando atenção para a violência do ato da babá. Como resultado de tudo isso, a babá filmada perdeu o emprego.

Enquanto pesquisadora interessada na forma como as relações sociais acontecem nesse espaço fui tentada a solicitar minha entrada nessa comunidade do facebook e acabei sendo “aceita” por conta da minha aproximação com Isabela, moradora do bairro e minha facilitadora. Dessa forma, também tive acesso ao vídeo, o que me pareceu ser uma situação comum sem nenhum indício de violência.

O que chama a atenção nesses relatos é o controle a qual as babás estão submetidas nesse espaço. Em todos os lugares alguém está observando sua prática. Para muitas das entrevistadas esse controle aumentou com os recentes caso, à época, de babás que violentaram, física ou emocionalmente, crianças que ficavam sob seus cuidados. Sobre isso Rita nos diz:

A gente se sente vigiada sempre. Em casa, no clube, na rua. Tem sempre alguém olhando parece que quer pegar um erro seu. As vezes a gente tá parado no sinal com a criança e as pessoas ficam olhando estranho. Mas como diz “quem tem olho olha tudo.” Né? Não ligo não! Estou trabalhando!

A sensação de estar sendo observada é um fato concreto na rotina das babás “forçando” assim uma vigilância, nem sempre racional e reflexiva, das babás sobre o seu comportamento nesses espaços e sua prática. O que nos remete, novamente, aos ensinamentos de Goffman:

Quando a atividade de alguém se passa na presença de outras pessoas, alguns aspectos da atividade são expressivamente acentuados e outros, que poderiam desacreditar a impressão incentivada, são suprimidos. É claro que os fatos acentuados aparecem naquilo que chamei de região de fachada; deveria ser igualmente claro que pode haver outra região – uma ‘região de fundo’ ou de ‘bastidores’ – onde os fatos suprimidos aparecem. (...) É na passagem do ator dos bastidores para a cena que se observa o vestir e o despir do personagem.³⁰³

³⁰³ GOFFMAN, 1995, op. cit., p. 106.

É Camila, que novamente, nos apresenta situações que ele própria vivenciou e ainda vivencia: a sensação de estar sendo o tempo todo vista, o que incomoda, mas que também passa com o tempo a ser naturalizado por algumas babás.

Se a babá tiver toda de branco normalmente as pessoas olham mesmo. Ficam ali olhando meio que vigiando. Tem um condomínio aqui, abaixo do Alto Leblon chamado Jardim Pernambucana e dentro desse Jardim Pernambucana tem uma praça. Uma praça linda pras crianças sabe, muito bem cuidadinha uma coisa mais fofa. Eu fui uma vez pra nunca mais. Por que? Porque as avós que ficam acompanhando as babás, umas mães também que não têm o que fazer ficam ali sentadas na praça vigiando as babás delas e vigiando as babás dos outros. Então você não pode falar com a criança, elas ficam de cara feia, acham ruim sabe ficam cochichando entre si sabe é uma coisa muito estranha, muito ruim.

E mais:

Quando sabem que você é babá as pessoas olham mesmo, te vigiam mesmo. Ficam te olhando de cara feia, mas também não é em todos os lugares não. Depende muito das pessoas que está ao redor e de como você está vestida. Se você tiver vestida bem e se for da mesma cor da criança ainda até vai. Muitas babás são negras e tomam conta de crianças brancas, mas as pessoas já ficam assim olhando um pouco mais. Eu sinto muito isso. A questão da cor da pele, não que as pessoas sejam preconceituosas, mas a cor da pele elas olham diferente.

Camila, relata que percebe que as pessoas observam mais quando identificam que aquela que acompanha a criança é a babá. No cenário dessa pesquisa, alguns atributos servem como identificadores, como já foi dito anteriormente, dentre esses atributos estão o uniforme branco e a cor da pele. Camila possui os dois, é negra e usa o uniforme de trabalho. Apesar de mobilizar em sua fala a ausência do preconceito sofrido pela cor, de maneira não reflexiva deixa implícito que a cor da pele faz com que outras pessoas a olhem diferente. Na verdade, fica “fácil” identificar a babá em um espaço que é branco e que aqueles que servem, geralmente não são brancos. Conceição também narra um episódio delicado que vivenciou enquanto passeava com a criança de quem cuida, no bairro.

Eu tava com ele (o menino que toma conta) no carrinho e ele tava fazendo birra no carrinho e tal e aí eu me abaixei para chamar atenção dele. E nisso ele acabou chorando mais né é normal de criança mesmo só que tinha uma senhora perto que tava prestando atenção. Não tinha o que fazer né e veio chamar minha atenção e queria tomar o carrinho da minha mão aí ela falou “me dá ele aqui, me dá o número dos pais dele que eu vou ligar”. Só que ela não contava que eu tava ali parada na porta de uma loja e que meu patrão estava dentro da loja. Aí meu patrão saiu e falou pra ela “solta meu filho agora, não te dou liberdade

pra tomar conta da minha babá. ”, ela ficou toda sem graça. Foi uma confusão, parou gente pra olhar.

No caso narrado por Conceição a atitude dela de corrigir a criança foi tomada por quem a observava como um ato inaceitável, por ela não ser mãe da criança não teria o direito de chamar atenção, brigar, colocar de castigo, mesmo sendo sabido que na maioria desses arranjos familiares, é a babá quem passa a maior parte do tempo com a criança. No relato acima, o pai saiu em defesa da babá, como ela mesma disse na entrevista, os patrões dão liberdade para que ela corrija a criança pois trabalhavam viajando e era ela, Conceição, quem ficava com o menino. Entretanto, nem todas as babás têm o apoio dos patrões nesses casos. Daiana toma conta de duas crianças, uma menina de 5 anos e um menino de três anos. Está trabalhando para essa família desde o nascimento da menina e diz que não consegue impor limites aos pequenos porque a patroa não lhe dá esse direito. Me encontrei com Daiana na praia pela manhã, estava sentada na areia vestida com o uniforme branco e brincando com as duas crianças, enquanto conversava comigo, a menina com uma pazinha cheia de areia veio em nossa direção e jogou em cima da babá, que com toda a delicadeza disse para ela não fazer mais isso.

É assim tá vendo. As crianças fazem o que querem. Eu não posso chamar a atenção das crianças. As crianças são muito nervosas, extremamente nervosas. Duas crianças, brigam entre si, chutam o tempo inteiro, me chutam, me tratam mal e eu sempre procuro sorrir para eles. Acho errado a mãe não deixar a babá corrigir, a gente que fica com eles. Eu vou sair. Só tô esperando arranjar outro.

A correção aqui, especificamente a verbal, onde mostra-se às crianças que seu comportamento não é adequado, se torna um importante fator de controle das babás. Esse controle se dá pelas patroas e patrões que deixam claro que as babás não devem brigar com as crianças. Se dá também pelos parentes próximos como as avós que acompanham as babás e, de certa forma, está presente em vários outros espaços do bairro, realizados por outros agentes sociais. Ana Marta nos diz que sua babá pode corrigir mas precisa: “me ligar, me contar o que houve aí eu resolvo. ” Ou seja, a autonomia dada à babá para corrigir os pequenos é, na verdade, uma fantasia.

Embora seja possível verificar, a partir da pesquisa de campo, a atmosfera de controle sobre a qual as babás estão sujeitas existem formas e maneiras de fugir desse “controle”. Observando as interações sociais das babás também foi possível intuir que muitas assumem um comportamento contrário ao esperado como forma de resistência e

outras, aguardam o momento “certo”, as lacunas nas interações, a distração dos olhares daqueles que estão à sua volta, para se afastar do controle e assumir a posição de agente.

Assim relatos das babás sobre como conseguiram descobrir a senha do Wi-Fi dos seus patrões, como os alimentos destinados às crianças como iogurte e biscoitos recheados são, também consumidos por elas, sem a patroa saber, o “empréstimo” de roupas das patroas, sem que as mesmas soubessem, como nos diz Camila “já peguei uma vez, ela tem muitos e nem desconfiou”, demonstram que essas interações não obedecem a uma lógica rígida de comportamentos desejados e esperados. Ambas as partes conseguem espaços para fugir ao controle. Vejamos o que diz Cissa:

Minha primeira experiência como patroa foi muito traumática. Minha empregada fazia o que queria de mim, faltava pouco bater na minha cara. Eu era muito ingênua, fazia de tudo para ela não me deixar. Quando fui dar à luz ela foi embora, me deixou na mão. Fiquei super mal mas aprendi. Hoje tenho duas babás e uma empregada e uso tudo ao meu favor. Se começo a perceber muita amizade entre elas já vou logo criando um atrito, falo que uma falou da outra, uso tudo ao meu favor.

Cissa se ressentida de sua primeira empregada porque julga que ela teve um comportamento não adequado, quase que ingrato, a deixando na mão quando mais precisava. Hoje, ela não tem pudores em afirmar que instrumentaliza as relações a fim de atender aos seus objetivos. Apresentando assim as possibilidades existentes para fugir as regras que a princípio, organizam essas relações.

Desse modo, infere-se que a babá tem como sua práxis a observação, seu trabalho é esse, observar as crianças, estar atenta às necessidades delas e das mães. Por outro lado, sua prática também é objeto de observação contínua, tanto nos espaços mais íntimos como as casas e os apartamentos em que trabalham, como as praças, a praia, o shopping, os restaurantes e os clubes. No entanto, existem vácuos captados pelas babás e também pelas mães para se afastar do controle, do modelo de comportamento esperado. Esses vácuos permitem variadas e novas dinâmicas sociais na relação que se estabelece entre quem observa e que é observado.

4.2 Bá, Babá: o lugar do afeto

Ele sente falta de mim. Mas também sou eu que faço tudo. Dou banho, dou comida, escovo os dentes, levo nas atividades, faço atividades com ele. Tudo sou eu. A mãe ela fica com ciúme, um pouco. Teve uma vez que ele me chamou de mãe na frente dela. E como ela reagiu? Disse pra ele que eu era babá e que ela era mãe. E ele respondeu que eu que faço tudo pra ele.

Gabriela – 38 anos – babá.

Começo essa seção perguntando qual é o lugar do afeto na relação de trabalho da babá? A manifestação do afeto seria um instrumento de trabalho dessa profissional? E o afeto também está presente na relação criança e babá? Mãe e babá? Minha tese é que não seria possível analisar a relação de cuidado ou o trabalho do *care* como designa entre outros autores, Hirata e Guimarães³⁰⁴, sem pensarmos o espaço do afeto nesse tipo de arranjo. Assim como colocado por Hirata, a emoção nesse tipo de trabalho tem um peso muito forte pois mistura amor, afeto e altruísmo. Como consequência disso, observa-se que a maior parte desses serviços denominados *care* (cuidado com crianças, deficientes físicos e idosos) é realizada por mulheres. Uma vez que as características necessárias para a função são percebidas como inatas ao gênero feminino.

Não por acaso, esse tipo de trabalho é administrado no espaço doméstico. É a família que assume o *care* ou administra-o através da contratação de babás, empregadas domésticas, enfermeiras, etc. Outras instituições que poderiam dividir ou administrar o *care*, como Estado e empresas privadas, terão peso maior dependendo da configuração social. Por ser considerada função inferior, o *care* é destinado às mulheres sobretudo pobres e negras. Haja vista a amostra dessa pesquisa, formada por esse perfil majoritariamente. Dessa forma esse tipo de trabalho é visto como: “trabalho emocional feito por mulheres pobres, não brancas e migrantes, na maioria das vezes no ambiente familiar, sem regras claras de profissionalização e desvalorizado socialmente.”³⁰⁵

Se voltarmos às raízes de nossa colonização será possível visualizar que a relação entre a negra e a criança branca sempre foi permeada de “ambiguidade afetiva”.

³⁰⁴ HIRATA, Helena. GUIMARÃES, Naydia. (orgs.). Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo, Atlas, 2012.

³⁰⁵ TARTUCE, Gisela. RESENHAS 366 Cadernos de Pesquisa v.43 n.148 p.366-377 jan./abr. 2013.

A ama-de-leite ou a ama seca e preta esteve presente no seio das famílias brasileiras e contribuiu para o desenrolar das relações afetivas e sexuais dentro dessa estrutura social. As negras mais fortes, mais sadias e mais limpas eram escolhidas para o trabalho dentro da casa grande. Elas, como nos ensina Freyre³⁰⁶, amamentaram, embalaram e ensinaram as canções de ninar para os *nhonhês*. Foram elas que contaram as primeiras histórias de assombração, que “amolengavam” entre as mãos o pão, da mesma forma que faziam com as palavras, tornando-as mais doces e simples ao sair de suas bocas.

Todo esse enredo colocou a ama preta numa posição dúbia nessa sociedade. Ainda escrava e objeto ela era respeitada pelos os outros escravos e chamada de senhora. Alimentava o afeto pelas crianças brancas quase na tentativa de suportar a dor causada pelo distanciamento da sua cria. Os *nhonhês* que se alimentavam em seus seios e se aquietavam em seu colo mantinham por ela um carinho singelo, ao mesmo tempo que era necessário separar, de forma sutil ou radical esses dois mundos.

Com o passar do tempo essa relação ganhou contornos diferentes, não há mais a figura da ama preta, a escrava, o trabalho passou a ser realizado por uma gama de mulheres pobres, negras, pardas e brancas. Agora é remunerado, mas, parece ser o complexo conjunto de sentimentos envolvidos nesse tipo de função, um sinal de permanência que nos remete ao passado.

Já foi mencionado anteriormente nesse trabalho que a coexistência do afeto e do pagamento nesse tipo de relação pode reforçar seu caráter ambíguo. Como alerta Zelizer, é preciso pensar até que ponto, o acerto monetário, nesse tipo de relação afeta sua natureza, como demonstra a autora:

Nesta perspectiva, exige uma aguda divisão entre as relações sociais íntimas e as transações econômicas, tornando qualquer contato entre as duas esferas moralmente contaminado. Dessa forma, a intimidade só prospera se as pessoas erigem barreiras eficazes em torno dela. Assim, continua o raciocínio, sistemas sociais bem ordenados mantêm os domínios separados.³⁰⁷

Os economistas que estudam o care têm se esforçado para demonstrar que é possível que as atividades humanas que possuem uma conexão emocional e afetiva

³⁰⁶ FREYRE, op. cit. p. 435-436.

³⁰⁷ ZELIZER, V. A. A economia do care. In.: HIRATA, Helena. GUIMARÃES, Nadya. (orgs.). Cuidado e Cuidadoras: as diversas face do care. São Paulo, Atlas, 2012, p. 238

possam ser percebidas sob o ponto de vista econômico. Em outras palavras, a prática de um trabalho social que possui relações sentimentais pode conviver harmoniosamente com a remuneração. Para Hirata: “[...] não se trata de se perguntar se o dinheiro corrompe ou não, mas, sobretudo, de analisar as combinações entre as atividades econômicas e as relações de care que dão lugar a situações mais felizes, mais justas e mais produtivas.”³⁰⁸

De qualquer forma, como já afirmaram outros estudiosos³⁰⁹, o trabalho de cuidado como é o caso do trabalho da babá, tem o afeto como uma de suas características e que, como veremos nos relatos, ocupa papel significativo na permanência ou não da babá no trabalho.

Todas as babás entrevistadas para esse estudo dormem no local de trabalho. Isso significa que ficam a semana inteira muito próximas das crianças de que cuidam e também dos patrões. Isso ocorre às custas de ficar distante dos seus próprios filhos. Algumas até dormem no mesmo quarto que os pequenos e são as responsáveis diretas por acompanhar a rotina dessas crianças. Aquelas que possuem o seu próprio quarto têm a *babá eletrônica* como “aliada”, pois no primeiro suspiro das crianças, as babás são “avisadas” e precisam atender as necessidades que se apresentam naquele momento. Tamanha aproximação é responsável, por vezes, por estabelecer laços fortes de afeto, que é possível perceber nos relatos das babás e que também foi percebido durante a observação de campo. Ana Luisa tem 36 anos, trabalha há 11 anos como babá, atualmente cuida de gêmeos de 3 anos desde que eles nasceram, ela dorme a semana toda no trabalho e tem um filho de 1 ano e 5 meses.

Eu fico com os meninos desde que nasceram. Meu filho tem um ano e cinco meses, quase não fiquei com ele, logo voltei a trabalhar. Sinto muita saudade porque fico a semana toda longe. Minha cunhada deixa ele na creche pra mim e meu marido pega a noite. É muita saudade mas aqui também sou muito apegada com os meninos. Eu durmo com eles, se precisam de alguma coisa de madrugada sou eu que faço. Como se fossem meus filhos.

Nesse tipo de trabalho o retorno para casa para acompanhar a rotina de seus filhos ou até mesmo para cuidar deles nem sempre é possível. Reconhecer seu trabalho como positivo e reforçar o afeto que sentem pelas crianças que cuidam pode ajudá-las a

³⁰⁸ HIRATA, op. cit., p. 23-24.

³⁰⁹ Dentre eles Molinier, (2012) e Soares (2012).

suportar a distância da sua prole e a impossibilidade de cuidar deles no cotidiano. Ao mesmo tempo, esse misto de sentimentos vivenciados nessa prática, colocam essas mulheres em uma situação difícil, onde o sentimento de culpa também se faz presente. É isso que podemos perceber no relato de Edilaine que trabalha na mesma casa desde que a criança nasceu, um menino que hoje tem 9 anos. Ela nos diz:

Eu tomo conta dele desde que ele nasceu. Hoje ele tem nove anos. A mãe quando ele tinha dois anos, surtou teve um surto psicótico e nunca mais voltou, assim nunca mais teve uma cabeça boa e tal. Aí o pai logo assim em seguida, depois que ela ficou um tempo internada o pai se separou da mãe e eu que assumi o papel de mãe com a criança. Então eu tenho total liberdade com a criança para cuidar e tal. O pai hoje tem uma outra companheira, eu como babá assumi o papel de mãe na vida do garoto. Inclusive quando ele vai ver a mãe, ele pode ver a mãe de 15 em 15 dias, mas tem que ser uma visita que tem que ter alguém junto, a mãe não pode ficar sozinha com a criança. *Para mim é muito difícil esse papel né porque eu tenho minha vida, eu tenho os meus filhos, eu tenho o meu marido e a minha casa mas ao mesmo tempo quando eu vou para casa eu me sinto mal. É como se eu tivesse deixando um filho para trás, deixando o meu filho ali* (grifo nosso). Porque a companheira do meu patrão não é a mesma coisa que eu que tô lá desde o início e o garoto sente muito isso. Eu tenho que está sempre junto porque se vier outra pessoa ele não aceita, ele não aceita visitar a mãe sem mim. Como se eu fosse um porto seguro na vida dele.

Quando entrevistei Edilaine ela estava na praça Antero de Quental acompanhada do menino. Foi levá-lo para ver a mãe, que por orientação da justiça não pode ficar sozinha com a criança. Edilaine deixou-o sentar no banco ao lado da mãe e se afastou um pouco para conversar comigo. O tempo todo, seus olhos vigilantes eram direcionados para o banco onde a criança estava. Edilaine relatou que por conta da situação complicada da mãe, ela acabou assumindo o papel de principal cuidadora da criança. Hoje ela fica 15 dias direto no trabalho, só retorna à casa duas vezes ao mês. Se diz culpada por ficar longe dos filhos durante tanto tempo e ao mesmo tempo diz que se sente mal quando volta para casa e deixa o menino com o patrão. É como se estivesse abandonando o seu próprio filho, ela diz. A complexa relação de trabalho, que nos foi apresentada durante a pesquisa torna difícil a tarefa de apreender na totalidade o funcionamento dessa dinâmica profissional, que no caso brasileiro, está tão presente no interior das famílias de classe média e média alta.

Assim como Edilaine, Thaís também se sente culpada por ficar a semana toda longe do seu filho, mas de acordo com ela, só dessa forma, poderia criá-lo com

dignidade, uma vez que o trabalho de babá na zona sul do Rio de Janeiro lhe permite um rendimento superior ao que tinha antes, trabalhando em Nova Iguaçu.

Acho que ser boa mãe é você não ser muito ausente e eu nem posso falar isso porque sou muito ausente na vida do meu filho. Ele é pequeno mas pergunta porque eu fico pouco com ele e no fim de semana que estou em casa eu quero suprir esse tempo que fico longe. Acho que ser boa mãe é cuidar, chamar atenção e dar amor e carinho. Eu preciso trabalhar por ele então preciso ficar longe.

O vínculo afetivo que se estabelece, por vezes, nesse tipo de trabalho foi durante as entrevistas destacado pelas babás que em sua totalidade afirmaram que trabalhar assim, tão próxima das crianças, torna impossível o não estabelecimento de laços de carinho e amor. Algumas entrevistadas lembraram com orgulho a relação com as crianças que tomaram conta e que até hoje mantêm com elas algum tipo de aproximação. Darcy tem 49 anos, possui bastante experiência como babá pois está nesse ramo há 14 anos, de acordo com ela já criou muitas crianças.

Eu amo. Eu me identifico, eu amo meu trabalho. Eu gosto de criança. A de 22 anos diz que eu sou a melhor babá que ela já teve, a única que ela lembra. É gratificante (o amor que acontece). Pelas meninas eu ficaria, mas pela atitude da mãe (a gente não estava se dando bem). Até hoje ela (menina) me liga e me pede pra fazer o bolo de fubá que eu fazia quando ela era criança. Temos muito carinho uma pela outra.

O reconhecimento para Darcy é importante porque durante boa parte de sua vida, como ela contou, trabalhou cuidando dos filhos dos outros. Dava amor e carinho para crianças que, não tinham nenhum laço de parentesco com ela. Seu filho foi criado pela avó, mãe de Darcy, para que ela pudesse ficar a semana toda na zona sul e até mesmo viajar em períodos de férias a trabalho. Porém Darcy afirma que foi assim que conseguiu criar seu filho, pagou escola particular e curso de inglês. Toda dedicação aos filhos dos outros é reconhecida, no ponto de vista da babá, quando as crianças de que tomou conta a procuram com saudades e com vontade de comer os quitutes que ela preparava. Nesse caso, o sentimento de ter valido a pena está claro para ela. Conseguiu, dentro de suas condições, dar um bom estudo para o filho ao mesmo tempo que ainda é solicitada pela menina que há tempos foi cuidada por ela, o que compreende como um sinal de reconhecimento e valorização. O amor também aparece na fala de Rita que diz ser impossível não estabelecer laços de afeto pois :

A criança ela também vê a babá com amor. Porque a gente que cuida e fica com ela mais que a mãe. A mãe não, é mais profissional. O adulto entende que você é uma babá a criança vê você como alguém que gosta dela e que cuida dela. O meu sempre fala que me ama. Porque eu também trabalho fora, preciso de alguém para cuidar do meu filho e não quero alguém que perde a paciência com ele, que não dê comida no horário certo e que bate (sic).

O amor ou o afeto, percebidos por Rita, estão presentes na relação que ela, como babá, estabelece com a criança bem como, na relação da criança com a babá. Quando afirma que a criança também enxerga a babá com amor ela reforça a ideia de que esse sentimento é recíproco. O que não fica claro na referência que faz à mãe, a patroa. Como bem reforça Brites³¹⁰ na relação do trabalho doméstico e do trabalho de cuidado é possível perceber, nas negociações de pagamentos, nos serviços não vinculados ao contrato de trabalho e nas trocas de carinho com as crianças a existência de uma carga forte de afetividade. Mas, esse fato não impede que se estabeleça uma relação hierárquica claramente definida entre o patrão e o subalterno.

Por mais que esteja explícito que as mães desejem contratar uma babá que trate bem seus filhos e que cuide deles isso, será realizado com o cuidado de estabelecer um limite, pois as mães não esperam ser substituídas, em seu papel de importância e referência pela babá. Essa perspectiva foi trabalhada em Silva³¹¹ quando trouxe à tona a relação entre patroas e empregadas e o cuidado das primeiras em evitar que haja uma confusão social no papel em que cada uma delas deve desempenhar.

Essa questão parece demasiada complexa dentro desse tipo de arranjo de trabalho. Os relatos das babás entrevistadas dão conta do afeto e da aproximação entre elas e as crianças, ao mesmo tempo, as mães que participaram dessa pesquisa prezam por aquelas cuidadoras que assumam a responsabilidade com a criança como se fossem seus filhos. A confusão de sentimentos e a dificuldade de estabelecer claramente um limite ou uma fronteira profissional se mostrou em alguns relatos, tanto das babás como das mães, e trouxeram à tona um sentimento complexo, o ciúme.

Conceição afirma que cuidar de crianças é gratificante porque:

³¹⁰ BRITES, op. cit., p. 3.

³¹¹ Silva, 2010.

Você ver o desenvolvimento da criança, por mais que o patrão não reconheça, você vê a criança se desenvolvendo (primeiros passos, comidinha). A criança fica mais com a babá do que com a mãe. *Agora é ruim quando a patroa começa a ter ciúme. Muitas mães têm ciúme porque às vezes a criança fica tanto com a babá que quando tá doente quer chamar a babá* (grifo nosso). Na casa que eu trabalhei há 15 anos eu sofri muito quando saí. Meu patrão ficou desempregado e fui demitida. Eu senti muito e as crianças também. Nas primeiras semanas eu ligava pra falar com eles. Depois o tempo foi passando e eu ligava e os patrões diziam que eles tinham saído, não conseguia mais falar. Aí via que não queriam que eu falasse. Fiquei muito triste. Até hoje quando encontro com eles fico emocionada, porque eu criei os dois.

O sentimento que se desenvolve, em alguns casos, na relação da babá com a criança é percebido como ameaça para o papel que cabe socialmente à mãe nessa relação. Como nos conta Conceição, que percebeu que os antigos patrões não desejavam que o laço entre ela e as crianças que cuidava permanecesse após sua demissão, o que a levou a sofrer com essa situação. No emprego atual Conceição revive a situação, ela cuida de uma menina de 8 anos. Os pais ficam fora o tempo todo por conta do trabalho e, de acordo com a babá quando chegam à casa vão para o quarto descansar ou se arrumar para algum compromisso à noite.

Um dia desses a menina me disse assim: Ceição me ajuda a preparar uma comida pra quando minha mãe chegar? Aí fui com ela fazer uma salada bem gostosa. Ela (menina) estava muito animada aí quando minha patroa chegou deu um beijinho na menina e ela disse: mãe olha a surpresa que eu fiz pra você! E minha patroa teve a coragem de dizer que estava morrendo de dor de cabeça e que não ia comer. Entrou no quarto e só saiu no dia seguinte. A garota ficou arrasada e eu também. Aí levei ela pra ver um desenho, brincamos um pouco e fomos dormir. Depois, minha patroa vem com aquela conversa que pra Alice tudo é Ceição, Ceição, mas também ela não faz por onde. Aí fica com ciúme de mim com a garota?

No relato acima é possível identificar a rede de sentimentos envolvidos nessa prática. A babá que *se apega* à criança a ponto de sentir a frustração dela como se fosse sua. A tentativa de suprir a ausência e distância sentimental deixada pela mãe, ao mesmo tempo que precisa lidar com algumas situações onde o ciúme da patroa se torna visível.

Os laços afetivos tão presentes nos relatos das babás quando se referem às crianças, não se apresentam da mesma forma em relação às patroas. Com as últimas a relação é mais *complicada* como aponta Rosinalva:

A mãe educa, mas a gente é responsável. Porque é a gente que dá banho, que fica com a criança, que dá comidinha. Às vezes a criança

até confunde a gente com a mãe. Dia desses eu falei assim para a menina que eu tomo conta: eu não trabalho pra você, trabalho pra sua mãe. E ela me respondeu: “você trabalha pra mim porque você que me dá banho e me dá comida”. Muitas delas, as mães, não tem muito tempo então você é muito importante para a criança. Às vezes confunde com a mãe. Agora com as mães é mais complicado. Algumas até cria laço, mas é complicado. A minha patroa é muito nervosa, reclama. No início eu ficava aborrecida. Agora entra de um lado e sai do outro. Depois ela se desculpa e a gente vai levando.

Se no discurso das babás o afeto e o ciúme são uma constante nesse tipo de trabalho nas falas das patroas esse fato não se mostrou de maneira tão explícita. Algumas mulheres entrevistadas disseram que tinham uma relação de amizade, confiança e gratidão com suas babás, como bem nos disse Cibele:

É como se fosse uma irmã, depois do nascimento do meu filho meu vínculo com ela ficou mais forte. Ela é meu braço direito e esquerdo. É uma relação de gratidão profunda. Se pudesse até compraria uma casinha para ela de tão grata que sou. E ela tem com meu filho uma relação de mãe. Ela perdeu um filho então ela se apegou demais ao meu. É alguém que eu confio demais.

Cibele reconhece a dependência que sente em relação à babá do seu filho quando afirma que ela é o seu braço direito e esquerdo. A gratidão se mostra quando diz que se pudesse até compraria uma casinha para sua babá, algo que precisa ser analisado com cautela. A distância existente entre o desejo e a condição de comprar um imóvel, precisa ser problematizada, já que as mães entrevistadas para essa pesquisa compõem um extrato privilegiado da sociedade brasileira. No entanto, mesmo afirmando que a relação da cuidadora com o seu filho é de mãe ela não demonstrou nenhum tipo de incômodo, ou algo que sugira ciúme.

Em apenas dois casos, a mãe demonstrou se incomodar bastante com a ação da babá. Cissa afirma, “quer mostrar serviço o tempo todo”. Ela nos diz:

Me incomoda ela *roubar* (grifo nosso) o Serginho do meu colo. Quando eu vou perceber ela pegou. Às vezes ela tira ele do meu colo assim para mostrar serviço. Mas acho que ele percebe que não gosto. Acho que precisa ter esse senso de quando a mãe está com a criança é o momento da mãe.

Quando Cissa aponta que não gosta da atitude da babá de tirar seu filho do seu colo ela está, de certa forma, mobilizando seu status de mãe. Nesse caso a atitude da babá causa desconforto e incômodo. Em uma outra situação o status de mãe foi reivindicado, Cinara contou que:

Uma vez cheguei com uma sacola cheia de doces em casa, minha filha tinha acabado de almoçar e quando entreguei os doces ela foi perguntar para a babá se podia comer. Achei um absurdo! Expliquei que a mãe sou eu, que sou eu quem sabe se ela pode comer ou não e que a outra era só a babá. Precisei chamar a atenção da babá também, coloca-la no seu lugar. A mãe sou eu e minha filha não tem nada que perguntar se pode ou não comer o que estou oferecendo. É muito abuso!

O que fica posto nos dois últimos relatos é a tentativa dessas mães de reforçarem seu lugar de importância e de significância na vida das crianças. O ciúme demonstrado é reflexo da aproximação entre babás e crianças que deixa transparecer, em alguns momentos, que o centro de referência para os pequenos, nem sempre é a mãe.

O que se constatou com a pesquisa de campo é que a relação de trabalho, aqui analisada, é permeada de ambiguidades, contradições, confrontos e subserviência. As histórias acessadas demonstram a pluralidade de sentimentos e de sensações que estão presentes quando se envolve, numa mesma dinâmica, mães, crianças e babás. O caso de Anastácia é exemplar, sobre sua relação com a babá de seus três filhos, ela relatou:

Eu tenho uma relação de intimidade com minha babá porque ela tá comigo desde o nascimento do meu filho há sete anos. Nos damos super bem ela cuida das crianças com muito amor e com muito carinho e que inclusive na última gravidez, tenho 3 filhos, a gravidez do meu caçula foi muito difícil muito complicada. Tanto eu quanto o neném corríamos risco de morte e cheguei a pedir para o meu marido que se eu morresse que ele se casasse com a babá, aí eu teria certeza que meus filhos seriam bem cuidados, amados porque ela é uma pessoa boa. Eu percebo que a babá ama todos meus filhos, mas que meu filho do meio tem alguma coisa especial, ele com a babá é como se tivesse uma conexão de almas, como se ele fosse filho dela na vida passada. Uma coisa de outras vidas, eu sinto isso.

Quando conversei com Anastácia ela não estava acompanhada da babá. Se mostrou aberta e disposta para falar sobre a temática da pesquisa e contou, com bastante detalhes, o que passou na terceira gravidez, um momento de muita fragilidade e muito difícil para a família. Chama atenção o relato dessa mãe que diz que ao sentir medo de morrer, pediu ao marido para que a babá a substituísse como esposa e mãe. Essa entrevista, foi talvez, entre as realizadas com as mães, a que mais mostrou a ambiguidade afetiva presente nesse tipo de relação de trabalho. Nesse caso, específico, há muito se perdeu de vista o limite ou a fronteira que separa trabalho e afeto.

É fato que durante a pesquisa surgiram variadas percepções sobre a natureza desse trabalho, tanto do ponto de vista das patroas como do ponto de vista das babás.

Muitas afirmaram que o afeto faz parte do trabalho e algumas outras, demonstraram preocupação com o possível *apego* entre a babá e a criança. A babá Darcy, construiu um discurso paradoxal sobre o afeto nesse tipo de função. Como foi mostrado anteriormente, ela ainda mantém contato com uma das meninas de quem cuidou e que agora é uma jovem. Isso para ela se traduz em reconhecimento e valorização, já que cuidou e deu carinho durante muito tempo para essa pessoa. No entanto, a mesma Darcy, mostra-se preocupada com a aproximação afetiva que essa relação de trabalho pode se transformar.

As crianças têm que saber que você é babá e a mãe é a mãe porque a gente vai passar, eu vou passar, elas (mães) não, elas vão ficar para vida toda. Eu sempre tive meus pés no chão, “Não faço parte daquela família”. Esse último emprego eu saí por causa de ciúme. Eu tenho amigas que acham que os filhos são delas, acho isso ridículo. Não é sua família, não são seus filhos.

Em meio a um emaranhado de emoções Darcy tenta enfatizar o lado profissional de ser babá, aquela que cuida, que faz seu trabalho, mas que precisa ter bem claro os limites dessa relação. Compreender que não é a mãe da criança e que não faz parte da família. Assim como também demonstra Conceição: “A mãe tem que fazer a parte como mãe e a babá como babá. A mãe tem que ter o momento com os seus filhos. Não pode misturar. Muitas mães não têm paciência. Se a mãe é muito ausente a criança cria muito afeto pela babá”.

Essa questão vem ganhando contornos diferentes desde da promulgação da PEC das Domésticas, pois percebe-se a necessidade de discutir esse nicho de trabalho e vivenciá-lo de maneira mais profissional, já que agora ele é tratado pela lei como tal. O que se percebe não ser tão simples assim. Como destaca Colen³¹²: “You have these kids sometimes from [...] seven in the morning to seven at night. Twelve hours of a day. You feed them. You clothe them. You take them out. You play with them. You’re like a mother to them.”

Com isso torna-se complexo estabelecer limites e equilíbrios para esse tipo de trabalho. Às vezes o afeto que se estabelece entre a babá e a criança é o motivo para que a primeira permaneça no trabalho, mesmo não recebendo o que julga ser justo ou até

³¹² COLEN, Shellee. “Like a mother to them”: stratified reproduction and West indian childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, F. D. R.; BERKELEY, R. *Conceiving the New World Order*. Berkeley: University of California, 1985, p. 78-102.

mesmo quando não existe uma relação harmoniosa entre ela e a patroa. Esse é o caso de Nazaré, que trabalha há 7 anos para a mesma família. Está no emprego desde que o menino que toma conta nasceu. Aliás, Nazaré nos conta que o acerto do trabalho com a mãe da criança se deu antes mesmo do bebê nascer e que ela estava no hospital no dia em que a patroa deu à luz. Foi uma das primeiras a pegar no colo a criança e de lá para cá jamais ficou longe do menino. No entanto, a relação com a patroa não é das melhores, a babá se queixou de falta de respeito e de receber, diariamente, inúmeros insultos mas insiste em permanecer no emprego por conta do amor que sente pelo menino.

Sabe se eu pudesse eu ia pegar ele (menino) pra mim. Não ia ficar nem com o pai nem com a mãe porque são dois malucos sabe. Ia ficar pra mim. Porque ele é uma criança maravilhosa. O que me deixa muito triste nisso tudo é porque a mãe dele que nem cria ele, que não faz questão de estar com filho, não respeita nem a pessoa que cuida dele. Porque eu não queria que lambesse o chão por onde eu passo não sabe eu só queria respeito, só queria respeito e educação comigo, só isso, só isso. E eu não precisava passar por isso tudo mas eu amo muito o menino e passo por isso por ele porque sei que ele precisa de mim.

Nesse contexto a permanência no emprego, mesmo sofrendo variadas, agressões, se dá, de acordo com Nazaré, por conta do amor que alimenta pela criança. Assim, abandonar o emprego seria uma perda afetiva grande para ela e para o menino. Caso semelhante é o narrado por Raquel, que diz:

Não gosto do meu trabalho, porque não estou feliz aqui. Trabalho por necessidade e amor a criança. A criança é que me prende. Queria sair mas agora não posso por causa da criança, os pais estão separados e eu sou a única pessoa que não estou disputando ele. Fico pensando, se eu sair agora e entrar uma pessoa que não vai abraçar ele? Então agora não posso sair.

Raquel nos diz que a relação dos pais da criança é muito conflituosa. Ela mesma já presenciou várias brigas e se preocupa como isso afeta o menino. De acordo com ela, os pais não dão a atenção necessária para a criança que a tem como o porto seguro. Em suas palavras:

Ser boa mãe é estar presente. É você se preocupar e não ficar esperando o outro fazer. Se sou mãe eu vou fazer não vou esperar, vou levar no médico e depois dizer o que tem que tomar. Não pode colocar sua vida pessoal na frente porque muitas mães fazem isso, quando está na frente dos outros parece a melhor mãe do mundo. Algumas deixam tudo na mão da babá a gente chama aqui de “*mãe de aparência*” (grifo nosso). Outras gostam de colocar as crianças para dormir.

Algumas preferem não ter folguistas. Outras na frente dos outros e no facebook parecem as melhores mães do mundo. Já aconteceu de esta na academia de luta com a criança e minha patroa pedir para tirar foto e mandar para ela e depois ela postou como se estivesse lá.

A fala acima é simbólica e ajuda-nos a problematizar o papel social da maternidade. É exigido da mulher que se torne mãe e uma vez mãe ela precisa ser a melhor mãe possível. Nem sempre ser ou parecer ser a melhor mãe significará presença, cuidado e doação. Como alerta Raquel há muitas “mães de aparência” aquelas que delegam a tarefa de cuidado da criança à outras mulheres, mas que se preocupam em demonstrar que estão presentes.

Clara também afirma que a afetividade é um fator constante e importante no trabalho, mas no seu ponto de vista ela tem dois lados, um negativo e outro positivo:

Por um lado, isso é bom e por outro é ruim porque se você não quiser mais trabalhar lá vai sentir. Eu as vezes fico pensando no dia que eu não quiser mais trabalhar lá como vai ser porque a pessoa se aproxima demais. É muito carinho mesmo. Nas minhas férias eles (crianças) acordam de madrugada chorando perguntando por mim. De manhã quando acordam perguntam por mim. E a relação com a mãe não é assim. Minha patroa é muito fechada. Parece que ela não quer criar vínculos.

Para Clara enquanto houver vontade por parte da babá de continuar no emprego o afeto não se torna um problema, mas se existir a necessidade de romper o vínculo de trabalho? O vínculo de afeto também será rompido? Quanto isso pode causar de sofrimento para os envolvidos na cena? Bruna que estava passando por uma situação dessa no momento da pesquisa afirmou:

Pedi demissão e tô sofrendo muito. O João fala que me ama. Faço todas as vontades dele, mas como ela (patroa) vacilou comigo resolvi sair. Vou ficar até janeiro³¹³ porque ela pediu e chorou muito quando disse que eu ia sair.

O que motivou Clara a pedir demissão como ela mesma disse foi um “vacilo” da patroa, que havia combinado comprar suas férias e não fez. No entanto, mesmo decidida a não continuar no trabalho porque considera a postura da patroa desonesta ela afirma está sofrendo por conta do afeto que sente pela criança. O sofrimento por se distanciar

³¹³ A entrevista foi realizada em dezembro de 2017.

pode ser compreendido na fala de uma outra babá, Jussara: “você se apega e acaba gostando como se fosse um filho. ”

O mosaico de sentimentos é tão complexo que se cria uma imagem desse trabalho, como algo parecido com uma vocação ou um dom, comum nos relatos de mães e babás. Dessa forma, não é qualquer pessoa que teria condições e os pré-requisitos para exercer essa função. Uma mistura de aspectos profissionais como: saber seu lugar e ser amorosa com a criança. Algo que parece ser difícil de conciliar. Isabeli que trabalha como babá há nove anos, desde que chegou ao Rio de Janeiro, diz que:

É preciso ter paciência, saber repreender a criança na hora certa, dar limites, tomar cuidado porque senão ela quer passar por cima de você. Ela sabe que você não é da família. [...] a gente tem que saber trabalhar e gostar do que faz, não pode ser só por dinheiro.

O relato acima mobiliza as duas perspectivas citadas, o profissional e o afetivo. Ao mesmo tempo que Isabeli afirma que é preciso saber trabalhar se referindo a ser profissional, repreendendo na hora certa, tendo paciência, sabendo se impor para que a criança não se coloque acima da babá, ela afirma que o trabalho não pode ser apenas uma relação monetária, econômica é preciso gostar porque é preciso se doar para esse tipo de função. O argumento *gostar do trabalho* apareceu muito durante a pesquisa. O *gostar do trabalho* nas falas de mães e babás, mas sobretudo das babás era em tese, sinônimo de *gostar da criança*. Foi comum escutar: *se não gosta da criança saia do trabalho*.

A partir desses relatos é possível inferir que em boa parte das relações de trabalho das babás há uma carga de afetividade significativa que é responsável pelos mais diversos sentimentos, que vão do amor e doação completa à indignação, ciúme e culpa.

Contudo, outros relatos revelam também que existem relações em que o afeto não se torna, totalmente, uma constante. Despertou interesse quando foi presenciado no campo o tratamento dispensado por algumas crianças às babás. Casos em que as crianças não chamam suas cuidadoras pelo nome, em alguns casos, estimuladas pelas próprias mães. Dessa forma as mulheres que cuidam são denominadas de bá ou babá. *A minha bá, a minha babá, vem cá bá, me dá isso bá*, foram frases ouvidas durante a pesquisa de campo e que leva-nos a refletir sobre a objetificação da babá, que aqui

parece ser retirada de toda a sua subjetividade, individualidade e personalidade, transformando em instrumento para cuidar e observar. De acordo com Conceição:

Só me incomoda quando os pais ensinam as crianças a chamar a gente de babá, aí elas crescem e começam a fazer coisas do tipo: “vem cá minha babaca”. Os meus patrões não ensinam as crianças a falar assim. Elas me chamam de Ceição, mas avó materna ensina.

É Conceição que nos relata que as crianças que ela toma conta não têm limites porque os pais não param em casa e a avó materna é permissiva. O relato abaixo é exemplar:

O que me aborrece demais é a atitude da avó, porque ela se mete demais (ela não te elogia, só vê seus defeitos) por isso acho que não vou ficar muito tempo lá. Minha patroa tem uma empresa que presta serviços jurídicos e trabalha o dia todo, meu patrão fica a semana toda em São Paulo e a avó fica lá. As crianças são sem limites. A gente sai com a menina e ela tem mania de cuspir no copo dos outros. Uma vez pedi um suco e ela queria tomar o suco da minha mão com a boca cheia de cuspe, aí não deixei e avó disse que era para eu deixar que não tinha perigo, era só segurar a mãozinha dela. Mas ela não queria brincar, queria cuspir no meu suco, então tomei o suco rápido aí a avó disse que quando for assim pra eu deixar um pouquinho de suco no copo porque a menina gostava de fazer arte (cuspir). O menino quando sai joga papel no chão, quando estou junto tenho que sair catando, agora quando está só com elas (mãe e avó) fica no chão. Cheio de vontade. Uma vez estava no shopping da Gávea com minha patroa e a mãe dela me perguntou seu eu tinha nojo das crianças, eu disse que não, só não ia deixar elas cuspirem no meu suco.

Os relatos que não mobilizam o afeto como uma constante na relação ajudam-nos a jogar luz sobre a maneira como se reproduzem patroas e patrões adultos com um sentido forte de hierarquia. Pois se partirmos do pressuposto de que existe na dinâmica de trabalho uma carga significativa de afeto e de intimidade entre crianças e babás, como explicar a percepção da diferença social que irá se estabelecer? Como se separam esses mundos?

Não surgiu como regra entre as patroas ouvidas um tratamento ríspido com as babás de seus filhos. Como então as crianças aprendem a distância social entre elas e suas babás? Como aponta Brites³¹⁴ através de outras vias ou de:

Informações subliminares, por exemplo, nos dizeres dos seus pais e na disposição de espaço. “Quarto de empregada”, “banheiro de empregada”, “dependência de empregada” são espaços de segregação,

³¹⁴ BRITES, op. cit. p. 103.

onde o respeito ensinado às crianças de classe média com as posses alheias desaparece. Os espaços destinados às empregadas na casa das patroas não respeitam a individualidade das trabalhadoras.

Dessa forma, seriam as informações subliminares, a observação a respeito da maneira como as babás são tratadas pelos pais, pela família e por outros agentes sociais bem como a compreensão de espaços “permitidos e destinados” a elas que serão responsáveis pela construção e percepção do senso de hierarquia.

De qualquer forma pode-se afirmar que a carga de afeto presente nessa dinâmica social é ao mesmo tempo um facilitador e um dificultador nessa relação. O afeto quando compartilhado torna o vínculo empregatício mais agradável se estivermos pensando na relação babá e patroa. No que se refere a relação entre babá e criança, de acordo com as entrevistadas, é impossível imaginar que não haja vínculo, uma vez que a dedicação é total à criança e em boa parte do contexto analisado é superior à dedicação dispensada pelos pais.

Foi também o afeto que surgiu nas falas das babás como o principal motivo para permanecer no trabalho, mesmo quando a relação com a patroa não é harmoniosa ou em caso onde os direitos não são assegurados. Aqui, cabe ater-nos ao sentido contextualizado que as babás deram ao afeto, pois segundo Molinier: “o que conta é o que elas dizem”³¹⁵. De todo modo, lidar com os limites entre o afeto e o trabalho se apresenta como um exercício difícil tanto para mães como para babás. No caso das últimas, o que está em jogo é um trabalho que permite sua sobrevivência. O que foi possível perceber no trabalho de campo é que, sobretudo na perspectiva das babás, o afeto é parte integrante desse tipo de função. Mas houve também uma constante preocupação, agora de ambas as partes, de procurar “profissionalizar” essa atividade. Mas como articular o trabalho que lida com emoções com os constantes discursos que procuram tornar essa prática mais profissional e menos afetiva? Hochschild nos dá uma pista:

I use the term emotional labor to mean the management of feeling to create a publicly observable facial and bodily display; emotional labor is sold for a wage and therefore has Exchange value. I use the synonymous terms emotion work or emotion management to refer to

³¹⁵ MOLINIER, P. Ética e trabalho do care. In.: HIRATA, Helena & GUIMARÃES, N. (orgs.). Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care, São Paulo, Atlas, 2012.

these same acts done in a private contexto where they have use value.³¹⁶

A autora dessa forma trabalha com a categoria “emotional labor” e compreende que gerenciar a emoção é parte integrante dessa função. O que será considerado profissional vai diferir de família para família, de mãe para mãe. Para algumas, como foi exposto nesse trabalho, é ser cuidadosa, eficiente, higiênica e saber seu lugar. Para outras é gostar da criança, tratar como filho, com amor e carinho. Sendo assim, o afeto sincero ou até mesmo aquele demonstrado faz parte das possibilidades de trocas materiais ou afetivas nesse contexto.

Sendo assim, a sinceridade do afeto ou sua demonstração racional podem ser pensadas como instrumentos desse trabalho que transita pelo campo das emoções, como nos mostra Mills:

Numa sociedade de empregados, dominada por uma mentalidade comercial, é inevitável que se crie um mercado da personalidade. Pois na grande passagem das habilidades manuais para a arte de “manipular pessoas”, vender-lhes e servi-las, as características pessoais, ou mesmo íntimas, do empregado passam a integrar as esferas das trocas e tornam-se fatores comerciais, bens de consumo no mercado de trabalho. Toda vez que o controle dos traços pessoais de um indivíduo é transferido para outro em troca de um preço, toda vez que esses traços de caráter importantes para a opinião que os outros fazem dele são vendidos, cria-se um mercado de personalidade. [...] muitas balconistas têm perfeita consciência da diferença entre o que realmente pensam do freguês e o comportamento que devem ter diante dele. [...] o “autocontrole” recompensa. A “sinceridade” é prejudicial ao empregado, até que os princípios da venda e do comércio se tornem um aspecto “genuíno” da personalidade. O tato consiste numa série de pequenas mentiras sobre seus próprios sentimentos, até que se chega a perder completamente esses sentimentos.³¹⁷

Seguindo a mesma linha de raciocínio é possível apreendermos a manifestação de afeto nesse tipo de relação como parte de seu *modus operandi*, procurando apreendê-lo como fenômeno social e não exclusivamente fenômenos psicológicos ou fisiológicos.³¹⁸

³¹⁶ HOCHSCHILD, A. R. *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Berkeley/Los Angeles/California: University of California Press, 2003.

³¹⁷ MILL, Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, p. 201-202.

³¹⁸ MAUSS, Marcel. *A expressão obrigatória do sentimento*. In.: MAUSS, Marcel. *Antropologia*, São Paulo, Ática, 1979.

Desse modo, manifestar claramente e explicitamente o afeto, sobretudo na presença dos pais da criança ou dos membros da família, bem como nos lugares públicos é “atender” a expectativa dos outros indivíduos, que esperam e compreendem o significado da manifestação do afeto. Mauss, analisando os ritos funerários australianos interpreta a manifestação da emoção como uma ação simbólica, onde o grupo espera e entende o seu significado.

[...] todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que meras manifestações, são sinais de expressões entendidas, quer dizer, são linguagem. Os gritos são como frases e palavras. É preciso emití-los, mas é preciso só porque todo o grupo os entende. É mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica.³¹⁹

De todo modo, o afeto está presente no trabalho da babá e é o gerenciamento dele que permite trocas mais harmoniosas ou até mesmo instabilidade e fragilidade na relação entre elas e suas patroas. Percebe-se que mesmo envolto a uma aura de emoções as relações nem sempre se desenrolam com base na justiça e no respeito.

Outro fator desencadeador de frustração e por vezes, de desentendimento entre mães e babás é a diferença de concepção acerca do cuidar da criança. O afeto compreendido e demonstrado ganha contornos distintos na heterogeneidade cultural. Como sinaliza Velho:³²⁰

Tanto quanto à posição econômica, como quanto ao status social, há uma marcante descontinuidade entre as empregadas domésticas e seus patrões. Isto fica evidenciado porque, mesmo quando dormem no emprego, as empregadas moram em bairros mais pobres, em favelas ou em periferias urbanas. Lá estão suas famílias, pais, maridos, filhos, irmãos etc. Ou nascem nesses locais, habitados por camadas populares, ou vieram de outros estados e cidades do interior. Certamente, suas subculturas de origem são muito distintas do mundo de alta classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro ou dos Jardins e Morumbi em São Paulo. Indo trabalhar em residência de indivíduos e famílias de camadas superiores, defrontam-se com padrões de comportamento, hábitos alimentares e de higiene, formas de interação, critérios estéticos e de gosto e, de modo mais amplo, com códigos distintos dos de seu meio de origem. Rotineiramente, muitas vezes

³¹⁹Ibid., p. 153.

³²⁰ VELHO, Gilberto. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *Interseções: Revista de Estudos Disciplinares*, n. 2, p. 45-52, 2001.

diariamente, transitam entre esses códigos e mundos distintos. Sem dúvida, esse quadro fica mais nítido em uma sociedade não só altamente diferenciada como desigual. Além da significativa dimensão das diferenças de ethos, ressaltam-se os problemas e dificuldades de acesso das camadas populares a bens materiais e imateriais amplamente valorizados no âmbito da sociedade abrangente.

O universo distinto a que pertencem babás e patroas pode se transformar em uma arena conflituosa na materialização do afeto. O que a patroa espera e deseja da babá, incluindo sua concepção de afeição, pode estar muito distanciado do que a babá compreende, criando expectativas que não serão atendidas e causando, assim, situações conflituosas. De qualquer modo, importa destacar que o afeto que está presente nesse tipo de trabalho, dando uma tônica complexa e peculiar a essa relação, pode ser, também, mobilizado como instrumento a fim de manter a relação trabalhista e legitimá-la.

4.3 O Direito é capaz de mudar a cultura? PEC das domésticas – avanços e permanências

“Dr. Eu não tenho ajuda não!”

Rita, babá, 42 anos.

Em 03 de abril de 2013 foi promulgada a PEC das domésticas, a emenda à constituição que equiparou os direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores. Em 2015, por meio da Lei Complementar n° 150, os direitos foram ampliados tornando obrigatório o recolhimento do FGTS e o pagamento do seguro-desemprego. Cinco anos se passaram e o contexto atual apresenta um cenário pouco animador para essa categoria.

Segundo dados do IBGE, no primeiro trimestre de 2018 havia 127 mil trabalhadores domésticos a mais do que no mesmo período de 2017. Esses dados estão presentes na Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada em 31 de julho do corrente ano. Ainda segundo a apuração do IBGE, 31 mil

empregados perderam a carteira assinada, enquanto 158 mil passaram a trabalhar sem vínculo formal.

Para especialistas e economistas esse cenário é o reflexo da perda de dinamismo econômico pelo qual está passando o Brasil em tempos recentes. No entanto, para além do cenário econômico, importa aqui compreender, de que forma essa lei foi capaz de promover mudanças significativas no que tange à relação do trabalho doméstico. Tanto na perspectiva da garantia de direitos como também na maneira como os trabalhadores domésticos, aqui especialmente, as babás, são percebidas e tratadas pelos empregadores e pela sociedade de maneira geral.

Como é sabido e já foi explanado no decorrer deste trabalho, o bairro do Leblon é reconhecido como local de moradia de indivíduos que pertencem a uma classe privilegiada. O custo de vida é alto na zona sul carioca se comparado com o de outros bairros da cidade do Rio de Janeiro, assim, para viver nesse território é necessário possuir um significativo rendimento. Dessa forma, surpreende o fato de termos encontrado babás nesse lugar que não possuem todos os direitos trabalhistas garantidos. O que nos leva a indagar se nesse cenário específico a fragilidade da economia pode ser a “justificativa” para a manutenção de relações de trabalho informais, ou se, a resistência advém da compreensão da desvalorização desse tipo de função e de quem se ocupa dela.

No cenário nacional existem hoje em torno de 7 milhões de pessoas ocupadas com o trabalho doméstico, isso responde a 6,8% dos empregos no país e por 14,6% dos empregos formais das mulheres. A informalidade no setor também é alta, gira em torno de 40% mesmo após a promulgação da lei.³²¹ De acordo com dados da OIT (Organização Internacional do trabalho) o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking do trabalho doméstico, apresentando o maior número de indivíduos trabalhando nesse ramo. De acordo com a organização, em 2017, eram três empregados domésticos para cada grupo de 100 habitantes. A segunda nação com maior número de trabalhadores domésticos no mundo é a Índia, com 4,2 milhões de pessoas. A OIT admite, entretanto, que muitos empregados não estão registrados e, considerando-se o tamanho da

³²¹ Dados de um estudo feito em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento, e a ONU Mulheres, braço das Nações Unidas.

população, o total verdadeiro poderia chegar a dezenas de milhões, ultrapassando o Brasil.

As cinco maiores concentrações de trabalhadores domésticos ocorrem em nações com marcante contraste social. No ranking da OIT, após o Brasil e a Índia vem a Indonésia (2,4 milhões), seguida pelas Filipinas (1,9 milhão), pelo México (1,8 milhão) e pela África do Sul (1,1 milhão). É importante ressaltar que a China não fornece estatísticas confiáveis sobre o assunto.

No Brasil é possível perceber esforços das autoridades em trazer os empregados domésticos para a formalidade. Em fevereiro de 2018, o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre o Trabalho Doméstico (convenção 189 da OIT), considerada um avanço na proteção dos direitos desses trabalhadores. Esse compromisso vem no lastro da adoção da emenda constitucional n° 72 de abril de 2013, conhecida como a "PEC das Domésticas", e da lei complementar n° 150 de 2015, iniciativas para coibir a exploração, dar mais amparo e formalização ao emprego.

Entretanto, mesmo com todos esses esforços, como demonstramos, a informalidade ainda é muito grande no setor. No trabalho de campo nos deparamos com inúmeras situações narradas pelas entrevistadas que dão conta do retrato de desvalorização e insegurança desse tipo de função. Das 21 mulheres que trabalham como babás e que foram entrevistadas para esse estudo, apenas 3 disseram não tem carteira de trabalho assinada. Um número pequeno se comparado à realidade nacional. O percentual da amostra sem carteira de trabalho assinada é de, aproximadamente, 14,29%. Arriscamos assim uma interpretação de que esse dado mostra uma maior conscientização dos empregadores quanto à obrigatoriedade de cumprir o que está proposto em lei. Entretanto, as demais babás, apesar do registro na carteira se queixaram de não ter todos os direitos, garantidos pela nova lei, assegurados. Casos onde o registro na carteira consta um valor e na prática recebe outro, o atraso no pagamento do e-social³²², carga horária de trabalho que ultrapassa 8 horas diárias, não pagamento de hora-extra e adicional noturno³²³. De todas as entrevistadas apenas uma não dorme no

³²² Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas é um projeto do governo federal do Brasil que visa unificar o envio dos dados sobre trabalhadores em um site e permitir que as empresas prestem as informações uma única vez.

³²³ De acordo com a lei o fato da babá dormir no trabalho não configura hora-extra ou adicional noturno a não ser que ela precise trabalhar durante o período do descanso.

trabalha. As outras retornam à casa nos fins de semana, exceto uma, que só retorna de 15 em 15 dias.

Camila trabalha a 7 anos para a mesma família, cuida de um menino desde que ele nasceu. Ela era manicure antes de conseguir esse emprego e começou a cursar Radiologia mas precisou trancar ainda no primeiro ano, por falta de recurso e de tempo. No trabalho, um apartamento amplo no Leblon a uma quadra da praia, ela passa a semana inteira. É a responsável por toda a agenda de “compromissos” da criança e, dorme no mesmo quarto que ela. A rotina de Camila começa bem cedo, às 6 horas da manhã, prepara o café da manhã da família, arruma o menino e o coloca no transporte para ir para escola. No período em que fica sozinha, pela manhã, é responsável por cuidar da limpeza do quarto da criança e das roupas. A parte da tarde é ocupada pelas atividades extracurriculares da criança. O dia termina por volta das 20 horas, quando depois do banho e do jantar coloca a criança no quarto e vai cuidar um pouco de si, antes de dormir. Camila é uma das 3 mulheres entrevistadas que não possui carteira de trabalho assinada. Ela afirma:

Não tenho carteira assinada. Ganho R\$ 1.600,00, não tenho fundo de garantia, INSS e sou eu que pago minha passagem para vir trabalhar e para voltar para casa. Acho que além de pagar direito, tem que tratar com educação. A educação é tudo. A relação vai ser legal se tratar com respeito. Saber que a gente cansa. A gente precisa descansar, precisa dormir, temos os nossos problemas pessoais. Você acha que o fato de dormir no trabalho faz com que você descanse menos? (*sic*) Moro distante (2 horas e meia de ônibus) se fosse embora todo dia ficaria mais cansada. Aqui eu descanso quando ele dorme. Ele costuma dormir entre 19:00 e 20:00 horas, aí eu vou tomar um banho, comer alguma coisa, assisto televisão.

A situação apresentada por Camila mostra que a rotina das babás que dormem no trabalho é intensa e nem sempre, como no caso acima, a relação trabalhista é pautada pela legalidade. Não ter o registro na carteira e em consequência disso, não ter assegurados os direitos trabalhistas serve à demonstração de como a classe empregadora encara esse tipo de função. A permanência das relações informais nesse nicho de trabalho, parece apontar para a resistência em reconhecer que essas trabalhadoras são sujeitos de direito. Para além das questões formais, o relato de Camila mobiliza a reivindicação pelo respeito, que remete a existência de preconceitos e abusos, que ainda persistem nessa relação, como já foi demonstrado em outro momento nesse mesmo

estudo. Na percepção da entrevistada não é *só pagar direito é também ter respeito*. O respeito aventado por Camila está relacionado ao tratamento recebido e também ao reconhecimento dos patrões pelo seu trabalho. A rotina de uma babá que trabalha e dorme no local de emprego, quase sempre, não obedece aos períodos de descanso garantidos por lei. A não observância às questões legais explicitam a essência desse tipo de relação de trabalho, uma continuidade de relações aceitas e permitidas em contextos históricos mais remotos. Como esclarece Jessé:

É desse modo que toda a classe média desenvolve uma mistura de medo e de raiva em relação aos pobres em geral. Com os pobres que a servem a relação pode se tornar, eventualmente, mais ambígua, especialmente nas frações mais críticas que tentam desenvolver mecanismos de compensação para sua culpa de classe. Mas a regra é o sadismo mesmo nessas relações mais próximas de modo muito semelhante ao tratamento dos escravos domésticos na escravidão. A continuidade é óbvia. Como nunca criticamos a escravidão, e como sempre, inclusive, tentamos torná-la invisível como se ela nunca tivesse existido, suas práticas continuadas com máscaras modernas também não são percebidas como continuidade.³²⁴

Raquel também trabalha na mesma casa desde que o menino que cuida nasceu. Isso há 6 anos. Afirma que trabalha por necessidade e porque se apegou demais a criança, mas não se sente feliz no trabalho. De acordo com ela:

Não tenho carteira assinada. Ele (patrão) não paga INSS e nem deposita FGTS. Tem muita resistência para assinar carteira. Algumas babás que eu conheço estão acumulando tarefas, casa e crianças porque as empregadas foram demitidas e o salário não aumenta. Eu ganho R\$ 1.600 e pago minha passagem no fim de semana e gasto 77 reais e tem 2 anos que não tenho aumento. De 100% de babá que eu conheço acho que 55% tem carteira assinada. Por exemplo, o combinado de dormir era que a partir das 20:00 horas eu iria para o meu quarto e até as 6:00 horas da manhã eles é que cuidariam da criança, só que isso nunca acontece. Eles chegam tarde, enrolam para ficar com a criança e eu vou dormir tarde e tenho que acordar cedo. No outro dia ficam dizendo que tô com a cara feia. Sem contar que você fica no meio da confusão deles protegendo a criança.

Raquel relata que não tem seus direitos garantidos e que no seu círculo de amizades muitas babás têm assumido também as funções de empregada doméstica para garantir a permanência no emprego. Além da ausência do registro, algumas tratativas não são cumpridas como a que diz respeito ao fim da jornada de trabalho dessa mulher.

³²⁴ SOUZA, 2017, op. cit., p. 172.

Como nos diz, havia sido combinado que sua rotina terminaria às 20:00 horas, mas como ela aponta isso quase nunca acontece. É muito comum nesse tipo de trabalho que os acordos quanto ao que é tarefa da babá e também sobre o início e o término do expediente sejam combinados verbalmente. Não há uma preocupação em formalizar essas questões o que dá margem para abusos.

A compreensão desse trabalho como próximo e íntimo estabelece uma pseudo relação de confiança no que foi dito, e, na prática, isso é facilmente descumprido. Ainda há a peculiaridade dessa função, que por se realizar no íntimo da família, dentro do espaço privado do lar, coloca essas mulheres, em alguns casos, em situações constrangedoras onde presenciam desentendimentos entre o casal e sentem-se na obrigação de preservar a criança dessa situação. Essa realidade vivida por muitas babás e aqui sobretudo por Raquel é a responsável por fazê-la pensar inúmeras vezes antes de deixar o trabalho. Mesmo afirmando não estar satisfeita com as condições ela se sente responsável pela criança.

A mão de obra abundante e a desvalorização social do trabalho da babá podem ser compreendidos como fatores que encorajam os empregadores a manterem relações trabalhistas não regulamentadas, mesmo existindo uma legislação própria que proíbe o acordo de trabalho nesses termos. É como se persistissem os valores de tempos históricos distantes. Quando Raquel afirma que continua no emprego porque se sente responsável pela criança é como se ela mobilizasse a ideia de “servidão espiritual”, sobre a qual Souza discorre. Para o autor era essa servidão a melhor situação do escravo doméstico em relação ao escravo da lavoura. “O serviçal abdica de seus planos e objetivos para melhor satisfazer as necessidades dos patrões. Exemplo disso é a babá ou a empregada doméstica que cuida do filho do patrão como se fosse seu.”³²⁵

Rosinalva é mais uma das babás entrevistadas que não tem registro na carteira de trabalho. Ela tem 52 anos, trabalha como babá desde treze anos. É natural do Piauí e está no Rio de Janeiro há 28 anos. É de uma família de 12 irmãos e conta que sempre ajudou sua mãe a tomar conta dos irmãos mais novos. Logo cedo começou a trabalhar na casa de um fazendeiro da região para cuidar de uma menina, que ela conta com orgulho, hoje é juíza na sua cidade natal.

³²⁵ SOUZA, 2017. Op. cit., p. 103.

A história de Rosinalva é semelhante à de muitas mulheres que se empregam como babás e domésticas na zona sul do Rio de Janeiro. Muitas migraram do Nordeste em busca de melhores oportunidades de trabalho. Para Rosinalva seu trabalho é bom porque: “a gente viaja muito, conheci outras cidades e até viajei para fora do país. Eu não tenho dinheiro para fazer essas viagens, só assim para eu ir. ” Embora o trabalho “promova” a possibilidade de conhecer outros lugares, mesmo que não se tenha tempo e nem oportunidade para explorar esses novos espaços, o fato de não ter a carteira assinada a incomoda. Ela diz:

Tinha até 2013. Depois minha patroa disse que não tinha condições de pagar. Durmo com a menina. Ela dorme as 21:30 h e acorda às 6:40 h. Pago meu INSS como autônoma. E ela me paga férias e 13º salário. Acho que primeira coisa é respeitar o empregado. Não interessa se é um empregado de uma loja ou da casa. Ele tá ali pra te servir então tem que respeitar. E claro pagar os direitos e o salário direito.

Rosinalva tinha carteira assinada até o ano de 2013, não por coincidência quando a PEC das Domésticas foi aprovada sua patroa a chamou para conversar a fim de justificar que não poderia mais arcar com a carga tributária dessa relação trabalhista e sugeriu dar “baixa” na carteira e pagar um salário de R\$ 2.500, 00, além de férias e décimo terceiro salário. No entanto parece curioso o argumento da impossibilidade de pagar os custos desse trabalho vindo de famílias que moram no metro quadrado mais caro do Brasil e que conseguem realizar, regularmente, viagens turísticas para o exterior. A incapacidade econômica não parece ser, nesses casos, o verdadeiro motivo para a manutenção de uma relação de trabalho informal. O que explicaria então essa atitude? Para tentar responder à essa indagação podemos retornar a Souza³²⁶ que nos faz pensar na profunda desigualdade de classe existente no Brasil. A classe que o autor define como ralé, ou em obra recente, a ralé de novos escravos, serve para alimentar o sentimento de superioridade de outras classes e assim explorá-las sem limites legais. Quem são essas babás? Em sua maioria mulheres negras, pobres, moradoras de favelas e periferias ou migrantes do Nordeste, desempenhando uma tarefa historicamente desvalorizada e servil.

Embora o número de babás sem carteira de trabalho assinada nesse estudo seja bem pequeno, outras situações de ilegalidade se apresentam no decorrer da pesquisa. Ana Luísa afirma que tem carteira assinada e diz que o salário é, ao seu ver, uma das

³²⁶ SOUZA, op. cit., p. 105.

vantagens do trabalho porque em geral as babás ganham mais que as empregadas domésticas³²⁷. O salário dela é de R\$ 1.800, reais. No entanto, ela diz que o fato de ter que dormir no trabalho atrapalha porque o trabalho nunca acaba, “não me pagam adicional noturno, não tenho feriado e nem recebo hora-extra e vivo fazendo hora-extra”. Esse é o mesmo caso de Gabriela, que diz achar muito pouco o valor que ganha R\$ 1.700,00 apesar do registro na carteira ela afirma:

Ganho muito pouco. R\$ 1.700 reais para fazer tudo que faço. Não ganho adicional noturno e nem hora-extra. Na última briga que tive com ela (patroa) semana passada eu disse tudo isso. Você acha que ela não me paga por que não pode? Não. Quem mora aqui, na zona sul, pode sim. Não paga porque é muquirana, porque não quer. Minha patroa é filha de um radialista famoso (rádio globo) ela é empresária. Não paga porque não quer.

Gabriela se mostrou uma pessoa muito firme. Tem clareza sobre seus direitos e de que não recebe o justo pelo trabalho que desempenha. Consegue perceber que existe uma desvalorização para essa função e tem consciência de que a patroa não a remunera melhor porque não deseja.

À época da promulgação da PEC das domésticas, muito se falou sobre o encarecimento dessa mão de obra e de como isso impactaria na manutenção dessa trabalhadora. Importante assinalar que o que percebemos, especialmente no recorte da pesquisa, é que as famílias de classe média e média alta não sinalizam abrir mão desse tipo de serviço. Não demonstram estar dispostas a renunciar a presença de alguém para lhe servir, cuidando da casa e das crianças, entretanto, mostram-se resistentes aos novos tempos que enquadram esse tipo de relação de trabalho dentro das expectativas legais. Permanecem assim os contornos peculiares, desiguais e de exploração dessa mão de obra, uma vez que:

O caso atual da exploração da ralé brasileira pela classe média para poupar tempo de tarefas domésticas, sujas e pesadas, o que permite utilizar o tempo “roubado” a preço vil dessa classe em atividades mais produtivas e mais bem remuneradas, mostra uma funcionalidade da miséria clara como a luz do sol. Essa luta de classes silenciosa exime toda uma classe dos cuidados com os filhos e da vida doméstica, transformando o tempo poupado em dinheiro e aprendizado qualificador. A classe roubada, no caso, é condenada eternamente a desempenhar os mesmos papéis secularmente servis.³²⁸

³²⁷ No estado do Rio de Janeiro o piso para empregados domésticos no ano de 2018 era de R\$ 1.193,60.

³²⁸ Ibid. p. 80.

O trabalho de cuidado realizado pelas babás é responsável por permitir que as mulheres de classes mais privilegiadas utilizem seu tempo com a carreira, com a qualificação ou com atividades que lhes tragam prazer e status. Por outro lado, o trabalho das babás permite a sobrevivência ao mesmo tempo que garante uma renda superior à da empregada doméstica. Outro ponto a ser destacado é que na perspectiva das babás entrevistadas, esse tipo de função possui mais status do que o trabalho realizado pelas empregadas domésticas. Ser babá na zona sul tem significado simbólico para algumas delas pois esse trabalho faz com que elas sejam vistas de maneira distinta pelas pessoas da sua comunidade. Trabalhar na zona sul cuidando dos filhos de gente importante, acompanhando os patrões nas festas e nas viagens ao exterior é algo considerado como superior e com mais status.

Bruna cuida de duas crianças um menino de 6 anos e uma menina de 2 anos. Está no emprego desde o nascimento da mais velha. Ela, como todas as mulheres dessa amostra, dorme no trabalho e disse que estava pensando em pedir demissão, já havia até conversado com a patroa. Disse que apesar de gostar muito das crianças não se sentia valorizada.

O ponto negativo desse trabalho pra mim é o salário e tem que dormir e na sexta ninguém me rende cedo (até pedi demissão por causa disso). A folguista nunca chega cedo. Já saí daqui na sexta 11:00 horas da noite. Durmo no meu quarto mas se as crianças precisam de alguma coisa a noite eu que tenho que levantar. Durmo com a babá eletrônica. Começo a trabalhar 7 horas da manhã. Por exemplo, até agora não estou livre (eram 21:15 e ela havia descido para o play do prédio com a desculpa de fumar mas, na verdade era para falar comigo). Agora fico acordada até a hora deles chegarem, meia noite ou duas horas da manhã. Nunca passa das duas horas da manhã.

Bruna relata que sua rotina é intensa porque não tem horário para terminar, uma vez que durante a noite se houver necessidade de atender às crianças é ela quem deve fazê-lo. Outro ponto que causa descontentamento é o não cumprimento de acordos verbais como sua volta para casa, que deveria acontecer todas sextas-feiras às 17:00 horas. Entretanto para que ela saia depende da chegada da folguista, que de acordo com Bruna, sempre se atrasa. Ela ainda relata:

Tenho carteira de trabalho assinada. Mas o INSS tá sem pagar, como eu pedi demissão, ela (patroa), disse que tá pagando aos poucos. Ela é muito esquecida, vai deixando pra lá. Não tô dentro dessa lei aí. Minha carteira até hoje tá assinada com R\$ 700,00 reais. Ela não atualiza. Não tem anotação de férias. Ganho R\$ 2.000,00 para dormir e tomar conta de duas crianças. No início quando só tinha o menino

era R\$ 1.200,00 para tomar conta dele e lavar, passar e cozinhar. Ela paga minha passagem. Agora não consigo tirar férias, ano passado só tirei dez dias ela disse que ia pagar o resto mas não pagou. Esse ano de novo só tirei 15 dias e até hoje ela não pagou.

O caso exposto acima apresenta inúmeras ilegalidades e injustiças, carteira de trabalho com o salário desatualizado, sem anotações de férias, acordos verbais da compra dos dias de férias não cumprido e recolhimento do INSS atrasado. Por conta de toda essa situação Bruna estava pensando seriamente em deixar o trabalho. A única coisa que a segurava ainda eram as crianças. A relação de afetividade presente nesse trabalho, como já foi demonstrado aqui, serve de justificativa para a permanência da babá, em alguns casos.

Apesar do valor pago às babás ser superior ao piso regional e também superior ao que se paga por uma babá em outras partes da cidade, foi o salário uma das principais queixas das entrevistadas. Elas julgam ganhar pouco diante do tamanho da responsabilidade e do tempo que dispensam aos cuidados dos pequenos. Muitas disseram que já estabeleceram, ou ao menos tentaram estabelecer, diálogo com os patrões sobre a possibilidade de aumento, mas quase sempre não têm suas reivindicações atendidas. Assim como diz Bianca: “Ganho 1.600,00 com tudo incluído é o que eles dizem. Eu peço aumento de vez em quando, mas ela (patroa) não gosta nem que eu fale, diz que ganho muito bem. Conceição também considera ganhar pouco por tudo o que faz no trabalho, ela diz:

Tenho carteira assinada. Nem todo mundo tem. Só hora-extra que eles ainda não falaram nada. Ganho R\$ 2.500,00. Acho pouco por tudo que faço e porque eles (patrões) podiam pagar melhor, mas como eu preciso e o Brasil tá em crise eu deixo pra lá. Durmo no quarto com as crianças, mas não durmo né. O quarto tem câmera, e eles (patrões) entram a hora que querem, então não tem privacidade. As crianças dormem 7:30, mas acordam de três em três horas, quando eles estão doentes então! No outro dia a menina acorda 5:00 horas da manhã e o menino às 7:00 horas, e começa tudo de novo. Me sinto muito cansada.

Essa relação de trabalho está envolta em inúmeras particularidades que, em certa medida, faz lembrar a relação entre agregado e senhor. Algo que mistura um vínculo de favor e proteção, bem peculiar das formas de dominação que não utilizam a violência física. Como bem analisa Souza:

O que caracteriza a forma peculiarmente brasileira dessa relação tem a ver com a ausência de um código explícito e compartilhado por todos,

que permite, também, a limitação da amplitude e profundidade do poder do elemento dominante.³²⁹

A existência e permanência dessas estruturas de relações nos ajudam a compreender a insistência de patrões e patroas a continuar tratando essa prestação de serviço como menor, desvalorizado e sem “necessidade” de enquadramento legal.

Encontramos também no campo situações onde as babás demonstraram estar satisfeitas com suas condições de trabalho, mais especificamente dois casos. O primeiro é de Clara, que tem 22 anos e um filho de 1 ano e dois meses. Ela está no trabalho atual há dois anos, afirma que sua carteira está assinada com o valor de R\$ 1.100,00 mas na prática recebe uma remuneração superior: R\$ 3.000, 00. Esse foi o salário mais alto que encontramos entre as entrevistadas.

Na carteira é o valor diferente R\$ 1.100,00 e meu salário é de R\$ 3.000,00 para cuidar de três crianças, trigêmeos de 5 anos. Entro segunda as 10:00 horas e saio na sexta às 17:00 horas quando chega a folguista. Tenho quarto separado mas se alguém passar mal a noite eu levanto. Não tenho horário para dormir porque eles chegam tarde as vezes de madrugada e eu fico com as crianças.

Apesar de ter um volume significativo de trabalho, cuidar de três crianças e de tudo que diz respeito a elas, Clara reconhece que recebe um bom salário, principalmente quando ela compara com outras realidades. Moradora de Nova Iguaçu ela diz: “trabalhava como babá perto da minha casa e ganhava menos de um salário, aqui na zona sul é mais valorizado”. O salário é percebido por Clara como valorização, mesmo assumindo uma rotina intensa que a impossibilita de ficar próxima do seu filho durante a semana.

Outro caso exemplar para essa temática é o de Darcy, que durante muito tempo trabalhou para uma família de empresários reconhecidos nacionalmente. Segundo a babá foi sua melhor experiência profissional porque se sentia valorizada em todos os sentidos. Até hoje, segundo Darcy, mantêm contato com as crianças, agora adultos, de quem cuidou. Ela alimenta um sentimento de profunda gratidão por essa família. Pois:

Quando trabalhava para os Marinheiros ia pra fora do Brasil e tinha um dia que era só meu. Eles me davam uns dólares e diziam que eu podia gastar. Fiz meu curso de inglês custeado por eles. Ia para Portugal e Argentina sozinha com as crianças, não somos pobres coitadas, somos muito bem pagas! Comprei meu carro, minha casa quando estava

³²⁹ SOUZA, 2018, op. cit., p. 183.

trabalhando para eles. Se quisesse podia pegar um empréstimo e pagar 50 reais por mês.

De acordo com Darcy muito do que ela conquistou foi trabalhando como babá para a família citada. O reconhecimento do seu trabalho, materializado no pagamento correto e justo, na relação próxima com as crianças e nos “agrados” recebidos se tornaram fonte de gratidão, nesse caso. Quando ela afirma que: “Não somos pobres coitadas, somos muito bem pagas!”, fica clara a tentativa de afastar a percepção que, no geral, a sociedade tem sobre a empregada doméstica e a babá, que são vistas como desvalorizadas. É certo que, no cenário da pesquisa, aqui realizada, as babás entrevistadas recebem salário superior a outras mulheres que pertencem à mesma categoria. Bem como, o piso para essa função é estabelecido acima do piso nacional que é de R\$ 954, 00. Entretanto, o que se pode verificar com a pesquisa de campo é a permanência de estratégias para o não enquadramento legal dessa função, assim como a persistência da desvalorização social e do preconceito vivenciados por essas babás. A situação narrada por Darcy, não foi uma constante na pesquisa de campo. Muitas babás não se sentem valorizadas e percebem o preconceito vívido e ao mesmo tempo suavizado, encoberto pelo discurso da aproximação. Apesar da existência de alguns fatores percebidos como “vantajosos” como a média salarial, foi possível verificar, em vários relatos, inúmeras irregularidades.

Tabela 4 – Rendimento das Babás Entrevistadas

NOME	RENDA
Ana Luísa	R\$ 1.800,00
Gabriela	R\$ 1.700,00
Camila	R\$ 1.600,00
Bruna	R\$ 2.000,00
Bianca	R\$ 1.600,00
Daiana	R\$ 2.500,00

Edilaine	R\$ 2.000,00
Margareth	R\$ 1.600,00
Raquel	R\$ 1.600,00
Isabeli	R\$ 2.500,00
Jussara	R\$ 2.000,00
Darcy	R\$ 2.000,00
Nazaré	R\$ 1.600,00
Neide	R\$ 1.800,00
Rita	R\$ 2.000,00
Rosinalva	R\$ 2.500,00
Conceição	R\$ 2.500,00
Clara	R\$ 3.000,00
Bárbara	R\$ 1.600,00
Cida	R\$ 1.600,00
Norma	R\$ 1.700,00

Fonte: elaborada pela autora

As patroas ouvidas para essa pesquisa foram unânimes em afirmar que pagam todos os direitos previstos em lei para suas babás. No entanto, dois casos serão explanados para ilustrar o quão conflituosa e peculiar é essa relação de trabalho. Auxiliadora afirma:

Pago todos os direitos. Apesar de achar que temos muita obrigação, não somos uma empresa, não podemos mandar elas fazerem um curso. Muito obrigação e pouca contrapartida. Entendo que existem abusos, quanto à hora-extra, por exemplo, acho justo hora-extra e pagar se ela trabalha à noite. Mas não existe qualificação. Mão de obra muito desqualificada. Não é fácil porque elas não são qualificadas. Não são preparadas.

Auxiliadora mobiliza o argumento do lar não ser uma empresa para justificar sua posição contrária a quantidade de direitos assegurados aos domésticos. Em outro momento percebe-se que surge a questão da ausência de qualificação. O trabalho doméstico, assim como o trabalho da babá, ressalvadas algumas exceções, são funções consideradas naturais às mulheres, por isso não carece de qualificação sendo assim, não

deveria ser valorizado como outras funções. Isso remete ao que Silbaugh afirma sobre esse tipo de trabalho: “A empregada doméstica é vista de uma forma que a associa como à trabalhadora doméstica não remunerada. Ela tem negado explicitamente seus direitos porque entende-se que o trabalho no lar é afeto”. (tradução nossa)³³⁰

No mundo moderno e capitalista a ideia de valorização do trabalho, que passa por regulamentação, direitos e rendimento, está acoplada a uma perspectiva de qualificação. Dessa forma, quanto mais qualificada, no sentido formal, for essa mão de obra mais valorizada ela será. No trabalho doméstico e no trabalho da babá essa qualificação, formal, é na maior parte dos casos, inexistente, pois toda menina, sobretudo as mais pobres aprendem desde cedo a cuidar da casa, a fazer comida e a cuidar das crianças menores da família. Esse saber, necessário para a realização das tarefas desenvolvidas pelas babás não é valorizado como saber, por isso é uma função vista como desqualificada. Sendo assim, equiparar os direitos dessa profissão aos das demais que são qualificadas, aparece no discurso da patroa como descabido e exagerado.

Flávia afirma que paga todos os direitos, exceto hora-extra, e usa como argumento a proximidade entre ela e babá para justificar sua ação. De acordo com ela:

Assino carteira e pago salário acima da média. A única coisa que não rola aqui em casa é hora-extra. Por isso digo que é uma relação familiar. Ela mora perto então quando preciso que ela fique mais tempo ou que chegue, tipo 5 horas da manhã ela me atende e eu não pago nada por isso.

De acordo com Flávia sua relação com a babá de seus filhos é familiar. A entrevistada faz questão de reforçar esse argumento porque é ele, em sua fala, que “legítima” sua negativa de pagar hora-extra à sua funcionária, mesmo reconhecendo que às vezes ela trabalha além da carga horária definida por lei. Desse modo, compreende-se que em alguns casos, a legislação é interpretada como exagerada e até mesmo incompatível com a “natureza” dessa relação de trabalho, percebida como familiar. Mesmo aquelas patroas que assinam a carteira de suas babás interpretam como uma benesse e se julgam no direito de burlar algumas questões legais, mobilizando da maneira que julgam mais justa e melhor, os contornos dessa relação.

³³⁰ SILBAUGH, Katharine. Conviertiendo el trabajo en amor: el trabajo doméstico y el derecho. In.: FINEMAN, Martha; FREDMAN, Sandra; GHERARDI, Natalia; RITTICH, Kerry. SILBAUGH, Katharine. Justiça, género y trabajo, Argentina, Libreria Ediciones, 2012.

Com a pesquisa de campo findada fui surpreendida por uma notícia triste que envolvia uma babá que trabalhava no bairro. Camila, minha primeira entrevistada, foi quem relatou o que aconteceu com essa babá. Os patrões são empresários e precisavam viajar à São Paulo a negócios. A babá também foi para ficar com as duas crianças, uma menina de 5 anos e um menino de 2 anos. Viajaram em um domingo. No entanto, segundo Camila, a babá já viajou sentindo-se mal. Na terça-feira o quadro piorou e como os patrões estavam presos em uma reunião de trabalho, a babá enviou uma mensagem para a patroa perguntando se eles iriam demorar muito porque ela não estava se sentindo bem e precisava procurar um atendimento médico. De acordo com o relato de Camila, a patroa teria respondido que a babá iria ao médico no dia da folga. Que durante o trabalho ela não poderia sair e que era para a babá tomar um remédio que logo iria se sentir melhor.

Na quinta-feira da mesma semana, ainda em São Paulo, a patroa foi chamá-la pela manhã, devido a sua demora em descer para o café com as crianças e se deparou com a babá desmaiada. A ambulância foi chamada e duas horas depois confirmaram o óbito. De acordo com Camila, quem contou essa história no bairro foi a empregada da casa que havia afirmado que a família da babá recebeu os prints³³¹ das conversas entre ela e a patroa durante a estadia em São Paulo. Camila informou também que a família estaria movendo uma ação na justiça contra os patrões, alegando que se os patrões tivessem “permitido” que ela procurasse uma emergência poderia ter evitado essa tragédia. A babá tinha 37 anos e deixou dois filhos menores.

O que relatamos acima é a versão de Camila, que era próxima a essa babá. Versão essa que foi contada pela empregada da casa onde a babá trabalhava. Não foi possível averiguar maiores detalhes do caso. No entanto, esse relato chama atenção para a situação de isolamento, de dependência e de exploração que muitas dessas profissionais vivenciam. Um trabalho que acontece dentro do lar, distante dos olhares da sociedade e que tem contornos de submissão. Distante de suas famílias, envolvidas completamente pela responsabilidade de cuidar dos filhos dos outros, são poucos os momentos que essas mulheres têm para si. As consultas médicas, por exemplo, em alguns casos só podem ser realizadas nos dias de folga. Para quem trabalha a semana

³³¹ Termo utilizado para se referir a uma foto da tela do computador, do celular ou de uma conversa que será “copiada” ou enviada a alguém.

toda e dorme no trabalho só restam os finais de semana para resolver essas questões pessoais, ou esperar pelas férias. São trabalhadoras que têm, constantemente seus direitos cerceados, como no caso citado acima, a proibição de procurar atendimento médico durante o período do trabalho, mesmo estando a funcionária se sentindo mal.

É nesse sentido que se pode afirmar, que a persistência dos contornos servis desse tipo de relação trabalhista nos dias atuais. A babá é percebida como uma profissional que precisa estar disposta, a todo tempo, a servir e a cuidar dos outros. É negado a ela um tratamento justo e humanitário porque em primeiro lugar deve vir a disposição para servir. Apesar do esforço, tardio, para regulamentar e assegurar direitos a essa profissional, o direito ainda não foi capaz de mudar a cultura, de moldar a perspectiva que a sociedade, tem em relação ao trabalho doméstico de forma geral. O que se constatou com o trabalho de campo foi a insistência do não reconhecimento e da não valorização social desse tipo de função. Mesmo após 5 anos da aprovação da PEC das Domésticas patroas e patrões encontram “lacunas” para mobilizar, da maneira que bem entenderem, a dinâmica dessa relação. Ao mesmo tempo que presenciamos de maneira cotidiana, situações de exploração e de preconceito as quais as babás e boa parte da categoria dos empregados domésticos estão sujeitos. Algumas assumem posição de resistência à exploração e ao preconceito, utilizando também estratégias para usar essa relação de trabalho a seu favor e/ou “tirar” pequenas vantagens. No entanto, muitas submetem-se ou mesmo, naturalizam essas situações por sua necessidade de permanência no emprego.

Quanto às patroas aqui ouvidas, existe uma tendência em reconhecer os direitos trabalhistas das babás mesmo considerando serem “exagerados”. A insistência na manutenção dessa relação moldada por dinâmicas pré-modernas diz muito sobre o jogo de poder que se estabelece, onde as regras historicamente ficaram a cargo dos patrões. Dessa forma, elas não perdem o controle ou o privilégio de decidir como e sob quais modelos as relações de trabalho dessa natureza irão se realizar. É o apego ao privilégio de classe que ainda permanece forte e que impacta na aplicação eficiente do direito. A cultura se mostra mais forte que o direito. Mesmo assim, muitas vezes, surgem espaços para as babás mostrarem sua resistência, tomar a direção de suas próprias vidas, serem sujeitos de sua história e romperem com a lógica da submissão.

4.4 Resistência, prazer e planos para o futuro.

*O tempo se concretiza
unicamente na medida em que os sujeitos o vivem: sujeitos
individuais, institucionais, grandes sujeitos coletivos.*

(Durán, 2008, p.127).

Como foi mostrado ao longo desse trabalho, a situação das babás do bairro do Leblon possui peculiaridades se compararmos com o cenário nacional. Encontramos nesse recorte mulheres que recebem acima do piso proposto para essa categoria, além de um pequeno índice de trabalhadoras sem registro na carteira. Por outro lado, nos deparamos com a permanência de uma relação trabalhista baseado na dedicação quase total à família empregadora, isso fica claro com o dado de que a maior parte das entrevistadas dormem no trabalho. A carga horária de trabalho nos casos apresentados não é claramente definida e alguns direitos trabalhistas são manipulados de acordo com a vontade e a “necessidade” das patroas e patrões.

Apesar do cenário descrito acima, essas mulheres criam estratégias para resistir aos excessos, ao preconceito, à desvalorização e à humilhação que algumas, relataram ser expostas. A resistência é materializada nos padrões de comportamento, nos embates entre babás e patroas, atitude de negativa diante das orientações dadas pelas patroas às babás e na consolidação de rede de apoio.

De acordo com Gabriela sua situação como babá tem pontos positivos e negativos. Ela elenca como positivo a relação que tem com a criança de que cuida e o fato de ser tratada com educação pelos patrões. Como negativo cita as condições de trabalho, carga horária que ultrapassa as 8 horas diárias, o não pagamento de horas extras e o baixo salário. As queixas de Gabriela não ficam, segundo ela, restritas ao círculo das babás. Ela relata que inúmeras vezes “bateu boca” com a patroa sobre direitos, salários e atitudes que não gosta ou considera injustas. “Eu brigo logo, digo que não gostei, converso. Não guardo nada não senão explodo”. A atitude de Gabriela de deixar claro para a patroa o que concorda e o que não concorda é a maneira encontrada por ela de não se submeter a todas exigências de sua empregadora. Ao revidar, questionar, conversar, discutir e brigar ela assume um comportamento não esperado, em tese, para aqueles que são percebidos como o elo mais frágil dessa corrente. Se impor de maneira firme é um ato de resistência.

Assim como Gabriela, Rita também relatou que não “leva desaforo pra casa, ou melhor, não durmo com desaforo já que não vou para casa! ” Ela que tem diabetes e precisa de alguns cuidados médicos diz já ter se aborrecido muito com a patroa por conta de exigências exageradas e por não ter tempo de se cuidar. De acordo com a babá o aborrecimento logo passa quando “jogo tudo na cara, pra não pensar que sou boba. ”

Pois:

Aqui ainda tem muita gente que trabalha como escrava. Eu não fico! Não tenho medo! Trabalhador não passa fome, pega um carrinho e vende picolé na praia. Eu trabalho muito, eu sou diabética e faço uso de insulina 3 vezes por dia. Falei isso pros meus patrões na entrevista. Inclusive já perdi dois empregos por isso. Oh eu faço tudo no meu trabalho. Levo a criança para a escola às 8 horas da manhã e tenho três horas para fazer tudo, arrumar, lavar, passar e cozinhar. Eu tava ficando muito cansada e falei com minha patroa pra ela colocar uma faxineira. Aí ela me disse que é porque eu marco médico e fico três horas lá aí não dá tempo pra fazer meu serviço. Não gostei, acho que foi injusta e falei com ela, porque eu marco médico na hora que ele (criança) tá na escola. Sou diabética, tenho 45 anos, preciso fazer mamografia e exame ginecológico e sábado é o dia que vou pra casa e não tem médico. Então continuo marcando meu médico no dia de semana.

Uma das principais reclamações das babás entrevistadas diz respeito ao pouco tempo que têm para, por exemplo, ir ao médico ou realizar um exame, já que ficam a semana toda no trabalho e a rotina não tem hora precisa para acabar. Rita, mesmo a contragosto de sua patroa continua marcando seus médicos durante a semana, no momento em que a criança está na escola, por ser essa a única forma de ter acesso aos cuidados médicos. A mesma Rita afirma:

Eu falo. Eu não consigo ficar calada. Eu essa semana reclamei com meu patrão porque ele chegou da rua com o tênis todo sujo e pisou no tapete branco do banheiro e sujou tudo. Eu disse: “Dr. eu não tenho ajuda não!” Ele não gostou e ficou com a cara feia. Acho que o patrão tem que ajudar, colocar roupa suja no cesto, não deixar calcinha jogada em todo canto. Eu já trabalhei numa casa que eu tinha que tirar o absorvente da calcinha para jogar fora. Acho que você tem que enrolar seu absorvente num papel e jogar no cesto porque o empregado não é obrigado a ver isso.

Discordar e explicitar o descontentamento é um ato libertador para essas mulheres, que encaram isso como uma maneira de resistir às tentativas de patroas e patrões de submetê-las encarando-as como passivas e subservientes. No campo nos deparamos com mulheres que não aceitam toda e qualquer forma de submissão. Que

não estão contentes com o valor que recebem, com sua rotina pesada de trabalho, com a inflexibilidade dos patrões e que procuram deixar isso claro com seu comportamento e atitude. Não por acaso o comportamento “inadequado” e “abusado” das babás foi uma das maiores queixas das patroas nessa pesquisa. A referência aos termos inadequado e abusado foram utilizados para qualificar as atitudes de questionamento e/ou insubordinação das babás.

Foi possível identificar outras formas de demonstrar insatisfação com a situação de trabalho que foi definida pelas babás como: “ficar em silêncio, emburrada e com a cara fechada”. Para Bárbara, Bianca, Darcy e Clara essa é a maneira de demonstrar que não gostaram de algumas atitudes dos patrões ou de que não estão satisfeitas. Como são mulheres muito expansivas e alegres o “ficar em silêncio” e o “fechar a cara” denota imediatamente que alguma coisa não está agradando. O que segundo essas mulheres “forçam”, sobretudo as patroas, a perguntar se há algum problema.

Seja agindo de maneira mais enfática ou mais discreta, o que se percebe é que essas mulheres não podem ser enquadradas no perfil de total submissão. Fica claro que a permanência no trabalho em condições não completamente legalizadas e/ou valorizadas, está relacionada a necessidade do trabalho como forma de sobrevivência e as oportunidades que essas mulheres têm acesso. De qualquer forma, não temos mais, como regra absoluta, a figura da babá cabisbaixa e submissa que responde sempre positivamente a todos os comandos dados pelos patrões.

As formas de resistência individuais e cotidianas demonstram que essas mulheres têm como objetivo contornar a situação de subordinação no que diz respeito, sobretudo ao uso do tempo. A monopolização do tempo é vista pelas babás como exploração o que traz no bojo dessas atitudes de resistência uma ideia geral de que elas são portadoras de direitos.

Por mais que demonstrem conhecer seus direitos, o isolamento desse tipo de trabalho, causado pelo fato de ficarem a semana toda na casa dos patrões e, tendo assim, pouco espaço para o seu uso do tempo, não “permite” uma ação mais “politizada” dessas mulheres. O que se quer dizer com isso é que as formas de resistências percebidas no campo são manifestações cotidianas e individuais. Onde as mulheres buscam demonstrar sua insatisfação com a exploração dos patrões. Essas mulheres e meninas encontram apoio em outras mulheres, uma vez que a natureza do trabalho da

babá, “permite” o estabelecimento de redes de apoio mútuo. É na praia, na praça, nos clubes, nas festas de aniversário e nas academias que elas expõem todas as dificuldades vivenciadas na profissão. Como também, trocam experiências e “agenciam” novos empregos por meio de indicações.

Ao tratar das lutas camponesas, Scott³³² faz uma crítica a tendência das Ciências Sociais e dos historiadores de não considerar ações individuais como resistência. Mesmo considerando que essas ações não confrontam a estrutura de dominação o autor afirma:

A tendência para desconsiderar os atos individuais de resistência como insignificantes e reservar o termo resistência para ações coletivas e organizadas é uma orientação equivocada, assim como a ênfase na ação “orientada por princípios”.

O autor procura diferenciar as lutas camponesas organizadas mas compreende que a ação individual é uma forma de resistência que se contrapõe às formas de acomodação.

No entanto, a pesquisa de campo apresentou um cenário de ausência de sindicalização e até mesmo de desconhecimento da existência e da função de um sindicato. Das babás ouvidas para essa pesquisa nenhuma delas é sindicalizada e outras disseram não ter conhecimento sobre o sindicato de sua categoria trabalhista, não sabem onde se encontram e nem corretamente o seu papel. Como disse Camila:

Eu não sou filiada e nenhuma das minhas amigas aqui, pelo que sei. Eu nem sei muito bem se existe um sindicato né de domésticas e babás e não entendo direito pra que serve o sindicato. A gente não entende muito bem e nunca pensei nisso de ser filiada, porque não sei pra que serve de verdade.

Percebe-se que o desconhecimento somado às jornadas extensas de trabalho são um obstáculo para a participação política dessas mulheres. A própria Camila, em outro momento da pesquisa de campo, após ter sido entrevistada disse que procurou saber sobre o sindicato, segundo a babá, ela viu no youtube. E afirmou:

Depois da entrevista eu pesquisei sobre sindicato e vi no youtube que existe mesmo para babá, mas funciona no centro e no horário que não dá pra eu ir lá ver como é porque é no horário do trabalho. Mas qualquer hora vou ligar pra saber como funciona isso.

³³² SCOTT, James. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa, Campina Grande, Raízes, V. 21, N.1, Janeiro-Junho, 2002, p. 10-31.

Com o relato acima apreende-se que o trabalho da babá, integral e sem pausas definidas na jornada impõe-se como dificultador para a ação politizada dessas mulheres. Uma vez que elas não podem usar um tempo do seu dia para ir ao sindicato ou participar de alguma manifestação, por exemplo. Apesar de perceber, na pesquisa de campo, a construção de uma rede de solidariedade entre as babás entrevistadas, no desenrolar das atividades cotidianas elas estão sozinhas dentro dos apartamentos o que dificulta sobremaneira a possibilidade da ação política organizada. Essa é, por exemplo, a opinião da advogada Michele Savick que atua na ONG Themis³³³ e trabalha em conjunto com os sindicatos das domésticas e também com a Federação das Empregadas Domésticas. Em depoimento dado para a produção de um documentário sobre a PEC das Domésticas para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ela afirma:

O isolamento da trabalhadora doméstica dificulta a movimentação da categoria. Normalmente os trabalhadores estão juntos. Eles veem que algo está errado e se organizam. Nem sempre a empregada doméstica conhece sua associação, elas estão isoladas e a rotina intensa dificulta que elas conheçam o sindicato.

O pouco espaço na rotina para utilizar o tempo de forma mais pessoal e subjetiva foi apontando pelas babás como um obstáculo. Em alguns casos, não há espaço para um momento só para si. Assim relata Nazaré:

Tem patrões que não deixam a gente sair. Tem que ficar ali dedicada 24 horas. As vezes a criança está na escola, mas a pessoa tem que tá ali olhando pro nada. Conheço um monte assim. Eu por exemplo, se eu falar antes, até dá pra sair, mas preciso avisar antes e também tem que ser na hora que a criança tá na escola.

Para as babás, como as dessa amostra, que dormem no trabalho, é complicado encontrar, por exemplo, um tempo a noite para encontrar as amigas, uma vez que sua jornada de trabalho também se estende pela noite com o compromisso de dar banho, jantar e cuidar das crianças. Essa rotina impacta significativamente no uso político do tempo. De acordo com Gabriela:

É praticamente impossível interagir com as outras meninas sem as crianças. Porque durante o dia estamos com as crianças, quando as crianças estão na escola a gente tem um monte de coisa na casa para fazer, aí a patroa não quer que a gente saia pra bater perna. E de noite nem pensar! Com quem vai ficar a criança? Só se a gente levar.

³³³ Organização não governamental que atua há 25 anos na promoção dos direitos das mulheres.

Segundo dados do site Doméstica Legal, em 2014 houve um aumento de 4 mil trabalhadores domésticos sindicalizados, o que é equivalente a 0,05%. Um percentual pequeno diante do número de pessoas envolvidas nesse tipo de trabalho. O que demonstra, mais uma vez que a soma de desinformação, isolamento e condições de trabalho dificultam a ação política.

Somos tentados a imaginar que a promulgação da PEC das Domésticas bem como toda a discussão pública que ela causou significaria ao mesmo tempo maior consciência e politização por parte das empregadas domésticas, no caso as babás. O que pode se inferir é que, entre as entrevistadas, vigora uma consciência geral de direitos e também da relação de exploração engendrada pelo trabalho doméstico e/ou de cuidados. Mas ainda, falta um posicionamento mais militante, politizado e organizado a fim de combater as estruturas de exploração.

Entretanto, é preciso considerar, também a partir da pesquisa de campo, que as ações individuais, engendradas no cotidiano por cada indivíduo no seu espaço de trabalho doméstico é sim resistência. Uma forma de combater os abusos e, em certa medida, ter controle sobre a rotina de trabalho e a organização do tempo. Ponto esse que foi discutido por Silva³³⁴ ao demonstrar, em seu estudo sobre as empregadas domésticas, que mesmo isoladas e não organizadas coletivamente, elas instrumentalizam a relação de trabalho com o objetivo de aproveitar os “espaços” para mostrar sua resistência.

Essa constatação permite fazer uma relação com De Certeau³³⁵ que demonstra, em seus estudos, que a dominação nem sempre é totalitária e hegemônica a ponto de os dominados não encontrarem espaços que lhes permitam fazer resistência ao poder do dominador. O autor assinala a importância de se olhar com mais atenção e com uma lente de aumento para o campo de forças que a princípio tem regras estabelecidas pelos dominadores aos dominados. Seguindo esse pressuposto, ou seja, me propondo a olhar esse campo de interação do trabalho com lentes de aumento para assim identificar as rupturas, considero, pois, ser a ação individual, aquela que rompe com a lógica cotidiana, como resistência.

³³⁴ SILVA, op. cit. p. 130.

³³⁵ DE CERTEAU, Michel. *La Invención de lo Cotidiano. El arte de hacer*, 1º ed., Universidad Iberoamericana, México, 1996.

Para além da situação limitadora, em certo sentido, que a rotina de trabalho de uma babá que passa a semana inteira em um apartamento no Leblon estabelece, elas conseguem planejar o futuro e vivenciar pequenos momentos de prazer. Algumas de maneira mais imediata e outras pensando a médio e longo prazo. O que parece ser unívoco nos discursos dessas mulheres é a possibilidade de mudar de vida, interpretado por elas como saída do trabalho de cuidados para algum setor que as permita ter mais tempo para elas e suas famílias. Bruna à época da pesquisa havia pedido demissão do emprego de babá. Segundo a entrevistada, foi o fato da patroa não ter mantido o que foi combinado com ela, a respeito das férias, que a incentivou a pedir dispensa. Mas Bruna também relatou que seu marido acabara de comprar um trailer para trabalhar vendendo lanche no centro do Rio de Janeiro. De acordo com ela:

Tô sofrendo por causa das crianças mas meu marido e eu juntamos dinheiro pra comprar o trailer e trabalhar por conta própria. No princípio eu ia ficar no emprego e trabalhar com ele no fim de semana, mas como me aborreci com ela (patroa) resolvi pedi pra sair. A gente sempre quis trabalhar pra gente mesmo e agora vou ficar perto dele e dos meus filhos. Vou dormir na minha casa, na minha cama.

Não foram raros os relatos, de babás durante a pesquisa de campo, que planejavam para o futuro a possibilidade de sair do trabalho e enveredar em alguma área que permitisse um uso mais qualitativo do tempo. Para essas que pensavam em sair do emprego, o que as seguravam era o salário e o apego às crianças.

Outras meninas relataram planos e prazeres mais imediatos, para aproveitar momentos de folgas. Gabriela e Camila disseram que adoram cuidar do corpo. São mulheres bonitas e muito vaidosas. As duas, que são amigas inseparáveis, conseguiram combinar com suas patroas um horário, durante o período em que as crianças de que cuidam estão na escola, para fazer exercícios físicos, frequentando uma academia que fica no bairro. A academia que pertence a uma grande rede fica localizada na Avenida General San Martin e oferece pacotes por valores considerados razoáveis e que permite aos clientes malhar em qualquer uma de suas unidades.

Como as próprias Gabriela e Camila disseram, o que elas fazem, dar uma pausa na rotina de trabalho para se exercitar, não é comum entre as babás. No caso dessas mulheres houve uma intensa negociação com as patroas e também uma organização por parte delas para não deixar nenhuma tarefa do trabalho sem fazer. Gabriela afirma:

Fiquei um mês convencendo minha patroa. Porque a gente fica a semana toda aqui e não dá pra gente fazer nada. Então ela disse que eu podia enquanto o menino estivesse na escola, mas que era pra deixar tudo pronto porque se começasse a atrapalhar o trabalho eu teria que parar a academia. Aí né já viu, eu corro e me organizo pra não deixar nada sem fazer. Dou conta de tudo.

Sobre prazeres e planos para o futuro, Nazaré relatou que tem planejado uma viagem para o exterior. Dessa vez sozinha, sem os patrões, já que combinou com os empregadores que terá férias em julho de 2019. Ela disse que vai à Argentina e que está aproveitando o tempo que a criança está na escola para estudar espanhol por um aplicativo que baixou no seu celular.

No meado do ano que vem eu vou pra fora do país. Sozinha! De férias, eu mereço (risos)! Eu tô aproveitando que ele (criança) vai pra escola a tarde e tô estudando espanhol pra eu não passar aperto na viagem.

Essas mulheres assumem uma jornada de trabalho que coloca em “risco” a própria identidade, a manutenção das relações familiares, os laços de afeto, o uso do tempo, enfim, essa jornada as fazem viver a vida dos patrões e principalmente, a vida das crianças. É preciso muita atenção, cuidado e resistência individual para que não se isolem completamente e passem a viver somente para o trabalho. É necessário encontrar o laço de reciprocidade, onde a subjetividade da babá possa ser preservada. Pois, como ensina Mauss³³⁶:

Convém que o cidadão não seja nem demasiado bom e subjetivo demais, nem demasiado insensível e realista demais. É preciso que ele tenha um senso agudo de si mesmo, dos outros e da realidade social (e haverá, nesses fatos de moral uma outra realidade?). Ele deve agir levando em conta a si, os subgrupos e a sociedade. Essa moral é eterna; é comum às sociedades mais evoluídas, às do futuro próximo, e às sociedades menos educadas que possamos imaginar! Tocamos a pedra fundamental. Nem mesmo falamos mais em termos de direito, falamos de homens e de grupos de homens, porque são eles, é a sociedade, são os sentimentos de homens de carne, osso e espírito que agem o tempo todo e agiram em toda parte.

Dessa forma, apreende-se que o objetivo político e ético não é garantir apenas condições materiais ou a liberdade dos indivíduos psíquicos ou coletivos³³⁷, mas

³³⁶ MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia, São Paulo, Cosac e Naify, 2003, p. 299.

³³⁷ SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: Da Dívida à Questão da Reciprocidade, Revista Brasileira de Ciência Sociais, Vol. 23, Nº66, fevereiro/2018, p. 131-138.

assegurar e promover a individualização para que possam exprimir suas subjetividades. Por isso, se pretendeu mostrar nessa seção o movimento de resistência, os prazeres não esquecidos e os planos para o futuro alimentados por essas mulheres. Mesmo vivendo uma situação de trabalho que tende a limitar sua individualidade elas conseguem encontrar espaços e principalmente se aproveitar deles para assumir as rédeas de suas vidas.

Considerações Finais

A figura da mãe preta, da ama e da babá faz parte do imaginário cultural brasileiro. Somos revisitados, a todo momento, por sua imagem maternal e bondosa, seja pela literatura, pelas artes, pela teledramaturgia e pelo cinema. A mulher pobre e negra cuidando da criança branca é tão característico do Brasil que faz como que nos questionemos, quem entre nós, fomos criados exclusivamente pelos pais? A relação permeada de ambiguidade que se estabelece nesse “vínculo de trabalho” nos instiga a desvendar os seus meandros, identificar as suas peculiaridades, confirmar suas continuidades e enxergar suas rupturas como se com isso pudéssemos revelar um pouco de nós, de como somos enquanto povo e como nós, nos definimos como sociedade.

Com um histórico longínquo e permeado de exploração, o trabalho doméstico sempre esteve relacionado aos resquícios do trabalho escravo. As negras escolhidas para amamentar e cuidar dos filhos brancos do senhor, experimentaram uma situação conflituosa onde a aproximação física, tanto com os senhores quanto com as crianças, lhes permitia se sentirem protegidas, ao mesmo tempo possibilitava o estabelecimento de laços de afeto entre elas (escravas) e as crianças. Esse emaranhado de sentimentos reforçou a elaboração de uma narrativa marcada pela pretensa “suavidade” da escravidão brasileira se comparada a outras realidades sociais, como os Estados Unidos, por exemplo. Ao mesmo tempo, fez crer, que a escrava, seja da casa ou a ama, assim como mais tarde as empregadas domésticas e a babás, são pessoas consideradas “da família”.

O que a elaboração dessa narrativa não levou em conta foi o preço pago, pelas escravas, para “ocupar” uma situação “mais confortável” dentro das perspectivas dos escravos negros no Brasil. O preço foi o afastamento forçado dos seus filhos, o pouco tempo para lhes dar atenção e cuidados, o leite do seu seio dividido, entre o seu e o filho branco do senhor e, em alguns casos, a separação definitiva dos filhos por meio da venda. A aproximação e a “suavidade” dessa relação serviram para criar o véu que encobriu, historicamente, toda a violência implícita nessa interação social.

Como foi possível demonstrar no decorrer desse trabalho, entregar os filhos aos cuidados de terceiros sempre fez parte da realidade de famílias mais aquinhoadas. Enquanto existia abundância da mão de obra escrava, eram, sobretudo as negras que se ocupavam dessa função. A partir do século XVIII na Europa uma nova percepção sobre

a infância e os cuidados que essa fase da vida necessitava, questionou o uso abundante das amas e das nutrizes, que eram, sobretudo, mulheres livres, pobres e brancas. O que se denunciava era o alto índice de mortalidade das crianças e como esse fato poderia estar relacionado aos males (físicos e morais) transmitidos pelas cuidadoras. Dessa forma, houve todo um esforço, em especial, da medicina, para convencer as mães a cuidarem de seus próprios filhos, ou pelo menos, de acompanharem de perto os cuidados oferecidos pelas amas.

Seja por questões econômicas, para famílias de comerciantes era vantajosa a contratação de amas, pois assim, as mães podiam se dedicar aos negócios, seja por uma questão de status, as mulheres de classe privilegiada sempre recorreram às mulheres mais pobres ou escravas para cuidar de seus rebentos. Essa prática arraigada levou no final do século XIX e no início do século XX, no Brasil, a tentativa de normatizar e fiscalizar a atividade da ama. Nesse contexto o Estado passou a “tolerar” o trabalho da ama e estabeleceu exigências para que essa função pudesse se realizar. As exigências diziam respeito à inspeção da saúde dos lactentes e das condições de saúde, psicológica e econômica das amas e da sua prole. No século XX, inaugurou-se no Brasil os primeiros lactários, inspirados na experiência francesa.

No caso brasileiro, a aproximação da negra com a criança branca, foi responsável pela formação do indivíduo no que tange sua economia emocional. O menino ou a menina branca embalada pela negra aprendeu palavras, gostos, prazeres e sabores que, como ensinou Freyre, ajudaram a compor a nossa matriz cultural. A força desse traço cultural sobrevive até os dias atuais, com algumas diferenças, mas também, com muitas permanências. Muitos se recordam, nos dias atuais, daquela babá predileta, que acarinhava, que brincava e que fazia os quitutes, que em sua memória afetiva, são identificados como o sabor da infância.

Boa parte da necessidade atual de contratar uma babá, justifica-se pela entrada massiva das mulheres de classe média no mercado de trabalho. Como o cuidado com a casa e com os filhos são compreendidos como funções “naturais” das mulheres, elas precisam contratar uma outra mulher para cuidar das tarefas que, para uma lógica essencialista, pertencem e sempre pertenceram a elas. Talvez esse, seja o primeiro traço de permanência, a responsabilidade com os filhos como responsabilidade da mulher.

O perfil da trabalhadora doméstica e babá também é um traço de permanência, como em outras épocas históricas, esse trabalho continua sendo desempenhado por mulheres, em sua maioria pardas e negras, com pouca escolaridade e moradoras de periferias. Esse é o perfil traçado por institutos como o IBGE e também se confirmou na pesquisa de campo para esse estudo. Para além do perfil, que coloca esse nicho de mercado à disposição para ser ocupado por pessoas mais pobres, o próprio trabalho doméstico e de cuidado goza de baixa consideração social. Essa afirmação pode ser comprovada atentando-se para o longo percurso que foi preciso caminhar para que o trabalho doméstico fosse regularizado. A PEC das Domésticas, como ficou conhecida a lei que equaliza os direitos dos trabalhadores domésticos com os demais trabalhadores, foi promulgada em 2013, mas só teve todos os direitos regulamentados em 2015. Após 3 anos de regulamentação contamos com um percentual de 61,8% de trabalhadores domésticos que não possuem carteira de trabalho assinada. Isso corrobora a histórica desvalorização social desse tipo de função e a dificuldade que a sociedade possui de defender a ampliação de direitos.

Assim, o exército empobrecido de mulheres, que não possuem capital escolar instrumentalizado, serve às necessidades de famílias de classe média e média alta no Brasil sem que haja, a preocupação exclusiva de proteção dos direitos dessas trabalhadoras, pois como mostram dados oficiais, menos da metade do contingente empregado no trabalho doméstico têm acesso ao que a lei prevê.

No cenário da pesquisa, o bairro do Leblon, na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, foi possível também verificar permanências nesse tipo de relação de trabalho, mas não sem identificarmos algumas rupturas. O bairro é reconhecido como espaço valorizado e socialmente distinto. O metro quadrado pode custar R\$ 22.478,00 de acordo com um levantamento feito pela Revista Exame em 2016. Bairro conhecido por abrigar famílias de classe média alta possui uma lógica própria de organização e funcionamento do espaço. O contraste se desenha quando nos deparamos com o exército de mulheres, em sua maioria negra, vestidas de branco e que ocupam o calçadão da praia, as praças, as academias, os cursinhos de inglês, os portões das escolas, os corredores dos shoppings, os clubes e os apartamentos espaçosos e caros do Leblon, imprimindo um ritmo acelerado ao lugar.

Observou-se durante a pesquisa de campo que o uso do espaço no bairro não acontece da mesma forma, seguindo a mesma lógica e o mesmo ritmo para quem trabalha no bairro e passa a semana inteira no apartamento dos patrões. Uma breve caminhada pelas suas ruas, permite que se compreenda que os que estão à trabalho experienciam de maneira muito distinta o espaço. Assim como relatou Camila sobre sua experiência ao entrar em uma loja do bairro e se deparar com um mau atendimento. De acordo com a entrevistada, algo comum para quem não é dali e que é identificada como trabalhadora, aqui em particular como babá.

Esse cenário nos remete à Bourdieu, que afirma que o espaço quando concebido como produto social não é passivo e nem vazio e sim algo imaginado como o que pode ser trocado e consumido. Assim, no caso em análise, os agentes sociais que “ocupam” esse espaço, que é produto social, não têm, todos, o mesmo acesso ao consumo. Não pertencer àquela realidade ou não fazer parte de um estrato social privilegiado, exclui as babás do uso e do consumo do espaço, ou ao menos, não permite o mesmo uso e consumo do lugar.

Fator relevante nessa pesquisa e que, pode servir à compreensão da possibilidade ou não da utilização do espaço, está relacionado ao uso obrigatório do uniforme branco. Nesse trabalho foram entrevistadas vinte e uma babás, sendo: quatro brancas, quinze negras, duas pardas e uma que se autodeclarou morena. Todas as babás entrevistadas usam o uniforme branco por exigência dos patrões. Das dez patroas entrevistadas, nove são brancas e uma se declarou negra. Oito patroas brancas exigem que suas babás usem o uniforme branco, somente uma patroa, que é branca e uma que é portuguesa e negra, não faz essa exigência à sua babá.

O uso do uniforme branco é compreendido como um símbolo de status para os patrões e como uma marca de submissão para as babás. Vestidas de branco, sendo em sua maioria negras, em um território branco, fica claro o papel de submissão que elas estão desempenhando. Quando são obrigadas, a usar o uniforme para trabalhar e para frequentar alguns espaços, como os clubes, a exigência pode ser lida como uma forma de demarcar o lugar social dessas trabalhadoras, dando espaço assim, para que situações de preconceito e de discriminação possam acontecer.

Como alerta Hildete Melo o uniforme que de maneira geral serve à proteção do trabalhador, no caso da empregada doméstica e da babá, reafirma seu lugar

desvalorizado na sociedade. É isso que está por trás de não ser uma exigência comum nesse tipo de trabalho, ela se dá, quase sempre, quando se presta serviços para indivíduos de classe mais abastada. O que nos leva a perceber a “necessidade” de diferenciar e de demarcar, a partir do uniforme, o lugar social a que aquele indivíduo pertence.

Inúmeros foram os relatos das babás entrevistadas para essa pesquisa sobre situações onde, elas compreenderam, que a discriminação vivenciada estava, também, relacionada ao uso do uniforme. Pode-se verificar que todas as entrevistadas compreendem claramente que o uniforme faz com que as pessoas as “olhem e as tratem de maneira diferente”. Elas, as babás, não são indiferentes ao peso e a marca que essa roupa salienta. Por outro lado, nove patroas entrevistadas consideram necessário o uso do uniforme. As justificativas vão desde a aparência de limpeza até a segurança das babás e das próprias patroas que saberão, por exemplo se estiveram no clube, que aquelas que lá estão são as babás.

O uniforme, nesse cenário, tem um simbolismo peculiar e arraigado. Isso é fato. Pois, mesmo diante da proibição, por uma lei estadual, de que clubes exijam que cuidadores de idosos e babás estejam uniformizados para usar suas dependências, não é respeitada. A lei foi promulgada em 2014, depois de uma série de denúncias de babás que foram impedidas de entrar em clubes da Zona Sul carioca porque não estavam uniformizadas. A resistência veio em seguida com o posicionamento de alguns clubes que consideram a obrigatoriedade do uniforme uma questão de “padronização e segurança”. A lei estabelece multa para quem descumprir, mas na prática o que pode se observar é que essa lei, como se diz no senso comum, não pegou.

A resistência por parte dos clubes em acatar à lei e a manutenção da obrigatoriedade do branco para as babás nos remete aos quadros mais longínquos da nossa história. Ainda ao tempo do Brasil colonial, onde famílias endinheiradas e com status social desfilavam pelas ruas com seu exército de servidores. Os casos de abuso e de preconceito relatados pelas babás possuem como pano de fundo a marca da escravidão e da servidão que não se apagou. O pano branco sobre a pele negra, marca o preconceito de cor que afirma e reafirma que tipo de trabalho está disponível para os negros em nossa sociedade. Também a desigualdade de classe é sublinhada nesses eventos de discriminação. São elas, mulheres pobres e negras, que se tornam visíveis

pelo uso da roupa branca, visibilidade essa que serve ao controle para que não ocupem lugares que não são “permitidos” a elas. Ao mesmo tempo, o branco invisibiliza, tornando essa mulher não um indivíduo em si ou um sujeito, mas, apenas a bá ou a babá.

Questão que também deve ser salientada diz respeito à observação sobre essas mulheres. Uniformizadas são fáceis de serem identificadas e controladas, vigiadas e observadas. Dessa forma, em boa parte do espaço de sua ação dentro do bairro, outros olhares são lançados sobre elas. A observação e o controle se materializam quando são abordadas por desconhecidos nas ruas, na praia, nas praças, nas academias, nos clubes, no shopping e são criticadas por seu comportamento com a criança. Quase sempre de acordo com as babás, suas atitudes são interpretadas como autoritárias, arbitrarias e descabidas, uma vez que elas não são as mães das crianças. Esse fato gera um grande desconforto para as babás que precisam chamar atenção das crianças, e em certa medida educá-las, já que passam a maior parte do tempo cuidando das mesmas.

O que foi possível perceber com a pesquisa de campo é que muitas babás não recebem de maneira submissa essas interferências, muitas respondem às críticas com o argumento de que são elas que ficam com as crianças todo o tempo. Lançando mão assim da sua autoridade enquanto babá, mesmo que em alguns casos elas sejam desautorizadas pelas patroas. O fato é que todas percebem que quando estão fora do alcance do olhar da patroa estão sob a mira do olhar de muitos outros agentes sociais. Para as mães entrevistadas, a babá pode chamar atenção, mas é recomendável que antes comunique a alguém da família sobre o fato ocorrido, para assim, os responsáveis decidirem a melhor atitude. Na prática, boa parte das mães, disseram não se sentirem confortáveis com o fato de uma babá chamar atenção e/ou colocar a criança de castigo.

Como diz Goldstein, essa função é repleta de ambiguidade afetiva e talvez, isso seja o maior complicador dessa relação. O afeto está presente nesse tipo de trabalho. Todas as babás ouvidas foram unânimes em afirmar que trabalhar tão próximo das crianças, faz com que surja, quase que espontaneamente um vínculo afetivo. Vínculo esse que é tão forte para algumas delas, que as impedem de deixar o trabalho, mesmo diante de uma relação abusiva. Ou, que as fazem justificar e diminuir a culpa que sentem por ficarem longe dos seus próprios filhos. As crianças também se apegam às suas babás o que causa em alguns casos, uma espécie de ciúme na mãe, isso foi possível

verificar em alguns relatos dessa pesquisa. Um misto de sentimentos foi revelado, tanto pelas babás como pelas mães. Para as primeiras o crescimento de um sentimento que se compara, nas falas delas, ao amor de uma mãe pelo seu filho. Para as segundas, sentimento de gratidão pelos cuidados que as babás destinam aos seus filhos até o ciúme, por algumas vezes, as crianças preferirem o colo e o acalento da babá ao invés do da mãe.

Nesse misto de sentimentos chamou atenção alguns relatos de babás que observam a maneira fria e distante que algumas crianças estabelecem com suas cuidadoras. Para essas mulheres, o incentivo de membros da família para que a criança se refira a babá como bá e não por seu nome é uma maneira de estabelecer um distanciamento entre quem cuida e quem é cuidado. Entre a babá que trabalha para a família e a mãe. É a retirada da subjetividade dos indivíduos, que deixam de ser elas mesmas, com seus nomes, suas histórias e seus saberes e passam a ser apenas a Babá ou a Bá.

O cenário encontrado na pesquisa de campo difere, em alguns quesitos, do cenário nacional. Apesar das pesquisas apontarem para uma baixa regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, chegando ao percentual de menos de 40% dos empregados com carteira de trabalho assinada, no Leblon essa realidade não se confirmou. Das vinte e uma mulheres entrevistadas para essa pesquisa apenas três disseram não ter carteira de trabalho assinada. Entretanto, abusos permanecem uma realidade nessa função. As maiores reclamações giram em torno da rotina de trabalho. Quase todas dormem no emprego. Isso significa na prática, que nem sempre a jornada de oito horas de trabalho é obedecida. Ainda mais para aquelas que dormem no mesmo quarto com a criança e que precisam acordar durante a noite para atender às demandas dos pequenos. O pouco tempo, como elas afirmam, para viver sua vida, está entre as maiores reclamações. Os abusos na jornada não são transformados em pagamentos de horas-extras e nem adicional noturno. Os salários recebidos, são considerados, por elas, melhores do que os das empregadas domésticas e melhores dos que são pagos nas periferias, mas ainda assim é pouco, tamanha a responsabilidade e a dedicação necessárias ao exercício da função.

Esse quadro, ou melhor, a manutenção desse quadro é que permite questionarmos se o Direito é capaz de mudar a cultura. Diante de um arcabouço cultural

que concebe o trabalho doméstico como uma função inferior, diminuta e não valorizada, é complicado visualizarmos a ampliação dos direitos bem como seu cumprimento. Mesmo havendo legislação que obriga o empregador a cumprir com todas as questões legais necessárias a essa relação de trabalho ainda nos deparamos com situações de desobediência à lei, abusos e resistências em reconhecer os direitos dessas trabalhadoras. O fato desse tipo de trabalho ocorrer dentro do lar dificulta sobremaneira a fiscalização.

A regulamentação esbarra em outras dificuldades, aqui percebidas na pesquisa de campo. O afeto alimentado muitas vezes pela babá e a criança é o impeditivo para dar fim a uma relação de abuso e de não valorização. Outro fator que se apresenta como obstáculo é o fato desse trabalho, o de babá na Zona Sul do Rio de Janeiro, pagar um salário acima do piso estadual da empregada doméstica, e também bem acima daqueles salários pagos nos bairros de periferia ou mais distantes do centro. Mesmo tendo uma jornada que extrapola as oito horas, mesmo não tendo todos os direitos assegurados, mesmo considerando baixo o salário para tudo o que fazem, essas mulheres se veem em situação melhor do que muitas pessoas que conhecem. Especialmente em um cenário de recessão econômica como o que vivemos no Brasil, a situação é considerada por elas não como a melhor, mas também não é das piores.

Outras dinâmicas presentes nesse tipo de trabalho são pontuadas como positivas para as babás e que podem também ser obstáculo para a troca de emprego. Um exemplo é a possibilidade de conhecer outros lugares até mesmo fora do país quando elas acompanham as famílias empregadoras. Por mais que estejam viajando a trabalho e não possam aproveitar para explorar os lugares, o fato de conhecer novas culturas é visto como uma “vantagem” nesse emprego.

Foi possível verificar que as babás que fizeram parte dessa amostra possuem clareza sobre seus direitos, sobre os abusos e sobre as situações de discriminação vivenciadas. Não se identificou uma postura submissa dessas mulheres. Ao contrário, foi possível verificar atitudes de resistência que estão ligadas às ações cotidianas e individuais que elas mesmas engendram para demonstrar a sua insatisfação. Algumas reagem de maneira mais direta, enfrentando as patroas e os patrões, cobrando seus direitos e reivindicando respeito. Questão essa que precisa ser sublinhada. Reivindicar respeito é compreendido como uma forma de denunciar a desigualdade social. O que

está exposto na maneira como indivíduos pobres se veem tratados pelos indivíduos de uma camada social superior.

Outras babás, utilizam a mudança de atitude como sinalizador de que algo não vai bem, o que em tese, serve para forçar o diálogo entre ela e a patroa. Observou-se que apesar de conhecerem seus direitos elas não são sindicalizadas e não possuem entendimento claro sobre a função de um sindicato. A pouca ação politizada pode ser compreendida pelo isolamento dessa trabalhadora, que não possui tempo disponível para si, tendo apenas os fins de semanas para atender às demandas de suas famílias, sobrando assim pouco espaço para a ação militante.

De qualquer forma, infere-se que existe resistência por parte desses indivíduos. Uma resistência individual, praticada no dia a dia do seu trabalho e compartilhada com sua rede de apoio mútuo, ou seja, as outras babás. Apesar de carecer de uma ação de resistência mais politizada, essas mulheres conseguem demonstrar sua indignação e insatisfação com seu trabalho e/ou com a maneira como são tratadas. Esse ato é observado pelas patroas que elencam dentre as principais reclamações o fato das babás não terem “bom senso”, serem “abusadas” ou “não se colocarem no seu devido lugar”, tudo isso fazendo referência as atitudes de não submissão dessas trabalhadoras.

Mesmo diante de um quadro que explicita a permanência do abuso, da desvalorização social do trabalho doméstico e de quem se ocupa dele, é preciso assinalar a capacidade dessas mulheres de resistirem e de fazer planos para o futuro. Em uma realidade onde as babás são vistas como pessoas de menor valor, fazer planos para o futuro também se configura em ato de resistência. Parte dos planos dão conta da vontade e possibilidade de deixar o trabalho de babá a fim de enveredar em outro ramo que possa trazer mais visibilidade social e mais tempo disponível para a família. “Poder dormir na minha cama”, como disse uma das entrevistadas, exemplifica todo o sentido de pensar em outra alternativa de trabalho. Há também aquelas que planejam algo mais imediato como negociar um tempo, na jornada de trabalho, para fazer o que gosta, o que deseja, e quando isso é possível é entendido como uma vitória. Estudar uma língua estrangeira para realizar o sonho de fazer a primeira viagem internacional sozinha, sem acompanhar os patrões, sem ter criança para cuidar, sem ter que ir para o quarto de hotel mais cedo porque está na hora do pequeno dormir.

Ouvir com atenção os planos, minuciosamente pensados e organizados por essas mulheres, e conseguir apreender a partir da entonação da sua voz o sentimento de esperança, de felicidade, de vitória e de orgulho é algo que não sei se consegui demonstrar nessas linhas. No entanto, foi possível verificar que planejar o futuro, lutar por pequenas conquistas é compreendido por essas mulheres como formas de resistir a uma cultura que as coloca como invisíveis sociais, que produz e reproduz mecanismos de discriminação e que legitima a permanência de violência e abusos históricos.

Para onde vamos....

Ao nos debruçarmos sobre a longa história do trabalho doméstico no Brasil somos solapados por sentimentos e perspectivas distintas. Há primeiro, toda a constatação de que a raiz desse trabalho está fincada na escravidão e como ainda permanecemos, enquanto sociedade, agindo de maneira a manter essa compreensão. Por outro lado, quando olhamos para todo o caminho percorrido somos também levados a acreditar na possibilidade da transformação desse tipo de função, transformação legal e social. Parece ser a PEC das Domésticas, fruto do comprometimento do Brasil com a agenda da OIT em 2011 para acabar com as práticas discriminatórias de trabalho, o divisor de águas.

Passados três anos da regulamentação de todos os direitos dos trabalhadores domésticos o que se vê ainda é um cenário multifacetado, com rupturas significativas e avanços importantes, mas também, com a persistência na desvalorização, sobretudo social desse tipo de trabalho. As mudanças se materializam no aumento da regulamentação desses trabalhadores, ainda que o percentual seja baixo, se comparado aos trabalhadores de outras categorias. Essas mudanças também podem ser percebidas nas atitudes, mais conscientes desses sujeitos, que conhecem mais sobre seus direitos e que reivindicam o seu cumprimento.

No entanto, as situações de discriminação, de abusos, a não observação de todos os direitos e o tratamento indigno são ainda sinais de que é preciso continuar lutando para que o trabalho doméstico deixe de ser marginalizado socialmente. Para tanto, as leis não bastam. É preciso mudar a percepção que se tem sobre esse tipo de trabalho. É preciso enxergar o trabalhador doméstico como um sujeito de direitos. É preciso discutir sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, que por não acontecer de maneira igualitária, coloca as mulheres como principais responsáveis por essas tarefas,

colaborando assim, para a manutenção de uma relação de trabalho que se baseia nas desigualdades de classe, raça e gênero.

Essa é uma tarefa árdua porque vai na direção de negar todo o nosso constructo social. A nossa história e a nossa nação foram constituídas e construídas pelos braços escravos que roçavam os pastos, cortavam a cana e embalavam os bebês brancos. Os mesmos braços, agora não mais escravos, mas invisíveis diante da sociedade, continuam na lavoura, nos pastos e embalando bebês. São esses braços, que “permitem”, em muitos casos, que as mulheres da classe média possam se dedicar a suas carreiras ou simplesmente, que tenham mais tempo disponível para os prazeres da vida e a ampliação do círculo social.

É preciso salientar que a regulamentação do trabalho doméstico possibilitou que essa temática fosse tratada de maneira mais constante, possibilitando inúmeras narrativas distintas sobre a realidade vivida por milhões de babás e empregadas domésticas. Exemplo disso, é a abordagem nas artes e mais precisamente, no cinema, sobre esse tema. Em 2015, ano da regulamentação de direitos como o FGTS, Ana Muylaert, sacudiu a audiência com seu filme: *Que horas ela volta?* Narrando a história de uma mulher pobre do Nordeste que deixou sua filha com a família para trabalhar como empregada doméstica em São Paulo. O filme reinsere, na ordem do dia, temáticas enraizadas na sociedade brasileira. Trata da afetividade entre a empregada e a criança da casa que ela criou. Trata do abandono de sua própria filha com o objetivo de conseguir dar melhores condições de vida para ela. Trata do preconceito, da invisibilidade e da desvalorização vivida por uma mulher que dedicou, boa parte de sua vida, a cuidar dos outros. Trata também da retomada, do recomeço e da possibilidade dessa mulher pobre, tomar novamente as rédeas de sua história.

Em tempos de redes sociais, muitas são as histórias que envolvem patroas, crianças e babás, numa espécie de releitura de outras épocas. Registros são feitos por artistas, personalidades e privilegiados sobre o dia a dia dos filhos e de suas babás. Registros de agradecimentos que denotam a ambiguidade afetiva dessa relação e outros que explicitam todo preconceito alimentado, de maneira disfarçada, contra essas mulheres. Como ficou explícito no caso do cantor famoso³³⁸ que exibiu, recentemente,

³³⁸ Referimo-nos ao cantor de forró Wesley Safadão.

em suas redes sociais as fotos do filho recém-nascido acompanhando da família e das babás. As duas devidamente uniformizadas, usando luvas e máscaras, as únicas assim paramentadas, nas fotos. Essa cena nos remete ao discurso da medicina que alertava para os cuidados com as crianças, cuidados sobretudo com os males que as amas e nutrizes podiam transmitir. Como se apenas as babás pudessem transmitir doenças.

Chama atenção também a necessidade de exibição dessas cenas cotidianas. A todo instante pode-se ver na internet postagens que exibem famílias acompanhadas de suas babás, assim como acontece em alguns espaços valorizados nas grandes cidades brasileiras. Assim como foi possível verificar no Leblon.

Atitudes como essas, ainda dizem muito sobre como somos e quanto ainda falta para que a verdadeira transformação nas relações de trabalho, desse tipo, possa acontecer. Também reforça a necessidade de discutir essa temática, trazer à tona as ambiguidades e peculiaridades desse tipo de interação, denunciar os abusos e ressaltar as pequenas e significativas transformações. Com isso, espera-se que as trabalhadoras domésticas sejam reconhecidas e valorizadas, sem perder de vista o fato de que para que isso aconteça é necessário o comprometimento de toda a sociedade com a segurança e ampliação dos direitos.

Bibliografia:

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana. In.: DELGADO, Didice; CAPPELINN, Paola; SOARES, Vera (orgs.). *Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa*, São Paulo, Boitempo, 2000.

AGUIAR, Wanda; OZELA, Sérgio. Núcleos de Significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 25, n. 2, p..222-247, 2006.

ALGRANTI, Leila, Mezan. Famílias e vida doméstica. In.: NOVAIS, Fernando, A. (org.) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, v.1.

Almeida JAG, Novak FR. Amamentação: um híbrido natureza-cultura. *J Pediatra*. Rio de Janeiro,2004; v (80) n (5Supl): 119-125.

ALVES, Branca. *Ideologias e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980.

ANGELIN, Paulo. TRUZZI, Oswaldo. Patroas e Adolescentes Trabalhadoras Domésticas: relações de trabalho, gênero e classes sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, VOL.30 N° 89, 2015.

AQUILES, Afonso. O conceito de classe em Ricardo Antunes e Edward Thompson, Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, actascihumanssoc. Vol.33, 2011.

ARAÚJO, LDS. *Querer/poder amamentar: uma questão de representação?* Londrina: Editora UEL,1997.

ÁVILA, Maria. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência*, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BARBIERI, Carolina. COUTO, Márcia. As Amas-de-leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropologia e da história, *Cadernos de História e Ciência*, vol. 8, São Paulo, jan./jun. 2012.

BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*, Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 2015.

- BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, Hucited, p. 75, 1993.
- BHIR, Alain. Da grande noite a alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo, Boitempo, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In.: BOURDIEU, Pierre (org.). A Miséria do Mundo, Petrópolis-RJ, Vozes, 1997.
- _____. A Distinção: crítica social do julgamento, Porto Alegre, Zouk, 2015.
- _____. A Dominação Masculina, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.
- BRITES, Jurema. Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico. Tese de doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BUCHAN, *Médecine domestique*, 1775 apud., DONZELOT, 1986.
- BUTTLER, Judith. Al dado de uno mismo: em los limites de la autonomía sexual. In.: BUTTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona, Paidós, 2006 p. 14-15
- COLEN, Shellee. "Like a mother to them": stratified reproduction and West indian childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, F. D. R.; BERKELEY, R. *Conceiving the New World Order*. Berkeley: University of California, 1985, p. 78-102.
- CANAL, Nathalia. Entre figurações e associações. A sociologia de Nobert Elias e Bruno Latour. Campinas, Maringá, v. 33, n° 2, 2011, p. 139-148.
- CARNEIRO, MER. Uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista. *Textos de História* . 2007, v(15) n(1 e 2): 121-142.
- CASAGRANDE, CÁSSIO. Trabalho Doméstico e Discriminação, Boletim CEDES [online], Rio de Janeiro, 2008. Acessado em 24/11/2010. Disponível em [HTTP://WWW.cedes.iuperj.br](http://www.cedes.iuperj.br).
- CASTAÑEDA, Marina. O machismo invisível. São Paulo, A Girafa Editora, 2006.
- COMBES & HAICAULT, COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY, Andrée (et all). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COSTA, Suely. Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, 2007, p.: 39-54.

DE CERTEAU, Michel. *La Invención de lo Cotidiano. El arte de hacer*, 1º ed., Universidad Iberoamericana, México, 1996.

DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*, 5ª edição, Rio de Janeiro, 1997

DAVIS, Roberto. *Novos Apontamentos Trabalhistas*. São Paulo, 1988.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª edição, 1986.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo, Boitempo, 1999.

_____. *Terceirização e Precarização: O binômio anti-social em indústrias*. In.: DRUCK, Maria da Graça; FRANCO, Tânia (org). *A Perda da Razão Social do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2007.

DURÁN, Maria-Angeles. *La ciudad compartida conocimiento afecto e uso*, Santiago do Chile, Ediciones SUR, 2008.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*, Vol. 1, Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo, 2010.

FILHO, Amílcar, T. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam, *Cadernos Pagu*, Jan/Jun, p.127-152, 2005.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista, Rio de Janeiro, 1987. In.: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Pós-modernismo e política*, Rio de Janeiro, Rocco, 1991, pg. 212-250.

FRAISSE, Geneviève. Domesticidade, emprego de serviço e democracia. In.: MAURANI, Margaret; HIRATA, Helena (orgs.). *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora SENAC, 2003.

FRASER, Nancy. La justicia social em la era de la política de identidade: redistribución, reconocimiento y participación. *Revista de Trabajo*, ano 4, n° 6, Agosto-Diciembre, 2008.

FREIRE, Jussara. Sociabilidade de grades e cadeados e ordem de tranquilidade: da cidadania dos adimplentes à “violência urbana” em condomínios fechados da Zona Oeste do Rio de Janeiro. In.: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra (orgs.). *Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

CAVALCANTE, Maria. Luzes e sombras no dia social: o símbolo ritual em Victor Turner, Porto Alegre, *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n° 37, p. 103-133, jan/jul, 2012.

COX, Oliver. Estamentos. In.: IANNI, Octavio. *Teorias da estratificação social: leituras de sociologia*, São Paulo, Editora Nacional, p. 193.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, 48ª ed., São Paulo, Editora Global, 2003.

FRÓES, Maria, Helena. Trabalhador Doméstico. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, pg.15, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de la Interacción*. Buenos Aires, *Tiempo Contemporáneo*, 1970.

_____. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

_____. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Trad.: Maria Célia Raposo, Petrópolis, Ed. Vozes, 1985.

GOLDENBERG, Mirían. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Record, p. 34, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Apresentação na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e problemas da população negra no Brasil” IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro, 1980.

GRAHAM, Sandra, Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*, tradução Viviana Bosi, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

HALBAWACHS, M. A classe média. In.: IANNI, Octavio. *Teorias da Estratificação Social: leituras sociológicas*, São Paulo, Editora Nacional, 1973.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos, 1999. In.: *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ, CFH/UFSC, 1999, vol. 7, pg. 93-100.

_____. Mudanças e Permanências nas Desigualdades de Gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparative. *Análise*, n° 7, 2015, p. 1-24.

_____. Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França e Japão. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, 2011, p. 13-20.

_____. GUIMARÃES, Naydia. (orgs.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Atlas, 2012.

_____. *Subjetividade e Sexualidade no Trabalho de Cuidados*. *Cadernos Pagu*, jan/abr 2016.

HOCHSCHILD, A. R. *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Berkeley/Los Angeles/California: University of California Press, 2003.

HONNETH, Axel. *The Struggle for Recognition. The Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge, MIT Press, 1995.

HORTA NUNES, Jordão. Dilemas identitários no mundo dos serviços: da invisibilidade à interação. *Sociologias*, vol.16, n° 35, enero-abril, 2014, p. 238-273.

KAPP, Silke. De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana, *Cadernos Metrop*. São Paulo, jul/dez 2011.

KARTCHEVSKY-BULPORT, ANDRÉE (org). *Trabalho Feminino, Trabalho das Mulheres: Forças em Jogo nas abordagens dos Especialistas*, Rio de Janeiro, 1986 In.: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée (org). *O Sexo do Trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Daniëlle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In.:

KARTCHEVSKU-BULPORT et al. O sexo do trabalho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In.: LOPES, Marta. MEYER, Dagmar & WALDOW Vera (orgs.). Gênero e Saúde, Artes Médicas, Porto Alegre, p. 19-27, 1996.

KOFFES, Suely. Mulher, Mulheres: Identidade, Diferença e Desigualdade na Relação entre Patroas e Empregadas. Unicamp, São Paulo, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero, Rio de Janeiro, 1994. In.: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). Tendência e Impasses: o feminismo como crítica da cultura, Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-242.

LEFEBVRE, Henri; Prefácio. A produção do Espaço, Revista Estudos Avançados, nº 27, 2013.

_____. Espaço e Política, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LIMA, Rogério. O Antigo Leblon: uma aldeia encantada, Rio de Janeiro, Editora Leblon, 2005.

LEMOS, Marcelo. FERREIRA, Eliane. Desvendando Desigualdades: um estudo sobre a articulação de gênero e trabalho na sociologia brasileira, Fazendo Gênero 9 – Diáspora, Diversidade e Deslocamento, 2010.

LOPES, Marcela. FÉLIX, José. A produção cinematográfica local: temáticas afins, Anais Seminário Interlinhas, Fábrica de Letras, 2016/1.

MACIEL, Fabrício. A Nova Sociedade Mundial do Trabalho: para além de centro e periferia?, São Paulo, Annablume, 2014.

_____. Fim das Classes Sociais? O Debate Contemporâneo na Europa e no Brasil, Revista Grifos, nº41, 2016.

MAGALHÃES EKC, GIACOMINI SM. A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio? In: Barroso C, Costa AO. *Mulher mulheres*. São Paulo: Cortez/ Fundação Carlos Chagas, 1983.

MARGALIT, Avishai. La Sociéte Décente, Paris, Étidions Climats, 1999, p. 15.

- MARUANI, Margaret. HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho* (orgs.). São Paulo, Editora SENAC, 2003.
- MATOS, Maria Izilda. BORELI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo, Editora Contexto, 2012.
- MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória do sentimento. In.: MAUSS, Marcel. *Antropologia*, São Paulo, Ática, 1979.
- _____. *Sociologia e antropologia*, São Paulo, Cosac e Naify, 2003.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão dos homens*, 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- MELO, Hildete Pereira. *O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro, 1998.
- MEULDERS, Danièle. A Flexibilidade na Europa. In.: MARUANI, Margareth. HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. São Paulo, Editora SENAC, 2003.
- Meusel, A. O proletariado: O homem econômico moderno. In.: IANNI, Octavio. *Teorias da Estratificação Social: leituras sociológicas*, São Paulo, Editora Nacional, p. 311, 1973.
- MILLER, Daniel. *Trecos. Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MILLS, Wright. *White Collar, The American Middle Classes*, Oxford University Press, 1951.
- MOLINIER, Pascale. Ética e trabalho do care. In.: HIRATA, Helena & GUIMARÃES, N. (orgs.). *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*, São Paulo, Atlas, 2012.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In.: *Crítica Marxista*, nº 11, São Paulo, Bomtempo Editorial, 2000, pgs 89-97.

- MOREIRA, Eliana. A regência do afetivo: laços familiares e reprodutivos. In.: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*, São Paulo; Rio de Janeiro, ALAST, 1998.
- NOGUEIRA, I. B. *Significações do corpo negro*. 146 f. (Tese de Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo: 1998, p. 15.
- OLIVEIRA, Eleonora. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*, São Paulo, Hucetec, 1999.
- ORLANDI, O. *Teoria e prática do amor à criança – Introdução à pediatria social no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 57.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*, São Paulo, UNESP, 2005.
- PARK, Robert, E. *A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano*. IN.: VELHO, Otávio (org.). *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- PEREIRA, J. S. *História, Ciência e Infância*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2008.
- PERROT, Michelle. *O que é um trabalho de mulher?* In.: PERROT, Michelle (org.) *As Mulheres ou os Silêncios da História*, São Paulo, EDUSC, 2005.
- REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*, (MARANHÃO & MARIE - trad.), São Paulo, Proposta Editorial Ltda. e Editora Versus Ltda., 1980.
- RENAULT, Emmanuel. *Mépris Social: Éthique et Politique de la Reconnaissance*. Paris, Édition du Passant, 2000, p. 59.
- RITTICH, Kerry [et.al.] (orgs.). *Justicia, género y trabajo*, Buenos Aires, Libreria, 2002.
- SABÓIA, Ana Lúcia. *As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica*, IBGE, 2000.
- SABOURIN, Eric. *Marcel Mauss: Da Dávida à Questão da Reciprocidade*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 23, N°66, fevereiro/2018, p. 131-138.
- SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Rio de Janeiro, Rocco, 1979.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In.: COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Uma questão de gênero, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAMPIERI, R. Metodologia da Pesquisa. São Paulo, MacGraw-Hill, 3ª ed., 2006.

SANTANA, Munick. As Condições e o Sentido do Trabalho Doméstico Realizado por Adolescentes que Residem no Local de Emprego, Natal, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003.

SANTOS, Gabriela. MESQUITA, Patrícia. DEIAB, Rafaela. Entre a casa & a rua: a relação entre patrões e empregadas domésticas, USP, 2003.

SANTOS, Luciana. Profissão: do lar - A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino, Dissertação de mestrado - Instituto de Psicologia - UNB, Brasília, 2008.

SCOTT, James. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa, Campina Grande, Raízes, V. 21, N.1, Janeiro-Junho, 2002, p. 10-31.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 16, n. 2, pg 5-22, Jul./Dez, 1990.

_____. História das mulheres. In.: BURKE, Peter (org.). A escrita da história, Novas Perspectivas, São Paulo, UNESP, 1992.

SEGATO, Rita. O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. In.: STEVENS, Cristina (org.). Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares, Florianópolis, Ed. Mulheres, 2007.

SEEGER, Anthony. *Nature and Culture and "eir Trans-formations in the Cosmology and Social Organization of the Suyá, a Ge-Speaking Tribe of Central Brazil*. Chicago: University of Chicago, 1990. P. 43-44.

SILBAUGH, Katharine. Conviertiendo el trabajo en amor: el trabajo doméstico y el derecho. In.: FINEMAN, Martha; FREDMAN, Sandra; GHERARDI, Natalia; RITTICH, Kerry. SILBAUGH, Katharine. Justiça, gênero y trabajo, Argentina, Libreria Ediciones, 2012.

SILVA, Marusa. A relação (in) tensa entre patroas e empregadas. Curitiba: Appris, 2018.

SILVEIRA, Liana. “Eu sou os olhos dela”: as babás nas imagens, na praça ou uma etnografia do olhar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 77, p. 95-111, 2015.

SIMMEL, George. As grandes cidades e a vida do espírito (1903), *Mana*, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>

_____. *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

SOMBART, W. O homem econômico moderno. In.: IANNI, Octavio. *Teorias de Estratificação Social: leituras sociológicas*, São Paulo, Editora Nacional, 1973.

SOUZA, Eder. *Consumindo Cidades: recomposição turística e a valorização da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro*, SBS, 2017.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte:UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

_____. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

_____. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In.: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, p. 252-265, 1992.

SOUZA, Tatielle. *Identidade e Subalternidade: a construção da identidade de trabalhadores serventes de limpeza*. Dissertação de Mestrado, UFG, 2011

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade? In.: *Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da cultura*. HOLANDA, Heloísa B. de (org.). Rio de Janeiro, Rocco, p.11, 2010.

TARTUCE, Gisela. *RESENHAS 366 Cadernos de Pesquisa v.43 n.148 p.366-377 jan./abr. 2013*.

THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*, 1.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TUMIN, Melvin. *Estratificação Social. As formas e funções da desigualdade*, (LEITE, trad.), São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1970.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O que a esquerda deve propor?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VELHO, Gilberto. "Observando o familiar". In.: NUNES, O.E (org.). *A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1978.

_____. *Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. Interseções: Revista de Estudos Disciplinares*, n. 2, p. 45-52, 2001.

_____, KUSCHNIR, Karina. *Pesquisas Urbanas: Desafios do Trabalho Antropológico*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 3ª edição, 2003

_____. *O Patrão e as Empregadas. Domésticas. Sociologia, Problemas e Práticas [online]*, n. 69, 2012.

VIANA, Nanah. *O Trabalho da Babá: Trajetórias Corporais entre o Afeto, o Objeto e o Abjeto*. Dissertação de Mestrado, Brasília, UNB, 2014.

VIDAL, Dominique. *A Linguagem do Respeito. A Experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Sociedades Modernas*. *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 46, n° 2, p. 256- 287.

_____. *Reflexões acerca da Contribuição da Experiência Brasileira para a Compreensão da Cidadania Democrática Brasileira*. *Revista Contemporaneidade & Educação*, ano V, n° 8, 2000, p. 7-34.

XEXÉO, Artur. *Sobre a Classe Média*, *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 2012.

WEBER, Max. *Conceito e Categorias da Cidade*. In.: VELHO, Otávio (org.). *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

YOSHIKAI, Livia. Análise Psicossocial da Trabalhadora Doméstica através das Representações Sociais do Trabalho, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, USP, 2009.

ZELIZER, V. A. A economia do care. In.: HIRATA, Helena. GUIMARÃES, Nadya. (orgs.). Cuidado e Cuidadoras: as diversas face do care. São Paulo, Atlas, 2012.

ZUKIN, S. Paisagens do Século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In.: ARANTES, Antonio (org.) O Espaço da Diferença. Campinas, Papirus, 2000, p. 104-115.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA – BABÁS

NOME:

IDADE:

ESTADO CIVIL:

COR:

FILHOS:

ESCOLARIDADE:

RELIGIÃO:

- 1) Há quanto tempo você trabalha como babá?
- 2) Como você entrou nessa profissão?
- 3) Você gosta do seu trabalho?
- 4) Na sua opinião o que tem de positivo e de negativo nessa profissão?
- 5) Já teve outro emprego?
- 6) Você sempre trabalha assim? Você sempre se vestiu dessa forma?
- 7) Você mudaria alguma coisa no uniforme?
- 8) Você acha importante usá-lo? Por que?
- 9) Você acha que o uniforme faz com que as pessoas te olhem diferente? Por que?
- 10) Você costuma acompanhar a família em eventos como aniversário, viagens e clubes? Como se sente nesses lugares?
- 11) O que você acha da postura de alguns clubes de exigirem o uso de uniforme para as babás dentro de suas dependências?
- 12) Você já passou por alguma situação de discriminação enquanto estava trabalhando? Como foi?
- 13) Você possui carteira assinada? Tem todos os direitos assegurados?
- 14) Você acha que seu trabalho cria vínculos afetivo com as crianças e com as mães?
- 15) O que é ser uma boa babá na sua opinião?
- 16) O que é ser uma boa mãe na sua opinião?
- 17) O que é um bom patrão para você?
- 18) Quando acontece algo que aborrece você no trabalho, como reage?
- 19) Onde e com quem ficam seus filhos enquanto você trabalha?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PATROAS

NOME:

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

COR:

IDADE:

FILHOS:

ESCOLARIDADE:

RELIGIÃO:

- 1) Há quanto tempo você tem babá?
- 2) Por que resolveu contratar uma babá?
- 3) Como é sua relação com a babá?
- 4) E a relação de seu filho com ela?
- 5) Quais são os critérios para escolha de uma babá?
- 6) O que é ser uma boa babá para você?
- 7) Você exige o uso do uniforme? Por que?
- 8) Por que você acha importante babás usarem uniforme?
- 9) O que você pensa sobre a postura de alguns clubes de exigirem que as babás entrem uniformizadas?
- 10) Sua babá viaja com você e a acompanha em eventos como festas de aniversário?
- 11) Nesses casos, como você orienta a postura dela?
- 12) Na sua opinião o que uma babá não deve fazer?
- 13) Sua babá tem liberdade para corrigir seu filho?
- 14) Você já teve algum problema com babá? De que tipo?
- 15) O que é ser uma boa mãe para você?
- 16) Você assina a carteira da sua babá?
- 17) Qual a parte mais difícil dessa relação?
- 18) O que você achou sobre as manifestações em pró do impeachment?
- 19) O que você entende por afetividade?
- 20) Seu filho estuda? Em qual turno?
- 21) Qual a sua rotina enquanto seu filho fica sob os cuidados da babá?